

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS**  
**FACULDADE DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CULTURA HISTÓRICA E QUESTÃO NACIONAL NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA: O SENTIDO DA FORMAÇÃO ENTRE O ENSAIO E OS  
ESCRITOS EDUCACIONAIS DE MANOEL BOMFIM. (1897-1930)**

**LUIZ CARLOS BENTO**

**GOIÂNIA**  
**2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS**  
**FACULDADE DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CULTURA HISTÓRICA E QUESTÃO NACIONAL NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA: O SENTIDO DA FORMAÇÃO ENTRE O ENSAIO E OS  
ESCRITOS EDUCACIONAIS DE MANOEL BOMFIM. (1897-1930)**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de doutor em História junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás na **Área de Concentração** Culturas, Fronteiras e Identidades. **Linha de Pesquisa** História, Memória e Imaginários Sociais. **Orientador** Professor Dr. Noé Freire Sandes

Luiz Carlos Bento

**GOIÂNIA**  
**2015**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES  
E**

**DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**             **Dissertação**             **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

|                                                                                                                     |                                                                                                                                                          |        |       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------|
| Autor (a):                                                                                                          | Luiz Carlos Bento                                                                                                                                        |        |       |
| E-mail:                                                                                                             | Luizc.bento@yahoo.com.br                                                                                                                                 |        |       |
| Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |                                                                                                                                                          |        |       |
| Vínculo empregatício do autor                                                                                       | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul                                                                                                               |        |       |
| Agência de fomento:                                                                                                 |                                                                                                                                                          | Sigla: | UFMS  |
| País:                                                                                                               | Brasil                                                                                                                                                   | UF: MS | CNPJ: |
| Título:                                                                                                             | Cultura História e questão nacional na primeira república: o sentido da formação entre o ensaio e os escritos educacionais de Manoel Bomfim (1897-1930). |        |       |
| Palavras-chave:                                                                                                     | Cultura Histórica, Questão Nacional, Educação, Identidade e Sentido                                                                                      |        |       |
| Título em outra língua:                                                                                             | Historicalcultureandnationalquestion in thefirstRepublic: themeaningof training betweenthestandtheeducationalwritingsof Manoel Bomfim (1897-1930).       |        |       |
| Palavras-chave em outra língua:                                                                                     | HistoricalCulture, nationalissue, education, identityandmeaning.                                                                                         |        |       |
| Área de concentração:                                                                                               | Cultura, Fronteiras e Identidades.                                                                                                                       |        |       |
| Data defesa:                                                                                                        | 04 de dezembro de 2015                                                                                                                                   |        |       |
| Programa de Pós-Graduação:                                                                                          | História                                                                                                                                                 |        |       |

|                     |                       |
|---------------------|-----------------------|
| Orientador (a):     | Noé Freire Sandes     |
| E-mail:             | noefsandes@uol.com.br |
| Co-orientador (a):* |                       |
| E-mail:             |                       |

\*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

### 3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM  NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

\_\_\_\_\_ Data: 17 de dezembro de 2015

Assinatura do(a) autor(a)

<sup>1</sup>Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

**Luiz Carlos Bento**

**CULTURA HISTÓRICA E QUESTÃO NACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O SENTIDO DA FORMAÇÃO ENTRE O ENSAIO E OS ESCRITOS EDUCACIONAIS DE MANOEL BOMFIM. (1897-1930)**

Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de doutor em História, aprovada em 04 de dezembro de 2015, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr.Noé Freire Sandes-UFG

Presidente da Banca

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> .Rebeca Gontijo-UFRRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>Diva do Couto Gontijo Muniz-UNB

---

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup> Libertad Borges Bittencourt-UFG

---

Prof. Dr.Luiz Sergio Duarte da Silva-UFG

Ficha catalográfica elaborada automaticamente  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Bento, Luiz Carlos

CULTURA HISTÓRICA E QUESTÃO NACIONAL NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA [manuscrito] : O SENTIDO DA FORMAÇÃO ENTRE O  
ENSAIO E OS ESCRITOS EDUCACIONAIS DE MANOEL BOMFIM.  
(1897-1930) / Luiz Carlos Bento. - 2015.  
ccl, 250 f.

Orientador: Prof. Dr. Noé Freire Sandes.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de  
História (FH) , Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2015.  
Bibliografia.

1. Cultura Histórica. 2. Questão Nacional. 3. Educação. 4. Identidade. 5.  
Sentido. I. Freire Sandes, Noé, orient. II. Título.

### **Dedicatória**

Dedico este trabalho às três mulheres da minha vida: Maria Delfina de Jesus Oliveira, Mona Mares Lopes da Costa Bento e Maria Eduarda Lopes Bento porque sem elas a minha vida não estaria completa.

## **Agradecimentos**

Ao longo da minha vida muitas pessoas mereceram e merecem a minha gratidão. Tenho convicção de que nada do que eu possa fazer será suficiente para retribuir o apoio e a confiança que essas pessoas demonstraram ter por mim, mas tenho a certeza de que honrar suas contribuições e jamais esquecer a importância deles na minha vida é a primeira forma de retribuir.

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus irmãos e a minha mãe pela confiança e o apoio que na medida do que era possível sempre estiveram dispostos a me ajudar das mais variadas formas, até mesmo quando não entendiam as razões exatas das minhas escolhas. Esse apoio, e os exemplos que adquiri com minha família foram fundamentais para o desenvolvimento da minha personalidade, um elemento essencial que me permitiu chegar onde poucos imaginavam que seria possível.

Também, gostaria de registrar meu carinho e meus agradecimentos a alguns alunos/amigos que sempre me apoiaram e que através da sua confiança no meu trabalho me ajudaram a crescer intelectualmente e profissionalmente. Dessa forma, agradeço imensamente: Wilson de Sousa Gomes, Wanderson Almeida, José de Arimathéa, Michelplatini Basílio Borges, Marlúcia Ferreira Nunes, Hélio Barbosa F. Alves, Vitoclécio Rodrigues, Renato Batista de Menezes Junior, Divair Lourenço, Erasmo Peixoto, Carlos Alberto Coutinho, Tiago Ancelmo, Rodrigo Godoi e Jean Isídio um grande amigo desde os áureos anos da adolescência .

Também gostaria de agradecer aos meus amigos de trabalho que me receberam muito bem na UFMS; Dolores Puga Alves de Sousa, que contribuiu diretamente para localização de algumas fontes importantes para a minha pesquisa e Leandro Hecko que me proporcionaram um excelente ambiente de trabalho, sempre produtivo, e também muito amistoso. Neste ambiente profissionalismo e amizade sempre caminharam juntos e foram fundamentais para que eu pudesse superar a fase de longas viagens para cumprir os créditos no primeiro ano do doutorado. Ambiente este que se ampliou com a chegada de um novo membro Henry Marcelo Martins Silva, igualmente um grande amigo que proporcionou belos momentos de convivência, além de me prestar



apoio direto em inúmeras questões profissionais e pessoais. Há eles deixo os meus mais sinceros agradecimentos.

Deixo também registrado meus agradecimentos para a Universidade Federal de Goiás através do seu corpo docente que me proporcionaram ao longo de quase quinze anos de convivência como aluno de graduação, mestrado, doutorado e professor substituto, inúmeras situações de aprendizado que foram fundamentais para a minha formação.

Deixo um especial agradecimento aos professores Carlos Oiti B. Junior, Luiz Sergio Duarte da Silva, Libertad Borges Bittencourt, Elio Cantalicio Serpa, João Alberto da Costa Pinto, Marlon Salomon e para meu orientador Noé Freire Sandes que foi uma presença constante e marcante na minha formação desde os anos finais da graduação. Agradeço há essas pessoas que enquanto profissionais foram mestres me passando inúmeros conhecimentos e me instigando a buscar outros, e enquanto pessoas souberam agir como bons amigos, dando dicas importantes e fazendo as críticas necessárias que são fundamentais para o crescimento de um acadêmico, sobretudo, alguém como eu oriundo de escola pública (que fez o ensino médio trabalhando como servente das 07 às 17 horas e estudando a noite), filho de camponeses analfabetos e morador da periferia de Aparecida de Goiânia. A presença e a convivência com essas pessoas foram fundamentais para alavancar o meu desenvolvimento possibilitando a transformação da minha condição social e possibilitando a ampliação da minha compreensão histórica de mundo.

Para finalizar estas páginas de agradecimentos, gostaria de agradecer publicamente duas pessoas muito especiais; primeiramente ao professor Estevão de Resende Martins que em 2007 parou para ouvir as minhas hipóteses preliminares de pesquisa e também minhas queixas da dificuldade de localizar a obra *o Brasil na História*, fora de edição na época, mesmo sendo professor renomado, praticamente uma referência obrigatória para os estudos sobre teoria e historiografia no Brasil, encontrou espaço em sua ocupada rotina acadêmica para conseguir junto à secção de obras raras da Biblioteca da UNB a referida obra que foi digitalizada e encaminhada para mim, possibilitando uma leitura que foi fundamental para a consolidação do meu projeto de

pesquisa, cujo produto final é a seguinte tese. Por isso gostaria de tornar público além de uma profunda admiração pelo trabalho e pela pessoa do professor Estevão, também os meus mais profundos agradecimentos por este gesto de grandeza de sua parte.

Sei que muitas pessoas importantes na minha trajetória de vida não foram citadas, mas trago a lembrança delas em minha vida e as levarei comigo onde quer que eu vá. Para concluir, deixei um lugar especial para agradecer a minha esposa Mona Mares Lopes da Costa Bento, pelo apoio, carinho, admiração e companheirismo que tem marcado o nosso relacionamento desde as primeiras horas até o presente momento e que espero sinceramente que dure por toda a nossa vida. Passamos por alguns momentos de dificuldades, pois exercer as funções de professor universitário, doutorando, esposo, filho e pai, nem sempre é fácil, trazendo algumas situações estressantes que nem sempre são mediadas da melhor forma possível, levando a atritos desnecessários. Mas ao longo de todo esse período em que estamos juntos você foi sempre minha companheira atenciosa, entendendo as minhas necessidades e se colocando sempre em condição de me ajudar, até mesmo quando era necessário privar-se de alguns de seus afazeres e obrigações. Por isso, quero lhe agradecer publicamente e mais uma vez declarar o meu amor, sempre lhe disse que com você o meu mundo estava completo, o que é uma verdade, mas a verdade nas ciências humanas são sempre subscritas dentro de um domínio de validade, pois quando nasceu a Maria Eduarda a minha ideia de completude se ampliou magnificamente. Hoje entendo que as duas me completam e fazem o meu mundo infinitamente mais belo.

*“Saber não se decreta, conquista-se e transmite-se. Só há um meio de elevar uma nação, é elevar os cidadãos – é trazer pessoalmente a cada um deles, o ensino e a educação, indispensáveis para a vida superior que imaginamos... A grandeza do homem se exprime pelo esforço constante para compreender melhor as suas necessidades, para conhecer qualquer coisa de novo; viver é acrescentar alguma coisa ao que já existe, e eliminar o que já não convém”.*

*Manoel Bomfim*

## Resumo

Esta tese busca refletir sobre o pensamento histórico de Manoel Bomfim, situando-o em meio à dinâmica social de seu tempo. Ao longo da pesquisa buscou-se contextualizar o pensamento do autor através de uma análise horizontalizada de sua produção intelectual, que se configura como múltipla e diversificada, tendo como fio condutor analítico a busca da compreensão da forma como em seus textos, tanto os voltados para a educação quanto nos ensaios históricos pensou-se um projeto de escrita da história nacional que busca colocar sob outras bases a compreensão sobre a formação nacional. Dessa forma, buscamos demonstrar como a questão nacional e os debates sobre a educação nacional fundem-se no pensamento do autor, dando certa identidade que caracteriza o seu pensamento histórico que surge nas primeiras décadas do século XX como um contra discurso ao discurso histórico dominante produzido e divulgado pelo IHGB. Neste sentido, seus textos, sobretudo, seus ensaios históricos da década de vinte dialogam criticamente com o projeto de escrita da história do Brasil produzido pelos institutos, colocando-se como uma antítese dessa cultura historiográfica e apontando para novas possibilidades de produção de sentido a partir de um diálogo com outros elementos e símbolos, até certo ponto marginalizados, mas disponíveis na cultura histórica do período. Metodologicamente buscamos interpretar uma grande parte de seus escritos, produzidos em lugares e tempos diferentes a partir de uma questão problema que era entender: como ele pensou a formação nacional e quais os agentes deste processo? A resposta a essa indagação é o elemento que confere identidade analítica para essa tese.

**Palavras Chaves:** Cultura Histórica, Questão Nacional, Educação, Identidade e Sentido.

## **Abstract**

This thesis reflects on the historical thinking of Manoel Bomfim, placing him in the social dynamics of its time. Along the research sought to contextualize the thinking of the author through a horizontal analysis of intellectual production, which is configured as multiple and diverse, having as leitmotiv the pursuit of analytical understanding of the way in his texts, both focused on education and in the historic trials it was thought a national history writing project that seeks to put under other bases the understanding of national training. In this way, we seek to demonstrate how the national question and the discussions on the national education merge in the mind of the author, giving a certain identity that characterises his thinking history that emerges in the first decades of the twentieth century as a historic speech against dominant produced and disseminated by the IHGB. In this sense, his writings, especially his essays of the twenty dialogue critically with the project of writing the history of Brazil produced by institutes, placing itself as an antithesis of this historiographical culture and pointing to new possibilities of production of sense from a dialogue with other elements and symbols, to some extent marginalized, but available on the historical culture of the period. Methodologically seek to interpret a great part of his writings, produced in different times and places from a question problem was understanding: how he thought the national training and the staff of this process? The answer to that question is the element that gives analytical identity for this thesis.

**Key words:** Historical Culture, national issue, education, identity and meaning.

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO13

### CAPÍTULO 1 INTRODUZINDO UM DEBATE: MANOEL BOMFIM E A CULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA. 24

1.1 Tradição e modernidade: a importância da geração de 1870 na crise do Império34

1.2. Manoel Bomfim em relação à geração de 187043

1.3. Um mundo a ser conhecido: os primeiros passos de um provinciano na capital do Império50

### CAPÍTULO 2 – MANOEL BOMFIM E A QUESTÃO EDUCACIONAL/NACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA 60

2.1 Manoel Bomfim: e a questão educacional na primeira república 63

2.2. A defesa do progresso pela via da instrução(1904) 75

2.3. América Latina: a educação como alternativa para a construção de uma sociedade democrática e livre87

2.4 Manoel Bomfim e a questão nacional na Primeira República95

2.5. O pensador sergipano e as teorias raciais: construindo um nacionalismo antirracista102

### CAPÍTULO 3 – BOMFIM E A MEMÓRIA HISTÓRICA: A ANTÍTESE DE UMA SÍNTESE118

3.1. O IHGB: a busca por uma consciência histórica nacional sob os signos do Império119

3.2. O IHGB nos primeiros anos da República: disputas pelo passado naciona  
1134

3.3. Contra a corrente: uma trilogia historiográfica em oposição à memória comemorativa141

3.4. Ensaísmo e escrita da história: um breve olhar sobre a historiografia brasileira das primeiras décadas republicanas 145

3.5 Travar diálogos e definir perspectivas: do elogio a Capistrano à crítica de Oliveira Viana158

**CAPÍTULO 4 –BOMFIM E AS ESPECIFICIDADES DA FORMAÇÃO BRASILEIRA: A CONQUISTA DO TERRITÓRIO COMO ELEMENTO DEFINIDOR DA IDENTIDADE NACIONAL 168**

4.1 Os limites da objetividade: a história como discurso privativo das grandes nações salteadoras (1905)169

4.2Manoel Bomfim: o processo de formação brasileira e das nações latino-americanas 180

4.3. *Através do Brasil*: uma viagem pela formação brasileira 187

4.4. Manoel Bomfim e a caracterização da formação brasileira em *O Brasil na América* 199

4.5. Manoel Bomfim: uma crítica historiográfica em defesa de uma nação livre, democrática e republicana218

**CONSIDERAÇÕES FINAIS 224**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA 231**

## INTRODUÇÃO

A verdade está perdida entre todas as contradições e os disparates. Quando vier à procura do que o passado enterrou, é preciso saber que estarás às portas de uma terra em que a memória não pode ser exumada, pois o segredo, sendo o único bem que se leva para o túmulo, é também a única herança que se deixou aos que ficam, como você e eu, à espera de um sentido, nem que seja pela suposição do mistério, para acabar morrendo de curiosidade.

Bernardo de Carvalho<sup>1</sup>

Esta tese busca refletir sobre o pensamento histórico de Manoel Bomfim, objetivando compreendê-lo em meio à dinâmica social de seu tempo. A pesquisa procura enfatizar o esforço de se pensar a singularidade de algumas teses históricas do pensador sergipano em relação ao contexto intelectual do período; para tanto, tomou-se como eixo norteador sua compreensão crítica em relação à cultura historiográfica produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante referido IHGB) a partir da elaboração de uma reflexão sobre a formação histórica da sociedade brasileira, a qual procura colocar sob outras bases o entendimento da história nacional.

Ao longo da pesquisa, buscou-se demonstrar a relação intrínseca entre educação e história presente nas obras desse pensador. Taistemáticas são centrais em suas reflexões sobre a questão nacional e ganham contornos diferentes a partir de 1920, quando seus textos históricos surgem como uma voz que destoa em relação à valorização da obra de Varnhagen<sup>2</sup>. É dessa premissa que emergem o interesse central e a singularidade desta tese, a qual procura pensar os sentidos

---

<sup>1</sup> CARVALHO, Bernardo de. *Nove noites*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>2</sup> Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878) é o autor de *A História Geral do Brasil*, uma obra profundamente marcada por um forte sentido político e por grande preocupação com o tema nacional. Essa obra ocupa um lugar muito importante na história da historiografia brasileira. Segundo Guimarães (2011), “ninguém pode ocupar-se da história do Brasil ou trabalhar com ela e, ao mesmo tempo, ignorar Varnhagen como historiador”. Capistrano de Abreu, grande expoente da historiografia brasileira, irá defini-lo em seu necrológio sobre Varnhagen como “historiógrafo da nação”, “representante máximo da historiografia” brasileira, identificando na figura de Varnhagen o ideal do primeiro historiador brasileiro. Sua imagem pública e a memória histórica produzida através de sua obra serão retomadas e amplamente cultuadas na década de 1920 pelo IHGB, movimento ao qual Bomfim irá se posicionar criticamente através de suas obras publicadas em resposta a essa cultura historiográfica.



atribuídos por Bomfim à formação nacional com base na investigação de seus ensaios históricos, produção didática e artigos que visavam refletir e divulgar sua leitura histórico-crítica da história nacional.

Pensar a obra de um intelectual como Bomfim não é tarefa fácil, tanto pela extensão quanto pela dinamicidade de seu pensamento. Contudo, a maior dificuldade talvez esteja na recepção difusa e controversa de sua obra, que foi lida de várias maneiras em diversas áreas do conhecimento (pedagogia, psicologia, sociologia, geografia e história), construindo leituras possíveis de um pensador que se inseriu criticamente no debate intelectual de seu tempo e marcou seu lugar como um pensador da história e da educação<sup>3</sup>. Isso se deve ao fato de suas obras terem sido produzidas em um período em que os campos disciplinares das ciências humanas no Brasil ainda não estavam plenamente definidos. Seus textos transitaram, assim, nos interstícios de vários campos de saber que, contemporaneamente, mantêm fronteiras bem definidas, mas que não apresentavam esse grau de especialização nas primeiras décadas do século XX, o que justifica a recepção de suas obras como objeto de reflexão em diversas áreas do conhecimento, sinalizando para o ecletismo de suas ideias.

Segundo Ângela de Castro Gomes (1996), embora não houvesse um campo disciplinar da história claramente identificável nas primeiras décadas do século XX, os historiadores poderiam ser identificados em torno de determinadas práticas que caracterizavam seu trabalho como uma especialidade em vias de formação. Tais práticas consolidavam redes de sociabilidades intelectuais marcadas por afinidades não apenas temáticas, mas políticas e sociais que ainda não podiam ser definidas

---

<sup>3</sup> Os estudos que melhor demonstram a recepção da obra de Bomfim pela intelectualidade brasileira no século XX são duas dissertações de mestrado que elegem como objeto de suas pesquisas a obra *O Brasil na história*, focando seu contexto de produção e sua recepção pela intelectualidade carioca do período: *Manoel Bomfim (1868-1932) e o "Brasil na história"* e *Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica historiográfica brasileira*, escritas, respectivamente, por Rebeca Gontijo e Marina Rodrigues Tonon. Ao longo do primeiro capítulo de *Manoel Bomfim (1868-1932) e o "Brasil na história"*, defendida na UFF em 2001, a autora esforça-se por compreender as memórias produzidas sobre Bomfim a partir da compreensão das várias leituras produzidas sobre ele em tempos e lugares diferentes, as quais ajudam a consolidar uma imagem do autor, conceituando-o como um pensador da história. *Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica historiográfica brasileira*, dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em História e Sociedade da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Assis, 2014, segue a mesma linha de reflexão e busca demonstrar a recepção da obra no momento de seu lançamento. A essas duas dissertações soma-se a tese de doutoramento de Ronaldo Conde Aguiar, leitura obrigatória para as pesquisas sobre Bomfim por conseguir abordar de forma abrangente vários aspectos da vida e da obra desse autor.

como constituintes de um campo disciplinar da história<sup>4</sup>, mas que emergiam como um lugar social garantidor de um respaldo intersubjetivo que aferia legitimidade a seus pares. Dessa forma, nesse contexto, tornava-se imprecisa uma definição sobre quem era ou não historiador. O conjunto de práticas que aferia especificidade a esse campo em formação passava por uma série de transformações em relação ao modelo de escrita da história legado pela tradição historiográfica oitocentista, ampliando, assim, as possibilidades e também os desafios para aqueles que buscavam se dedicar à escrita da história.

Pelos critérios instituídos pelo IHGB – lugar social a partir do qual se aferia legitimidade aos discursos históricos em seu tempo –, Bomfim não poderia ser considerado como um historiador no sentido estrito do termo; contudo, o seu empenho intelectual de pensar a história como um contraponto ao discurso propalado por esse lugar social faz dele um dos primeiros críticos da historiografia do Brasil, propondo a necessidade de ruptura com o modelo disseminado pelo saber histórico oficial.

Embora Bomfim tenha sido um intelectual eclético, por ter escrito muito e sobre vários temas, em diferentes contextos, foi movido por diversas preocupações teóricas e é esse o foco analítico central desta tese: defender a existência de uma temática que confere identidade aos escritos do intelectual sergipano<sup>5</sup> sobre a

---

<sup>4</sup> Este conceito é pensado com base no esboço proposto por José D'Assunção Barros, que o define como um conjunto de práticas, concepções e objetos de estudos que norteiam um campo específico de conhecimento construído historicamente em um dado momento e que, depois, atualiza-se continuamente, inserindo-se nos diversos campos de produção do conhecimento. A historicidade do campo disciplinar, segundo Pierre Bourdieu (2003), faz com que suas regras possam ser redefinidas constantemente a partir de seus embates internos e externos. Nas palavras de Bourdieu, o campo deve ser entendido como “um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo” (BOURDIEU, 2003, p. 29). Na perspectiva estruturada por Barros, um campo disciplinar se define pela formação de um campo comum de interesses de pesquisa, pela afirmação de uma singularidade teórica e metodológica em relação aos demais campos, pela formação de campos intradisciplinares que impulsionam o campo disciplinar a partir de seu interior, pela consolidação de diálogos e oposições interdisciplinares com os demais campos de saber, pela afirmação de interditos que configuram a singularidade do campo disciplinar em relação a outros instituindo proibições que demarcam fronteiras bem específicas para os seus praticantes e pela formação de uma extensa rede humana composta pelos praticantes desse saber que, ao se autodefinirem e se reconhecerem intersubjetivamente como pares, produzem um exercício de olhar para si, pensando reflexivamente suas práticas. Sobre estas definições ver:

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais*. vol. I. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

<sup>5</sup>Esta terminologia será adotada ao longo da tese para referir-se a Manoel Bomfim seguindo os passos de Ronaldo Conde Aguiar que, em sua biografia sociológica sobre o autor, elaborou essa perífrase para referir-se a ele no intuito de evitar repetições sucessivas na elaboração de seu texto.

educação e a história como uma busca pela compreensão da formação histórica nacional. Dessa forma, pretendemos demonstrar em nossa leitura de uma parte significativa de seus textos que o seu grande esforço analítico era compreender como o Brasil – e conseqüentemente os brasileiros – formou-se por meio de um processo histórico que lhe garantiria uma identidade nacional. Esse esforço é um objetivo que perpassa sua obra, uma vez que Bomfim entende que a história detém um sentido formador para a constituição da personalidade dos indivíduos e, nesse sentido, se a compreensão sobre o processo histórico de formação for equivocada, como ele denunciava em suas obras, a formação da consciência histórica dos indivíduos sobre as possibilidades da nação também seria deturpada. Movido por essa premissa, Bomfim irá dialogar com a cultura histórica de seu tempo buscando corrigir e ampliar os sentidos dessa formação.

Para pensar a trajetória intelectual e a especificidade do pensamento histórico de Manoel Bomfim, duas categorias foram fundamentais, tornando-se recorrentes em vários momentos da tese: a “cultura historiográfica” e a “cultura histórica”. A primeira refere-se ao saber histórico produzido a partir de um lugar social e de uma comunidade de fala, que eram os Institutos Históricos; a segunda aponta para uma dimensão mais ampla e complexa e deve ser entendida como a forma com que aquela sociedade historicamente datada lidava com a experiência temporal, produzindo um entendimento sobre o passado. Nesse sentido, a categoria de cultura historiográfica é restrita, limitando-se ao que Rüsen (1994) chamou de “dimensão cognitiva da cultura histórica”, pois se vincula a um lugar social (CERTEAU, 2002) e a uma prática; já a cultura histórica faz referência à cultura de uma época sinalizando para a pluralidade de práticas, experiências e expectativas que a configuram.

Nesta tese, a cultura histórica é pensada em consonância com a perspectiva teórica de Rüsen (2007), entendendo-a como interpretações das experiências temporais de situações genéricas e elementares da vida prática que são comuns aos indivíduos, gerando determinadas noções de saber que passam a orientar as ações desses indivíduos, dando a elas o sentido temporal que as caracterizam. Dessa forma, o que se pretende compreender ao longo da tese são os sentidos atribuídos por Bomfim ao passado brasileiro, visto que esses sentidos estão orientados por um esforço de pensar o conhecimento pretérito como uma mola propulsora para o desenvolvimento de ações práticas, que, ao se instituírem no

presente como espaço de experiência, apontam para as mudanças sociais como uma expectativa de futuro. Nesse sentido, o pensamento histórico de Bomfim é marcado por um conceito de tempo que, conforme demonstrou Koselleck (2006), busca atualizar, com base no espaço de experiência do presente, tanto a representação histórica do passado quanto a expectativa do futuro.

Assim, ao refletir sobre a história, Bomfim não encontra respaldo na cultura historiográfica de sua época, mas o seu pensamento histórico traduz de uma forma singular alguns aspectos da cultura histórica de seu tempo. Seus textos, marcados por diversas ambiguidades, são fontes que nos permitem acessar o debate intelectual das primeiras décadas do século XX, identificando os anseios e aspirações de uma geração marcada pela experiência da transição republicana e pelos esforços de modernização da sociedade brasileira.

Em razão de sua produção ser eclética e difusa, optamos metodologicamente por investigar o pensamento de Bomfim em diversos textos e obras produzidas em períodos distintos de sua produção intelectual. O intuito dessa escolha é compreender a relação de complementaridade entre a defesa de um projeto de educação popular e democrática e sua preocupação com a escrita da história. Dessa forma, sua atividade como publicista, seus ensaios históricos e seus textos voltados para a emergente literatura escolar da época são investigados com o objetivo de identificar sua narrativa *histórico-crítica* da formação nacional.

Entendemos assim que o pensamento histórico de Bomfim mobilizado para pensar a formação nacional opera segundo a tipologia das formas de constituição de sentido da narrativa histórica fornecidos por Rüsen (2007), isto é, conforme os critérios de uma constituição crítica de sentido. Isso porque sua argumentação histórica, tanto nos ensaios quanto em sua literatura escolar, visa, sobretudo, descaracterizar os modelos de interpretação histórica culturalmente influente em seu tempo por meio da elaboração de uma interpretação alternativa da formação nacional, instituída sobre uma linguagem simbólica nova que objetivava enfraquecer os argumentos produzidos por uma narrativa *tradicional* e *exemplar* que instituíam a permanência como critério de orientação. No pensamento histórico reivindicado por Bomfim, a ênfase é dada, portanto, na busca da ruptura da continuidade como forma correta de produção de sentido para identificar a essência da formação nacional. Tal como afirma Rüsen, esse tipo de narrativa visa desestruturar narrativas mestras – no caso específico de Bomfim, trata-se da leitura da história do Brasil produzida pelo

IHGB a partir da matriz Varnhagen, buscando romper com as suas construções categoriais, seus conceitos-chave e símbolos (RÜSEN, 2007).

Dessa forma, a constituição crítica de sentido produzida por Bomfim em suas obras buscava instituir uma ruptura com as representações dominantes em seu tempo julgando o sentido produzido pelo discurso histórico como sendo equivocado em relação às aspirações da sociedade brasileira. Esse diagnóstico lhe permitiu questionar a importância da continuidade em relação à experiência do passado, rejeitando a memória histórica reivindicada pelas elites letradas e produzindo uma narrativa histórica sobre a formação nacional que é expressa como uma tomada de consciência em contraposição a comportamentos sociais predominantes e prescritivos de determinadas condutas. A identidade nacional reivindicada por seus escritos irá, assim, emergir da negação em relação às formas de vida dominante, sinalizando para a necessidade de identificação de um sentido próprio para a história nacional que lhe atestaria sua singularidade.

Seu pensamento histórico buscou, segundo os critérios que estavam disponíveis em seu tempo, colocar a interpretação da experiência do passado a serviço da vida, pois assumia uma perspectiva de interpretação que se identificava como republicana e democrática. Bomfim pretendia, com isso, chamar a atenção para o fato de que a transformação das experiências do passado nacional em história não atendia aos anseios do que ele vislumbrava como as legítimas aspirações nacionais, daí a sua crença na necessidade de corrigir os desvios dessa interpretação do passado, visando melhorá-la<sup>6</sup>; isso porque, ao estabelecer uma nova matriz de interpretação do passado, seria possível, no presente, instituir a mudança como uma perspectiva de futuro.

Como se optou por uma leitura mais horizontalizada da produção histórica do autor, buscamos sistematizar a tese de forma a contemplar aspectos de sua escrita e também de sua trajetória biográfica, que são, paulatinamente, apresentados e interpretados ao longo do texto sem uma conotação especial, uma vez que o objetivo central é refletir sobre os sentidos atribuídos por Bomfim ao passado nacional e latino-americano, tendo como fonte alguns de seus diversos escritos. Estruturalmente, a tese está organizada em quatro capítulos inter-relacionados.

---

<sup>6</sup> Essa interpretação foi produzida com base em uma comparação com a reflexão proposta por JörnRüsen em seu texto: *Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história*. In: SALOMON, Marlon. (Org.) *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011.

O primeiro capítulo intitula-se “Introduzindo um debate: Manoel Bomfim e a cultura histórica brasileira”. Conforme o título sugere, objetiva-se demonstrar nessa parte os passos percorridos por Bomfim após sua chegada à capital do Império realçando as parcerias intelectuais que lhe possibilitaram fixar-se como um intelectual de prestígio em um cenário tão competitivo. Nesse contexto, sua proximidade com intelectuais já consagrados, como Alcindo Guanabara e Olavo Bilac, foi determinante para seu êxito.

O capítulo busca demonstrar que Bomfim acompanhou de perto as grandes questões intelectuais do fim do período imperial, conformando-se a uma cultura política diretamente relacionada com as questões intelectuais da geração de 1870. Como herdeiro dessa geração profundamente marcada por um esforço de compreensão da relação entre tradição e modernidade, Bomfim foi um interlocutor ativo em diversas revistas e periódicos, constituindo uma rede de sociabilidade que lhe permitiu ocupar espaços e se consolidar como “homem de letras”. A trajetória individual de Bomfim sofre uma guinada substancialmente importante quando, a partir de 1894, ele abandona definitivamente a medicina e passa a se dedicar à educação, campo ao qual ele dedicaria os últimos 38 anos de sua vida.

O segundo capítulo, “Manoel Bomfim e a questão educacional/nacional na Primeira República”, busca refletir sobre duas temáticas que foram preponderantes nos primeiros anos da República e que se encontram profundamente entrelaçadas no pensamento de Manoel Bomfim: a racial e a educacional. No que diz respeito à questão racial, buscamos situar o pensamento de Bomfim em relação a essa temática que foi central entre os intelectuais do período, os quais foram socialmente investidos da “missão” de pensar a formação da identidade nacional em um contexto profundamente marcado pelo pessimismo das teorias raciais que, ao condenar a miscigenação, produziam sentenças pessimistas e condenatórias em relação à possibilidade de desenvolvimento das nações neobéricas. Com relação à questão educacional, procuramos demonstrar que se trata de uma temática central em seu pensamento e que irá nortear toda a sua leitura histórica da formação nacional. Nesse sentido, ao longo de todo esse capítulo o objetivo foi evidenciar o quanto as questões educacional e nacional estão imbricadas na obra do intelectual sergipano.

Dessa forma, a sua leitura do passado brasileiro é mediada por um desejo de intervenção nas questões educacionais de seu tempo. Nesse campo, ele foi homem de ideias e de ações, tanto no plano administrativo quanto no plano legislativo,

atuando sempre como um defensor apaixonado das capacidades transformadoras da educação. A fim de ampliar nossa compreensão sobre os sentidos e as formas de atuação de Bomfim em relação à educação brasileira de seu tempo, vamos analisar algumas práticas e textos produzidos por ele em jornais, revistas e cerimônias públicas que nos fornecem pistas sobre as maneiras como, em seu pensamento histórico, ele irá articular as categorias de educação, identidade nacional e pensamento racial, dialogando diretamente com a cultura histórica do período.

O terceiro capítulo, cujo título é “Bomfim e a memória histórica: a antítese de uma síntese”, reflete sobre a relação do pensamento histórico de Bomfim com a cultura historiográfica produzida pelo IHGB, que solidificou uma memória histórica em torno da obra de Varnhagen, instituindo um modelo para a escrita da história no Brasil<sup>7</sup> que, na perspectiva bomfiniana, deveria ser combatido, pois atendia a interesses colonialistas que deveriam ser superados. Tal postura revela que Bomfim pensou a história menos como prática e mais como discurso; sua ênfase recaía sobre o sentido ideológico que o discurso histórico assumia como conformador das hierarquias sociais.

Pensando a história como um discurso político que afirmava e que pervertia tradições, Bomfim colocou-se conscientemente em rota de colisão com os historiadores de seu tempo, pois, em um momento marcado por um esforço empreendido por várias instituições para reafirmar a figura de Varnhagen e a importância da tradição imperial para a formação da identidade brasileira, ele busca evidenciar os usos políticos da história como um discurso que estava ajudando a constituir uma “falsa consciência” da realidade brasileira. Nessa perspectiva, o ensaísmo de Manoel Bomfim reflete uma consciência possível que aponta para a necessidade de mudanças estruturais que fossem capazes de reestruturar o país, ampliando o acesso aos direitos sociais para a ampla maioria da população.

---

<sup>7</sup> Este debate amplamente revisitado pela historiografia brasileira nas últimas décadas é bem contemplado nas obras:

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1988.v. 1, p. 5-27.

\_\_\_\_\_. *Historiografia e nação no Brasil 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

IGLESIAS, Francisco: *Os historiadores do Brasil. Capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SCHWARZ, Moritz Lilia. Os Institutos Históricos e Geográficos “guardiões da história oficial”. In: SCHWARZ, Moritz Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Ao longo desta tese, a temática do “esquecimento” e a imagem de Bomfim como um “ensaísta esquecido” não foram trabalhadas por entendermos que essa é uma discussão datada e que não atende mais às possibilidades de pesquisa sobre o autor; este, a partir da década de 1980 e, sobretudo, neste princípio de século, vem sendo sistematicamente estudado em diversos programas de pós-graduação de universidades brasileiras, não apenas na área de história, mas também em outros campos das ciências humanas, em que a imagem de Bomfim como um intelectual singular vem se sobressaindo em diversos estudos com os quais buscamos dialogar ao longo do texto.

No quarto capítulo, “Bomfim e as especificidades da formação brasileira: a conquista do território como elemento definidor da identidade nacional”, buscamos aprofundar a temática da singularidade da formação brasileira, tomando como fonte ensaios produzidos pelo autor nas primeiras décadas do século XX, em que o problema da formação nacional surge como uma questão fundamental. Procuramos demonstrar, assim, que a reflexão sobre a formação de uma tradição nacional é uma preocupação intelectual que perpassa grande parte dos seus escritos, dando a eles certa identidade analítica. Nesse aspecto reside uma das maiores especificidades desta tese: a opção metodológica de pensar a obra de Bomfim de forma horizontalizada, olhando para diversos textos e momentos de sua produção tendo como fio condutor o interesse em compreender a singularidade da formação nacional no conjunto de sua obra.

O exercício de leitura empreendido ao longo da pesquisa busca demonstrar que, desde os seus primeiros artigos versando sobre a educação nacional, em meados do século XIX, até seus últimos ensaios históricos, produzidos na década de 1920, as temáticas educação e história surgem como preocupações paralelas para o autor, configurando-se em dois pilares de sustentação de sua obra. Dessa forma, pensá-las conjuntamente, com ênfase no imbricamento dessas temáticas em seu pensamento, é o grande desafio analítico a que nos propomos ao longo de todo o texto.

Esta tese pretende, dessa maneira, produzir uma interpretação sobre a importância do pensamento histórico de Bomfim para a história da historiografia brasileira, buscando caracterizar o seu pensamento como uma representação possível sobre o passado brasileiro orientado pelo esforço de superação da herança do colonialismo. A questão central foi buscar situar o discurso histórico de Bomfim



em seu tempo, identificando os interlocutores com os quais ele estava dialogando criticamente por meio de suas obras. Nesse sentido, escolhemos seguir como fio condutor analítico a compreensão das especificidades da formação brasileira em sua obra apontando para a singularidade de seus textos em relação a outros intelectuais do período.

Como corolário dessa reflexão sobre a formação nacional em seus ensaios históricos, em seus escritos sobre educação e em sua literatura escolar, elegemos uma discussão sobre as especificidades da escrita da história nas primeiras décadas do século XX, período em que identificamos uma verdadeira disputa pelo passado nacional sob os signos do Império e da República, sendo o IHGB o lugar social a partir do qual essas batalhas pelo passado foram travadas, solidificadas e divulgadas. Bomfim não pertence diretamente ao “pequeno mundo dos historiadores” que naquele período começava a ganhar contornos epistemológicos, metodológicos e teóricos próprios. Entretanto, seja como ensaísta, publicista ou professor, ele foi um pensador que dialogou diretamente com a cultura histórica de seu tempo a fim de fornecer uma alternativa crítica às interpretações dominantes produzidas pela cultura historiográfica do IHGB. Suas atuações como pensador crítico da historiografia de seu tempo nos permitem identificá-lo como um singular pensador da história na primeira república.

Dessa forma, mesmo fugindo do lugar social e das práticas que caracterizavam a escrita da história no período, ele produziu uma interpretação sobre o passado nacional e sobre a escrita da história no Brasil que é útil para a história da historiografia brasileira. Parafraseando Rüsen (2007), Bomfim não privou sua vida do necessário exagero da esperança de poder pensar a construção de uma sociedade brasileira mais humana, justa e igualitária e, por isso, foi capaz de pensar a história pelo filtro da utopia, que tem por característica ser, por princípio, exagerada e constituída por esperanças que vão além do puramente factível aqui e agora. Conforme as próprias palavras de Rüsen, “as utopias são, pois, os sonhos que os homens têm de sonhar com toda a força do seu espírito, para conviver consigo mesmos e com o seu mundo” (RÜSEN, 2007, p. 138).

Assim, mais importante que indagar se as interpretações de Bomfim sobre o processo de formação nacional são ou não *verdadeiras* é refletir sobre o porquê de essa interpretação ter sido produzida e por que ela se tornou necessária para os homens do período, dos quais o intelectual sergipano foi apenas um interlocutor

capaz de captar essas carências de orientação para as quais sua narrativa do processo temporal de constituição de uma tradição nacional busca constituir um sentido, dando a seu pensamento histórico uma preocupação didática.

## CAPÍTULO 1 – INTRODUZINDO UM DEBATE: MANOEL BOMFIM E A CULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA

O professor Bomfim é um dos mais operosos entre os nossos publicistas do dia. Legítimo pensador, filósofo da sociedade e da vida, os seus livros despertam sempre o mais vivo interesse em nosso meio intelectual, onde são escassas as produções que venham de tais alturas.

Rocha Pombo<sup>8</sup>

Este capítulo pretende situar a produção historiográfica de Manoel Bomfim em seu contexto social de produção, buscando pensar aspectos de sua trajetória biográfica em relação às questões intelectuais correntes no Brasil, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, entre 1888 e 1905. Para tanto, introduziremos uma discussão sobre a cultura histórica brasileira do período a fim de refletir sobre os impactos causados pela modernização, bem como as estratégias elaboradas por diversos intelectuais e instituições para pensar a identidade nacional.

Partindo dessa premissa, nosso primeiro objetivo é delimitar analiticamente as relações da obra de Manoel Bomfim com a cultura histórica brasileira. Antes discutiremos o conceito de “cultura histórica”, o qual será empregado aqui no sentido ruseniano (RÜSEN, 2007), queo define como o campo em que as potencialidades de racionalidade do pensamento histórico atuam dinamicamente na vida prática das sociedades humanas, constituindo, para o saber histórico, um lugar próprio, como instância formadora de sentido e orientação para as referências da vida humana em seus múltiplos sentidos e orientações.

Na perspectiva desenvolvida por Rüsen (2007), “cultura histórica” é mais que o domínio do conhecimento desenvolvido pela história como “ciência”, uma vez que ela transcende os limites impostos pelo saber histórico e pode ser pensada como um campo específico em que a interpretação do mundo e do próprio homem se torna possível, constituindo, assim, o sentido da experiência temporal que forma a consciência histórica dos seres humanos. Nas palavras do autor “é nesse campo

---

<sup>8</sup>Trecho retirado do artigo publicado no *Correio da Manhã* em 2 de julho de 1931, o qual repercutia positivamente a publicação dos primeiros dois livros da trilogia historiográfica de Bomfim.

que os sujeitos agentes e padecentes logram orientar-se em meio às mudanças temporais de si próprios e de seu mundo”(RÜSEN, 2001, p. 32).

Para RÜSEN (2001) e KOSELLECK (2006), o termo “mundo” não pode ser entendido apenas como um dado natural, ou seja, como meio a partir do qual se desenvolve a vida humana, mas, sim, como uma dimensão da experiência histórica, marcada pelo esforço de compreensão temporal da experiência prática dos indivíduos; estes se situam em meio às experiências acumuladas pela tradição e entre os múltiplos horizontes de expectativas (KOSELLECK, 2006), as quais se formam nas vivências do presente, orientando as ações e produzindo sentido para os múltiplos significados a elas atribuídos.

Segundo Rüsen (1994), o conceito de “cultura histórica” surge como uma categoria que contribui para a compreensão do papel da memória histórica no espaço público. O crescente interesse público pelo histórico reforça a necessidade de ampliar a compreensão acerca da consciência histórica, vista por ele como uma constante antropológica, ou seja, a consciência histórica passa a ser vista como uma realidade elementar e geral da compreensão humana do mundo e de si mesmo. Visto dessa forma, o saber histórico passa a ser considerado por Rüsen como inquestionavelmente prático para a vida. Segundo o autor, o conceito refere-se a uma articulação prática e operante a partir da qual se forma a consciência histórica de uma sociedade; dessa consciência histórica singular se constituiria a subjetividade do grupo. Assim, para fortalecer-se coletivamente, bem como para projetar-se simbolicamente sobre outras singularidades históricas, a história é revestida socialmente do papel de produzir e atualizar determinado tipo de memória, que é a memória histórica. Na concepção de Rüsen (1994), a memória histórica é um aspecto da cultura histórica, um procedimento capaz de reter e tornar presente o passado, revestindo-lhe de um sentido socialmente plausível e concomitantemente compartilhado.

Para esse autor, essa historicização da experiência temporal torna-se possível por meio da interpretação das percepções humanas do mundo, a qual gera um sentido de orientação que institui finalidades coletivas. Dessa forma, a cultura histórica “seria así esa esfera o parte de la percepción, de la interpretación, de la orientación e del establecimiento de una finalidad, que toma el tiempo como factor determinante de la vida humana” (RÜSEN, 1994, p. 6). Em outras palavras, trata-se de uma forma particular de tratar a experiência do tempo. Entendida dessa maneira,

a história é formada por um conteúdo experiencial prático, mediante uma operação de interpretação que é alçada à condição de orientação para a vida prática, capaz de instituir finalidades coletivas, enquanto a memória histórica é a operação de representação e atualização do passado no presente.

Rüsen (1994) complementa que a rememoração histórica e a produção de narrativas são características essenciais que compõem a cultura histórica de uma época. Dessa forma:

Una mirada a lo que significa traer al presente lo pasado mediante el contar una historia, debería hacer plausible la explicación de la actividad e las posibilidades de la consciencia histórica y, em este sentido, presentarla como umfenômeno absolutamente cotidiano, fundamental y hasta universal em la producción cultural de la prazis vital humana (RÜSEN, 1994, p. 12).

A cultura histórica constitui uma identidade histórica que dotam os sujeitos que compartilham dessa representação de uma ideia de si mesmos, dos outros e do mundo. Essa identidade se afirma pela via do estabelecimento de uma memória histórica que lhe seja favorável, incidindo diretamente sobre o sentido do que deve ou não ser monumentalizado.

Segundo Rüsen (1994), nas sociedades modernas, a consciência histórica produz três dimensões de sentido para a cultura histórica: a estética, a política e a cognitiva, sendo que, em cada uma dessas dimensões, opera-se a busca de um princípio, respectivamente, a beleza, o poder e a verdade. Releva observar que sua reflexão não está interessada em estratificar hierarquicamente níveis dessa consciência; pelo contrário, ele evidencia o imbricamento que é característico a todo e qualquer processo de produção histórica de sentido da experiência temporal, fato que pode ser percebido explicitamente na seguinte passagem de seu texto:

La co-originalidad de las tres dimensiones y sus principios (beleza, poder e verdad) hace que las tres existan por derecho propio. Pero eso no significa que se puedan realizar, pensar (o investigar) al margen de otras en una relación meramente externa. Al contrario: la tesis de que son de igual manera originarias y hay de ser complementada por la tesis de una interrelación interna necesaria. De la misma manera como sentimiento, voluntad e intelecto están intimamente interrelacionados y conforman precisamente por esta interrelación algo como la subjetividad o la mentalidad o también la intencionalidad o autodeterminación de la acción, así las tres dimensiones de la cultura histórica se compenetrán mutuamente, y en esa compenetración la consciencia histórica realiza su acción cultural

característica, la rememoración histórica. No hay ninguna rememoración histórica que no este marcada por los tres principios (RÜSEN, 1994, p. 21).

Como se pode perceber na passagem anterior, a reflexão rüseneana sobre as dimensões da cultura histórica tem um sentido didático, visando facilitar a compreensão da cultura histórica como uma categoria dinâmica e fluída que permeia vários campos da cultura humana. Na dimensão estética da cultura histórica, a memória histórica aparece na forma de criações culturais (livros, monumentos arquitetônicos, obras de arte, poesia, músicas) que visam recriar esteticamente determinada dimensão do passado para fins de apreciação coletiva, as quais são colocadas a serviço da representação idealizada de um passado. Dessa forma, pelo sentido estético da cultura histórica, a obra de arte, por meio da consubstanciação do belo, fixa um sentido, tornando a obra ou o monumento um lugar permeado de memória; uma memória histórica que passa a exercer influências em espaços privados e públicos, cristalizando ícones e símbolos que por sua vez compõem a imaginação social.

Nesse sentido, a dimensão política da cultura histórica orienta-se pela produção e disseminação de formas de domínio, termo que é utilizado por Rösen por meio de uma apropriação da definição estabelecida por Max Weber (1864-1920) em sua “sociologia da dominação”, que entende “domínio” como a possibilidade de que uma ordem com certo conteúdo encontre obediência direta em um grupo determinado de pessoas. Para vislumbrar tais fins e garantir a sua legitimidade, é necessário que o domínio político seja apresentado sob a luz do histórico, consolidando um tipo específico de legitimidade aferida pela tradição.

Nas datas comemorativas e festividades nacionais, em que as elites dirigentes apelam para o dever cívico dos cidadãos comuns, a memória histórica almeja rememorar, de forma simbólica, as origens da comunidade política vigente, nas quais, supostamente, determinadas obrigações normativas, práticas e instituições foram estabelecidas. Nesse sentido, o que se busca rememorar por meio da construção de uma memória histórica tem uma função evidente de legitimação política, conforme explicita Rösen (1994): “legitimidades la capacidad estructural del dominio de recibir consentimiento. La memoria histórica es un medio importante de este consentimiento” (RÜSEN, 1994, p. 18), pois é por meio da elaboração de uma

memória histórica nacional que o estado moderno cristaliza mentalmente o domínio político sobre os indivíduos.

O que Rüsen (1994) busca demonstrar é que o processo de construção coletiva das identidades históricas de um grupo social é permeado pela “naturalização” de formas de poder e de domínio que internalizam nos indivíduos determinadas noções e valores, sem os quais a legitimidade dos regimes políticos não seria possível. A passagem seguinte é de fundamental importância para entendermos o que ele conceitua como dimensão política da cultura histórica:

El domínio político está subjetivamente arraigado y asegurado en la vida de una sociedad como relación organizada de poder. Y en la medida en que este equilibrio doble entre las instancias internas de construcción identitaria y sus lados subjetivos – interno y social – externo se refiere al cambio temporal de un cierto individuo y su mundo ( transformación temporal que precisamente constituye el eje del trabajo de la conciencia histórica en la construcción de sentido) es su realización la ejecución cultural de dominio político. [...] Ello significa que la orientación cultural de la praxis de la vida efectuada por la rememoración histórica tiene que concordar con las intenciones e intereses políticos que rigen la vida de un sujeto para poder ser efectiva. La memoria histórica orienta la perspectiva temporal, en la cual el pasado aparece como historia plena de sentido y significado para el presente, siempre siguiendo un sistema de coordenadas político (entre otras cosas) que corresponde con las voluntades empujadas por el poder, con las cuales los sujetos que memoran organizan su vida en la práctica (RÜSEN, 1994, p. 19).

Podemos perceber explicitamente que a sobreposição de sentido imposta à identidade histórica pelas formas instituídas de poder exerce grande influência sobre a elaboração de uma memória histórica. Contudo, segundo Rüsen (1994), isso não significa que a cultura histórica segue de forma cega e irrefletida as diretrizes do poder legalmente instituído. O que podemos inferir com base no exposto é que podemos falar em cultura histórica que extrapole e que se desenvolva de forma completamente distinta em relação aos locais e práticas tradicionais do poder, mas não podemos falar de uma memória histórica que escape a esses enquadramentos. Nesse sentido, é possível afirmar que os elementos excluídos dos jogos de poder de uma sociedade têm memórias coletivas, mas não uma memória histórica, pois não logram condições sociais para monumentalizá-la.

A dimensão cognitiva da cultura histórica nas sociedades modernas se efetivou por meio da constituição das ciências humanas que se especializaram metodologicamente no intuito de desenvolverem técnicas para melhor perceber,

interpretar e orientar as operações da cultura histórica. O que se coloca em jogo na dimensão cognitiva da cultura histórica é a busca de validade para o conhecimento histórico produzido pelos historiadores, o que, na perspectiva rüseneana, deve ser lastreada nas regras metódicas da pesquisa histórica.

Todavia, mesmo fundamentado teoricamente e desenvolvido de acordo com os cânones estabelecidos pela pesquisa histórica, Rüsen (1994) demonstra que não há nenhuma produção historiográfica no âmbito da ciência histórica que não apresente – ao lado de critérios particulares que garantem a validade metodológica do conhecimento histórico – formas e princípios estéticos, bem como influências e intenções de natureza política. Essa reflexão sobre a dimensão cognitiva da cultura histórica aplica-se diretamente ao projeto de escrita da história empreendido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A conclusão de Rüsen (1994) é que a memória histórica que melhor relacionar, com reciprocidade e crítica, as três dimensões da cultura histórica é a que irá cumprir de forma mais adequada a sua função cultural de produzir orientação em relação à experiência temporal. Cultura histórica, então, pode ser entendida como uma categoria que busca refletir sobre todos os níveis e processos de consciência histórica socialmente constituída e espacialmente determinada, buscando dar ênfase a todos os agentes e forças que se debateram historicamente para criá-la. Dessa forma, podemos dizer sinteticamente que “cultura” é o modo como uma sociedade interpreta, transforma e transmite intersubjetivamente a realidade, enquanto “cultura histórica” é a maneira concreta e singular com que essa determinada sociedade lida com o seu passado.

Segundo Fernando Sánches Marcos (2009), a cultura histórica pode ser vista como uma arena onde se debate constantemente a identidade presente e futura de uma sociedade. Dessa forma, ela não pode ser entendida como um sistema monolítico de representação do passado, mas como um processo dinâmico e intersubjetivo de diálogo social por meio do qual se difunde, negocia e se problematiza interpretações sobre o passado que almejam firmar-se socialmente como uma memória histórica dominante. Em outras palavras, a cultura histórica de uma sociedade abarca sempre uma multiplicidade de narrativas sobre o passado que devem ser identificadas pelo historiador como formas sociais dominantes ou contradiscursivas de articular a presença do passado no presente. Será sob essa



perspectiva que objetivamos, ao longo da tese, refletir sobre o pensamento histórico de Manoel Bomfim (1868-1932).

A obra de Manoel Bomfim insere-se no conjunto geral daqueles que, por vezes, são chamados de os “pensadores sociais”, os quais, na passagem do século XIX até a década de 1930, produziram, de diversas instituições, diferentes leituras sobre a realidade brasileira e que, ao longo do século XX, ficaram conhecidos pelas mais variadas alcunhas – liberais, conservadores, monarquistas, evolucionistas, científicistas, darwinista, jacobinos, radicais, entre tantas outras nomenclaturas possíveis. Nosso intuito é refletir sobre o lugar de fala desses pensadores, buscando reconstituir as vinculações políticas e intelectuais que perpassam suas ideias, demarcando historicamente as tradições às quais elas se vinculam.

Há que se considerar, neste íterim –e esse é um esforço que buscamos manter ao longo de toda a tese –, o relativo afastamento entre essas instituições e seus mais expressivos interlocutores, como Silvio Romero (1851-1914), Nina Rodrigues (1862-1906), Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), Euclides da Cunha (1866-1909), Oliveira Viana (1886-1951), os quais, em determinados casos, chegaram a provocar debates e fazer questionamentos públicos entre os pares na busca por maior reconhecimento individual ou institucional; os debates entre os diversos Institutos Históricos são exemplos disso. Não obstante, mesmo reconhecendo a existência de um terreno tão impreciso e as dificuldades de aproximação, partilhamos da hipótese analítica de que pode ser encontrada uma unidade discursiva que perpassa todos esses discursos, dando a eles certa proximidade temática.

A produção intelectual desse conjunto de “pensadores sociais” nos fornece pistas acerca das inquietações sociais e políticas do presente, pois, em que pese a diversidade do pensamento social naquela conjuntura, os fins eram quase sempre os mesmos: a construção de uma identidade nacional e a compreensão do que havia de singular na sociedade brasileira.

Essas instituições e seus intelectuais construíram, a partir de 1838 (GUIMARÃES, 1988), uma tradição historiográfica no país que, inquestionavelmente, produziu reflexos substanciais, portanto duradouros, na forma de se escrever e pensar a história. A partir de 1940, o pensamento histórico adquiriu uma nova roupagem e uma nova linguagem centrada nas universidades; entretanto, os resquícios da memória histórica produzida pelos Institutos Históricos

permanecerão como tradição presente, sobretudo nos livros didáticos e no ensino escolar da história.

O conjunto supracitado de instituições, autores e obras formou uma cultura histórica no país, representativa e constituidora de uma tradição que define e institui noções preliminares acerca do método, do uso e da utilidade da história. Tal como afirma Lilia Schwarcz (1993), o IHGB manteve-se fiel a seu projeto original, que pretendia construir uma história nacional como forma de unir e transmitir um conjunto único e articulado de interpretações, expressando, assim, a sua maneira de se posicionar no debate, tendo como modelo uma história católica, patriótica e evolucionista (SCHWARZ, 1993).

Manoel Bomfim, nascido em 1868, gozou de uma oportunidade rara e acessível a poucos homens: com certa maturidade, acompanhou os principais acontecimentos sociais e políticos que marcaram o processo de transição da Monarquia à República no Brasil. Dessa forma, o projeto nacional presente em sua obra não pode ser apartado de um amplo quadro temático que se situa entre a crítica à Monarquia, as teses raciais e o desejo de reformas modernizadoras capazes de redefinir o sentido da nacionalidade.

O conjunto de questões abordadas por Bomfim em sua obra está longe de se constituir em novidade no campo intelectual brasileiro. Assim, o que o diferencia substancialmente de outros autores e até mesmo de instituições do período não são as suas temáticas, mas, sim, sua leitura dissonante<sup>9</sup> de uma tradição histórica assentada nos valores monárquicos, da qual procurou se afastar por meio de uma crítica sistemática de suas referências teóricas, metodológicas e ideológicas.

Esse aspecto “dissonante” da obra de Bomfim levou alguns de seus primeiros intérpretes, entre os quais Dante Moreira Leite (1992), Tomas Skidmore (2012) e Darcy Ribeiro (1993), a considerá-lo, de forma apressada, um “homem à frente do seu tempo”. Tal interpretação, além de ser descaracterizada por seu sentido a-histórico, deve ser compreendida pela incapacidade de situar Bomfim no interior da tradição a qual ele critica, mas da qual ele não pode ser desvinculado sem, com isso, se perder o sentido histórico da leitura de seu próprio tempo e de sua visão histórica de mundo, que são chaves fundamentais para compreendermos as suas

---

<sup>9</sup> Esse conceito faz uma referência direta a uma categoria de análise proposta por José D’Assunção Barros em sua obra *Teoria da história. Volume IV. Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história* (Rio de Janeiro: Ática, 2011), na qual o autor emprega essa metáfora musical para pensar aspectos dissonantes de autores clássicos da teoria da história.

obras como representações históricas de uma dada realidade historicamente constituída.

Outra reflexão comum em intérpretes de Bomfim, estreitamente relacionada às interpretações anteriormente citadas, diz respeito a seu pioneirismo em relação a algumas temáticas e posicionamentos sobre os seus pares intelectuais e institucionais, tais como sua crítica radical ao pensamento racial, ao cientificismo e ao imperialismo. Além desses pontos, destacam-se seu antipositivismo radical, sua negação à doutrina *Monroe* e a defesa da educação popular e da expansão dos direitos democráticos, que parecem sugerir, a alguns intérpretes, um caráter de pioneirismo – para não dizer quase que extemporâneo de suas ideias.

Ainda que a leitura de suas obras pareça justificar uma ênfase na extemporaneidade de suas ideias, acreditamos que o caminho historicamente mais coerente para compreendermos a extensão e a profundidade do pensamento histórico produzido pelo intelectual sergipano é situá-lo no interior da tradição com a qual ele dialoga; pensamos que, após identificar seus pares nesse meio, torna-se possível fazer frente à tradição historiográfica oficial. Nesse sentido, é possível afirmar que Bomfim não está à frente de seu tempo nem exerce um pioneirismo injustificável; o que ele faz é produzir uma leitura, uma síntese analítica e crítica de sua época, tendo como eixo norteador a reflexão sobre a importância da educação e da história no processo de formação de uma tradição nacional.

Nesse caminho, sua obra pode ser entendida como uma síntese heterogênea de uma tradição permeada por influências teóricas distintas em um percurso em que podem ser detectados tanto o vínculo com as doutrinas evolucionistas quanto à presença de uma perspectiva culturalista que representava uma novidade no Brasil nesse período. Suas leituras e posicionamentos são lastreados no mesmo espaço de experiências dos pensadores deterministas, evolucionistas e darwinistas sociais; entretanto, como afirma Aloizio Alves Filho (2008), o intelectual sergipano inverte a lógica de sua análise ao indicar, em seu projeto de Brasil, um papel de protagonista ao povo, reconhecendo e valorizando as suas especificidades étnicas e apontando como fator preponderante para a compreensão do atraso social dos países neobéricos o peso histórico do colonialismo.

Dessa forma, a obra de Bomfim surge como um ataque direto às teorias deterministas, que buscavam sustentar as desigualdades sociais com base na lógica dos determinismos geográfico e biológico, amplamente aceitos no período como

expressões legítimas de um saber científico inquestionável e isento de qualquer sentido político e ideológico por serem produzidos pela ciência experimental, aceita abertamente como único modelo possível de saber científico. Foi nesse meio intelectual marcado pelas teses evolucionistas e deterministas que, em 1905, Bomfim lança a sua primeira e mais famosa obra de cunho histórico-sociológico – *América Latina: males de origem* –, causando profunda inquietação no meio intelectual dominante, partidário das teses deterministas (BOMFIM, 1993).

No ano de lançamento dessa obra, Silvio Romero publicou, na revista *Anais*, uma série de 25 artigos (posteriormente publicados em forma de livro), com o intuito de refutar as teses de Bomfim. Para Ronaldo Conde Aguiar (1999), a estranheza e a severidade das críticas de Silvio Romero feitas então se justificam em função de que a negação das teses deterministas colocava em xeque todo um projeto organizado por intérpretes brasileiros que encontravam nas teses evolucionistas e no darwinismo social um mecanismo de justificação das diferenças sociais no Brasil.

Com essa publicação, Bomfim se insere oficialmente no debate acerca do curso das transformações sociais provocadas pelo fim da escravidão e pela proclamação da República. Isso porque as teorias deterministas atendiam à necessidade de produzir legitimação na ordem interna, uma vez que, segundo seus conceitos, os povos africanos e indígenas eram entendidos como incapazes de se transformarem em nações civilizadas. Essa premissa demarcava o papel tutelar das elites brancas em meio a uma nação mestiça, ou seja, cabia a elas o papel de controlar as raças hierarquicamente inferiores. Bomfim rejeita veementemente essas posições ao atribuir ao processo de colonização portuguesa e espanhola a responsabilidade sobre o aprofundamento da desigualdade social no processo de constituição dos povos latino-americanos.

Ao deslocar os problemas do domínio da natureza para o domínio histórico-social, Bomfim expõe o reconhecimento dos males de origens, defendendo a ideia de que os problemas de nossa formação histórica foram causados historicamente por um processo secular de exploração de negros e índios. Como conclusão lógica dessas premissas, ele entende que esses males podiam e deviam ser corrigidos historicamente por meio de investimentos sociais capazes de garantir a cidadania ao povo brasileiro que, por séculos, havia sido aviltado em seus direitos.

A identificação do caráter histórico dessas desigualdades levou Bomfim, ainda nessa obra de 1905, a se tornar um defensor apaixonado da educação. Não a

educação das elites, como pretendia Oliveira Viana entre tantos outros intelectuais do período, mas uma educação popular e democrática capaz de integrar, no meio social, indivíduos historicamente excluídos dos direitos sociais no Brasil. Para Bomfim, era urgente que se fizesse algo para se resgatar esses indivíduos que “nascem pobres, vivem sofrendores e morrem miseráveis” (BOMFIM, 2005, p. 217).

### **1.1. Tradição e modernidade: a importância da geração de 1870 na crise do Império**

O trabalho de Angela Alonso na obra publicada em 2002, *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*, amplia significativamente o entendimento sobre o processo de crise e superação das estruturas da sociedade imperial, renovando de forma significativa o saber acadêmico produzido sobre a geração de 1870.

Ao analisar a obra de Alonso, Brasílio Sallun Jr.(2002) aponta que a pesquisadora produziu nela uma sociologia das ideias, procurando não desprendê-las do movimento geral de transformação da sociedade imperial no qual foram formuladas como meios de expressão de insatisfações coletivas numa conjuntura histórica determinada.

Segundo ele, o propósito central da autora é demonstrar que é possível identificar certa proximidade entre os vários movimentos de reforma surgidos em 1870 que objetivavam, por meio de formas e de caminhos distintos, propor a superação do *status quo* erigido pela elite imperial, caracterizado pela sustentação de uma economia escravista agroexportadora, uma estrutura social rigidamente hierarquizada e por uma monarquia parlamentar *sui generis*, gestada e dirigida pelo setor mais conservador da elite identificado pela vinculação ao partido saquarema. O foco da autora seria, assim, buscar identificar esses movimentos de contestação da ordem imperial como oriundos de uma necessidade política de contestação da tradição imperial, alicerçada, então, pelo tripé simbólico-cultural do catolicismo, do romantismo e do liberalismo estamental.

A hipótese básica de Alonso (2002) é que, para compreendermos os variados movimentos de contestação da sociedade imperial, temos de partir do entendimento do sentimento de exclusão compartilhado por setores da elite que não estavam

alocados nos postos de poder das instituições do período e que enxergavam, nessa ordem social, uma impossibilidade de acessá-los. Esse elitismo de matizes estamentais geraria, pois, um sentimento de exclusão intraelite, que configuraria um espaço de experiência comum a vários indivíduos e que seria limitador das condições de oportunidades de ascensão, gerando uma experiência de marginalização política para uns e de inclusão para outros. Seria a partir dessa experiência de “marginalização” vivenciada por determinados setores da elite na sociedade imperial que esses grupos iriam buscar, na adaptação de um repertório de ideias novas e, de certo modo, exógenas à realidade brasileira, um instrumental de argumentos, noções e padrões analíticos, transformando-os em instrumentos de luta.

Angela Alonso (2002) aponta, ainda, que o repertório da geração intelectual de 1870 – marcada pela busca do reformismo em relação à sociedade imperial – baseava-se em duas orientações distintas: uma exógena e outra endógena. Do exterior vinham as concepções de política científica<sup>10</sup> e, do passado nacional, a experiência de marginalização sofrida por certos setores da elite que viam dificultadas suas possibilidades de acesso aos postos elevados de poder.

Dessa forma, as ideias teriam sido incorporadas seletivamente e reorientadas para a luta contra o *status quo*, tornando possível o surgimento de múltiplos reformismos que caracterizam essa geração. Nesse sentido, tanto o repertório estrangeiro quanto essa tradição nacional são fontes intelectuais apropriadas de forma seletiva por meio de um processo criativo que envolve *supressão, recriação e modificação*. Com essas definições, o que a autora estaria tentando demonstrar é que a relação entre o contexto brasileiro e as ideias europeias é dinâmica. Com isso, Alonso propõe uma nova interpretação sobre o movimento intelectual da geração de 1870, enfatizando a sua dimensão política, fator geralmente negligenciado em muitos dos intérpretes desse movimento.

---

<sup>10</sup>A autora entende essas ideias como um repertório amplo de teorias sociais, indo desde concepções ultrarreacionárias até as anarquistas, do ponto de vista político, e de teorias espiritualistas até o cientificismo mais ateísta. Essa geração não leu aleatoriamente. Na verdade, os autores e teorias a que recorreram são atualizações da formação da elite imperial. Entretanto, de forma invertida, serviam para criticar a tradição e as instituições imperiais. Foram teorias sociais que forneceram esquemas com base nos quais membros dos grupos marginalizados puderam construir suas críticas em relação às instituições e aos valores do Segundo Reinado, partindo de uma linguagem nova que rompia com a tradição liberal-romântica inventada pelos saquaremas. Sobre o conceito, ver: ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: ageração de 1870 e a crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.p. 177-178.

Ao produzir uma genealogia da historiografia sobre o tema, a autora identifica duas correntes: uma cognitiva, que o identifica como movimentos formadores de teorias sociais, e outra prática, que busca identificá-lo como movimentos produtores de ideologias modernizadoras para a nova classe média. Ambas as correntes contribuem para o entendimento do período como gênese de uma ilustração brasileira, reduzindo, dessa forma, o movimento à análise de um conjunto de autores e textos como sendo réplicas nacionais de autores e escolas europeias de pensamento. Dessa maneira, segundo a autora, a historiografia sobre o período naturaliza categorias elaboradas pelos próprios movimentos, cristalizando uma visão até certo ponto dogmática, que busca enquadrar os intelectuais brasileiros como imitativos, produtores de réplicas inaplicáveis, alienados em relação à realidade nacional e envoltos sob uma revoada de ideias novas. Alonso identifica essa prática de incorporação e naturalização de esquemas explicativos produzidos pelos próprios agentes e a separação entre o campo intelectual e campo político como equívocos recorrentes na historiografia sobre os movimentos intelectuais de 1870.

Para Alonso (2002), a autonomia do campo intelectual é um pressuposto de validade duvidosa para a sociedade brasileira do século XIX, pois, mesmo na Europa, essa autonomia do campo intelectual ainda era relativa, visto que a própria categoria de intelectual ainda estava se firmando. Dessa maneira, ao se estudar a trajetória individual ou o conjunto de obras publicadas no Brasil entre 1870 e 1880, seria impossível fazer a distinção entre intelectuais e políticos, pois a sobreposição entre elites políticas e intelectuais era a regra, ou seja, tratava-se de uma conjuntura em que os intelectuais faziam política, e os políticos produziam obras e reflexões intelectuais, não havendo possibilidade de separação entre ambos os procedimentos. Fato que pode ser observado na própria trajetória biográfica de Bomfim, que iremos apresentar espaçadamente ao longo da primeira parte da tese.

Alonso (2002) inverte, portanto, a lógica tradicional de investigação. Seu interesse não é buscar entender como uma obra intelectual consegue captar o contexto, mas, sim, buscar apreender os sentidos que o contexto social confere às obras intelectuais do período, refletindo sobre o movimento a partir de uma dupla face. Na passagem a seguir, a autora deixa transparecer de forma clara a sua compreensão da complementaridade entre textos e formas de ação.

Dada à inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX brasileiro, toda manifestação intelectual era imediatamente um evento político. A experiência dos membros do movimento “intelectual” da geração de 1870 era, pois, política. Por isso, em vez de organizar textos conforme experiências teóricas, elegi a própria dinâmica política – a *performance* política de agentes e argumentos – como perspectiva de análise (ALONSO, 2002, p. 38).

A hipótese desenvolvida por Alonso é que o sentido geral dos escritos desse movimento se resumem na tentativa de criação de formas e mecanismos de intervenção política. Dessa maneira, os agentes, de forma consciente, estruturavam um critério político de seleção das ideias estrangeiras para produzirem instrumentais analíticos a fim de subsidiarem a compreensão do seu meio social, produzindo meios qualificados para a ação política. Colocando as formas de pensar em conexão direta com as formas de agir, Alonso (2002) postula a impossibilidade de compreendê-las separadamente.

Para instrumentalizar a sua proposta analítica, a autora desenvolve seu estudo da geração de 1870 com base na tríade conceitual: estrutura de oportunidade<sup>11</sup>, comunidade de experiência<sup>12</sup> e repertório<sup>13</sup>. Aplicando essas categorias na análise dos movimentos de contestação do regime imperial, Alonso chega à conceitualização do movimento intelectual de 1870 como “uma coalização negativa, suprapartidária, socialmente heterogênea, de contestação político-intelectual” (ALONSO, 2002, p. 44), constituindo tanto formas discursivas quanto formas de ação política coletiva. Partindo desse pressuposto, ela entende que a produção intelectual nessa conjuntura deve ser lida como uma forma social de contestação política.

Com a aplicação do epíteto “geração de 1870”, Alonso evidencia um corte epistemológico interessante, uma vez que engloba nesse conceito apenas os indivíduos que atuaram na esfera pública no período que se estende entre 1870 a

---

<sup>11</sup> Crise política gerada por mudanças estruturais nos fundamentos da formação colonial brasileira e na desagregação do modelo patrimonial de estado e do regime de trabalho escravo. Essa crise gerou um dilema no interior da elite, que passou a perceber a necessidade de reformas sociais e a possibilidade de expressá-las.

<sup>12</sup> Os componentes do movimento não partilhavam de uma mesma origem social, mas de uma “comunidade de experiência”. A expressão “geração de 1870” descreve indivíduos que chegaram ao mercado de trabalho ao longo dos anos de 1870 a 1880, tinham um tipo particular de localização social e compartilhavam uma experiência de marginalização política, pois as instituições imperiais impediam o acesso deles às posições de proeminência nos postos de poder por não pertencerem ao estamento senhorial da elite do regime.

<sup>13</sup> Repertório político-intelectual mobilizado conforme a necessidade dos agentes na luta política, oriundo tanto da ressignificação de teorias europeias quanto de práticas políticas nacionais.



1880. Dessa forma, exclui a geração dos fundadores do regime imperial, edificadores do *status quo* a ser reformado, por serem muito antigos, e, ao mesmo tempo, também exclui a geração posterior por ser muito jovem. Assim, autores como Manoel Bomfim (1868-1932), Alberto Torres (1865-1917), Nina Rodrigues (1862-1906) e Euclides da Cunha (1866-1909) são definidos como continuadores dessa tradição e não como ativistas dela, visto que iniciaram sua participação pública já na República ou nos anos finais do Império.

Ao longo do texto, Alonso (2002) esforça-se para demonstrar que a elite imperial se inspira diretamente em pensadores europeus, sobretudo ingleses e franceses do período da restauração. Para ela, a escolha desses pensadores atendia a questões de afinidade temática, ou seja, buscavam-se, no repertório europeu da época, modelos de intervenção política que fossem capazes de serem adaptados à realidade nacional como mecanismos viáveis de manutenção da ordem social e política. Nas palavras da autora: “eram as teorias que tinham de se adaptar ao país e nisto está o caráter empírico, pragmático, do pensamento político do Segundo Reinado”(ALONSO, 2002, p. 55).

Esse processo de adaptação pragmática de certos elementos do ideário europeu contribuía diretamente para a constituição do que a autora chamou de “tradição político-intelectual do Segundo Reinado”. Tal tradição é entendida como um conjunto de padrões analíticos e de significados amparados em noções, conceitos e esquemas explicativos em relação aos quais a elite imperial se baseava para pensar a si mesma na relação de mediação com o outro, aqui representado pelas repúblicas latino-americanas, e com a alteridade almejada como projeto civilizacional, ou seja, o modelo europeu de sociedade.

O caráter moderado e pragmático da elite imperial, forjado no esforço de estabilização da ordem social – sentida como desordem no período do Primeiro Reinado e, sobretudo, ao longo da regência –, caracteriza o viés conservador desses homens, que adaptaram, com base na experiência nacional, os esquemas mentais trazidos da Europa. Desse empreendimento resultou, segundo Alonso (2002), a constituição da tradição imperial edificada em três bases: o indianismo romântico, o liberalismo estamental e o catolicismo hierárquico.

É por meio das categorias e conceitos que compunham o repertório brasileiro da época, produzidos com base nesses três núcleos simbólicos que constituíam a tradição imperial, que será definida uma identidade nacional (europeizada), uma

forma de organização política (monarquia constitucional com a especificidade do poder moderador) que limitava o acesso à cidadania e, ao mesmo tempo, consolidava uma representação de si mesma (historiografia do IHGB) como ordenada, em oposição à experiência política passada entendida como anárquica.

Numa primeira instância, conforme conceitua Hobsbawm (1984), podemos entender que o processo de singularização de uma identidade brasileira exigiu, assim como no caso da formação dos estados nacionais na Europa, a invenção de tradições. Esse papel foi, desde os primeiros anos do Segundo Reinado, destinado ao IHGB na qualidade de “instituição cultural fundamental da elite imperial nesta missão de definir uma visão brasileira do Brasil [a qual produziu] uma história nacional e uma definição da brasilidade que unificava Nação, Estado e Coroa” (ALONSO, 2002, p. 58). Na perspectiva de Alonso (2002), tanto o indianismo literário quanto a produção historiográfica produzida pelo IHGB contribuíram diretamente para a criação e disseminação de representações da nacionalidade legitimadora das instituições políticas criadas ao longo do Segundo Reinado.

No plano especificamente político, o liberalismo imperial atendeu às demandas pragmáticas de poder de uma típica sociedade de corte, garantindo a reprodução da desigualdade social na esfera política e, ao mesmo tempo, assegurando, de forma prática, a superação da condição colonial – sem abalar as estruturas econômicas de poder – por meio da manutenção do escravismo, do regime monárquico e da condição senhorial vinculada à posse da terra e ao predomínio de prebendas comerciais. Essa mudança gradativa empreendida para garantir a “ordem” instituiu o princípio de que “antes a liberdade restrita que o despotismo da plebe” – um pressuposto amplamente criticado por Bomfim em seus ensaios e identificado por ele como uma das heranças nefastas do colonialismo.

A ausência de participação popular na esfera política e a manutenção da escravidão tornaram-se, assim, justificativas comuns entre conservadores e liberais para a manutenção da ordem social, indicando que o terreno da ação política dentro da estrutura do regime configurava-se como uma negociação entre pares.

Os primeiros abalos nessa estrutura surgiram impulsionados pelas mudanças na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX, as quais colocaram, gradativamente, em xeque o modelo econômico estruturado com base na escravidão, no latifúndio e na monocultura. Nessa nova conjuntura, marcada por

uma incipiente urbanização, o equilíbrio entre o poder econômico e o poder político começava a ruir, uma vez que surgiam em cena novos grupos sociais urbanos que, embora bem-sucedidos economicamente, não eram proprietários de terras nem de escravos e, portanto, não se sentiam representados na política imperial.

O ponto central defendido por Alonso (2002) é que a modernização da sociedade brasileira na década de 1870, impulsionada pela crise da estrutura escravista agrário-exportadora, criou uma instabilidade da ordem saquarema, gerando um processo de cisão intraelite que abriu espaço para uma crítica sistemática do regime. Tal fato colocou, na ordem do dia, questões que sempre foram proteladas e em torno das quais se construiu um velado consenso (embora sob as quais pesassem a existência de amplas discussões), pois eram entendidas como temas tabus, ou seja, como necessárias para a manutenção da ordem instituída.

As mudanças em diversos setores da sociedade criaram, assim, condições de oportunidade para se questionar o *status quo* imperial por meio da crítica ao regime escravista, à religião de estado e ao regime monárquico. Parafraseando Maria Tereza Chaves de Mello (2007), a partir desse período emergem novas condições de possibilidade que tornam possível consentir a República nas vozes das ruas, evidenciando que o próprio regime monárquico perdia legitimidade.

Para Alonso (2002), a modernização impulsionando o enfraquecimento das instituições centrais do Império irá ferir mortalmente a obra saquarema, abrindo espaço para uma crise profunda que só irá se concretizar com a queda final do regime. Nesse sentido,

[a] nova estrutura de oportunidades políticas era mais permeável à manifestação pública e coletiva de insatisfações por grupos sociais marginalizados pela dominação saquarema. Deu assim as condições para a emergência de um fenômeno político novo, um movimento de contestação político-intelectual do *status quo* imperial (ALONSO, 2002, p. 95).

O que essa citação pretende demonstrar é que, por meio de um movimento de modernização conservadora que alimentou uma cisão intraelite, criaram-se condições mais aceitáveis para manifestações públicas de opinião, favorecendo grupos marginalizados, que passaram a ter condições de se manifestar

coletivamente. Dessa forma, os movimentos e manifestações intelectuais da geração de 1870 são entendidos pela pesquisadora como manifestações coletivas de grupos insatisfeitos com o regime.

A composição social da geração de 1870 é entendida por Alonso (2002) como complexa e variável, não podendo se atribuir uma origem social direta nem a existência de interesses gerais compartilhados entre os membros de forma harmônica. Com isso, o que a autora busca demonstrar é a existência de uma já citada comunidade de experiência, a qual ela conceitua como uma marginalização em relação à dominação saquarema, que se aplicava de forma diferente em relação a diversos setores da sociedade, mas que gerava um resultado prático comum: a dificuldade de ascensão aos postos de poder na elite imperial resguardada socialmente e legitimada politicamente como atributo de um pequeno grupo de eleitos. Nas palavras da autora:

O fenômeno da adoção de teorias científicas e liberais na crise do Império pode ser redefinido como um movimento político-intelectual de contestação formado por grupos sociais díspares em origem social, mas em comunidade de situação diante do *status quo* imperial: politicamente marginalizados (ALONSO, 2002, p. 101).

A categoria “marginalização”, empregada pela autora no trecho citado, é explicitada como relativa, visto que um movimento intelectual caracteriza-se como um movimento de elite, pois, em regra geral, os movimentos de contestação política nascem de grupos insatisfeitos com o poder, mas não excluídos totalmente dos canais de acesso ao poder que conferem sentido, voz e legitimidade para as suas reivindicações. Dessa forma, os atores principais que atuaram nos movimentos de contestação ao regime imperial na década de 1870 eram membros de grupos com acesso e condições sociais para divulgar suas reivindicações, criando e mantendo jornais e revistas e promovendo encontros sociais, por meio dos quais seus ideais eram transmitidos.

Para melhor explicar os movimentos de contestação da ordem imperial, Alonso (2002) sistematiza uma tipologia, tendo como parâmetro a vinculação política, apresentando-os da seguinte forma: liberais republicanos<sup>14</sup>, novos liberais<sup>15</sup>,

---

<sup>14</sup> Os liberais republicanos eram compostos por jovens vinculados à nova classe média urbana, composta por pequenos comerciantes e profissionais liberais, sendo os membros mais renomados

positivistas<sup>16</sup>, federalistas científicos<sup>17</sup> e federalistas positivistas<sup>18</sup>. Em linhas gerais, todos esses grupos produziram, partindo de seus lugares de experiência, uma apropriação crítica de teorias estrangeiras a fim de propor a necessidade de superação da ordem imperial e a estruturação de novas instituições sociais que lhes aferissem maiores condições de acessar os postos de poder:

O movimento intelectual, portanto, incorporou seletivamente termos, conceitos e macroexplicações do repertório da política científica conforme preenchiem três de suas necessidades. Primeiro, intermediassem a interpretação da conjuntura sociopolítica, respondendo aos dilemas estruturais (particularmente às problemáticas do trabalho e da representação política) expostos no espaço público a partir da cisão da elite imperial. Segundo, exprimissem as insatisfações e anseios políticos dos diferentes tipos de marginalizados políticos que compunham o movimento e apontassem uma direção para a reforma. Terceiro, concedessem armas de combate aos princípios justificadores dos bloqueios políticos e sociais que a sociedade estamental lhes impunha, bem como recursos de legitimação de suas reivindicações por reformas (ALONSO, 2002, p. 101).

Cada um desses movimentos representa a busca de construção partindo de um mesmo espaço de experiência – que era a insatisfação com a tradição imperial – e de um novo horizonte de expectativa, que aponta para a possibilidade futura de uma sociedade brasileira pensada com base em um novo repertório de ideias. Com exceção dos novos liberais – que pensavam as reformas tendo ainda a Monarquia como modelo ideal –, os outros movimentos buscavam superar o regime imperial, pretendendo se libertar dele em vez de integrá-lo, tornando o clamor pelo regime republicano um valor social partilhado por muitos, o que abalava de maneira significativa a legitimidade da Monarquia.

---

Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça, Aristides Lobo, Francisco Cunha, Ferreira de Araújo e Lopes Trovão.

<sup>15</sup> Os novos liberais eram vinculados a famílias tradicionais do Império e que estavam politicamente marginalizadas. Eram filhos ou afilhados de políticos importantes das províncias do norte, e a maioria era diplomada em direito, sendo os membros mais destacados Joaquim Serra, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

<sup>16</sup> Compõe um grupo de origem social bastante heterogênea, geralmente seus membros estavam vinculados às faculdades de direito e às escolas militares do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife; os que mais se destacam são Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Benjamin Constant.

<sup>17</sup> Eram proprietários rurais e cafeicultores que se distinguiam dos velhos saquaremas por uma organização mais empresarial de seus estabelecimentos e pela preocupação de empregarem descobertas científicas recentes como forma de ampliar os lucros e a produtividade. Seus membros mais renomados são Alberto Sales, Pereira Barretos e Rangel Pestana.

<sup>18</sup> Esse grupo é geralmente vinculado a um grupo de estancieiros do Rio Grande do Sul que reivindicava maior participação política na esfera nacional. Seus membros mais conhecidos são Julio de Castilhos, Pinheiro Machado e Assis Brasil.

Com a apresentação dessa minuciosa tipologia, Alonso (2002) busca demonstrar que os “intelectuais/políticos” que criticaram a tradição imperial tinham como intenção produzir explicações sobre o Brasil interpretando a realidade brasileira com base em um repertório científico moderno e apresentando linhas de ação políticas para os grupos marginalizados pelo arranjo político do Segundo Reinado; por isso, a pesquisadora critica a historiografia, a qual busca interpretar essas produções vinculando-as a escolas de pensamento europeias (positivistas, darwinistas, cientificistas, literaristas, etc.) e enfatizando a necessidade de releitura desses textos com base em referências locais, levando-se em consideração o contexto político-intelectual a que foram contemporâneos e os significados que comportavam na linguagem comum da época.

## **1.2. Manoel Bomfim em relação à geração de 1870**

Em linhas gerais, não é possível estabelecermos uma aproximação direta entre a obra intelectual de Manoel Bomfim e a geração de 1870. Essa impossibilidade impõe-se cronologicamente, visto que o intelectual sergipano era uma criança de 2 anos de idade quando o “bando de ideias novas” chegou ao Brasil. Sua chegada à capital do Império em 1888 lhe possibilitou acompanhar de perto os últimos suspiros do regime imperial, podendo presenciar os desdobramentos do fim do regime escravista e da implantação da República em 1889. Dessa forma, mesmo que, como espectador, ele tenha podido acompanhar os últimos atos do regime imperial, sua participação nesse processo é nula, pois ainda não estava integrado ao campo político e intelectual do período.

Como salientou Alonso (2002), ao estabelecer o seu recorte cronológico para estudar a geração de 1870, Manoel Bomfim pertenceu à geração posterior a esses intelectuais/políticos que engendraram, de dentro, críticas à tradição imperial e que foram responsáveis pela garantia das condições de oportunidade para a sua superação. Contudo, ainda que não possamos atribuir uma filiação direta sua com o movimento, podemos identificá-lo – mesmo com certas ressalvas – como um continuador, uma espécie de herdeiro dessa tradição. Muitas das críticas sistematizadas por diversos grupos da geração de 1870 foram incorporadas por ele para pensar o Brasil e os brasileiros – dois dos temas mais recorrentes em sua obras e eixos temáticos da educação e da história.

Ao chegar ao Rio de Janeiro em 1888, Manoel Bomfim se integrou à rede de sociabilidade de liberais republicanos<sup>19</sup>, formada, então, por comerciantes médios e profissionais liberais. Seja por afinidade de ideias ou por conveniências políticas, Bomfim incorporou a bandeira de crítica à decadência do regime monárquico e de defesa do regime republicano como forma de corrigir as heranças negativas legadas pelo regime imperial.

Algumas das ideias centrais presentes no *Manifesto republicano*, de 1870, redigido por Salvador Mendonça (1841-1913) e Quintino Bocaiúva (1833-1912), encontraram eco na obra de Bomfim, sobretudo o viés “liberal democrático” e o desejo de reconstrução da história política brasileira exposta no *Manifesto*. Além dessas questões, também é patente a utilização de uma linguagem organicista na obra de Bomfim, que, segundo Alonso (2002), seria um dos elementos principais incorporados pelos liberais republicanos em meio às doutrinas reverberantes no ocidente no fim do século XIX.

A citação a seguir evidencia alguns aspectos elencados pelo *Manifesto* no sentido de propor uma necessidade de reconstrução da história brasileira que tem grande semelhança com o que Bomfim irá desenvolver em muitas de suas obras sobre a história brasileira:

A decadência nacional seria desdobramento do “despotismo colonial”. As instituições políticas seriam uma herança portuguesa. A independência não teria alterado o *status quo* colonial: a ausência de participação popular na fundação do Primeiro Reinado e a constituição outorgada seriam provas de que a monarquia teria sido uma imposição, não uma escolha pela via da soberania nacional (MANIFESTO REPUBLICANO *apud* BRASILIENSE, 1878,p.59-58).

Esses princípios compunham parte importante das reivindicações do *Manifesto republicano* de 1870 e são compartilhados por Bomfim em suas obras de

---

<sup>19</sup> Para Angela Alonso, a orientação intelectual dos liberais republicanos era mista e amalgamava elementos da velha tradição imperial com o repertório novo da política científica, permitindo uma interpretação do Brasil que diverge da tradição saquarema sem afrontá-la integralmente. O *Manifesto* identifica a crise do Império como sintoma de decadência, propondo um diagnóstico dessa decadência com base em dois eixos: uma análise das origens das instituições políticas brasileiras e de seu funcionamento e uma apreciação de sua organização social e do regime de trabalho. Essa perspectiva está presente no pensamento de Bomfim, que tem como foco central de suas reflexões sobre a história a preocupação em pensar o sentido da formação nacional com base em uma análise da gênese da sociedade brasileira e da identificação da experiência monárquica no Brasil como sinônimo de decadência estrutural que inviabilizaria o desenvolvimento da tradição nacional. Sobre esse tema ver: ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 e a crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.p. 180-188.

interpretação da formação nacional, nas quais o intelectual sergipano procura dar ênfase à existência de uma tradição histórica brasileira alternativa em relação à história nacional propagada pelas instituições imperiais. Nesse exercício contradiscursivo, Bomfim apropria-se da representação do período regencial que fora sinalizada pelo *Manifesto*, entendendo-a como “elevação do pensamento democrático, um oásis de liberdade entre o despotismo real e a liberdade aparente dos dois reinados” (ALONSO, 2002, p. 183).

Segundo hipótese defendida por Alonso (2002), o *Manifesto republicano* procurou valorizar eventos soterrados pela história saquarema (Inconfidência, revoltas regenciais e Confederação do Equador) como forma de interpor uma crítica e de aproximar os dois reinados. Nesse sentido, o que os liberais republicanos pretendiam era demonstrar que o problema estava na forma de governo. A República era compreendida, pois, como um sistema de governo moderno e racional, com capacidade de expressar a vontade nacional, além de representar uma tendência identificada com a lógica dos novos tempos. Em suma, a República sinalizava para o futuro, enquanto a Monarquia era representada como sinônimo de um passado ao qual o Brasil deveria se desvincular.

De forma geral, podemos dizer que o intelectual sergipano tomou para si o processo de revisão de momentos fundamentais da história brasileira soterrados pela tradição monárquica, aprofundando a perspectiva crítica da geração de 1870 ao resgatar valores culturais anteriores à dominação saquarema. Nas palavras de Alonso:

A explicação histórico-sociológica fomentou a revisão de episódios e líderes soterrados na construção saquarema da história nacional. Movimentos derrotados, como o levante pernambucano de 1817 e a vertente semirrepublicana do liberalismo da regência, expurgados na história oficial do Segundo Reinado, foram relidos como autênticas manifestações da nação. E personagens como Frei Caneca foram reabilitados como heróis épicos, decisivos na fundação da pátria (ALONSO, 2002, p. 243).

Bomfim notabilizou-se pela negação das versões oficiais da história produzida pelo IHGB ao incorporar, como parte de seu método de análise historiográfica, o esforço da geração de 1870 para recuperar novas dimensões da história nacional. Emília Viotti da Costa (1999), em seu estudo sobre as origens da República, considerou que as obras de Bomfim “revelam o desejo de encarar a história do Brasil através de outros prismas e a preocupação em estudar os aspectos



econômicos e sociais” (COSTA, 1998, p. 416). Um exemplo é o uso da linguagem organicista de Manoel Bomfim presente em *América Latina* e criticada por muitos intérpretes como uma fragilidade de seu contradiscurso social, a qual mantém uma relação direta com a visão organicista-evolucionista presente no repertório de ideias adaptadas pelos liberais republicanos para pensar a realidade nacional e compor fórmulas práticas de intervenção política no contexto de crise da tradição imperial. Para os liberais republicanos, os problemas sociais eram entendidos como doenças, decrepitudes e degenerações, e as reformas propostas por eles seriam pensadas profilaticamente como remédios, curas e regenerações necessárias pelas quais deveriam passar a sociedade em sua trajetória de recuperação visando ao progresso social.

Todavia, é importante ressaltar que, como é comum nas filiações teóricas de Bomfim, sua adesão a essa perspectiva organicista dos liberais republicanos é parcial e crítica, uma vez que ele assimila o seu diagnóstico com poucas ressalvas, mas rejeita integralmente a profilaxia apresentada por Bocaiúva, o qual reivindicava, como forma de solucionar o problema da escravidão, a imigração de mão-de-obra para a lavoura, e de famílias para o povoamento, caindo no lugar-comum do pensamento da elite imperial sobre o tema. Em suas obras, Bomfim rejeita veementemente a imigração, considerando-a uma alternativa inviável e prejudicial em longo prazo. A questão central postulada pelo sergipano era redimir o trabalhador nacional por meio da educação e da inclusão social, qualificando-o para o trabalho e ampliando o acesso a uma cidadania efetiva.

Outra questão que deve ser ressaltada é que o liberalismo republicano dialogava, em muitos aspectos, com o liberalismo da tradição imperial. Esse grupo apropriou-se do repertório da política científica, em mediação com a experiência nacional, para interpretar a conjuntura de crise política das instituições monárquicas, mas manteve a preocupação da elite imperial com a manutenção da ordem social, reivindicando apenas uma nova forma de inclusão das massas urbanas (setores economicamente prósperos) no cenário político, que seria redesenhado pela adoção da República.

Esse liberalismo de matizes conservadoras não encontra ressonância nas ideias de Bomfim. É possível afirmar, como fez Antonio Candido (1995), que existe nas ideias de reformas sociais defendidas por Bomfim, sobretudo em *América Latina: males de origem*, a presença de uma concepção reformista ilustrada, que

partilha da crença positiva no papel das elites intelectuais de promoverem reformas sociais capazes de garantir o desenvolvimento social do país. Essa crença está relacionada diretamente à defesa do papel transformador que a educação deveria exercer na formação das consciências individuais nos primeiros anos da República no Brasil, momento em que a escola e o professor foram revestidos de um novo papel social com a função de formar um homem novo, voltado para os desafios do novo século.

O pensamento bomfiniano aponta desde o início para a necessidade de superação da lógica do liberalismo brasileiro em suas mais variadas vertentes, pois coloca como fundamento político de sua obra a defesa da construção de uma sociedade republicana e democrática. Como será salientado em outros momentos da tese, o conceito de democracia de Bomfim afasta-se completamente do sentido atribuído pelos liberais republicanos, que a pensam em oposição à Monarquia. Em sua visão, a democracia seria o caminho viável para a construção de uma sociedade mais humana, justa e igualitária.

A inspiração desse tipo de pensamento já estava sinalizada, de alguma forma, na gênese do ideário republicano, pois o *Manifesto* estrutura a sua crítica ao regime imperial partindo do questionamento da condição de desigualdade e do sistema de concessões e privilégios vigentes no regime monárquico:

O privilégio, em todas as suas relações com a sociedade – tal é, em síntese, a fórmula social e política do nosso país –, privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, todas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou de alguns sobre muitos (MANIFESTO REPUBLICANO *apud* BRASILIENSE, 1878, p.59-88).

Existe um sentido moral na concepção republicano-democrática de sociedade proposta por Bomfim que é singular em relação a outros pensadores de seu tempo e da historiografia brasileira de forma geral. É essa perspectiva democrático/libertária de Bomfim que confere especificidade a seu pensamento político e historiográfico, pois, em suas obras, fica evidente que o esforço de reescrita da história do Brasil deveria abrir espaço para um processo de formação de uma consciência histórico-crítica que evidenciaria a condição de exclusão sofrida por amplos setores da sociedade.

Tal consciência crítica da exclusão serviria como um elemento impulsionador de transformações sociais capazes de integrar a população mais pobre do país em um projeto de nação mais igualitária, que, ao diminuir o abismo existente entre elite e povo, construiria uma identidade nacional harmonizada e coletivamente mobilizada para alavancar um processo de modernização da sociedade capaz de inserir o Brasil entre as nações “modernas e civilizadas”. Em Bomfim, o desenvolvimento nacional nunca é pensado de forma separada do desenvolvimento social, ou seja, o desenvolvimento postulado pelo intelectual sergipano para a nação passa por uma valorização do indivíduo. Em outros termos, somente por meio da reabilitação da condição de miséria e pobreza vivenciada por grande parte da população brasileira, seria possível o desenvolvimento nacional.

Suas reflexões políticas e intelectuais estão alicerçadas em fontes múltiplas e variadas, por isso é correto vincular sua posição tanto ao liberalismo quanto ao anarquismo, ao marxismo e ao evolucionismo. O que ele propõe como horizonte político de suas ideias é a defesa de uma sociedade justa e igualitária, que apenas seria alcançada pela implantação de mecanismos capazes de corrigir as desigualdades historicamente impostas ao longo do processo de colonização, criando novas oportunidades para setores excluídos historicamente do acesso à riqueza material e à inclusão social. Nesse sentido, seu pensamento é utópico, uma vez que rejeita a experiência do passado, entendido como dominação, e é pessimista em relação ao presente, pois percebe a impossibilidade material de consolidação imediata desse projeto em função da ausência de condições estruturais para implantá-lo, relegando a sua consecução ao futuro.

Dessa lógica de pensamento, resulta a sua proposta de valorização da educação popular e democrática, uma vez que seria por meio dela que se edificariam as consciências futuras. Citando Leibnitz (1646-1716), Bomfim proclamava em seu discurso às normalistas em 1904: “dae-me a educação de duas gerações, e eu transformarei a face do mundo”(LEIBNITZ *apud* BOMFIM, 1904. p. 8).

Analisando por esse viés, podemos dizer que a especificidade de seu pensamento reside na defesa da inclusão social como elemento fundamental para o progresso da sociedade. Nesse sentido, seu nacionalismo é democrático, inclusivo e de tendências antirracistas.

### 1.3. Um mundo a ser conhecido: os primeiros passos de um provinciano na capital do Império

Manoel José, assim como muitos intelectuais de seu tempo, ingressou na Faculdade de Medicina na Bahia em 1886, mas finalizou seus estudos na capital do Império em 1888. A forte amizade com o jornalista Alcindo Guanabara<sup>20</sup> conduziu o jovem intelectual sergipano a aventurar-se no Rio de Janeiro. Segundo Ronaldo Conde Aguiar (1999), Manoel Bomfim, logo ao chegar ao Rio de Janeiro, fora apresentado a Olavo Bilac (1865-1918). A amizade com Bilac frutificou em vigorosa parceria intelectual, da qual se destaca a obra *Através do Brasil*, publicada em 1910, que, dada a sua importância, será analisada em seção à parte. Antes de adentrarmos na análise da prática e dos meios intelectuais da época, situaremos os aspectos centrais que antecedem a chegada de Bomfim à capital do país, uma realidade social tão diversa da qual conhecia até aquele momento.

Um dos aspectos de sua biografia que consideramos importante para os objetivos deste trabalho diz respeito à origem social de Manoel José do Bomfim, que poderia ser enquadrado, em 1886, como membro destacado da elite sergipana. Entretanto, diferentemente do perfil corrente de elite no Brasil imperial<sup>21</sup>, Bomfim não

---

<sup>20</sup> Alcindo Guanabara nasceu em Magé, Rio de Janeiro. Cursou a faculdade de medicina, mas abandonou esse campo para se dedicar ao jornalismo, profissão em que alcançou algum destaque como diretor do jornal republicano *Correio do Povo*, atuando também em jornais como *O Paiz e A Tribuna*. Fundou com Manoel Bomfim, em 1904, o jornal *A Nação*. E assim como a maioria dos intelectuais do período fez parte das rodas de boemias do Rio de Janeiro, nas quais constituiu amizade com autores como Olavo Bilac (1865-1918), Luís Murat (1861-1929), Guimarães Passos (1867-1909), Aluísio Azevedo (1857-1913) e Manoel Bomfim, com quem nutriu uma profunda amizade desde a época em que cursavam a faculdade de medicina da Bahia. Em reconhecimento público ao amigo estimado, e também muitas vezes padrinho, Bomfim dedicou a ele o seu livro *Pensar e dizer. Estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*, publicado em 1923. Observação: Todas as informações biográficas sobre o autor foram extraídas respectivamente das obras: AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999 e GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e o Brasil na história*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.

<sup>21</sup> Segundo José Murilo de Carvalho em seu estudo sobre a formação das elites imperiais, parte considerável dos autores que buscaram refletir sobre as elites no período Imperial preocupou-se com a pergunta “quem manda?”, isto é, com a identificação precisa das pessoas ou grupos que exerciam o poder. Para responder a essa questão, o pesquisador desenvolve uma tipologia das elites imperiais, buscando identificar certa unidade que caracterizaria as elites, chegando a perceber alguns fatores comuns, como o pertencimento à aristocracia agrária, formação na Universidade de Coimbra, maior centro de formação de bacharéis da coroa portuguesa e na qual eram formados os filhos da aristocracia brasileira, bem como o ingresso na vida política como membros do segundo ou do primeiro escalão da administração imperial, onde adquiriam experiência para ascenderem como classe política dominante no exercício dos cargos de maior prestígio na política brasileira do período. Sobre o tema, ver: CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro de Sombras: a política imperial*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

pertencia a uma aristocracia, no sentido estrito do termo. Sua genealogia familiar está ligada a um personagem, consagrado por Gilberto Freyre em *Sobrados e mucambos* (1936) como legítimo representante de um grupo social emergente, ou seja, o mulato.

Ainda que nesse momento não seja necessário entrar nos aspectos historiográficos dessa questão, cabe ressaltar que o patriarca da família Bomfim tem o perfil arquetípico dessa sociedade nordestina descrita por Freyre, o qual pode ser definido como um “vaqueiro sertanejo mestiço”, que nada sabia de sua história de vida e que, diante da ausência de documentos, de um sobrenome e da necessidade de efetivar o seu casamento com uma próspera viúva comerciante de Aracaju, adotou o nome de sua cidade natal Bom Fim do Carica (Cariri), única referência de sua origem social.

Mesmo reconhecendo que a transição do nome de Manoel José para Manoel Bomfim fora uma indicação de seus pares intelectuais – Alcindo Guanabara fez pessoalmente essa indicação –, partimos do pressuposto de que um dos aspectos que o levou a essa conversão se deve ao fato de que o sergipano gostava da referência às raízes sertanejas de sua formação familiar, traço definidor da cultura brasileira que, em sua perspectiva histórica, em consonância com os estudos de Capistrano de Abreu, desenvolveu-se na conquista e ocupação do território. Bomfim era filho de um vaqueiro sem escolaridade do sertão, que, pela via matrimonial, tornou-se comerciante e, posteriormente, já em fase de decadência da economia açucareira no Brasil, tornou-se proprietário de um engenho, que nesse período valia mais como *status* do que como atividade economicamente rentável. Com isso, podemos dizer que a formação familiar como núcleo inicial de constituição das experiências históricas de Bomfim, embora não seja um caso único, é bem distinta da maioria dos intelectuais brasileiros do período.

Diversos comentadores da obra *América Latina: males de origem* já chamaram a atenção para as possíveis influências de sua relação com o pai em sua interpretação futura das teorias raciais, as quais apontavam para a inferioridade de negros e índios e para o sentido degenerativo da mestiçagem. Tais condições construía uma visão do mestiço como elemento degenerado e incapaz de se autogovernar, ou progredir socialmente, sendo apontados pelas teorias deterministas como os principais fatores impeditivos do desenvolvimento dos países neobéricos.

Em suas obras, Bomfim foi um defensor ferrenho da capacidade dos brasileiros em específico e dos latino-americanos em geral de alcançarem o desenvolvimento e o progresso social. Embora não possa ser atribuída uma referência direta, é lícito acreditar que a experiência familiar e o exemplo do pai, como mestiço que progrediu socialmente ascendendo de um simples vaqueiro do sertão a um grande comerciante da cidade de Aracaju, tenham exercido forte influência na maneira como Bomfim teorizou sobre o papel da mestiçagem na formação da sociedade brasileira.

Sua chegada (bem como a permanência) na capital do Império só se tornou possível em função do ciclo de amizades que ele formou quase sempre sob a influência de Alcindo Guanabara, personagem conhecido no meio intelectual do Rio de Janeiro e detentor de certo reconhecimento nas rodas de intelectuais e boêmios da Rua do Ouvidor, verdadeiro centro pensante onde se encontravam os mais renomados intelectuais do período para discutir ideias e embriagarem-se<sup>22</sup>. As amizades e parcerias de Guanabara e Bilac garantiriam a Bomfim espaços na imprensa e no mercado editorial do período.

Segundo Alexandro do Nascimento Santos (2010) a Rua do Ouvidor deve ser entendida como um lugar social profundamente marcado pela presença e atuação dos setores mais esclarecidos da sociedade carioca no século XIX, configurando-se como um espaço importante para a construção de afinidades individuais e de disputas intelectuais. Constituíam-se, assim, como um campo de oportunidades para os jovens intelectuais, que, nesses ciclos de boemia, fortaleciam suas relações sociais e se mostravam para livreiros e editores que frequentavam esses lugares para arregimentar seus futuros escritores. Nas palavras de Medeiros e Albuquerque (1867-1934), a Rua do Ouvidor “parecia uma igreja em dia de festa” (MEDEIROS E ALBUQUERQUE *apud* SANTOS, 2010, p. 12), pois era quase impossível andar livremente em função do forte fluxo de pessoas e lá se poderia encontrar a fina flor da intelectualidade carioca do período.

Nos primeiros anos de sua estadia na cidade do Rio de Janeiro, Bomfim acompanhou com certa proximidade os principais acontecimentos políticos que desencadearam transformações sensíveis na sociedade brasileira, como a abolição

---

<sup>22</sup>Estes espaços e redes de sociabilidades intelectuais foram estudados por Jeffrey Nedell em sua obra *Belle Époque tropical: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

da escravatura e a proclamação da República. Poderíamos dizer que o intelectual sergipano foi um “observador participante”, que assistiu a grande parte desses acontecimentos de um lugar privilegiado, garantido pela proximidade de seus pares intelectuais – alguns dos quais atuaram diretamente nesses eventos e outros que, assim como Bomfim, se posicionaram em relação a eles na imprensa.

Sobre o 13 de maio de 1888, Aguiar (1999) narra que, “misturado à multidão, Manoel José, ao lado de Olavo Bilac, Luis Murat (1861-1929), Guimarães Passos (1867-1909) e Aloísio Azevedo (1857-1913), viu quando Joaquim Nabuco (1849-1910) surgiu na sacada e com voz embargada transmitiu a todos a notícia” (AGUIAR, 1999, p. 129). Nesse período, Bomfim, por intermédio de Olavo Bilac, já havia estabelecido amizade com o “tigre da abolição”, José do Patrocínio (1853-1905), ainda não como colaborador direto, mas como frequentador assíduo da redação do periódico a *Cidade do Rio*. Tal semanário era propriedade de José do Patrocínio e teve forte atuação nas campanhas abolicionistas e no período posterior à abolição, num esforço de disseminação do isabelismo que culminaria numa das primeiras querelas intelectuais presenciadas e posteriormente protagonizadas pelo sergipano no Rio de Janeiro.

Essa disputa de posições políticas e ideológicas foi protagonizada por José do Patrocínio e Pardal Mallet e teve como corolário uma subdivisão no interior do grupo, levando à criação do semanário *A Rua*, manifestadamente republicano e anti-isabelista em clara oposição a Patrocínio. Criado por Pardal Mallet (1864-1894) e composto por nomes renomados do jornalismo da época<sup>23</sup>, em que figurava, ainda com um tom de coadjuvante, o nome de Manoel Bomfim. Esse fato documentado e narrado por Aguiar (1999) demonstra que o processo de integração do sergipano no campo intelectual da época foi rápido, pois ainda recém-chegado à cidade, e mesmo antes de se matricular formalmente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, já estava constituindo amizades e parcerias que se tornariam fundamentais para sua adaptação à capital do Império no auge da *Belle Époque* e permanência nela.

Ao instalar-se na cidade do Rio de Janeiro em 1888, Bomfim insere-se em um meio intelectual profundamente marcado pelos debates da crise da Monarquia, abolicionismo e República. José Murilo de Carvalho (1999) demonstra que se

---

<sup>23</sup> Segundo Aguiar, o semanário *A Rua* tinha como diretor proprietário Pardal Mallet, Luís Murat, Olavo Bilac e Raul Pompéia como redatores permanentes e Guimarães Passos, Coelho Neto, Alberto de Oliveira, Arthur Azevedo, Gastão Bousquet, Pedro Rabelo, Augusto Lima e Manoel Bomfim como colaboradores.

formaram três propostas em torno da bandeira do republicanismo, as quais expressavam claramente seus vínculos com grupos sociais determinados. A primeira versão de republicanismo está vinculada aos proprietários rurais, sobretudo paulistas, em que “convinha-lhes a definição individualista do pacto social” (CARVALHO, 1999)<sup>24</sup>, sem qualquer forma de participação popular no processo de implantação do novo regime. As outras duas propostas vinculam-se aos profissionais liberais urbanos, oriundos de uma aristocracia dissidente, e ao militarismo. Essa postura mais conservadora e aristocrática é vista pelo autor como inegavelmente vitoriosa nesse processo. Carvalho (1999), em consideração muito próxima do pensamento de Bomfim em *O Brasil nação*, afirma:

Apesar da abolição da escravidão, a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração de poder. Nessas circunstâncias, o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sansão da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário (CARVALHO, 1999, p. 25).

Bomfim, em meio a esse turbilhão de circunstâncias históricas, encontra-se muito mais próximo da segunda tipologia proposta por Carvalho, caracterizada pela presença de elementos da população urbana, “formada por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes, para quem o regime imperial aparecia como limitador das oportunidades de trabalho”(CARVALHO, 1999, p. 25-26). Embora não se possa falar de uma homogeneidade ideológica que os defina como grupo, podemos dizer que essa parcela da sociedade igualmente descontente com os resultados da Monarquia era mais atraída pelas questões abstratas em favor da liberdade e da igualdade, divergindo em termos práticos tanto com relação à solução americana do movimento, quanto ao modelo jacobino. Esse grupo, embora minoritário, foi um contraponto às perspectivas republicanas dos cafeicultores paulistas e ao modelo positivista endossado pelos militares.

Mesmo quando estabelecemos tipologias para pensarmos as realidades sociais, não podemos trabalhar com categorias rígidas, uma vez que a vida social em suas múltiplas variáveis não se enquadra plenamente em nenhum conceito, por mais preciso que ele possa ser. Dessa forma, não podemos pensar as ideias ou os

---

<sup>24</sup>CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.



grupos republicanos como categorias estanques. Assim, mesmo que identificado com o grupo de profissionais liberais, Bomfim se relacionava com as múltiplas faces do movimento, especialmente no nível da ação prática, pois não podia se esquivar das relações tradicionais que lhe assegurariam acesso ao mercado de trabalho, bem como a continuidade de sua carreira como médico e intelectual em um campo político marcadamente competitivo<sup>25</sup>.

Nesse sentido, somos levados a reconhecer, em função da dinamicidade do contexto, que essas vinculações institucionais de Bomfim, bem como algumas afinidades individuais, não atuavam como fatores determinantes da postura crítica desse intelectual, que, mesmo fazendo parte dos jogos tradicionais de poder, insurgiu criticamente contra as instituições vigentes, rompendo, muitas vezes, laços institucionais e afinidades individuais, conformando posturas próprias no meio intelectual do período. Posturas que, posteriormente, virão a constituir suas identidades como pensador social e como proponente de projetos para construção da identidade nacional e do estado brasileiro, tanto no plano intelectual, por meio de suas obras, quanto no plano político, como deputado federal por Sergipe, atuando como um defensor veemente da educação.

Um exemplo ilustrativo dessa dinamicidade das práticas intelectuais no período foi a questão do Florianismo, uma crise política e militar que ganhou força após a renúncia de Deodoro, causando acalorados debates no meio político, militar e intelectual da época e levando à formação de dois polos distintos: um que apoiava a permanência de Floriano no poder e outro que fazia profundas críticas a

---

<sup>25</sup> É dessa forma – junto aos setores urbanos, compostos por jornalistas, escritores e editores – que Manoel Bomfim vai conquistar, gradativamente, seu espaço na imprensa carioca. Contudo, como profissional da medicina e, posteriormente, como profissional da educação, vai ser pela proximidade e pelos diálogos desse grupo com outros setores tradicionais, e por que não dizer, vitoriosos no processo de implantação da República no Brasil (fazendeiros e militares), que ele irá conseguir se estabelecer no serviço público, primeiramente como médico responsável pela brigada militar do Rio de Janeiro, na qual, segundo Ronaldo Conde Aguiar, por intermédio da influência de amigos (Alcindo Guanabara), foi rapidamente promovido ao posto de tenente (1891), o que já era uma conquista social significativa para um jovem provinciano de 23 anos de idade, e, posteriormente, após abandonar a atividade médica, como professor e gestor público do sistema educacional no Distrito Federal. Segundo a maioria dos intérpretes que analisam aspectos biográficos da vida de Manoel Bomfim (AGUIAR, 1999; GONTIJO e SANTOS, 2010), foi em junho do ano de 1896, por meio de uma indicação direta de Alcindo Guanabara ao prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Furquim Werneck de Almeida, que também era médico, que o sergipano foi nomeado subdiretor do *Pedagogium* e, ainda no mesmo ano e na administração de Medeiros e Albuquerque, ao posto de diretor-geral. Uma função que desempenharia por dezenove anos, consolidando, ao longo desse período, a sua prática educacional, bem como seu abandono definitivo da atividade médica em detrimento de sua paixão, muitas vezes confessada, pela educação e pela história do Brasil e da América Latina.

suamantenção e reivindicava a realização de eleições para presidente. Segundo Ronaldo Conde Aguiar (1999), o “primeiro grupo reunia escritores como Raul Pompéia, Medeiros e Albuquerque, Paula Nei, Lúcio de Mendonça e Emilio de Menezes” (AGUIAR, 1999, p. 165), e o segundo era composto por “Pardal Mallet, Coelho Neto, Luiz Murat, Aloísio Azevedo, José do Patrocínio, Rui Barbosa, Capistrano de Abreu e Manoel Bomfim” (AGUIAR, 1999, p. 165). Essas disputas e a posterior vitória de Floriano e dos florianistas levou à perseguição e à prisão de vários opositores, entre eles Alcino Guanabara e Olavo Bilac, que chegou a ser preso durante quatro meses por causa de sua postura crítica em relação ao governo de Floriano.

Numa perspectiva geral, a perseguição política aos intelectuais que mantiveram uma postura crítica em relação ao governo de Floriano demonstra o grau de integração dos intelectuais com as questões políticas do período; já numa perspectiva individual, revela um efeito significativo sobre a biografia de Bomfim, pois, nesse contexto, temendo a perseguição política em função de críticas produzidas por ele em jornais e revistas, ele se viu obrigado a deixar a cidade do Rio de Janeiro, mudando-se para o interior de São Paulo. Sobre esse episódio, Ronaldo Conde Aguiar narra que “Bomfim foi informado de que iria ser preso na manhã de 28 de setembro de 1893, uma quinta-feira. Quem lhe trouxe a informação foi um anônimo e agradecido oficial de polícia, cuja esposa fora tratada e curada por Manoel Bomfim” (AGUIAR, 1999, p. 168).

A estadia e suas atividades no período em que viveu em Mococa são geralmente pouco conhecidas e quase nada se tem relatado. Contudo, um episódio que é sempre lembrado quando se aborda a vida do intelectual sergipano é a morte da filha, que ocorreu em 15 de outubro de 1894 e exerceu grande influência na vida do autor.

Com base nos traços de personalidade que podemos inferir por suas obras e nos relatos de amigos e biógrafos, podemos dizer que Bomfim era um homem forte e exigente com todos e, sobretudo, consigo mesmo, assumindo posturas individuais que se aproximavam da intransigência e do autoritarismo, consolidando um radicalismo profundo que se tornara traço marcante de suas ideias e práticas. Em função desses traços de personalidade e de sua reconhecida valorização da paixão como elemento formador da ação humana, Bomfim frustrou-se profundamente com a impossibilidade de salvar a filha doente, transferindo sua

frustração individual para a prática da medicina e para a cidade, que passou a ser vista como marco de uma memória que o sergipano queria esquecer.

Adentrar no domínio dos sentimentos individuais, embora não seja uma barreira intransponível, impõe certos limites para historiadores e sociólogos; por essa razão, seria praticamente impossível reconstruir historicamente o sentido individual que essa fatalidade adquiriu na vida de Bomfim. Segundo relato de Aguiar (1999), Bomfim não gostava de falar sobre isso nem mesmo com a esposa, represando em seu peito um forte sentimento de frustração e mágoa que nunca revelaria a ninguém.

O fato é que, em menos de dois meses após o ocorrido, Manoel Bomfim deixaria para trás a cidade de Mococa, onde passou a residir em função de perseguições políticas. Com a morte de sua filha, o intelectual sergipano abandonou a prática da profissão que assumira como paixão, a medicina. A partir de 25 de junho de 1896, dedicou-se – também apaixonadamente – ao campo da educação como subdiretor do *Pedagogium*<sup>26</sup>. Essa nomeação foi fundamental para sua afirmação intelectual, pois foi nessa instituição que ele consolidou uma série de relações sociais que lhe asseguraram um espaço de destaque como professor da Escola Normal e, posteriormente, como gestor de assuntos educacionais. Tal posição lhe permitiu uma viagem para estudar psicologia em Paris, em 1903, com subsídios do Estado, bem como lhe abriu oportunidades para iniciar suas atividades como avaliador e produtor de livro didático.

O *Pedagogium* vai ser o lugar social a partir do qual Manoel Bomfim irá produzir e divulgar suas ideias relativas à educação. Um lugar institucional que garantia certo prestígio social afirmando uma posição de destaque em meio a seus pares intelectuais, com os quais ele passaria a estabelecer relações pessoais orientadas por afinidades teóricas, afetivas e institucionais.

---

<sup>26</sup> Grande parte dos estudiosos da obra de Bomfim (Aguiar, Gontijo, Santos, Botelho) definem o *Pedagogium* como um museu pedagógico criado em 1890 na cidade do Rio de Janeiro. Em 1897 foi transformado num centro de cultura superior e, em 1906, recebeu o primeiro laboratório de psicologia experimental do Brasil, que foi montado, idealizado e administrado por Manoel Bomfim. O museu teve, no total, cerca de 30 anos de existência, sendo extinto em 1919. A ideia de sua criação surgiu em 1882, inspirada na reforma do ensino realizada por Rodolfo Dantas, com o apoio do parecer do projeto de ensino primário de Rui Barbosa. A iniciativa foi de Benjamin Constant à frente do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Entretanto, sua fundação ocorre somente em 1890. A proposta inicial era o centro propulsor das reformas e melhoramentos de que carecia a educação nacional, com ênfase principalmente ao ensino nas escolas normais. Em linhas gerais, ele deveria agir como um centro nacional de controle e coordenação das atividades pedagógicas no país.

A representatividade desses espaços institucionais pode ser vislumbrada na passagem que vincula diretamente a participação de Bomfim no ato de criação da Academia Brasileira de Letras. Inicialmente no processo de constituição da própria academia, Machado de Assis, por convicções que não necessitam ser avaliadas aqui, queria reservar um lugar para o emergente intelectual sergipano entre os primeiros quarenta imortais da academia, mas Bomfim recusou a oferta e também se recusou a ocupar uma das cadeiras vagas na instituição ao ser indicado por membros importantes da academia.

Para Aguiar (1999) e Gontijo (2010), essa negação se devia ao fato de Bomfim não concordar com o cerimonialismo de determinadas práticas intelectuais correntes na Primeira República e demonstrar certa aversão a ele. Talvez Bomfim não tivesse consciência do alcance de sua decisão, pois a ABL se tornaria uma instituição importante no processo de conformação do campo intelectual no Brasil:

Composta por um número limitado de agentes, a academia possuía ainda um inquestionável e poderoso valor simbólico: ela separava os ícones (os acadêmicos) dos demais (os não acadêmicos), fertilizando a formação de uma hierarquia de relevância dentro do campo intelectual (AGUIAR, 1999, p. 202).

Conscientemente ou não, o jovem intelectual sergipano, em um momento de afirmação de seu nome no meio intelectual brasileiro, rejeitou o convite feito pelo autor de *Dom Casmurro*, possivelmente pela sua rejeição às práticas hierarquizantes e marcadamente excludentes das instituições brasileiras do período.

Segundo Aguiar (1999), Gontijo (2010), Santos (2010) e Fischer (2003), tanto Bomfim como muitos dos seus pares intelectuais, como Bilac, Medeiros e Albuquerque, Guanabara e Francisco Alves, participaram das reuniões ocorridas na redação da *Revista Brasileira*, que era dirigida na época por José Veríssimo (1857-1916), na qual, nas palavras de Santos (2010), “foram redigidos os estatutos da ABL. Findada a etapa de elaboração dos regulamentos, os partícipes das reuniões foram os primeiros convidados à imortalidade”. O convite foi endossado pelos demais participantes, menos por Manoel Bomfim.

Bomfim, como diretor do *Pedagogium*, desempenhou papel importante nesse acontecimento de forte impacto simbólico para a intelectualidade brasileira, pois o espaço mais apropriado para a cerimônia de inauguração da nova Academia seria uma das salas do *Pedagogium* e coube a ele, como diretor em exercício, a tarefa de

responder ao pedido formal feito pelo escritor de *Esaú e Jacó*. Na requisição, transcrita por Medeiros e Albuquerque, pode-se ler:

Ilustríssimo Senhor Machado de Assis: a sala, o *Pedagogium* e tudo mais que depender de mim, estão a sua disposição, pelo tempo que quiser e como for preciso. Rogo-lhe comunicar-me oportunamente o dia que tiver designada para a inauguração e, assim, espera as suas ordens o seu admirador Manoel Bomfim<sup>27</sup>.

Essa postura incomum pode ser entendida como traço de personalidade de Bomfim, que também se manifestou quando ele recusou o espaço ofertado pela imprensa para rebater as críticas de Silvio Romero (1851-1914) em relação a sua obra *America Latina: males de origem*, em 1905. Bomfim, ao se posicionar como democrata radical, abdicou de participar de disputas e querelas intelectuais comuns à elite letrada.

Sua frustração com as instituições oficiais será, assim, uma marca de seu pensamento histórico, sobretudo a partir de 1905, com a elaboração de seu conceito de parasitismo, e atingirá a culminância lógica de suas ideias, conforme demonstrou Antonio Candido (1995), em sua obra *Brasil nação: realidade da soberania brasileira 1932*, em que sinaliza uma via revolucionária para a superação das desigualdades sociais no Brasil.

Ao longo deste capítulo, buscamos apresentar o pensamento histórico de Bomfim como uma das representações possíveis do Brasil disponíveis na cultura histórica de seu tempo. Suas obras refletem diretamente o debate sobre tradição e modernidade presentes no itinerário político e intelectual brasileiro desde a geração de 1870 e sinalizam para a necessidade de elaboração de novos sentidos históricos, capazes de caracterizar a sociedade brasileira numa nova conjuntura social, econômica e política trazida à cena com o fim da escravidão e do regime monárquico.

Sua trajetória biográfica como membro de uma elite provinciana mestiça ligada ao comércio, que consegue fixar-se e prosperar intelectualmente na capital do

---

<sup>27</sup> Trecho da Carta resposta de Bomfim a Machado de Assis transcrita por Medeiros e Albuquerque e citada parcialmente em SANTOS, Alexsandro do Nascimento. *Pátria, nação, povo brasileiro na produção de Manoel Bomfim e Olavo Bilac: livro de leitura (1899) e Através do Brasil (1910)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010, p.31 e em AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 202.

Império pelo estabelecimento de redes de sociabilidades entre seus pares compostos de intelectuais e profissionais liberais, possibilitou-lhe estar presente no meio da “tempestade” de ideias que chegou ao Rio de Janeiro no período, dando-lhe um lugar privilegiado para exercitar suas atividades de crítica intelectual.

É a partir desse espaço institucional (*Pedagogium*) e numa função institucionalizada (Diretor de Instrução Pública), revestida por certo prestígio social, que Bomfim, como um ator protagonista no teatro das reformas educacionais iniciadas a partir do primeiro governo republicano, pensará a importância da educação para a remissão das desigualdades sociais, visando, como horizonte de expectativa, à constituição de uma sociedade mais democrática e justa, capaz de elevar a nação brasileira ao ideal de progresso e civilização almejado pelo pensador sergipano.

## CAPÍTULO 2 – MANOEL BOMFIM E A QUESTÃO EDUCACIONAL/NACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Manoel Bomfim pensou o Brasil democraticamente. Não pretendeu nos arianizar. Não fez do negro o culpado pelo nosso atraso. Este, ele debitou ao que chamou de “parasitismo social” responsável pela fome e pela miséria que ainda hoje fazem do brasileiro um sub-homem, um infra-homem.

Franklin de Oliveira<sup>28</sup>

Consultae as tradições da nossa pátria, através de todas as suas phases, e não encontrareis nunca a instrução e a educação popular na ordem dos problemas a resolver. Lêde as cogitações de uns e de outros, empenhados em promover o bem geral, e em atender às grandes necessidades coletivas, e vereis o sem numero de projectos e de medidas salvadoras; vereis como a sorte do paiz se liga sucessivamente ou simultaneamente à resolução dos problemas mais desenhados; de tudo se trata, tudo se pede, tudo se exige como necessário, menos o preparo, a instrução e a educação das gerações futuras; menos o realçamento, o progresso intelectual e moral dos indivíduos.

Manoel Bomfim<sup>29</sup>

Neste segundo capítulo, nosso objetivo é refletir sobre duas temáticas que foram preponderantes nos primeiros anos da República e que se encontram profundamente relacionadas no pensamento de Manoel Bomfim. Conforme tentamos esboçar no capítulo anterior, a questão educacional é uma temática central em seu pensamento e norteia toda a sua leitura histórica da formação nacional. Nesse sentido, a questão nacional e a educacional estão imbricadas na obra do intelectual sergipano.

Sua vinculação com as reformas educacionais do período republicano não é apenas teórica, mas sobretudo prática, visto que ele ocupa um lugar de destaque como gestor educacional, professor e produtor de livros voltados para a escola. Dessa forma, a sua leitura do passado brasileiro é mediada por um desejo de intervenção nas questões educacionais de seu tempo. Nesse campo, ele foi homem de ideias e de ações, tanto no plano administrativo, quanto no plano legislativo,

<sup>28</sup>OLIVEIRA, Franklin. Manoel Bomfim: o nascimento de uma nação. Prefácio à 4. edição de *América Latina: males de origem*, 2005.

<sup>29</sup>BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução*. Rio de Janeiro: Tipographia do Instituto Profissional, 1904. p. 7.

atuando sempre como um defensor apaixonado das capacidades transformadoras da educação.

Buscando ampliar nossa compreensão sobre os sentidos e as formas de atuação de Bomfim em relação à educação brasileira de seu tempo, vamos analisar algumas práticas e textos produzidos por ele em jornais, revistas e cerimônias públicas, os quais nos fornecem pistas sobre as maneiras com que ele articula educação, identidade nacional e pensamento racialem seu pensamento histórico. Nos três últimos tópicos do capítulo, procuramos aprofundar a análise dessas temáticas por meio de uma interpretação do ensaio *América Latina: males de origem*, no intuito de demonstrar de que maneira, na perspectiva de Bomfim, a complementariedade da educação e da história eram áreas fundamentais para a formação da personalidade humana e, portanto, instâncias fundamentais para o desenvolvimento nacional.

## 2.1. Manoel Bomfim e a questão educacional na Primeira República

O conceito de instrução popular defendido por Manoel Bomfim está associado a uma proposta de desenvolvimento de uma educação conscientizadora, voltada diretamente para a compreensão dos aspectos condicionantes no processo de formação da nação brasileira e dos países neobéricos. Seus textos apresentam, de forma ainda que germinal, uma proposta educacional que posteriormente será conceituada com maior profundidade e abrangência por Paulo Freire como uma proposta de educação libertadora<sup>30</sup>. Sobre essa proposta, o pesquisador Dênis Wagner Machado analisa que, “na perspectiva bomfiniana, esse conjunto de novas atitudes no campo educacional poderia finalmente resultar na superação dos males que afligiam a sociedade brasileira, sobretudo carioca, do princípio do século XX” (MACHADO, 2014, p. 17).

Machado (2014), ao refletir sobre as práticas institucionais de Bomfim, como gestor educacional, professor e político preocupado com o desenvolvimento de um

---

<sup>30</sup> Trabalhar com a ideia da antecipação ou do pioneirismo é uma tarefa sempre arriscada em uma reflexão historiográfica, mas o que gostaríamos de chamar atenção com a adoção dessa proposta de análise é que de certa forma Bomfim irá deslocar em seus textos o eixo tradicional do processo de ensino-aprendizagem para o aluno, pois ainda que em seus textos educacionais o professor seja considerado como o elemento principal nesse processo, ele já sinaliza para a compreensão de que o processo de produção do conhecimento é protagonizado pelo aluno, cabendo ao professor à tarefa apenas de mediador dessa aprendizagem.



projeto para o desenvolvimento de um plano geral para a educação brasileira de seu tempo, identifica e conceitua três fases que caracterizariam o pensamento bomfiniano: a utopista, a higiênica e a revolucionária. Como qualquer esquema conceitual, a proposição de Machado (2014) apresenta limites, pois há o risco de se tomar tal distinção de modo rígido sem que se perceba a imbricação das três fases na constituição do pensamento de Bomfim. Contudo, essa ferramenta conceitual pode ser útil para caracterizar as mudanças estruturais presentes no pensamento do autor.

Para Machado (2014), cronologicamente, a primeira fase corresponde à primeira década do século XX, período em que o pensamento do autor apresenta-se de forma mais utópica e visionária. As publicações mais conhecidas que caracterizam essa fase são *O progresso pela instrução* (1904) e *América Latina* (1905). Em ambas as obras, nota-se a crença na educação como possibilidade para a passagem de um Brasil arcaico para um Brasil moderno. Nelas, a educação seria a chave para a superação dos males de origem da formação nacional, entendidos como o triste legado do colonialismo ibérico, responsável pela situação de desigualdade e miséria em que se encontravam grande parcela da sociedade brasileira. Nesse sentido, a educação era entendida por Bomfim como o caminho para a constituição de uma identidade brasileira capaz de garantir a inclusão e o progresso social para uma camada excluída da sociedade que padecia pelo analfabetismo, pela miséria e por um leque enorme de doenças e epidemias.

A segunda fase, caracterizada por Machado (2014) como a mais longa, se estenderia da década de 1910 até praticamente toda a década de 1920. Uma característica marcante dessa fase é a ênfase na escolarização das massas como fundamento para o fortalecimento da nacionalidade. A ampliação de uma demanda educacional gerou uma oferta maior de ensino no período por meio da integração de novos atores sociais no processo, que culminou na prática no desenvolvimento de um sistema de ensino voltado à preparação de uma mão de obra mais qualificada no intuito de atender às necessidades da nova dinâmica social imposta pelo capitalismo industrial, ascendente no período da Primeira Guerra Mundial e no pós-guerra, fato que impulsionou uma modernização dos espaços urbanos e, conseqüentemente, das instituições educacionais. Nesse período, a escola e os ideais de educação foram ampliados, constituindo uma cultura educacional que teve como corolário o desenvolvimento de uma cultura escolar.

A terceira fase estaria relacionada aos últimos anos de vida do intelectual sergipano, sobretudo em relação à obra *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*, na qual Bomfim passou a defender uma via revolucionária, nos moldes da revolução mexicana, como única saída viável para o desenvolvimento nacional. Ratificava, com isso, uma profunda descrença na capacidade de as elites apoiarem reformas educacionais que iriam contrariar seu conservadorismo, visto que essas elites é que seriam os agentes beneficiados pelo atraso nacional.

Esse esforço de identificar três fases no pensamento de Bomfim configura-se uma proposta analítica plausível, desde que reconhecida como uma forma didática de caracterização geral do pensamento bomfiniano, tanto em suas práticas institucionais quanto em sua produção. Essa observação é relevante na medida em que a obra de um intelectual não pode ser entendida de forma monolítica, visto que o que deve ser ressaltado é a sua capacidade de compreender o processo histórico de constituição e de crise das instituições sociais de modo crítico, bem como a inserção do seu pensamento no espaço de experiência, que é parte constituinte de sua forma de pensar a realidade social.

Nesse sentido, da mesma maneira como não podemos acreditar que exista no pensamento de Bomfim uma teoria educacional homogênea presenteem toda a sua produção intelectual, também não é prudente identificar em seu pensamento fases que compartimentalizem a sua produção de forma estanque. Visto dessa forma, podemos dizer que o Bomfim utópico de fins do século XIX e, sobretudo de 1905, presente em *América Latina*, era também revolucionário, uma vez que rejeitava de forma veemente o sistema de verdades erigido pelo campo intelectual e político de seu tempo. Nessa mesma direção, o Bomfim revolucionário de *O Brasil nação* permanecia utópico, pois compartilhava a crença na capacidade revolucionária do povo brasileiro, identificado como historicamente aviltado pelas elites conservadoras desde o período colonial.

Nessa perspectiva, o esforço analítico proposto por Machado (2014) para tentar conceituar ideias e períodos característicos de certos momentos da trajetória do intelectual sergipano é relevante porque ajuda a aprofundar o entendimento sobre as obras do autor e seu contexto social de produção; sobretudo por apresentar um fio condutor que nos ajuda a compreender a dialética constante dos indivíduos com as instituições sociais de seu tempo, evidenciando a intrínseca relação dos homens com o seu tempo histórico.

Reiteramos que a atuação de Bomfim ao longo de dezessete anos como diretor do *Pedagogium* foi fundamental para sua afirmação como intelectual voltado para a reflexão das questões educacionais no Brasil. Nas diversas fases de sua produção intelectual, procuramos destacar as suas reflexões e críticas em torno dos modelos e das práticas educacionais vigentes em sua época, bem como sua atuação na literatura escolar<sup>31</sup>. Esse gênero se constituiu como um campo importante no período, uma vez que criou uma nova oportunidade de trabalho para os intelectuais em um campo editorial voltado para a produção de manuais escolares, que, posteriormente, foram denominados de livros didáticos.

A inserção de Bomfim nesse setor data de 1897, período em que o jovem provinciano já era visto como personagem destacado na instrução pública no Distrito Federal, ocupando, além de suas funções no *Pedagogium*, um posto de membro do Conselho Superior de Instrução Pública. Neste, fora-lhe proposto a elaboração de um concurso público para a escolha do novo compêndio de história da América para uso na Escola Normal. Essa prática era comum no processo de nacionalização da produção didática no Brasil; contudo, dada a natureza da temática proposta, bem como a posterior nomeação de Bomfim como relator do processo, ela nos induz a pensar que se deve ao próprio sergipano e ao peso de suas influências intelectuais e políticas a realização do referido concurso.

O parecer de Bomfim sobre o *Compêndio de história da América*, escrito por Rocha Pombo (1857-1933) sob o pseudônimo de Cristovão Colombo, tem uma importância basilar no pensamento histórico do sergipano, mas, por questão de ordenação narrativa, será explorado em outra parte da tese. Neste momento, apenas gostaríamos de destacar sua preocupação institucional e também pessoal (que o conduzirá a produzir livros didáticos) com a necessidade de produção de uma literatura escolar nacional direcionada à aplicação imediata nas escolas, tanto no nível da Escola Normal, voltada para a formação de professores, quanto para as séries iniciais. Bomfim defendia, com vigor, a necessidade de que as obras publicadas para as séries iniciais fossem adaptadas à realidade e ao nível cognitivo das crianças.

---

<sup>31</sup> Em relação à literatura escolar nacional na virada do século XIX ver: HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil um país novo: literatura cívico-patriótica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. (Tese de doutorado), São Paulo, USP, 2007; LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar da Primeira República*. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

A atuação política como gestor público, a prática intelectual e a produção como autor de livros didáticos fazem de Bomfim<sup>32</sup> um interlocutor atuante no processo de construção do sistema escolar brasileiro no início do período republicano, atendendo à necessidade de nacionalização das práticas institucionais do novo regime e, até mesmo, à afirmação de uma tradição republicana que se constituía em um dos anseios dos intelectuais nesse período. Será no interior desse fluxo de ideias e projetos que Bomfim iniciará a sua produção didática. Dessa forma, podemos dizer que não é possível separar boa parte da produção intelectual de Bomfim do processo de consolidação do estado nacional e da expansão da escola como lugar social historicamente voltado para a formação do homem moderno.

Como demonstra Hobsbawm (1990), a elaboração de uma cultura escrita foi parte estrutural do advento da modernidade ocidental, em que o estado civil moderno, por meio de sua estrutura burocrática, imputou às práticas escolares uma série de escolhas ideológicas. Entre essas escolhas estão a eleição de uma língua oficial, a delimitação de um território e a constituição de uma memória histórica entendida como formadora de uma identidade coletiva da nação. Esse processo de elaboração de uma memória coletiva identificada como nacional passa diretamente pela invenção ou consagração de signos que sejam capazes de conferir significado à vida social. Nas palavras de Hobsbawm, isso constitui um paradoxo curioso, pois:

[a]s nações modernas, com toda sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja, estar enraizada na mais remota antiguidade, e o oposto do construído, ou seja, ser comunidades humanas “naturais” o bastante para não necessitarem de definições que não a defesa dos próprios interesses [...] e é exatamente por que em grande parte dos constituintes subjetivos da “nação” moderna consiste de tais construções, estando associada a símbolos adequados e, em geral, bastante recentes, ou a um discurso elaborado a propósito (história nacional), que o fenômeno nacional não pode ser adequadamente investigado sem dar-se a atenção devida à “invenção das tradições” (HOBBSAWM, 1990, p. 22-23).

---

<sup>32</sup> Sobre esse tipo de produção voltada diretamente para o público escolar – que estamos chamando de literatura escolar e que, posteriormente, convencionou-se chamar de livros didáticos –, podemos destacar, entre a vasta produção bibliográfica de Manoel Bomfim, catorze obras voltadas especificamente para esse fim, as quais foram publicadas ao longo de um período de vinte e sete anos entre os anos de 1899 e 1926, cuja bibliografia completa será listada no final desta tese. Observamos que, dada a extensão dessa bibliografia e o acesso direto a essas fontes e considerando-se os objetivos desta pesquisa, será priorizada apenas uma análise detalhada da obra *Através do Brasil (1910)*, buscando entender os sentidos atribuídos pelo sergipano à história e à educação como elementos constituidores de um projeto de nação adequado à cultura brasileira.

A invenção dessa série de símbolos, emblemas e sinais definidores do que venha a ser o nacional é feita por meio de um jogo político marcado pela força econômica das instituições e pela representatividade de determinados grupos sociais que conseguem impor seus valores como nacionais. Já a sua transmissão e manutenção são garantidas pela via educacional; a escola é, pois, constituída como aparelho cultural do estado moderno voltada para a construção de um sentimento de patriotismo. Em relação a esse processo anteriormente descrito, Hobsbawm demonstra:

Naturalmente, os Estados iriam usar a maquinaria da comunicação crescentemente poderosa junto a seus habitantes, sobretudo as escolas primárias, para difundir a imagem e a herança da nação e inculcar a adesão a ela, bem como ligá-los ao país e a bandeira, frequentemente “inventando tradições” ou mesmo nações com esse objetivo (HOBSBAWM, 1990, p. 23).

A consolidação e a disseminação de uma cultura escrita, associada a um processo de escolarização, foram, portanto, fundamentais para as pretensões do estado moderno, que empreendeu um processo de organização e hierarquização dos saberes. Tal processo envolvia um esforço intelectual que arregimentou grande quantidade de intelectuais preocupados em pensar a formação da nacionalidade. No caso europeu, essa tríade era formada pela nação, Estado e povo.

Com o novo cenário brasileiro trazido à baila pela República, o Estado e as demais instituições culturais se viram obrigados a atualizar os debates a respeito do Estado Nacional e de sua relação com uma comunidade imaginada e identificada como “povo brasileiro”. Na composição da tríade formadora da nacionalidade, o Estado passou a ser visto como artífice dos demais componentes: a nação e o povo.

A especificidade da reflexão educacional da produção didática e histórica de Bomfim reside no fato de que ele parte desse mesmo contexto de nacionalização da escola e de formação do Estado Nacional brasileiro; contudo, sua visão histórica diverge dos demais ao afirmar a primazia do povo como elemento primário a partir do qual se constitui um sentimento de nacionalidade. Para Bomfim, a nação é a expressão legítima dos sentimentos populares, e o Estado constitui a instância da representatividade democrática do povo, devendo ser fiel as suas tradições e anseios.

Esse era, em linhas gerais, o projeto de nação que Bomfim procurava trabalhar em suas obras didáticas, ainda que de forma incipiente. A culminância

dessas ideias apenas iria ganhar esses contornos em suas obras de maturidade no final dos anos 1920, embora já apresentassem nuances desse projeto em suas reflexões sobre a educação ainda no século XIX e já se apresentasse assim em *Através do Brasil* (1910), cujo enredo narrativo busca apresentar um conjunto de paisagens, povos, culturas e símbolos que definem seu projeto de nação e busca situar o seu leitor como parte integrante e essencial desse projeto.

Em seu artigo intitulado “Instrução pública”, publicado primeiramente no periódico *A República*, em 1897, o sergipano relata que foi na leitura de um documento estrangeiro<sup>33</sup> que ele pode avaliar o quadro geral da miséria da instrução pública brasileira. Na perspectiva de Bomfim, o cenário apresentado pela pesquisa norte-americana revelava o legado deixado pela instrução pública imperial, que pouco havia feito pelo desenvolvimento da educação brasileira, deixando esse vazio institucional para o novo regime republicano. Com essa herança, a República avistou o desafio de formar, por meio de uma educação renovada, a “alma brasileira”,

[c]riando a homogeneidade dos interesses nacionais, unificando, desenvolvendo e caracterizando os sentimentos de patriotismo e os altos motivos políticos, elementos indispensáveis à integridade e ao progresso do país, principalmente quando a descentralização veio quebrar os únicos laços que, na ausência desses de ordem moral e intelectual, podiam conservar unida esta grande nação (BOMFIM *apud* GONTIJO, 2010, p. 65).

Por considerar que a República era a forma mais adequada de governo para o país, Bomfim entendia que era função do novo regime preparar o país para que as novas instituições republicanas pudessem funcionar com liberdade, evitando riscos de qualquer possibilidade de desmembramento. Nessa perspectiva, a escola primária deveria ser o local em que o novo regime uniformizaria suas noções morais e políticas e as efetivaria em todo o espaço nacional pela via da nacionalização do ensino, garantindo para si a sustentação hegemônica dos novos projetos de identidade nacional.

Assim, em seu artigo “Instrução pública”, o pensador sergipano busca demonstrar que, para a nova nação republicana, era urgente que se desenvolvesse e nacionalizasse a escola primária, uma vez que, em sua perspectiva, de nada adiantaria decretar um regime instituído em liberdades e pretensamente democrático

---

<sup>33</sup> Bomfim refere-se à leitura do “Report of the Commissioner of Education”, publicado em Washington, em 1889.

se o povo continuasse analfabeto e excluído da possibilidade de participação política. Segundo seus próprios termos, “a liberdade não se cria pela virtude mirífica das leis” (BOMFIM *apud* GONTIJO, 2010, p. 66), porque, enquanto a maioria da população, pela via da instrução popular, não se encontrasse em plenas condições de reconhecer os seus direitos e deveres cívicos, permaneceria presa ao personalismo político herdado da colonização ibérica. Fazendo uso de uma linguagem médica, Bomfim professa que “o remédio contra isso estaria exclusivamente na instrução popular, capaz de criar o que se pode chamar de uma alma nacional lúcida, sã, caracterizada e forte” (BOMFIM *apud* GONTIJO, 2010, p. 66).

Em linhas gerais, o intelectual sergipano defendia um processo amplo e organizado de criação e nacionalização da escola primária, ideia corrente nos países europeus, que criasse as condições para a expansão do ensino básico, laico e gratuito sob a responsabilidade da união e dos estados. Para tanto, em suas reflexões sobre as questões educacionais, Bomfim questionava os modelos teóricos e o próprio sistema de ensino de sua época e buscava soluções alternativas ao que ele passou a chamar de “modelos tradicionais de aprendizagem”.

Em janeiro de 1897, Bomfim publicou um artigo intitulado “Dos sistemas de ensino”, no qual conceitua a pedagogia como atividade dinâmica que não poderia ficar presa a nenhum sistema ou modelo exclusivo de ensino e assevera que, para se educar de forma coerente e duradoura, o professor deveria fazer uso de todos os sistemas e processos disponíveis para atingir as consciências individuais dos alunos. Esse artigo antecipa a definição do papel do professor, que será sistematizada e defendida de forma mais elaborada no texto de advertência escrito, após mais de uma década, como introdução à obra *Através do Brasil* (1910). Nesse livro, Bomfim e Bilac apresentam o professor como a verdadeira enciclopédia do aluno. Cabe ressaltar que, ao referir-se ao professor como enciclopédia, os autores enfatizavam o papel do professor como cabeça pensante e inteligência criadora de sentidos voltados para o rompimento das práticas tradicionais e não ao saber formal catalogado nos verbetes de uma coleção.

Em sua concepção, pois, a escola deve ser uma “inteligência” viva, a fim de que se torne o centro criador de novas práticas, processos e linguagens, que são fundamentais quando se quer atingir e formar consciências múltiplas. Nas palavras do sergipano:

A escola é o professor; e este no desempenho de sua missão tem de se desprender das regras e dos sistemas, das palavras e dos preceitos, para voltar-se todo para a alma da criança, estudá-la, compreendê-la, conquistar-lhes os afetos, sem dominá-la, em suma, acompanhá-la, guiando-a, até que suas energias e vontades sejam bastante fortes para levá-la sem perigo e com êxito pela viagem da vida(BOMFIM*apud* GONTIJO, 2010, p. 70).

A definição de pedagogia e a conceituação do papel da escola e do professor apresentadas por Bomfim em 1897 ajudam-nos a entender os desafios propostos para a educação naquele período e, ao mesmo tempo que apresenta uma crítica direta em relação às práticas tradicionais de ensino de sua época, também delinea uma proposta de estruturação tanto da escola como instituição quanto do papel da pedagogia e do professor como elementos fundamentais para qualificar o papel estratégico da escola.

O sergipano rejeitava a ideia da escola como guardião do conhecimento e do professor como um sábio ilustrado, pronto para transferir seu conhecimento superior para as mentes vazias dos alunos. Em seu texto, podemos visualizar a proposta de uma pedagogia que compreende o papel da escola na formação de pessoas aptas a aprender, não por meio de exemplos enrijecidos, mas pela valorização do estudo como elemento fundamental à formação plena da personalidade humana, condição que o sergipano considerava indispensável para a conquista do desenvolvimento social.

Desde suas primeiras reflexões sobre as questões educacionais, Bomfim estrutura a tese de que o professor é o pilar do processo de ensino-aprendizagem. Segundo ele, esse protagonismo não se deve ao papel social ou ao prestígio moral do professor, mas, sim, a seu papel prático, que deve atuar sobre múltiplas inteligências, reconhecendo suas individualidades e fornecendo possibilidades para que elas consigam atingir o máximo possível de desenvolvimento por meio da valorização e da qualificação de suas potencialidades individuais.

Com base nessa prerrogativa, Bomfim avalia que o professor deveria ser “simultaneamente um observador e um psicólogo, habilidades que, reunidas as suas especiais, fazem dele um verdadeiro moralista, teórico e prático” (BOMFIM*apud* GONTIJO, 2010, p. 73); nesse sentido, mais que um modelo ou exemplo a ser seguido, o professor deveria ser uma fonte de inspiração contínua para os alunos; teria o papel de despertar os saberes sobre seu mundo, reforçando sua dimensão criativa e, em última instância, apresentar e acompanhar o seu processo de



humanização, apresentando-lhes o mundo social, com seus valores e regras, que, na perspectiva de Bomfim, são os imperativos com os quais a criança deverá se orientar no mundo.

Nessa proposta, é possível vislumbrar uma equação simples: onde o estado republicano com a sua necessidade de formar um novo perfil de homem brasileiro deveria, por meio da educação, preparar a sociedade para a democracia, construindo um sistema nacional de ensino que ampliasse o acesso ao ensino básico.

Entre os dois textos anteriormente analisados, o subdiretor do *Pedagogium* publicou, ainda no periódico *A República*, outro artigo, intitulado “Nacionalização da escola”. Nesse texto, há uma sistematização do projeto do autor de criar e fortalecer o sentimento de patriotismo por meio da atuação do sistema escolar. Assim, o autor expõe sua crítica à forma como essa questão era trabalhada, chamando a atenção para as falhas encontradas nesse processo, que se baseava na transmissão teórica de valores que estavam distantes da realidade dos alunos. Sobre essa questão, ele professa:

É falando de coisas brasileiras, buscando pontos de referência no mundo que elas conhecem, interessando-as pela natureza e pela sociedade que as cercam, fazendo-lhes ver as dependências em que elas estão para o meio onde vivem e as demais, que de futuro criarão, que se poderá implantar na alma das crianças esse misto de sentimentos que chamamos patriotismo (BOMFIM *apud* GONTIJO 2010, p. 125).

Nessa reflexão, similar à proposta narrativa desenvolvida posteriormente em *Através do Brasil*, podemos perceber que, na concepção bomfiniana, o aprendizado escolar deve estar voltado à compreensão do “meio” em que a criança está inserida. Esse termo, tomado de empréstimo de sua linguagem médica, deve ser entendido como meio social ou simplesmente sociedade. Nesse sentido, podemos afirmar que o papel fundamental da escola na obra de Bomfim é preparar a criança para a vida social partindo do conhecimento da própria vida social em que ela se insere no quadro geral das relações humanas.

Nessa perspectiva, a proposta educacional por ele defendida apresenta um sentido dialético que precisa ser refletido, porque aparentemente defende pontos de vistas, senão contraditórios, de difícil aplicação, uma vez que, por um lado, ressalta a necessidade de um sistema nacional controlado pelo Estado e, por

outro, dissemina a proposição de uma escola que atenda às especificidades da criança em um ambiente de ampla liberdade e incentivada pela criatividade do professor. O problema aqui reside em conciliar as demandas de liberdade com o papel central a ser desempenhado pela União em relação à liberdade dos entes federados.

A solução para esse antagonismo entre o nacional e o regional seria a atuação do professor como mediador do processo de aprendizagem, o qual partiria das especificidades regionais para afirmar o nacional como princípio ideal de identidade em que o regional estaria refletido. Em seu pensamento, podemos perceber que o ensino deve ser em si um estímulo que oriente a ação do indivíduo e, em suas palavras, “isso só se consegue interessando a criança pelo cenário em que ela vive e pelas coisas que ela conhece” (BOMFIM *apud* GONTIJO, 2010, p. 126). Dessa maneira, seria possível o desenvolvimento de uma consciência histórica de seu lugar social.

Ao longo da leitura de suas obras, podemos perceber que o intelectual sergipano desenvolvia e sustentava as suas premissas com base em um longo período de maturação teórica e em tentativas de demonstração prática de seus princípios. Esse procedimento é claramente identificado quando comparamos as reflexões feitas por ele ao longo do ano de 1897 com sua obra didática *Através do Brasil*, de 1910: nas aventuras de Carlos, Alfredo e Juvêncio, presentes nessa obra, notamos um esforço claro de definir o nacional pela via da compreensão das múltiplas paisagens regionais por eles visitadas em sua viagem através do Brasil, cujo sentido mítico como nação aparece como a soma das múltiplas e variadas partes que o compõem.

Na penúltima página de seu texto de 1897, encontramos uma indicação de que a história não deve jamais ser confundida com um curso de meras biografias para que consiga ser um elemento verdadeiramente valioso no processo de nacionalização do ensino. Em seu texto, destaca-se a compreensão de que uma narrativa histórica, para ser eficaz em seus objetivos, deve relacionar sempre tanto quanto for possível a história, a geografia e a topografia com ênfase para os episódios em que seja possível destacar o patriotismo como elemento capaz de provocar o sentimento de emoção entre os alunos. Nessa direção, o professor, preparado para o exercício de sua função, deveria ser capaz de separar, escolher e adaptar os aspectos mais relevantes do conhecimento em conexão com as

necessidades locais. Esses princípios foram observados no livro escrito em parceria com Bilac, bem como no texto de advertência preparado para a orientação dos professores.

Outra importante contribuição de Bomfim no debate acerca da nacionalização e popularização da educação pode ser encontrada no artigo “Cultura progressiva da ignorância”, publicado no *Jornal do Brasil*, em 1919. Nesse texto, destaca-se a crítica pontual ao que Bomfim considerava como um descaso injustificável em relação às questões educacionais no país, diferentemente dos artigos sobre temáticas semelhantes produzidos em 1897, nos quais encontramos uma crítica direta, mas acompanhada por certo otimismo.

O texto de 1919 é enfático na crítica e pessimista desde o título. Já no primeiro parágrafo, fica clara a sua crítica em relação aos resultados obtidos pela República no que tange à formação de um projeto de povo, de Estado e de nação. Em seus termos, uma nação deveria ser

[a] associação completa de todas as criaturas humanas fixadas num território, e vale pelo que valem os indivíduos que a compõem. Para elevar o país; para dar-lhe vida, força, progresso, há um meio seguro, ou seja, preparar e elevar o homem que povoa e resume a própria vida da nação [...], não pode haver progresso, nem grandeza para um povo, se, na sua maioria, ele permanece anulado, aviltado, na ignorância e no analfabetismo (BOMFIM *apud* GONTIJO, 2010, p. 90-91).

Segundo Bomfim, essas verdades vinham sendo proclamadas há mais de um século e seria uma tarefa histórica da República corrigi-las caso estivesse interessada no progresso do país. Todavia, passados cerca de trinta anos da implantação do novo regime, Bomfim via-se obrigado a reconhecer que ainda persistia, na política brasileira, a manutenção de uma cultura progressiva do analfabetismo tal qual ocorria no Império. Na capital federal, segundo dados divulgados pela Diretoria de Estatística, dois terços das crianças em idade escolar estavam longe de qualquer tipo de instrução. Certamente, esse quadro seria ainda mais grave nas demais regiões.

Na perspectiva de Bomfim, esses números não poderiam ser vistos de outra forma senão como um impedimento ao desenvolvimento do país; segundo ele, uma avaliação sincera em relação aos últimos cem anos de independência obrigaria a reconhecer que, em relação às questões sociais e à educação, muito pouco havia sido feito no regime republicano. Conforme suas palavras: “somos 25 milhões numa

terra propícia, e valem os oito ou dez milhões, porque a ignorância e o impreparo da maioria nos anulam” (BOMFIM *apud* GONTIJO, 2010, p. 98).

Na sua forma de pensar o problema político brasileiro, o papel primordial dos estadistas deveria ser a formação e a valorização da nação; mas, como para Bomfim, a nação real é o próprio homem que a compõe em sua historicidade, caberia ao Estado o papel de agir diretamente sobre essa massa de excluídos, incluindo-os no processo político e garantindo-lhes os direitos sociais mais elementares, entre os quais um dos mais básicos seria o acesso à educação.

Sua avaliação dos números oficiais apresentados sobre a instrução pública em anos anteriores demonstrava que, mesmo na capital federal, mais de 70% da população era analfabeta. Com esses números, Bomfim considerava que de nada adiantariam obras públicas como a ação dispersa dos serviços sanitários ou as frágeis campanhas de higienismo desenvolvidas pelo governo do Rio de Janeiro, considerando-as de fachada. Para ele, todos esses esforços trazem uma falsa impressão de progresso que facilmente se dissipa, não sendo mais capazes de iludir nem mesmo os brasileiros da capital; em sua avaliação, a “nação brasileira continuará a valer o que realmente vale a massa geral da população” (BOMFIM *apud* GONTIJO, 2010, p. 96) e, em um país onde reina o analfabetismo e a desigualdade social quase como uma regra, falar em modernidade era um contrassenso.

Segundo palavras de André Botelho (2002), a temática do analfabetismo no fim do século XIX foi central entre os intelectuais. Botelho (2002) analisa como elucidativo dessa questão o inquérito *Momento literário*, organizado, em 1908, por João do Rio sobre a importância do jornalismo na vida cultural brasileira. Nessa obra, há 36 depoimentos colhidos entre os mais relevantes nomes da intelectualidade brasileira do período, os quais apontam para o analfabetismo como um dos mais importantes obstáculos para a modernização do país.

Segundo Botelho (2002), o analfabetismo era o tom com base no qual os intelectuais assumiam as suas posições e entrincheiravam-se na defesa de seus projetos de sociedade; por isso, para ele, essa questão deve ser entendida como fundamental para se compreender os posicionamentos intelectuais do período, os quais, em sua grande maioria, inspiravam-se em pensadores franceses a fim de defenderem a ampliação e a efetivação do Estado na área educacional, posição à qual Bomfim se emparelha para pensar o Brasil.

O grande problema estava na atribuição de responsabilidades e na definição dos agentes responsáveis pelas políticas públicas de educação. Desde a Constituição de 1834, fora atribuída às províncias a responsabilidade de legislar sobre assuntos e questões relativos à educação básica; os governos provinciais historicamente não se preocuparam com essa questão, e a união isentara-se da responsabilidade sobre o assunto. Portanto, praticamente nada havia sido feito em relação à educação popular em toda a vida independente do Brasil, visto que as ações da política imperial estiveram voltadas para a educação das elites dirigentes.

Não tendo constituído objeto de políticas públicas efetivas, a educação formal continuaria a ser, ao longo do período, prerrogativa quase exclusiva das elites: em 1890, 84% dos brasileiros eram analfabetos, passando para 75% em 1920. Como no Império, a elite republicana continuava, então, a constituir uma “ilha de letrados num mar de analfabetos” (BOTELHO, 2002, p. 57).

Bomfim, após dez anos do novo regime, tornou-se um crítico severo do descaso do governo republicano em relação à educação. Essa temática não era uma novidade e já havia sido proclamada em termos muito semelhantes por José Veríssimo em seu ensaio *A educação nacional*, de 1890. Nesse ensaio, o autor apresenta um conjunto de problemas conectados ao estudo da formação social brasileira e põe em pauta a necessidade de uma verdadeira reforma moral da sociedade, a qual seria alcançada mediante a generalização da instrução como elemento causador de transformações sociais. Nesse mesmo ensaio, Veríssimo apresenta um programa que visava à formação de um novo projeto educacional para o estado republicano.

Assim como Bomfim, Veríssimo teve a oportunidade de externar a sua frustração com esse projeto no prefácio da segunda edição do referido ensaio, em 1906. Decorrida mais de uma década da primeira publicação, José Veríssimo foi obrigado a rever as suas expectativas em relação ao regime republicano e também precisou reconhecer que o expediente proposto e defendido em 1890 não havia encontrado terreno fértil no novo regime.

Levando-se em conta as expectativas almejadas, existem grandes semelhanças entre as propostas de Bomfim e Veríssimo, uma vez que ambos partiram de uma reflexão crítica do presente para lançarem mão de uma expectativa de futuro. Nesse sentido, suas constatações em relação ao presente foram

asmesmas, ou seja, não se poderia construir a nação republicana sem a redefinição do domínio oligárquico. Embora partilhassem de convicções semelhantes, com zelo especial para a valorização da história pátria como elemento formador da moralidade do indivíduo, Bomfim e José Veríssimo partilhavam de distintas expectativas de futuro, visto que Bomfim almejava a extensão do sistema educacional a todas as camadas da população brasileira.

## **2.2. A defesa do progresso pela via da instrução (1904)**

Em seu discurso o *Progresso pela instrução*, produzido e proferido na condição de paraninfo na cerimônia de formatura da *Escola Normal*, em 1904, Bomfim inicia e finaliza sua fala fazendo apologia da importância da educação e do trabalho educativo como uma missão com estreito vínculo com a sociedade. Nesse texto, sua ênfase está direcionada para a defesa da necessidade da promoção de mudanças sociais por meio de uma ampla ação educativa. Nele, Bomfim vincula educação e política e defende a ideia de que a falta de vontade parlamentar era um empecilho para o desenvolvimento de uma educação transformadora capaz de promover a emancipação dos indivíduos. Em suas próprias palavras, “outros são os problemas que as opiniões correntes consideram capitais e importantes; instrução popular, ensinar meninos continua a ser uma função esquecida e humilde, para humildes e esquecidos” (BOMFIM, 1904, p. 6).

A citação de Bomfim evidencia uma crítica direta ao projeto republicano, que havia sonhado, em seus primeiros dias, em promover o desenvolvimento de um sistema educacional capaz de integrar a população excluída ao ideal de nação republicana, inserindo-a no mercado assalariado de trabalho, uma exigência decorrente das novas demandas de uma sociedade pós-abolição. De certa forma, os novos ideais liberais republicanos disseminaram a crença na educação como caminho para a salvação dos males sociais e como equalizadora de oportunidades na sociedade pretensamente moderna que as elites aspiravam implantar, inserindo, com isso, o Brasil nos “trilhos do progresso”.

Bomfim busca evidenciar, em seu discurso, o descaso em relação à instrução no Brasil, apontando que esse campo, fundamental para o desenvolvimento da nação, sequer foi colocado como um problema político pelos detentores do poder.

Sua análise busca evidenciar que toda e qualquer ação educativa desenvolvida no período colonial fora pensada e implantada a serviço da exploração da riqueza e dos povos que aqui habitavam, não havendo nenhum esforço em prol da reabilitação dos indivíduos que viveram às margens da empresa colonial. E acrescenta:

Desde que se trata de achar o meio que conduz os povos ao progresso, lembremos que as sociedades, e por conseguinte as nações, são constituídas de indivíduos; que os indivíduos são os elementos ativos nas sociedades. Se estes elementos forem adiantados, cultos e progressistas, a nação será adiantada, próspera e progressista; si os indivíduos permanecem retardados, ignorantes, inaptos, a nação persistirá fatalmente atrasada, bárbara, fora do progresso, e da atividade fecunda. Lembremos ainda: que o ser humano é o ser educável e adaptável por excelência; inculto, nulo, incapaz, ignorante, ele pode adquirir, em duas ou três gerações, todas as aptidões, e mostrar-se preparado para todos os progressos (BOMFIM, 1904, p. 8).

Na citação anterior, o intelectual sergipano pretendia reforçar nas ideias a sua convicção de que cada indivíduo era capaz de contribuir para o progresso da sociedade, vinculando o progresso individual como uma etapa necessária para o desenvolvimento do progresso coletivo. Embora fosse um adepto do advento do progresso e confiasse nos aspectos positivos da ciência, isso não o impedia de perceber a fragilidade do discurso progressista e modernizador em um meio social marcadamente desigual.

Essa percepção aguda da dualidade do progresso foi vivenciada e refletida por ele em seus textos, aspecto que pode ser claramente vislumbrado na passagem seguinte:

Demorai a mente na contemplação das misérias que nos afogam, e este espetáculo, de penas e de queixas, vos dará ânimo e devoção para a tarefa a que vos destinais. Não façamos como o comendador nédio e feliz, que desvia os olhos das angústias e transe, a fim de poupar-se a dor instintiva, aos resquícios de humanidade, que ainda lhe estejam no coração. Pelo contrário, mergulhemos nas tristezas, da nossa condição, resolvamo-las: marasmo, desolação, pessimismo, inércia, superstição, despeito, imprevidência, desalento, incerteza, desorganização; desgosto de viver em uns, fúria egoística em outros, indiferença em muitos; ódios, rancores, inveja; um mal-estar indefinido, uma inteira incapacidade para a vida – incapacidade até para achar a causa dos males de que se queixam todos; as atividades anuladas, o espírito afogado em preconceitos, a inteligência apagada, o coração combalido, mortos os entusiasmos, desaparecidas as ideias nas sobras dos indivíduos (BOMFIM, 1904, p. 9-10).

As duras críticas de Bomfim parecem destoar do ideal da *Belle Époque*, que buscava representar o Rio de Janeiro como uma espécie de Paris nos trópicos. Essa expressão francesa, adotada como caracterizadora de uma época, faz referência ao período de ascensão e supremacia de um estilo de vida burguês na Europa e também no Brasil, identificado como símbolo da modernidade e do progresso e almejado pela ampla maioria dos homens de letras do período. Tal fenômeno, que poderíamos definir como uma brusca chegada dos ideais de modernidade na cidade do Rio, sedutora para a grande maioria dos intelectuais do período, também recebeu críticas de autores como Lima Barreto (1881-1922) e Manoel Bomfim (1868-1932) em função das inegáveis dicotomias desse processo.

Bomfim foi contemporâneo ao processo de reforma e urbanização da cidade do Rio de Janeiro empreendida por Pereira Passos (1902-1906), responsável por remodelar o centro da cidade expulsando de forma sistemática os moradores de cortiços e vias públicas, sem estabelecer qualquer programa de apoio ao grande contingente de trabalhadores de baixa renda e de pessoas que ganhavam a vida em atividades informais de trabalho.

De certa forma, podemos afirmar que, nesse meio marcado por um ideal europeizado de modernização, as camadas populares passaram a ser vistas como um obstáculo aos ideais das elites dirigentes. Assim, para alguns, esse ideal de modernidade simbolizava a inserção do país em um modelo almejado de civilização e, para outros, resultou em uma política coercitiva que alcançou um grande número de pessoas que já se encontravam em situação de marginalização, e que, após esse surto de urbanização, foram obrigadas a sobreviverem em espaços paralelos e, em certa medida, em oposição à cidade reformada. Formaram-se, assim, espaços de moradianominados, posteriormente, “favelas” ou “comunidades”; ou seja, um lugar social historicamente construído para ser habitado por pobres, negros e outros personagens que não estavam em consonância com os padrões almejados de sociedade.

Esse processo de modernização fez da cidade do Rio de Janeiro um cenário de contradições profundas, um espaço habitado pelo novo e pelo arcaico, em que atraso e modernização eram faces distintas de uma mesma moeda (nesse caso, da mesma cidade): de um lado, a cidade passava a ser vista como um exemplo de modernização, como um verdadeiro polo irradiante de cultura que encantava e servia de exemplo para outras cidades brasileiras; de outro, por detrás desse



discurso modernizante, crescia o descontentamento social com a nova lógica imposta pela modernização. Autores como Lima Barreto e Manoel Bomfim analisaram de forma menos ufanista e idealizada o reformismo carioca ao identificar, nesse processo, a imposição de uma visão cultural alheia à realidade nacional e excludente, pois negava ao povo o acesso aos benefícios sociais. Em relação a esse período, Bomfim descreve:

Estamos numa época de reação social [...], sucedendo a exaltação humanitária e nobre da propaganda pela abolição e pela república; estamos na hora das ilusões desfeitas, em que os corações mais justos não resistem à tentação de descrer de tudo [...]. Procedem todos como se não contassem senão com o egoísmo, com os interesses pessoais. A maldade ostenta-se sem outros corretivos que a própria imbecilidade; e toda a vasa e todo o ódio que os séculos de miséria e de ignorância têm acumulado nos espíritos vêm a lume, recalçando o nível do pudor moral, dominando os costumes, e obscurecendo todas as noções de justiça. Os fracos são implacavelmente condenados; os fortes, estes resumem a sua atividade no culto estreito do dinheiro, na preocupação de aparecer, pedindo olhares e provocando ruídos, num estúpido desprezo, ou numa incompreensão absoluta de tudo o que há de nobre na natureza humana – cérebros que a ignorância atrofiou, e nos quais os apetites e as vaidades são vigorosos (BOMFIM, 1904, p. 10-11).

Existe certo consenso entre estudiosos do intelectual sergipano de que Bomfim teria oportunamente aproveitado a presença do presidente da República e dos dirigentes mais expressivos da cidade do Rio de Janeiro para fazer essa crítica ao descaso apresentado por eles em relação às camadas mais humildes da população carioca e brasileira do período, a qual se encontrava em condição social de abandono, entregue a uma situação de total ignorância em relação às possibilidades que poderiam ser oferecidas pelo progresso social do país. É com base nesse diagnóstico crítico e reativo que anuncia largamente sua crença na necessidade de estender o acesso à educação a todas as camadas da sociedade brasileira.

Para Bomfim era praticamente impossível que a sociedade brasileira alcançasse os benefícios do progresso e da escolarização em função da realidade do analfabetismo. Para o intelectual sergipano, a modernização propagada pelos quadros dirigentes do novo regime republicano deveria beneficiar as demais classes sociais no intuito de garantir a integração social e o desenvolvimento nacional. Para tanto, argumenta:

A virtude morta das reformas escritas não chega para transformar os homens, assim como não bastam decretos e leis para derramar e exaltar a instrução. Para tanto, o essencial é a boa vontade, a energia, a tenacidade sistemática, e a confiança na própria ação; e é principalmente de nós, professores, que se exige este esforço constante e entusiástico. Saber não se decreta, conquista-se e transmite-se. Só há um meio de elevar uma nação, é elevar os cidadãos – é trazer pessoalmente, a cada um deles, o ensino e a educação, indispensáveis para a vida superior que imaginamos (BOMFIM, 1904, p. 13-14).

Para Bomfim, a consequência direta da ignorância era a constituição da escravidão moral e material dos indivíduos. Por essa razão, almejava um desenvolvimento nacional, igualitário e democrático por meio da defesa da escolarização das massas. Segundo suas perspectivas, somente nessa direção, isto é, garantindo ao povo a ampliação das oportunidades sociais poderia o Brasil se transformar em uma sociedade moderna.

Como bem enfatizou Machado (2014), o conceito de educação defendido por Bomfim almejava garantir a autonomia e a liberdade do povo, uma vez que, por meio do acesso à informação propiciada pela aquisição do letramento, os indivíduos se tornariam mais críticos em relação ao seu meio e a seus direitos sociais, tornando-se mais habilitados para localizarem os seus papéis em meio a essa nova sociedade em processo de modernização.

Para Bomfim, a educação objetivava, ainda, a qualificação do homem para o trabalho, valorizando-o perante o mercado, pois, sem essa qualificação propiciada pela escolarização, o trabalho se torna uma atividade alienante e espoliativa:

Para o trabalho material o homem vale tanto ou vale menos que a besta, e vale, por certo, muito menos que a máquina. Para fazer do indivíduo um laborioso é mister instruí-lo; o trabalho tem a sua escola, requer preparo e estudo. E o estudo já é trabalho. Pensar também é agir, e agir nobremente (BOMFIM, 1904, p. 19).

Bomfim enfatizava, assim, a necessidade de uma política de qualificação do trabalhador para que este se adaptasse à realidade de um mercado de trabalho livre, propiciado pelo fim da escravidão. Nesse cenário, o trabalho, revestido de um novo valor social, passaria a ter um valor cultural, o que exigiria um esforço de educação para o trabalho que não existia antes de 1888.

Em seu discurso, Bomfim irá se posicionar criticamente em relação a dois tipos de ignorância que ele identificava como práticas recorrentes na sociedade brasileira. A primeira delas, e mais comum, seria a ignorância causada pela falta de letramento e de compreensão científica, estado comum de quem ignora a existência de algo; esse primeiro tipo seria predominante nos grupos marginais que compunham a sociedade brasileira. O segundo tipo, igualmente pernicioso, fora definido como uma característica pertencente às elites dirigentes que se orientava por um verbalismo estéreo, filho bastardo de uma ciência identificada por ele como grosseira (cientificismo) e deformante, que grande mal causava às inteligências nacionais, deslumbradas pela miríade de falsos juízos professados pelas teorias raciais.

Bomfim defendia um modelo de educação centrado na liberdade dos sujeitos, tanto dos professores quanto dos alunos a quem eles deveriam dirigir sua missão educativa, visando desenvolver uma autoconsciência capaz de tornar os alunos conscientes enquanto sujeitos construtores do mundo. Nas palavras de Bomfim, a instrução forneceria as condições necessárias para que os indivíduos construíssem os seus próprios sentidos sobre o mundo social: “Se até hoje, democracia, república e liberdadesão, para nós, aspirações irrealizadas, e das quais já muitos desesperam, é porque nos faltam as gerações de indivíduos educados para a democracia e para a liberdade” (BOMFIM, 1904, p. 22).

A crítica de Bomfim incide diretamente sobre o problema do analfabetismo, pois, para ele, querer implantar um regime democrático em um meio social em que 90% da população não eram alfabetizados era uma pretensão absurda. Nesse sentido, alfabetizar a população era uma necessidade prioritária para um regime que se pretendesse republicano e democrático. Dessa forma, “se a república parece ter falhado aos seus ideais, é porque tem faltado ao seu dever primordial – que é da essência mesma do regime – a educação e o preparo da massa popular” (BOMFIM, 1904, p. 23).

Não apenas nesse discurso, mas ao longo de toda a sua obra, Bomfim caracterizou-se como um democrata radical e apaixonado, que via a República como a forma mais elevada de governo e também a mais adequada às exigências da vida moderna. Entretanto, como muitos homens de letras de seu tempo, ele passou de uma rápida euforia para uma forte desilusão em relação ao regime instituído em 1889. Por essa razão, Bomfim se transformara em um dos mais

contundentes críticos do novo regime. É também verdade que, mesmo tendo se desiludido com a república dos coronéis, nunca abandonou, ao longo de toda sua obra, conforme estamos mostrando, a utopia de ver a sociedade brasileira desenvolvida, harmonizada, democrática e livre.

Ainda no referido discurso, utilizando-se de um artifício retórico comum em seus textos, Bomfim lança uma questão polêmica sobre as formas de governo: qual seria a melhor? Em sua resposta, cita Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), ao indicar que o melhor dos governos seria aquele que nos ensinasse a governarmos a nós mesmos. Por isso, mesmo descontente com os primeiros anos da República, ele não abandona a ideia republicana, pois entendia que a democracia e a República eram formas de governo capazes de produzir uma sociedade humana mais justa e igualitária, o que entendemos como aquilo que constitui o horizonte político de sua obra. Essa questão pode ser percebida na passagem a seguir, em que Bomfim busca caracterizar o que seria o verdadeiro papel do Estado em uma sociedade democrática:

O estado que se faz responsável pelos destinos de um povo não deve olhar apenas para o presente; o mais sério dos seus deveres é atender ao futuro; dever universal para todas as classes, e todos os cidadãos, mas que é mais formal e categórico, ainda, para os que se arrogam o papel, ou aceitam a função de dirigir um povo de homens livres. O programa republicano condensar-se-ia perfeitamente nesta fórmula: garantir todos a liberdade e a possibilidade de escolher o caminho que, a cada um, pareça melhor para a conquista da felicidade. Para optar por um caminho é preciso conhecê-lo, e conhecer todos os outros que se oferecem à atividade humana (BOMFIM, 1904, p. 24).

Bomfim faz, nesse discurso, uso de determinadas referências liberais que, desde a década de 1870, entendiam a educação como um meio necessário para se atingir fins propostos. Na perspectiva liberal, desde o Império, seriam a organização, o ordenamento e o fortalecimento do Estado que permitiriam a adoção de uma instrução popular gradativa como forma de garantir a prosperidade social e a qualificação moral dos indivíduos. A singularidade do projeto educacional bomfiniano reside em sua amplitude e radicalidade; seu projeto era emancipatório, pois visava, como fim último, à promoção da igualdade social a setores historicamente excluídos do acesso aos bens culturais.

Em sua pesquisa de mestrado, Dênis Wagner Machado (2014) demonstrou que o termo “educação popular” passou a fazer parte do ideário da educação na cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, o que nos permite vislumbrar o lastro temporal das ideias de Bomfim. Em sua dissertação, o autor afirma que a educação popular passou a ser utilizada como “argumento civilizacional, avenida do progresso e base da modernidade, solidificou-se como apanágio intrínseco à redenção social, o incremento primordial que tornaria viável a participação do povo no processo de desenvolvimento do país” (MACHADO, 2014, p. 127). Tal discurso surge intimamente ligado com a afirmação de uma visão de mundo da emergente burguesia urbana e foi largamente compartilhado pelos intelectuais do período, fazendo-se também presente, como espírito desse tempo, na obra do intelectual sergipano.

A especificidade do projeto de educação popular bomfiniano é, sobretudo, de ênfase, ou seja, o que está sendo proposto é mais abrangente do que simplesmente preparar, por meio da educação popular, um lugar funcional para os excluídos no projeto de sociedade pensado pela burguesia; na pena de Bomfim, a educação popular almejava a transformação gradativa das estruturas sociais, propondo um projeto de nação mais democrática.

Para tanto, como já apontado anteriormente, Bomfim caracteriza, em seu discurso, o professor como o profissional que deve exercer uma função rejuvenescedora, verdadeiro inspirador de novas consciências, um indivíduo que, com o bom exercício de sua função, teria grande responsabilidade na transformação da sociedade. Bomfim entendia o magistério como uma missão individual e coletiva revestida de um duplo compromisso, primeiramente com os indivíduos e posteriormente com o projeto de nação (republicana e democrática), em relação ao qual deveriam estar emocionalmente envolvidos.

Percebe-se, com isso, que o discurso educacional de Bomfim está permeado de profunda ambiguidade, pois o professor, como agente veiculador do novo, também é um agente do Estado, que ele caracteriza como “conservador”, “atrasado” e “elitista”. Bomfim busca solucionar esse paradoxo partindo de uma reflexão em que pontua o Estado não como o poder corporificado em um indivíduo ou num conjunto de instituições; segundo ele, o “Estado somos todos nós, que aceitamos a responsabilidade de qualquer dos serviços, ou das atribuições que lhes são conferidas” (BOMFIM, 1904, p. 25).

Como podemos perceber na passagem anterior, Bomfim sugere a possibilidade de uma transformação empreendida de dentro da estrutura de poder vigente; para isso, ele contava com a autonomia da ação do indivíduo no desempenho de sua função social como professor. Ao desmaterializar o poder do Estado, descentralizando-o e colocando o indivíduo (professor) como copartícipe da ação do Estado, ele novamente aponta para a liberdade e autonomia desse profissional como chave fundamental para a construção de novos valores sociais capazes de promover as mudanças necessárias para o desenvolvimento nacional. Tal proposta, quando contrastada com as hierarquias sociais do período, aparece como claramente otimista e utópica. O intelectual sergipano não ignorava essa condição de seu pensamento e sobre isso expôs textualmente sua posição:

Sejamos otimistas; ser otimista assim é ser digno de viver. Só há um otimismo condenável: o do opulento repousando sobre a resignação dos infelizes. Chamar-nos-ão de utopistas. “É fitando a utopia que se chega à ação profícua”. Fitemos a utopia e marchemos para a vida. É pela sua exaltação, na luz e na justiça, que a moral se elabora; é aí que as lutas e os progressos se sublimam e se dignificam. [...] Aspirar é dilatar o pensamento sobre o coração – é a ideia nas asas do sentimento a penetrar o futuro (BOMFIM, 1904, p. 29).

Bomfim deixa claro, nesse e em outros de seus textos, a noção do tamanho das dificuldades com as quais intelectuais/professores teriam de se defrontar na edificação do novo ideal de sociedade almejado por ele em consonância com o espírito burguês e republicano de seus dias. Para Bomfim, caberia à escola e, conseqüentemente, ao professor combater os erros do passado e edificar o que ele entendia como a verdadeira tradição nacional no intuito de afirmar um futuro capaz de assegurar o desenvolvimento integral da nacionalidade.

Esse ideal de educação de Bomfim dialogava com a ideia de que, para construir uma vida melhor para si e para todos, primeiramente deve-se passar pela afirmação desse propósito como um ideal, pois, segundo ele, seria praticamente impossível passar pela mente de alguém o ideal de uma vida melhor sem despertar diretamente nela o irresistível desejo de buscá-la, impelindo-a diretamente para a ação:

Construamos o futuro entre as tristezas do presente; semeemos a luz e a bondade, que desabrocharão em verdades e sorrisos para as gerações que

vêm suceder-nos; conquistemos o Brasil para a inteligência e para a razão [...] façamos pelos de amanhã o que os de ontem não souberam, ou não quiseram fazer por nós – levemo-los para a estrada segura do progresso, curando-os de todas as fraquezas intelectuais e morais (BOMFIM, 1904, p. 37).

O intelectual sergipano encerra o seu discurso alertando aos presentes para a necessidade de entusiasmo e paixão no exercício da prática docente, pois, segundo ele, independentemente do cargo ou local em que exerceriam as suas funções de educadores e das inúmeras dificuldades encontradas, o docente nunca deveria perder de vista o ideal que orienta sua prática: o desejo humano de ver o povo redimido; somente assim o professor contribuiria para a verdadeira emancipação humana, baseada na liberdade.

### **2.3. América Latina: a educação como alternativa para a construção de uma sociedade democrática e livre**

A crítica às condições da educação de seu tempo e a defesa da difusão da instrução pública, obrigatória e gratuita, como alternativa histórica para a superação dos problemas sociais brasileiros foram uma temática constante no pensamento de Bomfim a partir de 1895, mas tornou-se uma tese estruturada em seu pensamento com a publicação de *América Latina: males de origem*, em 1905.

Nessa obra, Bomfim busca demonstrar que a única alternativa viável para os países latino-americanos se vinculava ao reconhecimento dos caminhos e descaminhos de sua formação histórica para que, no passo seguinte, buscassem corrigir socialmente as heranças negativas herdadas da tradição ibérica por meio da educação<sup>34</sup>. Segundo Botelho (2002), Bomfim teria formulado um projeto de reforma moral da sociedade brasileira entendida como condição essencial para a construção de uma identidade nacional.

Como demonstra Botelho (2002), a educação não era, nesse “período, apenas sinônimo de aprendizagem escolar, mas compreendia os diversos recursos

<sup>34</sup> André Botelho (2002) defende em sua obra a ideia de que Bomfim partilhava da premissa de que os sistemas educacionais seriam capazes de moldar as sociedades, introduzindo no debate intelectual de seu tempo a crença de que a educação seria o caminho e o meio responsável pelas mudanças sociais capazes de corrigir os descaminhos históricos da formação do povo brasileiro, assegurando, assim, a longo prazo, mudanças estruturais na forma de organização da sociedade que ele considerava retrógrada, excludente e profundamente classista.

sociais para proporcionar aos indivíduos e aos diferentes grupos sociais o tipo de formação requerido pelas transformações por que passavam a sociedade brasileira” (BOTELHO, 2002, p. 24). Nesse sentido, a preocupação com a educação se insere diretamente nas reflexões do intelectual sergipano sobre os entraves ao processo de modernização do Brasil e da América Latina, ocupando uma função estruturante na lógica de seu pensamento.

Antonio Candido (1995), em seu ensaio “Radicalismos”, analisou as ambiguidades do pensamento radical no Brasil, encontrando em Nabuco (1881), Bomfim (1905) e Sérgio Buarque de Holanda (1936) uma tendência comum; segundo Candido, embora esses pensadores conseguissem formular uma crítica radical ao pensamento conservador, acabaram por formular proposições conciliatórias e reformistas<sup>35</sup>.

Ao considerar a concepção de educação na obra de Bomfim como um estrangulamento lógico do seu radicalismo, Antonio Candido conclui que tal perspectiva expressa certa ambiguidade e repõe, ao campo político, a proposta conciliadora e reformista, distanciando-se do diálogo e da mobilização da classe trabalhadora. Nas palavras de Candido:

Mas aí entrou em cena o que chamei a ambiguidade do radicalismo, e as consequências revolucionárias se atenuaram em benefício de uma visão ilustrada, segundo a qual a instrução seria remédio suficiente para redimir as massas. Deixando de lado um eventual projeto político-social realmente transformador, a conclusão discrepa do radicalismo da argumentação precedente (CANDIDO, 1995, p. 288).

Antonio Candido considera que, em relação ao conjunto da obra, a defesa da educação em *América Latina* representa o limite de sua leitura histórica, uma vez que Bomfim foi incapaz de apresentar, como corolário de suas críticas, um projeto

---

<sup>35</sup> Antonio Candido argumenta que o radicalismo desses intelectuais expressa a visão de mundo da classe média em ascensão em fins do século XIX. A aproximação entre Nabuco e Bomfim, embora um pouco forçada, carrega algum sentido de proximidade, mas dificilmente a comparação se estenderia a Holanda, cujas ideias escapam ao conceito e às filiações sugeridas por Antonio Candido, pois, embora encontremos, em *Raízes do Brasil*, uma defesa de transformações políticas e sociais como fundamento para a consolidação da sociedade brasileira, apontando para uma superação das estruturas agrárias defendidas por Oliveira Vianna e sugerindo a urbanização como alternativa histórica para a modernização do Brasil, não vislumbramos em seu texto a defesa manifesta dos elementos excluídos da população brasileira como um horizonte político de sua obra. CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 3.ed.revista e ampliada. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1995.



revolucionário. Segundo Candido, tal perspectiva apenas ganhará forma com a publicação de o *Brasil nação: realidade da soberania brasileira* (1931).

A crítica de Candido desconsidera, entretanto, a relação entre educação e a formação de uma sociedade democrática que se constitui no horizonte político da obra de Bomfim. Nesse sentido, a conclusão bomfiniana é coerente em relação a sua tese e segue uma lógica argumentativa condizente com o seu pensamento, o qual se apresenta com base nas três principais temáticas presentes na obra: produzir uma imagem histórica diferenciada das nações latino-americanas, partindo do conhecimento de sua história; identificar, nas trajetórias históricas dessas nações, sua herança ibérica e colonial, destacando, como fator decisivo para a compreensão dos problemas do presente, a experiência do parasitismo colonial; e distinguir seus efeitos gerais e específicos; em seguida, com base nesse “diagnóstico”, indicar o “remédio” mais viável para a superação do atraso social brasileiro e latino-americano.

Mesmo que compartilhássemos das afirmações de Antonio Candido (1995) sobre o caráter ambíguo da proposta de superação do atraso latino-americano por meio da educação, pensamos que essa proposição seja seguida por críticas endereçadas ao processo de transposição do estado português para a América, antecipando, de algum modo, a leitura de Sérgio Buarque de Holanda acerca da formação do Estado brasileiro no clássico *Raízes do Brasil*. A proposta reformista de Bomfim carrega um projeto político que se afasta do pensamento conservador, pois exige a presença ativa das classes populares no combate ao conservadorismo das elites políticas.

Para Bomfim, o Estado formou, desde os primórdios da colonização, “um corpo alheio à nacionalidade, vivendo à custa da colônia e alimentando toda a metrópole”(BOMFIM, 2005, p. 208) e acrescenta: “dentre os diversos aparelhos e instituições sociais, não há nenhuma tão resistente ao progresso e às reformas em geral como as máquinas governamentais” (BOMFIM, 2005, p. 209). Segundo Bomfim, embora o Estado fosse instituição social mais desenvolvida em termos de ampliação e especialização de seu aparato burocrático, determinando funções cada vez mais específicas e estabelecendo hierarquias cada vez mais complexas para garantir a posse e o acesso ao poder, apesar de sua capacidade organizacional, ele caracterizava-se por um perfil retrógrado: “uma simples máquina de perceber tributos armada com aparelhos especiais de opressão” (BOMFIM, 2005, p. 209). O

que evidencia, na perspectiva bomfiniana, a necessidade de superação do Estado patrimonialista consolidado no processo de colonização.

Em sua análise histórica, Bomfim reconheceu, com muita lucidez, as profundas diferenças no processo de construção do Estado no Brasil e na América Latina em relação à constituição dos Estados nas nações europeias e nas colônias inglesas da América do Norte. Para ele, a diferença essencial estava no fato de que, nesses países, o processo histórico de construção do Estado seguiu o curso que ele considera legítimo e normal, que é surgir dos anseios das comunidades, orientado na defesa dos seus interesses e, associando-se a eles, buscar se desenvolver e estruturar-se como uma força propulsora dos interesses coletivos.

Bomfim analisava que, no caso das nações da América Latina, como o Estado fora transplantado e sobreposto aos interesses dos grupos locais, mantendo um constante conflito de interesses com eles e buscando impor-se de forma hegemônica aos interesses metropolitanos, e, como nos processos de independências não ocorreram mudanças substanciais nas estruturas dessas sociedades, as elites locais, formadas por aristocratas e caudilhos, substituíram os representantes da metrópole no controle do Estado e “os impostos deixaram de ir para o tesouro da coroa de ultramar; mas o Estado, em si, permaneceu igual era”(BOMFIM, 2005, p. 211). Em outras palavras, na análise histórica proposta pelo intelectual sergipano, as independências e a proclamação de repúblicas nos países da América Latina não corrigiram o caráter elitista sob o qual essas sociedades foram constituídas.

Para Bomfim, os movimentos de independência trouxeram à baila as discussões sobre a soberania popular que não passavam de um disfarce para mascarar um triste fato: o de que o Estado “só existe, aqui, para cobrar impostos, coagir as populações e organizar as forças armadas que o defendem e representam o seu poder”(BOMFIM, 2005, p. 215). Ao analisar os gastos do Estado brasileiro referentes ao orçamento oficial do ano de 1903, Bomfim demonstra que mais de 75% do orçamento foram gastos com o pagamento de empréstimos públicos e com a manutenção da burocracia do Estado e pouco mais de 10% eram empregados em gastos diretamente relacionados com serviços de utilidade pública, com benefícios diretos para a população, no que tange às questões relativas à educação (ou instrução, como era referido na época). Assim, concluiu que os investimentos públicos na educação representaram uma opção política pela cultura da ignorância como programa de governo, pois, de um orçamento de 300.000:000\$000, apenas

28 mil contos eram empregados pela união e por todos os estados da federação para as questões relativas à educação.

Após transcrever e analisar minuciosamente diversos aspectos do orçamento de 1903, ele professa em tom de indignação: “gastam-se 73 mil contos com uma defesa material do Estado; não se despende um tostão no intuito de melhorar as sortes destas populações, que nascem infelizes, vivem sofredoras e morrem miseráveis”(BOMFIM, 2005, p. 217). Ao analisar o sistema tributário brasileiro, ele ainda constata que a maior parte da arrecadação era obtida de impostos

indiretos, aduaneiros e de consumo; quer dizer, impostos que pesam tanto sobre as classes desfavorecidas quanto [sobre] as abastadas; e como o número de pobres e desfavorecidos é muito maior, sucede que são as classes proletárias que concorrem com a maior parte das rendas públicas(BOMFIM, 2005, p. 217).

Para ele, o sistema de tributação demonstrava claramente a iniquidade política do Estado. Bomfim encerra a interpretação desse documento com duas observações: a primeira marcada por um sentido amplo e generalizante, pois, sem lançar mão de dados estatísticos, afirma que essa mesma realidade podia ser aplicada aos orçamentos de outros países latino-americanos; a segunda observação se dirige ao debate acerca do papel da tributação em uma democracia:

Uma democracia não é democracia se não faz o imposto progressivamente proporcional aos recursos de cada contribuinte, e se não o emprega no custeio de serviços de interesse geral – preocupação quase fútil e ridícula em países, como estes nossos, onde o direito do proletário ainda não existe(BOMFIM, 2005, p. 218).

Se aplicarmos seu conceito de democracia e analisarmos as formas atuais dos gastos públicos, comparando-os com o atual sistema de tributação, seremos levados a constatar a permanência dessa lógica que caracteriza o Estado brasileiro, como uma instância legitimadora da hegemonia das elites.

A crítica de Bomfim ao Estado brasileiro pautava-se pelo projeto político de redefinição de seu papel nos países da América Latina: o Estado deveria se pautar por uma política capaz de incluir os que foram historicamente excluídos da sociedade por concepções e práticas disseminadas pelo colonialismo europeu. A concepção claramente idealista de Estado (estado providência) defendida por

Bomfim fundava-se no princípio de que ele deve fazer pelo povo o que o povo não consegue fazer por si mesmo, estimulando, dessa forma, o desenvolvimento social.<sup>36</sup>

Em seu pensamento histórico, o conservadorismo das elites foi responsável por criar uma independência sem liberdade e uma República sem povo, já que a manutenção dos mecanismos tradicionais das oligarquias brasileiras excluía o povo da participação efetiva das esferas de poder. A culminância histórica de sua crítica ao modelo de Estado sustentado pelas elites políticas imperiais e republicanas se justificava na convicção de que seria papel incontornável do Estado, nas nações latino-americanas, buscar compreender as reais condições sociais em que se encontrava o “povo”, porque, sem redimi-lo dos problemas advindos, sobretudo da escravidão, seria impossível pensar em qualquer possibilidade de progresso social. Conforme seus argumentos:

Seria preciso, sobretudo, que procurassem saber em que estado se acha a massa geral da população, esse elemento essencial na construção de uma nacionalidade, e a educassem, e interviessem, trazendo-a ao nível da civilização atual, transformando em gentes úteis, instrumento de progresso, esses 90% da população que apodrecem por aí, apáticos, inúteis... infelizes(BOMFIM, 2005, p. 308).

Conforme salientamos no primeiro capítulo, o nacionalismo de Bomfim era antirracista, popular e democrático. Nesse sentido, diferenciava-se de muitos intelectuais brasileiros de seu tempo, que pensaram o país virando as costas para o Brasil mestiço e analfabeto e idealizando um país almejado pelas elites brancas, tendo os olhos voltados para a Europa e buscando aproximar-se desse modelo na construção de uma identidade oficial que fosse capaz de definir o significado de ser brasileiro. Bomfim idealizou a possibilidade de construção de uma nacionalidade plural, tomando o povo (negros, índios, mamelucos, cafuzos, brancos, sertanejos, caboclos) como elemento central desse projeto.

---

<sup>36</sup> Bomfim era um republicano convicto, mas tornou-se crítico da República logo após sua proclamação porque entendia que esse sistema não fora capaz de compreender “as reais necessidades da nação”, não conseguindo, nesse aspecto, distinguir-se da Monarquia, sistema que o precedera. Em sua análise sobre a República, buscou demonstrar que o movimento republicano não logrou êxito nesse sentido em função do conservadorismo, do apego ao passado que ele atribuiu às “classes conservadoras”, que podem ser entendidas como sinônimo de classes dominantes.

Uma relação que ainda não foi abordada pelos comentadores das teorias de Bomfim, mas que entendemos ser importante para pensarmos a extensão das diversas influências teóricas que formam o seu ecletismo, é uma aproximação claramente presente em suas obras com algumas das teses do filósofo alemão Friedrich Nietzsche<sup>37</sup>; tal aproximação de ideias reflete-se sobre a história e, sobretudo, sobre a influência negativa que a presença do passado – experimentado como fardo, como uma tradição que escraviza o homem, criando empecilhos para o seu agir livre – exerce nas sociedades modernas.

Bomfim cita Nietzsche (1844-1900) em algumas passagens de *América Latina*, mas, como era prática comum em sua escrita, não faz referência a nenhuma passagem específica ou título de obras consultadas, embora dialogue abertamente com o autor alemão em algumas páginas do texto. A intertextualidade não é direta, mas pode ser percebida em sua crítica ao sentido negativo exercido pela tradição nos países da América Latina. Segundo Bomfim:

Nietzsche tem razão quando diz ser o irrespeito e o desprestígio condição essencial de todo o progresso. As nações sul-americanas têm que recompor toda a sua vida política, administrativa, econômica, social e intelectual; se não querem morrer estanguidas, mesquinhas e ridículas, têm que travar uma luta sistemática, direta, formal, conscientemente dirigida contra o passado [...] (BOMFIM, 2005, p. 178).

Na passagem anterior, a crítica de Bomfim ao conservadorismo da tradição ibérica aproxima-se de algumas proposições feitas por Nietzsche em *Considerações extemporâneas*, em que o passado é narrado como um fardo, um peso morto que apreende o homem em uma rotina de repetição, impedindo-o de conhecer o novo e de valorizar a vida em sua dinâmica de vir a ser constante. Nesse sentido, pensado por Nietzsche em *Extemporâneas* e em *Assim falou Zaratustra*, o passado, em certa medida, é uma bagagem que deve ser descartada para, ao romper com o espírito de conservação, afirmar a vontade de potência. Segundo Bomfim, essa necessidade não espera; ela é urgente “e nós, se não queremos ser devorados, devemos voar,

---

<sup>37</sup>É importante ressaltar que o entendimento de Bomfim em relação às mudanças que estavam em curso na modernidade era completamente oposto à visão de Nietzsche, que entendia a democracia como um mal, como a perda dos valores superiores da aristocracia. Bomfim pensava a democracia como a mais perfeita forma de governo, como a única capaz de promover a justiça social. Nesse sentido, podemos dizer que são modos de pensar completamente excludentes, exceto em relação à interpretação do passado como peso, fardo a ser superado produzindo uma crítica ao espírito de conservação.

aliviados de toda a bagagem que enche os espíritos ronceiros” (BOMFIM, 2005, p. 179).

Todavia, é importante observar que o fato de Bomfim aproximar-se das concepções de Nietzsche na análise do significado do passado para os latino-americanos e em sua crítica à tendência conservadora das elites não faz dele um adepto de suas ideias. Seu procedimento em relação ao pensador alemão é bastante semelhante ao que Bomfim fez com diversos autores que lhe serviram de referências para pensar determinados problemas de seu tempo. Com isso, construiu uma forma de pensar o processo histórico marcado pela tendência heterodoxa de suas ideias, as quais não podem ser diretamente vinculadas sem ressalvas a nenhuma corrente de pensamento, como bem demonstrou Celso Noboru Uemori (2006) em sua tese de doutorado, em que define a trajetória intelectual de Bomfim como sinuosa e de difícil caracterização conceitual.

O intelectual sergipano considera que os males de origem dessas nações não são um fado incontornável, mas, sim, males historicamente construídos e que, portanto, poderiam ser corrigidos por meio da educação. Essa via era, para ele, o principal meio de libertar os homens da escravidão imposta pela ignorância, a fim de fazê-los “compreender que eles não devem esperar o bem-estar e a prosperidade da força dos decretos, nem da fatalidade das leis econômicas, e sim do próprio esforço – do trabalho inteligente” (BOMFIM, 2005, p. 365).

Conforme tentamos demonstrar nas páginas anteriores, a educação é pensada por Bomfim como o caminho para a construção de uma sociedade democrática e livre, e a liberdade é definida por ele como “nem o árbitro nem o capricho; a liberdade é o direito ao indivíduo de achar ele mesmo o modo de conduzir-se e de entrar em acordo com os seus semelhantes” (BOMFIM, 2005, p. 371). Para Bomfim só há liberdade quando existe consciência de si, do outro e do mundo; dessa maneira, a educação seria uma forma de romper com o obscurantismo herdado do passado e com as influências dogmáticas de uma tradição arcaica e pré-moderna, que não oferecia as condições necessárias para que essas nações pudessem ajustar-se à modernidade.

A liberdade, segundo Bomfim, é o direito do indivíduo de conduzir a si mesmo dentro da sociedade, e só a educação tem o poder de preparar o homem para governar a si mesmo e para reconhecer seus direitos e deveres, que são indispensáveis para vida social. Em linhas gerais, o sergipano definiu a democracia

e a liberdade como valores universais, essenciais e permanentes, princípios que humanizam e que garantem a especificidade dos seres humanos em relação a outros seres vivos: “É só quando o homem alcança este domínio sobre si que ele é efetivamente livre”(BOMFIM, 2005, p. 338),e que, portanto, são valores que não podem ser negados.

#### **2.4. Manoel Bomfim e a questão nacional na Primeira República**

A noção de nacionalidade tornou-se hegemônica e se expandiu na cultura ocidental a partir do século XIX, tendo como centro propagador as experiências de implantação do Estado Nacional, sobretudo na França, Alemanha e Grã-Bretanha. Esse conceito pode ser entendido como a posse de certas qualidades que são estipuladas historicamente em um dado período, identificando os indivíduos como parte de um Estado Nacional.

Segundo Lucia Lippi Oliveira (1990), a ideia de nação faz parte do universo simbólico de um grupo, proporcionando sentimentos de identidade e de alteridade. É uma ideia força que impulsiona a organização de um povo, tornando-se um símbolo socialmente compartilhado que organiza ações no espaço público com base em uma perspectiva política. Partindo desse princípio, a autora toma a ideologia sobre a nação como um sistema de crenças que pretendem garantir a integração coletiva por meio de um sistema de signos compartilhados. Dessa forma, nas palavras de Lippi Oliveira (1990), “a questão nacional no Brasil tem assumido um desenho que a define como um problema. No confronto com a Europa ou com os Estados Unidos estamos sempre às voltas com o que nos falta” (OLIVEIRA, 1990, p. 21).

Uma das hipóteses apresentadas pela autora é que, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, conviveram, de forma conflituosa, dois grandes modelos de interpretação sobre o Brasil, os quais buscavam definir modelos distintos de identidade<sup>38</sup> nacional. Uma dessas perspectivas buscava enxergar de forma positiva o legado colonial e imperial, consolidando, assim, uma interpretação sobre o Brasil e a realidade brasileira que identificava as tradições nacionais como

---

<sup>38</sup> Sobre essa temática, é importante ressaltarmos que entendemos identidades como construções coletivas de discursos e práticas sociais e políticas que se movem e transformam-se ao longo dos processos históricos. Enquanto objeto de estudo, conforme nos apresenta Canclini, “a história dos movimentos identitários revela uma série de operações de seleção de elementos de diferentes épocas articulados pelos grupos hegemônicos em forma de um relato que lhes dá coerência, dramaticidade e eloquência (CANCLINI, 2008, p.23).

derivadas diretamente da experiência colonial portuguesa e da ação da Igreja Católica. A outra interpretação via a República como ruptura necessária com o passado português e com a Monarquia, buscando integrar o Brasil à realidade americana caracterizada como republicana. Nesse sentido, para os republicanos, a nacionalidade deveria emergir de um processo de luta contra o passado monárquico.

Na perspectiva de Lucia Lippi Oliveira (1990), para entendermos a questão nacional na Primeira República, precisamos compreender como essas ideias circularam nos núcleos intelectuais e nas instituições da época, dando forma a projetos distintos para o país e ajudando a criar representações coletivas do Brasil e dos brasileiros em um momento em que não havia uma tradição nacional hegemônica. Tudo isso considerando que os antigos símbolos do Brasil monárquico edificadas pela elite imperial estavam passando por um processo de crise e de esvaziamento de seu valor social desde a geração de 1870 e agravando-se ainda mais com a queda do regime monárquico em 1889. Segundo Lippi Oliveira (1990), como as instituições republicanas ainda estavam se firmando no território nacional, a República ainda não havia sido capaz de processar uma construção da identidade nacional em moldes republicanos para se afirmar no lugar da tradição imperial em crise.

Lippi Oliveira (1990) analisa que, passados os anos iniciais do regime republicano, marcados por disputas internas e crises políticas no grupo heterogêneo que havia ascendido ao poder, tornava-se necessária a elaboração de uma representação da identidade nacional capaz de aferir legitimidade social para o regime. Esse momento, marcado pela busca da construção simbólica de um discurso capaz de afirmar-se nacionalmente como representação viável do Brasil e dos brasileiros ocorreu, segundo Lippi Oliveira (1990), ao longo das duas primeiras décadas do século XX, tendo como protagonistas nesse processo duas tradições: uma centrada na defesa da experiência monárquica, e outra, na defesa do republicanismo.

Em meio a essa disputa, conceituada pela autora como “luta no campo ideológico entre conservadores monarquistas e progressistas republicanos”(OLIVEIRA, 1990, p. 24), é necessário situar as contribuições sobre a questão nacional produzida pelos intelectuais cientificistas e evolucionistas da época, que, orientados por teorias europeias assentadas sobre o princípio da



desigualdade das raças humanas, formularam representações profundamente negativas e pessimistas em relação à questão nacional. Além dessas três vertentes, a autora procura situar também a importância da representação do Brasil produzida pelo ufanismo que, se esquivando de um aprofundamento da questão política, afirmava a natureza como garantia de um futuro promissor para o país e seus habitantes, que, nessa perspectiva, independia de regimes políticos.

Essa busca de uma representação do país e de seus habitantes, capaz de apresentar o Brasil aos brasileiros, foi a pedra de toque da intelectualidade brasileira nas primeiras décadas republicanas e serviu como um sentido ordenador para intelectuais e instituições que se revestiram da responsabilidade de pensar a questão nacional. Dessa forma, uma compreensão mínima desses atores e das estratégias práticas e discursivas por eles empreendidas torna-se fundamental para compreendermos as especificidades da identidade brasileira.

Parafraseando Luiz Werneck Vianna (1997), podemos dizer que “o Brasil é o que é mais a interpretação produzida sobre ele desde que aqui se criou vida reflexiva”(VIANNA, 1997).Essa definição denota a importância que as reflexões sobre a formação nacional exercem sobre a formação da cultura brasileira. Segundo Lippi Oliveira (1990), esse processo de intensa busca por parte dos intelectuais nos primeiros anos da República para caracterizarem os aspectos centrais que seriam definidores do ser nacional teriam ocupado uma geração de intelectuais orientados por duas perspectivas centrais de representação do passado (tradição monárquica/tradição republicana) e alimentados pelas categorias preponderantes estabelecidas pelos padrões da ciência da época (nação, raça e meio).

Bomfim participou intensamente desse debate, posicionando-se de uma forma muito própria em relação à questão da formação nacional, que ele procurou retratar em sua escrita didática e ensaística, questão que iremos explorar de forma mais aprofundada nos dois últimos capítulos da tese.

Por ora, antes de aprofundarmos essa questão, daremos continuidade ao diálogo com Lippi Oliveira (1990) no intuito de localizar algumas questões identificadas por ela,as quais demarcam a influência do pensamento nacionalista francês em relação à intelectualidade brasileira. Cabe lembrar, tal qual sugere Alonso (2002), que o processo de importação dessas ideias obedeceu a critérios nacionais de adequação, não sendo feito de forma direta e irrefletida. O que a autora procura demonstrar é que, na virada do século XIX e início do século XX, as

temáticas francesas do nacionalismo (Renan e Taine) e do cientificismo (Gustave Le Bon, VacherLapouge, Ribot) exerceram grande influência sobre os pensadores brasileiros.

Segundo Lippi Oliveira (1990), pensadores franceses da geração de 1890 procuraram combater de forma sistemática a psicologia da ilustração por meio da elaboração de novos conhecimentos científicos para combater o liberalismo e a democracia. A expressão mais elaborada desse esforço foi o darwinismo social, que visava substituir “a consciência e a escolha racional pela hereditariedade e pelo meio como variáveis determinantes da conduta humana” (OLIVEIRA, 1990, p. 67), atendendo de forma utilitária aos interesses de um nacionalismo imperialista em processo de ascensão na Europa.

Devemos entender o darwinismo social como fruto direto do esforço intelectual empreendido por determinados membros da elite francesa da época da restauração de aplicar as leis da seleção natural de Darwin às ciências do homem, tendo a biologia como referência e transplantando esses princípios para a história e para a vida política. Dessa forma, as sociedades estariam sujeitas às mesmas leis naturais a que estão submetidos todos os organismos vivos. A vida social seria a expressão direta de uma luta sem tréguas onde prevalecem os fortes em detrimento dos fracos, transformando, assim, a “força” em um princípio indiscutível. Ao priorizar a hereditariedade e o meio em oposição às escolhas individuais e coletivas pregadas pela ilustração, o darwinismo instituiu um fatalismo determinista baseado no princípio da desigualdade das raças humanas, que atendeu diretamente ao desejo das elites francesas e brasileiras no processo de consolidação do Estado Nacional. Nesses termos, as elites política e intelectual em grande parte dos países da Europa e da América fizeram uso dessas matrizes (positivismo, darwinismo, materialismo e spencerismo) para pensar a integração do país à modernidade.

Embora a temática da nação e da nacionalidade já estivesse fortemente presente no repertório intelectual da geração dos fundadores do Império, preocupados em lançarem as bases do Estado e da nação, ela irá ganhar nova conotação a partir da “geração de 1870”, composta por membros preocupados com a atualização e modernização do país. Para Nicolau Sevcenko (1983), essa atualização significava “condenar a sociedade fossilizada do Império e pregar as grandes reformas redentoras; a república, a abolição e a democracia” (SEVCENKO, 1983, p. 78). Nesse contexto efervescente de ideias, muitas obras foram publicadas

no intuito de refletir sobre a questão nacional, sistematizando debates e ideias que circulavam em jornais, revistas e no dia a dia da política da época.

Portanto, a passagem do século XIX para o XX foi um momento de transição complexo, rico em atores e em discursos que buscavam se firmar em meio a uma sociedade plural, que sofria os impactos de uma modernização superficial sob uma estrutura conservadora, tradicional e elitista. Os novos agentes sociais que surgem na cena pública como desdobramento da crise do Império e do regime escravista reivindicam novas formas de participação política e de inserção social, dando margem à possibilidade de eleições de diversos passados possíveis que poderiam aferir significado e orientação para esses grupos.

Em meio a esse processo, o pensamento histórico de Bomfim encontrou condições de possibilidade para se expressar como um contradiscurso em relação ao pensamento das elites, embora compartilhasse com elas determinados princípios de ordenação que compunham a cultura histórica de seu tempo.

Segundo Sergio Miceli (1977), as duas primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo desenvolvimento das condições de profissionalização dos intelectuais que passaram a viver exclusivamente da pena, combinando a literatura com o jornalismo e com outras funções quase sempre vinculadas ao serviço público, sendo o magistério uma espécie de porta de entrada para a carreira pública.

O Rio de Janeiro da *Belle Époque* foi marcado por uma produção literária diletante, preocupada com o cosmopolitismo, buscando refletir o novo ambiente citadino, e pela formação de grupos de intelectuais que criavam e ampliavam redes de sociabilidade capazes de integrar seus membros na vida ativa da cidade. Todavia, segundo Lippi Oliveira (1990), nem todos os intelectuais podem ser enquadrados nessa produção literária diletante, pois “alguns acusavam a república de ser o ‘paraíso dos medíocres’ e combatiam na vida política tanto as oligarquias quanto os movimentos jacobinistas” (OLIVEIRA, 1990, p. 116). Partindo do pressuposto anteriormente citado, a autora identifica Euclides da Cunha e Lima Barreto, apesar das diferenças que os separam, como críticos das práticas literárias e intelectuais do período.

Em *Questão nacional na Primeira República* (1990), a autora propõe analisar o pensamento de Bomfim como um autor que propôs um novo modelo de saber científico e de nacionalismo para o seu tempo. Entretanto, não desenvolve essa análise, ficando presa a uma rápida leitura da obra *América Latina: males de*

*origem*(1905) diretamente influenciada pelo estudo pioneiro de Flora Sussekind e Roberto Ventura, *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim* (1984). Embora tenha produzido uma leitura restrita da obra de Bomfim – o que se justifica pelo objeto de sua pesquisa, que não está interessada em produzir um aprofundamento em relação à obra de nenhum intelectual especificamente, mas, sim, em identificar as cores do nacionalismo pensado por esses intelectuais ao longo do período que vai de 1907 a 1922 –, entendemos que a autora conseguiu captar os aspectos centrais do nacionalismo do autor, tal como pode ser vislumbrado na citação seguinte:

A receita de nacionalismo de Bomfim sugere que a nação e sua base concreta, o povo, se levante contra os elementos estranhos, infiltrados no organismo da vida social brasileira. A cura dos males deverá envolver a quebra da cadeia hereditária, e será através da educação que o povo se libertará deste corpo estranho (OLIVEIRA, 1990, p. 117).

Para caracterizar o nacionalismo de Bomfim, a autora enfatiza a sua crítica ao papel das elites na formação do Estado Nacional por meio do conceito de “parasitismo”, apontando que o intelectual sergipano ressalta a hipertrofia do Estado, que se preocupava apenas com a sobrevivência de sua máquina administrativa visando à manutenção de seus mecanismos de poder que sobrevivem à passagem da colônia ao Império e do Império à República.

Buscando refletir sobre o processo de construção da história nacional no início do século XX, Lippi Oliveira (1990) confronta autores para exemplificar a constituição de distintas posições sobre a escrita da história nacional. Nessa direção, compara a produção de Rodrigo Otávio (1866-1944) com a de Afonso Celso (1860-1938) e seus respectivos textos (*Festas nacionais* e *Porque me ufano de meu país*).

A primeira posição, mais arejada e fortalecida após a implantação do regime republicano, mas com vínculos na geração de 1870, preocupava-se com a questão da soberania republicana, buscando recuperar (construir) a história dos movimentos precursores da República. Essa vertente posicionava-se criticamente em relação à importância do Império na história do Brasil, responsabilizando-o por uma grande parcela do atraso nacional. Para contrapor-se à perspectiva histórica dominante entre os historiadores do Império, essa vertente institui como pilares de sua leitura

histórica da realidade nacional a rejeição do latinismo em detrimento do americanismo e a condenação da colonização e da presença portuguesa na vida política, econômica e social do Brasil. Essa corrente, que de forma geral nunca foi hegemônica, fez-se amplamente ouvida e socialmente compartilhada por diversos intelectuais nas primeiras décadas do século XX. Assim, atribuía à experiência colonial e à herança portuguesa alguns dos principais defeitos que constituíam o “caráter nacional”, apontando para a necessidade de superação em relação às instituições e práticas legadas do passado.

A outra perspectiva de interpretação da experiência histórica nacional se vincula ao modelo de interpretação dominante na historiografia, instituído pelo IHGB, e se opõe ao modelo republicano ao disputar espaços de legitimação no meio intelectual. Para essa corrente, era possível cobrir de louros e méritos a ação dos portugueses no passado, que, nas palavras da autora, “construíram uma sociedade onde mesmo a escravidão assumiu traços ‘amenos’” (OLIVEIRA, 1990, p. 142).

Com base na citação anteriormente exposta, qualquer semelhança entre essa perspectiva histórica e as ideias postuladas por Gilberto Freyre em *Casa grande & senzala* (1933) não é mera coincidência, mas, sim, uma relação de continuidade já identificada por muitos intérpretes de sua obra. Entendemos que as duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por um esforço de reestruturação da escrita da história no Brasil, país onde se operou não apenas a edificação de um novo pacto social, mas também – e tão importante quanto – onde se produziram, a partir de um amplo debate intelectual que envolveu instituições e intelectuais consagrados no período, novas formas de se interpretar o passado brasileiro, aferindo sentidos distintos por meio de uma nova significação da experiência do passado.

Bomfim viveu ativamente o ambiente intelectual da cidade do Rio de Janeiro por cerca de 40 anos. Sua rede de sociabilidade o colocou diretamente em condições de discutir com as ideias correntes em torno da questão nacional e da cultura brasileira. Dessa forma, a sua produção intelectual, tanto os escritos didáticos quanto a produção ensaísta, foi profundamente marcada por essas questões, que aparecem de forma enviesada em seu texto como caminhos possíveis para se pensar a formação histórica do Brasil.

Algumas das ideias norteadoras de movimentos como o ufanismo, nativismo, jacobinismo e o modernismo são incorporadas em seu pensamento e colocadas a serviço de pensar a especificidade da formação nacional. A aproximação de Bomfim

com esses movimentos ou correntes de ideias, porém, deve ser pensada sempre de forma diversa e relativa, pois a sua apropriação de pensamentos e de pensadores nacionais e estrangeiros nunca segue contornos rígidos; sua apropriação é eclética e atende a demandas que precisam ser relacionadas ao momento de apropriação para que possam ser entendidas.

## **2.5. O pensador sergipano e as teorias raciais: construindo um nacionalismo antirracista**

Refletindo sobre o contexto intelectual latino-americano na passagem do século XIX e primeiras décadas do XX, Valdir Donizete dos Santos Junior (2013) busca pensar as relações entre as elites culturais, a produção de imaginários sociais<sup>39</sup> e a circulação das ideias no referido período. Seu objetivo é demonstrar que as ideias são construídas com base em disputas entre os grupos sociais. Nas palavras do autor, “as ideias e, analogamente, as representações nelas contidas podem funcionar tanto como justificção de um *status quo* quanto como importantes armas para as transformações políticas e sociais” (JUNIOR, 2013, p. 23). Assim como faz Lippi Oliveira (1990) e Alonso (2002), o autor não considera a existência de um campo intelectual apartado do campo político; para Santos Junior, no contexto brasileiro e latino-americano, os intelectuais devem ser pensados como produtores de ideias e formuladores de imaginários sociais. Dessa forma, mesmo que considerados como homens de cultura, ou homens de letras, pela sua posição na sociedade, eles também são homens da política, participando direta ou indiretamente de projetos partidários.

De forma geral, os intelectuais do período constituíam ou estavam vinculados às elites políticas de seus países e produziram respostas diferenciadas para três temáticas que foram recorrentes no pensamento social latino-americano: o problema racial, o tema da mestiçagem e a questão da imigração.

Essas temáticas geram, no caso brasileiro, duas grandes tendências de explicação. A primeira e mais hegemônica foi a perspectiva racialista, na qual

---

<sup>39</sup> Por imaginário social, o autor entende, com base em um diálogo com BronislawBaczko, construções simbólicas e formas de representação do real, que resultam diretamente das lutas sociopolíticas e que nelas interferem. Ver: BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

podemos situar ensaístas mais renomados, como Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues. A segunda, antirracista ou reformista, pode ser associada às reflexões produzidas por Manoel Bomfim<sup>40</sup> e Manoel Quirino<sup>41</sup> e, em certa medida, a Alberto Torres<sup>42</sup>, que, embora ofereça uma solução conservadora e antidemocrática para a solução dos problemas sociais brasileiros, também foi um crítico do pensamento racial.

A temática da nacionalidade foi pensada no Brasil sob forte influência da questão racial, seguindo orientações fornecidas pelo pensamento europeu moderno, que contribuiu para o desenvolvimento de uma articulação entre raça e nacionalidade. A noção de raça foi apreendida pelas elites intelectuais brasileiras como subsídio à reflexão sobre as mudanças sociais em curso na segunda metade do século XIX. Esse processo de seleção e aplicação de ideias e teorias que compunham o ideário da modernidade para pensar a realidade brasileira foi um movimento dinâmico e complexo, que tinha como horizonte a busca pela construção de uma identidade nacional.

Conforme demonstrou Renato Ortiz (1985) em seu estudo clássico sobre a cultura brasileira e identidade nacional, a questão mais significativa não é saber se a ideia de identidade nacional produzida por esses intelectuais reflete ou não a cultura brasileira, mas, sim, acompanhar, por meio de uma reflexão crítica, as formas

---

<sup>40</sup> Bomfim defendeu, não apenas em *América Latina: males de origem*, mas também em muitas de suas obras de períodos posteriores, uma crítica direta e radical às teorias raciais, colocando-se como defensor da mestiçagem, não atribuindo a essa prática nenhum malefício e ressaltando os aspectos positivos dos cruzamentos; também se posicionou como um crítico dos defensores da importação de mão de obra seja europeia ou de qualquer outra parte do globo. Bomfim entendia que a imigração não seria uma solução nem a médio nem a longo prazo; para ele, a questão não era trazer imigrante e sujeitá-los a condições desumanas de trabalho, mas, sim, humanizar o trabalho e valorizar o trabalhador nacional por meio da qualificação educacional das massas.

<sup>41</sup> Manoel Quirino foi um pensador contemporâneo de Bomfim e analisa a questão do negro buscando valorizá-lo no processo de formação da cultura brasileira. Segundo SILVEIRA (2011), Quirino interpreta o colono negro como fator civilizacional, pensando-o como colonizador e não como elemento passivo, mero braço escravo a serviço de um projeto civilizacional europeu. Sobre o tema ver: SILVEIRA, Cristiane da. *(Re)leituras de Manoel Bomfim: a escrita da história do Brasil e o ser negro na passagem do século XIX para o XX*. 2011 (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

<sup>42</sup> Para muitos autores do pensamento social brasileiro, como Candido (1995), Botelho (1997), Aguiar (2000), LippiOliveira (1990), Uemori (2006), Junior (2013) e Bueno (2014), Bomfim e Torres teriam inaugurado, no pensamento social brasileiro, um olhar diferenciado em relação à questão nacional. Para esses autores, ambos os intelectuais seriam responsáveis pela elaboração de um contradiscurso em relação ao discurso em vigência no momento de publicação de suas obras, deslocando o problema da formação nacional brasileira do determinismo racial para um paradigma sócio-histórico décadas antes da publicação das obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que se consagraram por esse empreendimento. Sobre as proximidades e distanciamentos em relação ao pensamento de Torres e Bomfim ver: BUENO, Thiago Martins Barbosa. *Alberto Torres, Manoel Bomfim e a questão nacional*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2014.

dedivulgação e os interesses presentes nas representações nacionais produzidas por esses intelectuais.

Nesse contexto, diversas teses foram formuladas ao longo da geração de 1870 à década de 1930 como críticas diretas às primeiras representações do Brasil produzidas pela geração romântica<sup>43</sup>. Carregadas de visões otimistas ou pessimistas sobre o futuro do Brasil, o certo é que elas instituíram uma forte representação do que seria a coletividade nacional do período, sinalizando as possibilidades sociais e políticas de seu desenvolvimento.

A teoria do branqueamento, sistematizada por Silvio Romero no século XIX, exerceu forte influência sobre autores como Euclides da Cunha (1866-1909), em seu épico *Os sertões* de 1902, Oliveira Vianna (1883-1951), sobretudo em *Evolução do povo brasileiro* (1922) e *Populações meridionais do Brasil* (1920) – obras sistematizadas em torno da defesa do arianismo – e Paulo Prado (1869-1943), que compôs o seu *Retrato do Brasil* (1928) profundamente carregado pelas tintas fornecidas pelo cientificismo corrente.

Ao lado dessas leituras – que pela via da crença na teoria do branqueamento, buscavam inverter partedos diagnósticos pessimistas fornecidos pelas teorias deterministas sobre a impossibilidade de desenvolvimento civilizacional nos trópicos, em função da raça e do meio –, coexistiam teorias que exacerbavam uma representação ainda mais pessimista, como a defendida por Nina Rodrigues (1862-1906), que postulava a inevitabilidade da degeneração social do povo brasileiro por causa dos efeitos considerados nocivos da mestiçagem.

Muitos estudiosos da obra de Manoel Bomfim, como Sussekind e Ventura (1984), já sinalizaram que a historicidade do pensamento do sergipano está alinhada ao debate da questão racial em seu tempo, uma vez que a sua reflexão histórica surge como contradiscurso, como dissidência em relação ao discurso ideológico dominante, ou seja, como produto de um diálogo direto e intenso com as obras de Silvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana em busca da elaboração de uma visão “diferenciada de identidade nacional”, pois o seu projeto de Brasil não se

---

<sup>43</sup> No Brasil, o movimento romântico não deve ser compreendido como apenas uma corrente estética ou literária, mas como uma corrente filosófica que visava à construção de uma espécie de filosofia da história do Brasil, buscando as raízes da nacionalidade nos elementos que o país tinha de próprio e positivo, sendo a natureza elencada como aspecto predominante para se compreender a personalidade do Brasil. Movidos por esses interesses, os homens de letras dessa geração buscavam documentar e descrever a natureza, os hábitos e os costumes. Segundo Costa (2003), os românticos brasileiros ajudaram a incorporar, no imaginário do país, temas específicos, como a natureza tropical, o mito da terra-mãe e o índio como arquétipo principal do herói nacional.



coadunava com as representações da identidade nacional elaboradas por seus contemporâneos.

Embora a constatação da diversidade do pensamento social brasileiro seja evidente, é possível encontrarmos certos padrões discursivos em torno de unidades temáticas que ensejam preocupações similares. Nessa perspectiva, podemos aferir que as obras e pensadores sociais que se revestiram da missão de pensar a questão nacional em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, abordaram, inevitavelmente, a relação entre nação e raça.

De forma geral, a literatura que trata das origens das teorias raciais do século XIX destaca a influência de dois autores que foram fundamentais para a consolidação dessas teorias: o naturalista francês Buffon (1707-1788), que inaugura a tese da infantilidade do continente americano, e Cornélius de Pauw (1739-1799), que introduz a tese da degeneração americana. As teses desses autores alimentam um ambiente social e científico que busca justificar a relação entre nação e raça, rompendo com a ideia rousseuniana de igualdade e instituindo a crença nas desigualdades inatas. Segundo Lilia Schwarcz (1993):

No contexto intelectual do século XVIII, novas perspectivas se destacam. De um lado, a visão humanista herdeira da revolução francesa, que naturaliza a igualdade humana; de outro, uma reflexão, ainda tímida, sobre as diferenças básicas existente entre os homens. A partir do século XIX, será a segunda postura a mais influente, estabelecendo-se correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais (SCHWARCZ, 1993, p. 47).

Segundo Jean Carlo de Carvalho Costa (2003), a questão central colocada em cena pelos intelectuais brasileiros a partir do século XIX era a necessidade de produzir respostas para as seguintes indagações: “Quem somos nós?” e “Quem são eles?”.

A constituição de um pensamento “sociorracial” no Brasil obedeceu ao mesmo sentido presente no continente europeu: o de teorizar, explicar e qualificar a diferença naturalizando-a como uma lei universal. Nas palavras de Lilia Schwarcz (1993), “os homens sempre souberam que eram diferentes, porém é no século XIX que a ciência determinista vai estabelecer teorias, explicar e qualificar a diferença” (SCHWARZ, 1993, p. 78).

As teorias sociais europeias produziram uma justificativa racional para a expansão mundial do capitalismo impulsionando práticas colonialistas. Do ponto de vista político, o evolucionismo significou, para a elite europeia, uma forma de consciência de sua hegemonia em relação a outras regiões. Para o pensamento social brasileiro, o desdobramento lógico dessas teorias convalidou a ideia da superioridade europeia em razão da existência de “leis naturais” que condicionavam a história dos povos.

Dessa mediação entre as necessidades da elite brasileira do período (1870-1930) e a incorporação crítica desse arcabouço teórico estrangeiro, operou-se a construção de um arcabouço teórico-metodológico, a partir do qual se tornou possível pensar projetos de construção de uma “nova história” para o país respaldado nas garantias fornecidas por dois modelos de determinismos: a raça e o meio. Segundo Costa (2003):

No intervalo que compreende as últimas décadas do século XIX e meados da década de 1910, as tentativas de interpretar a nação são conduzidas a partir da utilização desses dois conceitos (raça e meio) com o objetivo de encontrar uma alternativa cujo eixo preservaria a singularidade sociorracial brasileira; entretanto, essas tentativas são guiadas do ponto de vista teórico por uma perspectiva determinista de cunho racial (COSTA, 2003, p. 239-240).

Nesse contexto, emergem dois grandes “projetos para o Brasil” com base na interpretação dos aspectos positivos (branqueamento) ou negativos (degeneração) da miscigenação. Será como um discurso dissidente em relação a essas duas perspectivas dominantes no cenário intelectual da época que o intelectual sergipano irá produzir a sua leitura singular sobre a formação brasileira.

A especificidade da reflexão sobre a formação da nacionalidade em Bomfim está no fato de ele buscar compreender o nacional inserido na América e como parte integrante da humanidade. O intelectual sergipano procurou pensar a questão nacional como parte de um sistema mais abrangente, que envolve o reconhecimento de um passado comum (experiência colonial) e das relações entre a América e a Europa.

Bomfim procurou uma perspectiva comparativa dos problemas sociais com base em dois pontos essenciais: a história e a educação. À primeira caberia a compreensão da formação histórica dessas sociedades, produzindo uma

consciência precisa das heranças legadas pela experiência colonial; a segunda deveria ser responsável pela disseminação de um projeto de superação dessas condições, seria uma via para assegurar o progresso social dessas nações. Em linhas gerais, o que ele propunha era um “conheça a si mesmo” como condição para o desenvolvimento social. Em outros termos, ou as nações neoibéricas decifravam os males que as afligiam, ou elas seriam lentamente devoradas por eles.

Dessa forma, a busca pela identidade nacional nas obras do intelectual sergipano passa por uma reflexão que envolve a construção da alteridade como um contraponto necessário para a aproximação de uma coletividade em oposição a um “outro” imaginado. Perspectiva que podemos encontrar também nas reflexões de Maria Ligia Prado (2005):

Identities são construções do discurso, constituem o real, integram o jogo conflituoso dos imaginários e das representações e, ao mesmo tempo, tocam os corações e despertam a sensação de pertencimento do indivíduo a uma coletividade. Os indivíduos que se sentem identificados estão afirmando suas particularidades culturais, raciais, de gênero, de religião, de classe e estão declarando sua existência diferenciada ao mundo. Ao lado dessas afirmações positivas, ignoram, desdenham, descrimnam, excluem, atacam o “outro”, o diferente (PRADO, 2005, p. 11-33).

Na citação anterior, a pesquisadora busca demonstrar que as identidades coletivas assumem um viés cultural e político, pois induzem à ação e promovem justificativas para essas identidades, reforçando a coesão do grupo.

Para Costa (2003), a grande contribuição de Bomfim para a compreensão da questão nacional na Primeira República reside no fato de que ele

inseriu, no debate relativo ao dilema brasileiro, novos fatores que auxiliaram uma interpretação singular à época da ideia de nação, mas ainda não conseguindo deixar de lado a predominância que possuíam as tendências biológicas e raciológicas no tratamento da ideia de nacionalidade, cujo representante principal posterior a ele, do ponto de vista do ensaísmo, foi, sem dúvida, Oliveira Viana (1883-1951) (COSTA, 2003, p.284).

Os ensaios históricos de Bomfim e de outros autores produzidos no período são fundamentais para compreendermos a pluralidade de questões e projetos possíveis de nacionalidade que compunham a cultura histórica brasileira. Esses textos, a despeito de suas diversidades políticas, articulavam-se em torno de uma

matriz cientificista e racialista, dialogando com as ideias evolucionistas e com as analogias entre natureza e sociedade expressas paradigmaticamente nas obras de Edmund Burke (1729-1797) e Herbert Spencer (1820-1903), além de refletir sobre as teses que defendiam a inferioridade racial proporcionada pela mestiçagem, presentes em autores como Conde Gobineau (1816-1882) e Gustave Le Bon (1841-1931).

Assim, para entendermos como o intelectual sergipano pensa esse processo, será necessário fazermos uma reflexão teórica sobre o processo de elaboração e aplicação da metáfora do parasitismo social, categoria que ele utiliza como fundamento explicativo para fazer a crítica das teorias raciais produzidas e propaladas pelas diversas vertentes do darwinismo social e largamente aceitas pelo que Aguiar (1999), apropriando-se de Michel Foucault, chamou de “sistemas de verdades” de sua época.

A compreensão de uma matriz teórica do pensamento de Bomfim não é uma tarefa fácil e já ocupou diversos de seus intérpretes. A sociologia positivista, o evolucionismo e o darwinismo social eram as grandes correntes teóricas de seu tempo e influenciavam grande parte dos intelectuais na Europa e na América. Bomfim, embora criticasse essas teorias, encontrou no evolucionismo um horizonte teórico para sua obra por meio de sua metáfora organicista do parasitismo social. É necessário frisar, porém, a especificidade do organicismo de Bomfim, pois, mesmo partindo da noção de causalidade das ciências naturais, o uso que fez da homologia<sup>44</sup> entre o físico e o social era diverso, uma vez que ele não aceitava como um método inquestionável ou como única possibilidade de verdade nas ciências sociais de sua época.

Flora Sussekind e Roberto Ventura em 1979 foram os primeiros intérpretes de Bomfim a chamarem a atenção para o fato de que, embora o parasitismo tenha sido um conceito tomado de empréstimo da biologia e transposto para a análise das sociedades humanas, como era corrente nas ciências sociais de seu tempo, sua

---

<sup>44</sup> O que torna historiograficamente relevante o pensamento de Bomfim é o sentido inovador de seu pensamento, pois reconhecia o atraso de sua sociedade em relação à Europa; ao mesmo tempo acreditava que as causas que possibilitariam a compreensão desse atraso provinham de razões distintas das que apontavam positivistas, darwinistas e evolucionistas, visto que, contrariando a lógica corrente, o intelectual sergipano não aceitava que os povos dessa parte do continente fossem inferiores biologicamente; para Bomfim, não era a biologia como modelo de ciência nomotética dominante na época que explicaria as causas desse atraso, a explicação deveria ser buscada e poderia efetivamente ser encontrada e compreendida na história.

aplicação por Bomfim se distinguia da regra geral. Isso porque, em seu pensamento, ele a usava como uma metáfora para analisar a sociedade e não para fazer uma apreciação puramente extraída da biologia e aplicada ao estudo das questões sociais. Segundo Sussekind e Ventura (1984), “o conceito de parasitismo, retirado da biologia e da zoologia, passa a ser empregado não de modo homológico – correspondência unívoca entre biológico e social –, mas metafórico” (SUSSEKIND; VENTURA, 1984, p. 55).

Como é facilmente perceptível em sua linguagem, o uso do conceito de parasitismo como metáfora fundamental para pensar as sociedades latino-americanas demonstra sua grande dificuldade em se desprender das teorias naturalistas. Tal fato, somado ao uso comum de um vocabulário claramente associado a sua formação médica, demonstra o quanto Bomfim ainda estava preso às correntes naturalistas de seu tempo, embora buscasse refutar, com base em suas leituras e na observação direta da realidade social, o determinismo como via única para compreensão do mundo social. Nesse sentido, segundo Ricardo Sequeira Bechelli (2009), é possível pensar a obra de Bomfim como um texto de passagem entre o naturalismo e o estilo moderno:

Se, por um lado, Bomfim estava ligado ao naturalismo, por outro, ele já estava vinculado à Modernidade: via na análise histórica a principal fonte para o entendimento das causas dos problemas sociais e justificava este pensamento responsabilizando o ser humano, enquanto ser social, pelas causas das injustiças sociais, eliminando assim o peso da biologia e das diferenças de comportamento resultantes das raças humanas ou da mestiçagem (BECHELLI, 2009, p. 71).

Influenciado diretamente por leituras importantes de outras matrizes de pensamento, como Marx e o já citado Nietzsche, Bomfim foi capaz de estabelecer as diferenças marcantes entre o parasitismo biológico, evolucionista e nomotético e o parasitismo social, que se diferenciava do modelo das ciências naturais, uma vez que o parasitismo seria transmitido como herança não pela via hereditária e, sim, pela cultura histórica. Nessa direção, sua análise rompia com as vertentes positivistas, evolucionistas e darwinistas sociais, pois relativizava a ideia de homologia entre o físico e o social, ao mesmo tempo que abandonava a premissa de que o social era regido por leis gerais similares às leis naturais.

Segundo Bomfim, enquanto no parasitismo biológico se verificava uma dependência completa do parasita ao parasitado, no parasitismo social era possível identificar o oposto, ou seja, não havia uma regularidade, porque a dependência era temporal e poderia ser superada temporalmente, promovendo mudanças nas relações sociais de dependência que levariam a uma gradativa superação das condições historicamente adquiridas. Em seu texto, com um linguajar claramente associado a sua formação médica, ele defendia que o parasitismo era a doença que assolava as nações da América Latina, e a educação seria a cura, pois a disseminação da educação serviria como um impulso fundamental para alavancar as transformações sociais necessárias para a superação dos males de origem legados pela tradição colonial.

Sobre esse aspecto da obra de Bomfim, Aluizio Alves Filho (1979) afirmou que, apesar de se utilizar de uma “tosca metáfora organicista”(FILHO, 1979, p. 17), ele conseguiu compreender, em linhas gerais, as problemáticas estruturais da América Latina que derivam de sua formação histórica marcada pelo peso do colonialismo ibérico. Ou seja, segundo esse autor, Bomfim havia conseguido identificar que os males de origem eram históricos e haviam sido implantados como uma política de exploração do território por parte da metrópole na colônia. Em sua análise, os problemas sociais, econômicos e políticos dessas nações derivavam do predomínio de uma economia eminentemente agrária e da presença do trabalho escravo como força de trabalho dominante no período colonial. A escravidão produzia, assim, efeitos negativos ao desumanizar o trabalhador e ao propagar a cultura do ócio entre os senhores.

Segundo Franklin de Oliveira (2005), Bomfim conseguiu perceber que o povo brasileiro não era inferior por natureza, como propalavam as teorias raciais em voga no Brasil, mas, sim, inferiorizado por estruturas de poder excludentes que foram trazidas pela metrópole portuguesa para viabilizar a exploração colonial e foram mantidas pelo conservadorismo das elites beneficiárias dessa estrutura. Em suas palavras:

Ao contrário de Euclides, dopado pelo alucinógeno do cientificismo no início do século, Bomfim não pôs a culpa dos desvios de nossa história no que hoje chamam de *povão*, mas nos que criavam interstícios no universo da escravidão e ali inseriam os “*vadios*”, isto é, os que não encontravam em que trabalhar. As *moças sujas* dos documentos oficiais não eram putas de nascença como proclamava o tartufismo português. Alugavam, vendiam o

corpo para não morrerem de fome. E eles próprios eram que as estupravam com fúria animalesca(OLIVEIRA *apud* BOMFIM, 2005, p. 25).

Bomfim produz uma teoria interpretativa da história desses povos, fazendo uma genealogia histórica com base em uma análise das nações fundadoras, buscando identificar elementos comuns que compunham a cultura das nações ibéricas. Segundo esse autor, o Brasil surgiu para o mundo europeu com o renascimento, mas foi colonizado pela contrarreforma. Com isso, explicitou de forma clara que, em sua interpretação histórica, Portugal e Espanha encontravam-se na contramão da história por passarem quase que imunes aos movimentos do Renascimento e da Reforma Protestante, tornando a península ibérica um dos últimos redutos do tomismo, fortemente marcada pela influência direta da Igreja Católica na vida cultural da península e, posteriormente, das colônias ibero-americanas<sup>45</sup>.

Essa visão crítica e radical da interpretação do processo de colonização das nações ibéricas no novo mundo, que Ronaldo Conde Aguiar (1999) chamou de “um modo radical de pensar”, foi esboçada pela primeira vez no final do século XIX, no parecer sobre o *Compêndio de história da América*, de Rocha Pombo. Em seu parecer, apresentado em abril de 1899, Bomfim concorda com a descrição do processo histórico feito pelo autor sobre a colonização na América, reconhecendo as distinções entre o modelo ibérico e o modelo inglês, mas faz uma séria restrição a três capítulos da obra que, segundo sua interpretação, justificavam o tráfico e a escravidão africana, argumentos, em sua perspectiva, inaceitáveis. Leia um dos trechos do compêndio:

---

<sup>45</sup> Bomfim faz, ao longo da obra, diversas críticas à Igreja Católica, considerada como a instituição responsável pelo controle mental (escravização intelectual e moral) da população, representante máxima de um passado que seria fundamental superar. Em uma nota de rodapé, ele expõe a essência de sua visão crítica em relação a essa instituição “Esquecida pelos que deveriam cuidar de realçá-la e instruí-la e educá-la, a massa popular ainda ingênua e primitiva, esta, naturalmente, servindo de pasto à exploração da fradaria católica, que precisa ganhar a vida e fazer clientela. [...] Desse modo aí temos os pobres filhos do povo abandonados à inépcia e as credices (tal como esses bons portugueses do século XVII), votados e entregues a resíduos de superstições trazidas pela monacagem, que a civilização europeia elimina de si, e que os nossos pró-homens colhem solícitos e prazenteiros, num gesto de cabotinagem liberaisca. Supondo serem tolerantes e adiantados, quando não incoerentes e perversos. Aí temos a massa popular desviada da liberdade, monopolizada pelo reacionarismo, pela fradaria que para aqui se despeja, ignorante e parasita, sórdida como a avareza, suja como um escapulário” (BOMFIM, 2005, p. 309).

Ora as raças africanas achavam-se num deplorável estado de regressão ou de atraso. [...] era estúpido, mesmo de uma bruteza que raiava às vezes pela imbecilidade; era desregrado e indolente; avesso à disciplina, supersticioso e contumaz. Essas criaturas tinham de ser domadas pela força. Trabalhavam debaixo da vergasta do feitor, e só a combinação de castigos impiedosos é que os trazia na obediência e na ordem. [...] a tortura obrigou o negro a pensar no seu destino, a força de sentir o seu martírio. [...] este elemento étnico, já de si inferior, entrava na sociedade americana pela porta da escravidão. [...] o processo foi doloroso, mas foi eficaz. [...] tem-se mesmo um desejo sacrílego de bem dizer a escravidão, se é verdade que a escravidão foi aqui o único meio de resgatar, num instante, a irmandade perdida nos seus transviamentos por um vasto continente inóspito, desolada num mundo, onde não poderia evoluir, entregue a esforços seus exclusivos. Então que refletimos de mais alto sobre o estranho fenômeno, e compreendemos como enquanto na África ainda o negro é selvagem ou errante nos areais, degradado mil vezes miserável na “liberdade”, a descendência do antigo escravo na América sente igual e quantas vezes superior às raças escravizadas<sup>46</sup>.

Essa passagem externa de forma bem clara a total adesão de Rocha Pombo à teoria da desigualdade inata entre as raças humanas, defendida como verdade hegemônica e integrada ao vocabulário da ciência da época por autores como Gobineau, Lapouge, Spencer e Gustave Le Bon<sup>47</sup>. Esses intelectuais se transformaram em referência para o campo intelectual brasileiro e latino-americano.

Vinculando-se às teses raciais, o compêndio suavizava os efeitos da escravidão, entendendo-a como necessária e até mesmo como um mecanismo eficaz para integrar os negros e todo o continente africano ao processo de civilização. Pensando sob essa premissa, o texto de Rocha Pombo inferiorizava o negro colocando-o como refratário à civilização e ao progresso e, ao mesmo tempo, considerava positiva a escravidão, vista como “uma etapa no processo de humanização do negro” (AGUIAR, 1999, p. 235). Essa lógica equivocada e perversa, na visão de Bomfim, deveria ser negada e combatida e, segundo seu parecer, era inadmissível que um pensamento como esse estivesse presente em uma obra voltada para a Escola Normal, ou seja, para a formação de professores.

Mesmo recebendo críticas profundas, o compêndio foi aprovado, publicado e adotado pela Escola Normal, o que indica a força das teorias raciais nesse contexto.

<sup>46</sup> Trecho retirado das páginas 94 a 98 do *Compêndio de história da América*, de Rocha Pombo, citado por AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 234.

<sup>47</sup> Segundo Aguiar (1999), esse conjunto de valores anteriormente descritos forma o regime de verdade das elites brasileiras do século XIX. Entendemos “regime de verdade” no mesmo sentido desenvolvido por Foucault (1992) em sua *Microfísica do poder*, isto é, como um tipo de discurso que a sociedade assume e faz funcionar como verdadeiro por meio dos vários mecanismos de poder que permeiam a vida social.



Ainda que não tenha logrado êxito em sua crítica, Bomfim registrou em seu parecer o “modo radical de pensar”, o qual se opunha de forma intencional ao pensamento corrente em sua época sobre a escravidão. Em sua perspectiva histórica, a escravidão não poderia ser justificada de forma alguma, a não ser como um produto abjeto e grosseiro dos egoísmos humanos. Para ele, a escravidão dos negros era

[u]ma perversão dos sentimentos, um ataque à ordem social, produzindo o abastardamento das classes produtoras, invilecendo o trabalho, pervertendo os instintos morais, gerando dificuldades sociais e econômicas que muito nos custarão a resolver. Pouco importa, na África, não fossem livres os negros; pouco importa que, lá, a situação deles não fosse melhor que aqui: se eles passando a ser nossos escravos não pioraram de condição social, nós, passando a senhores de escravos, piorávamos de sorte, porque retrogradávamos, porque pervertíamos moral e socialmente (BOMFIM Apud AGUIAR, 1999, p. 236).

Essa passagem representa o esboço da matriz interpretativa do pensamento de Bomfim, que buscava abertamente caracterizar as teorias raciais como uma forma espúria de dominação, como um mecanismo velado que visava garantir o poder das elites.

Renato Ortiz, em *Cultura brasileira e identidade nacional* (1985), afirma que os argumentos e o modelo de análise do intelectual sergipano apresentam grande similaridade com alguns textos de Durkheim, sobretudo em seu clássico *Divisão do trabalho social*, em que o sociólogo francês estrutura seu pensamento tomando o modelo biológico como referência para pensar os fatos sociais. Embora não se encontre qualquer referência a Durkheim na obra de Bomfim, a observação de Renato Ortiz indica que o pensador brasileiro estava afinado com o debate metodológico que envolvia as ciências sociais em sua época<sup>48</sup>.

Por posicionar-se como um crítico da expansão capitalista e pelo seu nacionalismo antirracista, Bomfim coloca-se como um defensor das classes populares, aproximando-se, assim, das preocupações básicas do marxismo.

---

<sup>48</sup> Sua estadia em Paris ao longo do ano de 1903 possibilitou-lhe o acesso direto às obras de Martin de Moussy e Quatrefages, que o auxiliaram na refutação das teorias raciais por meio da produção de uma detalhada análise das causas gerais da miséria do continente, buscando demonstrar, em linhas gerais, que esses “males” derivavam do parasitismo colonial e do “projeto tacanho das classes dirigentes locais, que organizaram no continente uma sociedade em proveito próprio, distanciada da ‘raia miúda’, vista exclusivamente como fonte de energia produtiva que eles podiam queimar como quisessem”. Analisado por esse prisma, o grande mérito do pensamento de Bomfim encontra-se na sua recusa ao pensamento dominante e pelo seu esforço em produzir um contradiscurso que buscava expressar a voz e o sentimento dos excluídos.

Comentadores de sua obra, como Filho (1979), Sussekind e Ventura (1979), Silva (1991), Uemori (2006), Aguiar (1999), Gontijo (2001) e Bechelli (2009), refletiram sobre as aproximações de suas ideias com a teoria marxista, sugerindo a possibilidade, como fez Sussekind e Ventura (1979), de se pensar nelas como uma “teoria biológica da mais valia”, ou, conforme sugeriu Vamireh Chacon (1965), de considerá-lo como um precursor das “ideias socialistas no Brasil” (VAMIREH, 1965, p. 369), anterior à introdução de uma perspectiva mais doutrinária introduzida no Brasil pelo PCB, em 1922.

As aproximações entre o pensamento histórico de Bomfim e a obra de Marx são claras. Aguiar (1999) ressaltou que o emprego de metáforas biológicas também está presente em algumas obras de Marx, como *A guerra civil na França*. Ao analisar o papel do estado, Marx disse que ele “atua como um parasita que se nutre da substância da sociedade e paralisa o seu desenvolvimento” (MARX, 1961, p. 66). Aguiar (1999) ainda lembra que, ao escrever sobre o desenvolvimento do capitalismo, Marx fez uso de uma analogia entre a formação do socialismo no interior do capitalismo e o crescimento do feto no útero materno. A mesma analogia também está presente no *Manifesto do Partido Comunista*; portanto, está claro que o uso de metáforas e da própria linguagem da biologia era um procedimento comum entre os pensadores das ciências humanas.

Assim como em Marx –em que as lutas sociais tendem a se polarizar entre os interesses da burguesia e do proletariado, tendo o Estado como instância reguladora da vida social na qual os interesses hegemônicos da burguesia são garantidos pela construção de um aparato político-jurídico amparado pela ideologia dominante –, Bomfim, a sua maneira, também pensou as sociedades latino-americanas como profundamente marcadas por relações antinômicas e dualistas (parasitas/parasitados, colonizadores/colonos, senhores/escravos, proprietários/trabalhadores e elites/povo). Nota-se, assim, uma aproximação de certas reflexões de Bomfim em relação aos princípios básicos do marxismo, que ele conhecia e, em diversos momentos, citou difusamente em algumas de suas obras. Dessa forma, é plausível considerar que há uma adesão a essa matriz de

pensamento; entretanto, vale ressaltar que ela não é completa, nem tão significativa no conjunto de suas interpretações<sup>49</sup>.

Uemori (2006), em sua tese de doutorado, ressaltou que, embora o estilo de Bomfim destoasse do de todos os demais, ele não estava sozinho na crítica às teorias raciais em seu tempo. Autores como Machado de Assis, Araripe Junior, Cruz Souza e Alberto Torres também apresentaram, com menor ênfase, argumentos críticos ao discurso que via na composição mestiça da sociedade brasileira um obstáculo que inviabilizaria a democracia, o progresso e a civilização. Em *América Latina*, Bomfim reconhece essa interlocução com Machado de Assis e dialoga com ele, tomando seu conto *O alienista* como uma expressão marcante da compreensão do caráter conservador das elites brasileiras.

Em seu texto, Uemori (2006) buscou demonstrar como Bomfim utilizou-se da obra de Darwin para criticar o uso que os darwinistas sociais faziam de seu pensamento. Ao contrário do que pode vir a sugerir na primeira leitura, o relativismo de Bomfim, por mais estranho que possa parecer tal afirmação, segundo a pesquisa de Uemori, foi buscado na obra de Darwin:

Na teoria de Darwin, a sobrevivência de determinada espécie ficava na dependência da relação entre as características geneticamente herdadas e o meio; por exemplo, a pelagem grossa de um animal em clima quente seria um desastre e um feliz acaso de adaptação a um ambiente frio. Transplantando-se esta noção para o campo da moral, tinha-se que o bem e o mal, o vício e a virtude não poderiam ser definidos em termos de valores absolutos e universais, pois estavam condicionados ao contexto social. Portanto, a sua teoria abria caminho para o relativismo. Bomfim afirmou que o bárbaro ou o civilizado dependia do observador e do momento (UEMORI, 2006, p. 70).

Uemori (2006) considerou que a tendência relativista do pensamento de Bomfim pode ser uma influência do pensador inglês. Tal perspectiva se aproxima da análise de Darcy Ribeiro, em seu ensaio *Manoel Bomfim antropólogo* (1993). Em tom altamente elogioso, o antropólogo defendeu a ideia de que Bomfim poderia ser considerado, já em seu primeiro ensaio (1905), um pensador maduro, “o maior que a cultura intelectual brasileira já produziu”, pois escapou dos enquadramentos do discurso dominante ao submeter todas as ideias e concepções existentes ao crivo

<sup>49</sup>Ao ler as obras de Marx, Bomfim não se tornou um marxista no sentido literal do termo, embora tenha feito uso – ainda que de modo difuso, como já comentamos – de alguns conceitos de Marx como um “antídoto” ao evolucionismo darwinista, contribuindo diretamente para a compreensão crítica dessa corrente de pensamento.

da observação, da experiência e da crítica. Para Ribeiro (1993), Bomfim distinguia-se do meio intelectual de sua época por sua capacidade de “olhar ao redor de si, com olhos capazes de ver as evidências. Os outros apenas liam e citavam. Bomfim sabia que a erudição livresca é uma enfermidade do espírito, é a inteligência vadia, meramente frutiva e intrinsecamente infecunda” (RIBEIRO *apud* BOMFIM, 2005, p. 18). Essa capacidade de observação e o constante exercício da crítica elogiada por Darcy Ribeiro são características essenciais que definem a obra do pensador sergipano.

Muitos intérpretes da obra de Bomfim (Sussekund e Ventura, 1984; Aguiar, 2000; Uemori, 2006; Bechelli, 2009; Aguiar, 2009) refletiram sobre o impacto imediato que a obra *América Latina* exerceu sobre a intelectualidade brasileira no início do século XX. O grande estranhamento advém da elaboração, até aquele momento singular no pensamento social brasileiro, da metáfora do “parasitismo social” como um instrumento conceitual para negar as teorias raciais em voga no período. O exemplo máximo desse sentimento de estranheza em relação à tese do parasitismo ibérico foram os 25 artigos publicados por Silvio Romero na revista *Anais* e depois organizados em livro com título homônimo para refutar o pensamento de Bomfim<sup>50</sup>. Contudo, ao buscar desqualificar publicamente o ensaio de Bomfim, acabou reforçando a singularidade das ideias desse autor no contexto brasileiro.

Grande parte dos intérpretes de Bomfim sofreu influências do ensaio *Uma teoria biológica da mais valia*; nele, Flora Sussekund e Roberto Ventura apontam que a obra de Bomfim foi um contradiscurso que fugia aos padrões racialistas do período distanciando de seus contemporâneos pelo viés interpretativo, mas ficando preso na linguagem organicista de seu tempo.

Dessa forma, na linguagem corrente da historiografia sobre *América Latina*, ela é pensada como uma obra inusitada, difícil de ser classificada e com teses completamente originais. Uma interpretação recente e que avança significativamente em relação às leituras anteriores da obra de Bomfim é a apresentada por

---

<sup>50</sup> Sobre a polêmica de Silvio Romero com Manoel Bomfim, dois trabalhos merecem destaques. O estudo clássico de VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 e AGUIAR, Isabel Cristina Domingues. *Disputa intelectual ou a impertinência de um polemista?: uma análise comparatista entre As Américas de Silvio Romero e Manoel Bomfim*. 2009. Dissertação (mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Unesp, Assis, 2009.

Junior(2013)<sup>51</sup>, que propõe pensar o ensaio de Bomfim em relação a outros ensaístas latino-americanos, como Francisco Bulnes (1847-1924) e Francisco Garcia Calderón (1883-1953). O autor analisa o ensaio de Bomfim numa perspectiva mais ampla, focando o contexto latino-americano como problema e buscando refletir o processo de circulação de ideias entre as elites intelectuais. Para tanto, em *A trama das ideias*(2013), apresenta duas reflexões que inovam em relação à interpretação da obra de Bomfim. A primeira é uma genealogia do significado do termo “parasitismo” por meio da análise do sentido dado ao termo por dicionários do período em língua francesa, castelhana e portuguesa. A análise desses dicionários possibilitou o entendimento de que o sentido corrente dado ao termo na primeira metade do século XIX era social, sentido que só veio a ser alterado na segunda metade do século em função do avanço e popularização do cientificismo. O que o autor consegue demonstrar por meio dessa genealogia é que a obra de Bomfim não inaugura um sentido novo para o termo, pelo contrário, ela apresenta um sentido corrente, mas em vias de superação em um ambiente dominado pelo cientificismo, como o latino-americano.

A segunda reflexão feita pelo autor, além de esmiuçar o sentido do termo em *A trama das ideias*(2013), chama a atenção para o fato de que a temática da decadência ibérica era uma temática discutida em toda a Europa e que ganhará inúmeros adeptos ao longo do século XIX, estando presente em autores amplamente citados por Bomfim, como Alexandre Herculano<sup>52</sup> e Oliveira Martins<sup>53</sup>. Segundo Junior (2013), essas interpretações diziam respeito à história portuguesa e não às novas nações ibéricas:

Em linhas gerais, essa narrativa da “decadência ibérica” foi, em maior ou menor proporção, incorporada aos ensaios de Francisco Bulnes,

---

<sup>51</sup> JUNIOR, Valdir Donizete dos Santos. *A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914)*. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2013.

<sup>52</sup> Valdir Donizete dos Santos Junior demonstra em sua tese que Alexandre Herculano fazia uso do termo “parasita” para descrever a situação de decadência do império português e destaca alguns pontos que se tornaram recorrente na temática da decadência ibérica, como a ausência de trabalho produtivo, a opulência da nobreza e a dependência de rendas alheias, questões que também estão presentes nos ensaios de Bomfim.

<sup>53</sup> Oliveira Martins, principal fonte de Bomfim no que tange à questão da colonização portuguesa na América, segue o caminho sinalizado por Herculano dando ênfase em seus escritos à degeneração social e moral da península ibérica e realçando o caráter negativo das conquistas ultramarinas. Ver: JUNIOR, Valdir Donizete dos Santos. *A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2013.

Manoel Bomfim e Francisco Garcia Calderón, que procuravam, a partir dela, compreender a situação em que se encontrava a América Latina. De certa maneira, os três autores, embora marcados por importantes diferenças, enxergavam o “parasitismo” como uma das características constitutivas da formação dos povos ibéricos e das nacionalidades americanas (JUNIOR, 2013, p. 167).

Aqui, não estamos preocupados em aprofundar nas especificidades dos pensamentos de cada um dos autores, mas apenas em concordar com o argumento apresentado por Junior (2013), de que a questão do parasitismo e da decadência ibérica eram ideias que estavam em circulação na Europa e na América e que poderiam ser facilmente adotadas por um intelectual como Bomfim, que estava preocupado em pensar o Brasil em relação à América. O fato de que a tese do “parasitismo colonial” formulada por Bomfim em seu parecer sobre o *Compêndio de história da América*, de Rocha Pombo, em 1897, e posteriormente sistematizada de forma mais abrangente em *América Latina: males de origem*, em 1905, também já estivesse presente em 1899, em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, de Francisco Bulnes, faz com que a ideia da originalidade da tese de Bomfim seja relativizada.

Em nosso entendimento, o reconhecimento da “não originalidade” da tese do parasitismo ibérico não diminui a importância do ensaio de Bomfim; pelo contrário, aí reside a grande contribuição do autor de *A trama das ideias* para a compreensão do ensaísmo latino-americano, pois ele abre uma nova problemática: a de pensar as condições de possibilidade para que os intelectuais em distintos contextos sociais se apropriassem, com base em suas afinidades individuais e políticas, de pensadores e obras, dando a eles sentidos diversos em seu pensamento. Essa característica faz com que, no ambiente intelectual latino-americano, o pensamento possa ser apresentado de diferentes formas, constituindo um mosaico de ideias em processo constante de movimento.

Essa perspectiva em si não é uma novidade, uma vez que está presente em outros intérpretes do período e da obra do intelectual sergipano; entretanto, ela é complementada pelo esforço de situar um contexto social, em que as teses da decadência ibérica e do parasitismo colonial foram gestadas e instrumentalizadas como mecanismos de luta contra a colonização espanhola nas Antilhas do século XIX. Não pretendemos aqui, em função dos objetivos da tese, aprofundar na análise histórica do processo de independência desses países; nosso intuito é

corroborar com a hipótese apresentada pelo autor de *A trama das ideias* de que, entre 1860 e 1898, as teses da decadência ibérica e do parasitismo colonial foram gestadas e instrumentalizadas como um discurso político para combater o colonialismo espanhol na América Central. De certa forma, essas ideias já estavam presentes anteriormente na cultura política desses povos e aparecem em vários autores de forma difusa, mas irá ganhar status de um discurso organizado e instrumental apenas neste período.

Essa hipótese, aventada e sistematizada por Valdir Donizete dos Santos Junior (2013) em sua tese de doutorado, é importante e inovadora em relação ao ensaísmo de Bomfim por três motivos: o primeiro e mais evidente é que ela inova em relação a leituras anteriores, ampliando o campo de possibilidades para se pensar a obra de Bomfim; o segundo é que ela reforça a tese de que o circuito de ideias na América Latina era dinâmico e múltiplo, sendo possível a construção de apropriações distintas com base na realidade dos autores e de suas propensões individuais e políticas<sup>54</sup>.

Ao longo deste capítulo, buscamos demonstrar como, por meio da história e da educação, Bomfim se relacionou dialogicamente com as ideias e com os intelectuais de seu tempo. Seu pensamento educacional parte de um mesmo espaço de experiência partilhado pelas elites republicanas, mas inova, ao radicalizar esse projeto, buscando a constituição de uma cidadania efetiva por meio da disseminação da educação popular e democrática.

Ao dialogar com as teorias raciais predominantes em seu tempo, sua intenção é descaracterizá-las como discurso ideológico, apontando para outros males de natureza social, derivados da pobreza, da miséria e da ignorância, males historicamente construídos e, portanto, passíveis de serem superados por uma

---

<sup>54</sup>A influência de perspectivas anarquistas, como as de Novicow e Élisée Reclus, na obra de Bomfim, indicam uma perspectiva individual e um estilo pessoal que confere ao autor um viés eclético, capaz de acolher e valorizar uma tendência de esquerda libertária. O terceiro aspecto que consideramos importante é que, se a hipótese estiver correta e as ideias que Bomfim aplicou para pensar a formação histórica brasileira e latino-americana tiverem um contexto histórico demarcável, isso teria duas implicações diretas: a primeira colocaria Bomfim como um intelectual profundamente atualizado com os problemas e as possibilidades das nações neoibéricas, e a segunda é que isso nos possibilitaria pensar as características e especificidades de um pensamento social latino-americano, pois as similaridades das mazelas sociais herdadas pela experiência colonial evidenciariam o que muitos autores, ao longo do século XX, buscaram conceituar como o foco de uma identidade continental que poderia ser explorada como contraponto identitário em relação à “grande república do norte”, mas isso exigiria outra proposta de pesquisa e questões distantes do nosso objetivo.

correta intervenção social, elemento que norteia a sua crença na capacidade emancipatória da educação.

Nesse sentido, o progresso obtido por meio da instrução seria um caminho para a superação das condições econômicas e sociais que fragilizam grande parte da sociedade brasileira. O objetivo que salta de seus textos é a necessidade de superação dos discursos deterministas que elaboravam falsas condenações aos brasileiros. Seu ensaísmo nega as inviabilidades impostas pelos determinismos formulados com base nas categorias de raça ou meio, buscando afirmar a capacidade dos brasileiros, em específico, e dos latino-americanos, em geral, para o progresso. Dessa forma, como ele mesmo evidencia em alguns de seus textos, seu projeto de nacionalidade era utópico, pois, ainda que olhasse para as mazelas de seu tempo criticamente, não abandonava a sua convicção na possibilidade coletiva de construção de uma sociedade humana mais igualitária e justa.



### **CAPÍTULO 3 – BOMFIM E A MEMÓRIA HISTÓRICA: A ANTÍTESE DE UMA SÍNTESE**

A verdadeira concepção da história exige que não consideremos senão realidades; mas real não quer dizer apenas coisas materiais; a necessidade de liberdade é bem uma realidade; na civilização atual o homem não pode ser conduzido como um ser incapaz, um inconsciente, nem o meio social poderá ser um entrecruzamento de vontades arbitrárias. A democracia é o mais perfeito dos regimes políticos, justamente porque permite ao indivíduo o viver livre, numa perfeita inteligência com o resto da sociedade. A liberdade é, pois, essencial.

Manoel Bomfim<sup>55</sup>

Este capítulo busca refletir, em cinco tópicos complementares, sobre a forma como o pensamento de Bomfim relaciona-se com a cultura historiográfica do IHGB e com a cultura histórica de seu tempo. Nessa reflexão, objetivamos entender os pontos de interseção em que cultura histórica e cultura historiográfica se interpenetram na construção de projetos de Brasil consagrados em torno de uma memória histórica e com os quais o sergipano dialogou diretamente no desenvolvimento de suas obras.

Em um primeiro momento, analisamos a forma como Bomfim se posiciona em relação ao pensamento histórico produzido pelo IHGB. A recepção crítica dessa tradição, presente em seus textos, visa comprovar o dano que essa reflexão causou às verdadeiras tradições nacionais por ele reivindicadas. Em um segundo momento, buscamos demonstrar como Bomfim se aproxima de uma tradição de escrita da história que surge no contexto de transição da Monarquia à República no Brasil no interior do próprio Instituto. Nessa direção, é possível asseverar que o intelectual sergipano não estava isolado em sua crítica à tradição historiográfica oitocentista, mas, sim, vinculado a uma corrente de pensamento herdeira da geração de 1870, de matizes republicanas, que buscava construir um passado para a República no Brasil em clara oposição ao sentido histórico edificado sob os signos da tradição imperial.

Nos três últimos tópicos do capítulo, desenvolvemos uma reflexão sobre as distintas formas de se pensar a cultura histórica dos anos 1920, alargando noções mais restritas que buscam compreender a cultura histórica com base na produção historiográfica produzida pelo IHGB, entendendo-a como um mero prolongamento

---

<sup>55</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

da escrita da história introduzida pelos institutos no século XIX. Procuramos expor que tal percepção não contempla, de forma satisfatória, a importância da tradição ensaísta brasileira em relação à cultura histórica do período.

### **3.1. O IHGB: a busca por uma consciência histórica nacional sob os signos do Império**

O processo de consolidação dos Estados Nacionais exerce grande influência na forma de se pensar e produzir a história<sup>56</sup> no século XIX. Dessa forma, a criação do IHGB, em 1838, deve ser entendida como parte do processo de consolidação do Estado Nacional e teve como um dos seus principais objetivos escrever sua história. Era necessário, nesse contexto de defesa da consolidação nacional, traçar um perfil para esse jovem país, dando unidade identitária a sua população, como demonstra Maria da Glória de Oliveira (2013):

A fundação do IHGB, em 1838, marcara o surgimento da pesquisa histórica no Brasil e a constituição de um *lugar* de produção historiográfica, notoriamente integrado à órbita do Estado Imperial e incumbido da tarefa de ordenar o passado da nação brasileira (OLIVEIRA, 2013, p. 25).

Com a fundação do IHGB, a história começa a buscar caminhos para se transformar em uma disciplina com pretensões de cientificidade, procurando formalizar referências, princípios e normas que lhes fossem específicas. A questão central colocada inicialmente não é o estabelecimento de uma escrita da história, muito embora tal questão estivesse presente, mas, sim, um esforço para reunir e organizar documentos capazes de reivindicar o passado nacional que ainda estava vinculado a Portugal. Nesse contexto, a historiografia oitocentista em formação surge da convergência de três preocupações distintas: a coleta e a crítica erudita

---

<sup>56</sup> Sobre as mudanças de significado e os sentidos associados à palavra história, o pesquisador Hugo Hruby (2007) demonstrou em sua pesquisa que, entre os sócios do Instituto Histórico, ela tem quatro acepções: história como passado, algo acontecido, vivido (*res gestae*); história como exposição escrita do acontecido, um relato uma narração (*rerum Gestarum*); História como campo do saber, área do conhecimento; e História do Brasil ou História Universal como a grande obra que deveria ser escrita reunindo as várias histórias das províncias e documentos. Ao longo desta tese, seguiremos essa última tipologia, dando ênfase, ao longo da pesquisa, aos dois últimos sentidos do termo. Sobre o assunto ver: HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul, 2007.

dos documentos, as preocupações filosóficas e as preocupações com a forma narrativa.

A tarefa de conduzir os trabalhos dessa história estava a cargo de um grupo específico e seletivo, composto integralmente por membros da elite brasileira, intelectuais que buscavam situar o Brasil no palco da civilização moderna. Esses intelectuais responsáveis pela produção literária e historiográfica do Brasil tinham grande influência da Europa, considerada por eles como o berço da civilização e da tradição iluminista. O Velho Continente era um modelo a ser seguido e essa elite tinha como grande inspiração a tarefa de construção de uma sociedade europeizada nos trópicos. Era dever desses homens, então, continuar o processo de civilização do Brasil iniciado por Portugal, e, imbuídos por valores iluministas, sustentavam a crença de trazer luz ao passado para garantir o progresso futuro.

O projeto de construção de uma história do Brasil fica claro desde o momento da concepção do IHGB, quando seus idealizadores, Raimundo José da Cunha Matos e Januário da Cunha Barbosa, definem, para a instituição, dois objetivos centrais, sendo eles “coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil”<sup>57</sup>. Mesmo que o projeto de escrita da história do Brasil não apareça em primeiro plano nos primeiros estatutos, ele constituía o principal pano de fundo de um primeiro trabalho documental que forneceria as condições necessárias para o desenvolvimento dessa escrita. Assim, a grande motivação do trabalho de recolher, organizar e sistematizar documentos tinha como sentido o intento de, posteriormente, possibilitar a escrita da história nacional. Nas palavras de um de seus idealizadores, o IHGB deveria ser “a luz que tiraria nossa história do caos obscuro”<sup>58</sup>.

Como demonstram Cezar (2004), Guimarães (2011) e Oliveira (2013), os discursos de Cunha Barbosa e Cunha Mattos devem ser vistos como textos de fundação de uma matriz historiográfica que expressa uma finalidade própria para a história, bem como as prescrições dos procedimentos normativos para a sua correta elaboração.

Uma característica que se tornou preponderante na forma de pensar a escrita da história do Brasil produzida pelo Instituto é a suposição amplamente compartilhada de que foi somente a partir da fundação do Estado Nacional, após a

---

<sup>57</sup> Primeiro Estatuto do IHGB. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1839, p. 22-24.

<sup>58</sup> Discurso de Januário da Cunha Barbosa. *Revista do IHGB*, 1840, p. 557-589.

Independência, que se reuniram as condições básicas para se pensar uma história geral do Brasil. Com isso, firmou-se uma premissa que seria marcante na história do Brasil produzida pela instituição: a ênfase no papel do Estado como artífice da identidade nacional. Dessa forma, o Instituto reivindica para si um lugar de fala, se autodeclarando como única instância legítima capaz de escrever a história do Brasil.

A cultura historiográfica produzida pelo IHGB tinha estreita relação com a cultura política da época; assim, cabia aos historiadores do Instituto a tarefa de instruir seus contemporâneos com base no modelo de história adotado por ele, conforme ilustra o seguinte trecho publicado na *Revista do IHGB*: “com os sucessos do passado ensinar a geração presente em que consiste a sua verdadeira felicidade, chamando-a a um nexos comum, inspirando-lhe o mais nobre patriotismo, o amor as instituições monárquico-constitucionais<sup>59</sup>.”

Partindo dessa relação entre cultura historiográfica e cultura política, é possível perceber que o projeto e as aspirações do Instituto – que, segundo Valdeilopes de Araujo (2008), era produzir uma história geral que fornecesse sentido e que fosse capaz de monumentalizar o passado da nação – se ajustam com precisão a um conjunto maior de aspirações do período. Isso porque, o IHGB, ao assumir a posição de intérprete autorizado da história da nação, lançaria, a partir do espaço da Corte, a tão esperada luz, que deveria espalhar-se por todo o Império, ajustando-se perfeitamente às pretensões políticas do período.

Essa história produzida no interior dessa elite proporcionou uma visão unilateral do Brasil, marcada pela exclusão e homogeneização da grande maioria de seus habitantes, o que repercutiu decisivamente na identidade nacional. Tais requisitos foram preponderantes para definir e consolidar o Brasil como nação, ao mesmo tempo em que se definia também a visão que se tem do outro. Ao atribuir valor positivo ao modelo de civilização europeu – cor branca da pele, religião católica e monarquia – tudo o que não se encaixasse nesses padrões deveria ser evitado e repudiado. Dessa forma, Guimarães (1998) demonstra que esse processo de elaboração da identidade nacional consolidou uma imagem idealizada da nacionalidade e, ao mesmo tempo, construiu uma imagem do outro.

Essa representação da alteridade possibilitou a elaboração de uma imagem do nacional como contraponto de uma alteridade externa e outra interna. No plano

---

<sup>59</sup> *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1847, p. 286. O trecho referido foi citado em: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

externo, a identidade nacional deveria se afastar das demais nações latino-americanas, representadas como espaço não civilizado e bárbaro, e, no plano interno, o valor a ser buscado se encontrava na Europa. Em outras palavras, a construção de um ideal de nação e civilização nos trópicos passava por uma negação da realidade social brasileira, composta por uma minoria branca em meio a uma grande maioria de negros e índios.

Dessa forma, a história escrita pelos sócios e colaboradores do IHGB era carregada de valores típicos de uma sociedade aristocrática e evidenciava características próprias de seu tempo. Em um período marcado pela exclusão social, econômica e política, e, influenciados pelas ideias correntes que surgiam na Europa, esses homens se viam à frente da sociedade e com a missão de conduzi-la pelos trilhos do desenvolvimento. Essa característica explicitamente iluminista caracterizava uma visão linear da história brasileira, cujo “passado glorioso” daria suporte e condição para a construção de um futuro próspero.

O IHGB, lugar social onde essas ideias eram produzidas, refletia o pensamento dominante e, como não poderia deixar de ser, era encarregado de difundir valores e aspirações de poder típicos das elites brasileiras do século XIX. Os sócios e colaboradores do Instituto eram homens que mantinham estreitas relações com o Estado, fazendo, na maioria dos casos, parte importante dele. Demonstrando essa influência imperial no Instituto, Manoel Luiz Salgado Guimarães (1998) traçou, em sua pesquisa, o perfil dos 27 fundadores do IHGB, fornecendo-nos os seguintes perfis:

A maioria deles desempenha funções no aparelho de Estado, sejam aqueles que seguem a carreira da magistratura, após os estudos jurídicos, sejam os militares e burocratas que, mesmo sem os estudos universitários, profissionalizavam-se e percorriam uma carreira na média burocracia. Parte significativa destes 27 fundadores pertencia a uma geração nascida em Portugal, vinda para o Brasil na esteira das transformações produzidas na Europa em virtude da invasão napoleônica à península ibérica (GUIMARÃES, 1998, p. 5-27 e 9-10).

Com esse perfil traçado, fica fácil entender a influência que o Estado exercia não apenas no Instituto como também no teor da produção historiográfica junto aos seus membros, em que o projeto político centralizado defendido pela instituição

denunciava as “intensas relações entre o Estado e os intelectuais” (GUIMARÃES, 1998, p.10).

A grande influência da cultura francesa na produção do Instituto legou uma característica muito forte presente nas primeiras produções historiográficas brasileiras, as quais buscavam dar visibilidade a uma nação capaz de formar um modelo de civilidade e progresso nos trópicos. Construir-se-ia, assim, uma imagem relacionada com o progresso e com a ordem, imagem que se contrapunha a tudo que não representasse o ideal estabelecido de civilidade, sendo esta símbolo de um povo branco, católico e monárquico.

O discurso do IHGB, que se firmava basicamente nessa ideia de construção da nação brasileira situando-a no modelo de civilização europeia, exigiria dos membros demasiados esforços, como evidencia Guimarães:

A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo (GUIMARÃES, 1998, p. 8).

As profundas contradições que o Brasil apresentava, como escravidão e população mestiça, impediam os intelectuais do IHGB de adotarem integralmente os modelos europeus. Nessa perspectiva, se o ideal de população fosse o de uma maioria eminentemente branca, a população brasileira nunca chegaria à civilidade completa, dada a sua pluralidade étnico-racial. Assim, alternativas foram sendo buscadas para a consolidação desse projeto, que transformaria o Brasil em uma nação civilizada.

Em 1840, o Instituto propõe uma disputa entre seus pares para elaborar uma monografia capaz de indicar os critérios e a melhor maneira para se escrever a história brasileira. O vencedor do concurso foi o naturalista alemão Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), com a monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*. Esse texto tem um sentido quase que inaugural para a historiografia brasileira, pois fornece um projeto basilar, no qual se encontram questões centrais que atendiam diretamente às preocupações do IHGB. Seu modelo incide principalmente na discussão do que deveria ser o foco em relação à composição étnica do Brasil: a abordagem das três raças – índios, negros e portugueses – como

construtoras da nação brasileira, fixando, dessa maneira, a pedra angular do mito da democracia racial no país.

Martius aborda características a serem destacadas nos três grupos étnicos, preconizando um modelo que seria seguido por diversos historiadores por várias décadas, insinuando a receita que orientaria a escrita da história do Brasil. No plano de estudos para a escrita da história do Brasil formulado pelo naturalista, o branco tem o papel civilizador e progressista, o índio assume a posição de mito de formação nessa escrita e ao negro é destinado um lugar de pouca visibilidade, por ser considerado um elemento impeditivo ao modelo almejado de civilização.

A importância da miscigenação na formação do povo brasileiro e a visão positiva dessa mistura de raças são características ímpares e inovadoras, como podemos observar na fala de Martius: “Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a actual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular” (MARTIUS *apud* GUIMARÃES, 2010, p. 64). Pode-se observar, nessa citação e na seguinte, que o autor admite não só a peculiaridade da condição mestiça do brasileiro, mas enxerga no reconhecimento dela a característica fundamental de seu desenvolvimento:

Vendo nós um povo novo nascer e desenvolver-se da reunião e contacto de tão diferentes raças humanas, podemos avançar que a sua história se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais. Cada uma das particularidades físicas e moraes, que distinguem as diversas raças, offerece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento commum, quanto maior fôr a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma d'essas raças (GUIMARÃES, 2010, p. 64).

Martius consegue, em seu texto, apontar uma solução para um dos problemas que os intelectuais do IHGB enfrentavam na escrita da história nacional: a necessidade de adotar modelos teóricos europeus de civilização, mas tendo que fazer adaptações às condições brasileiras que estavam muito distantes do ideal almejado por esses pensadores. Em outras palavras, a questão central desses intelectuais era como adaptar esses modelos para a realidade brasileira. A dissertação de Martius atendeu a esses anseios e representou um modelo eficaz que marcou profundamente os trabalhos historiográficos futuros ao estabelecer a mescla das três raças fundadoras –branca, negra e indígena – como o elemento principal da formação da nacionalidade.

O modelo de escrita da história delineado por Martius atingiu o ponto alto de sua sistematização na pena de Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878)<sup>60</sup>, em *A história geral do Brasil*<sup>61</sup>, obra profundamente marcada por um forte sentido político e por grande preocupação com o tema nacional e que ocupa um lugar muito importante na história da historiografia brasileira. Conforme afirma Guimarães (2011) “ninguém pode ocupar-se da história do Brasil ou trabalhar com ela e, ao mesmo tempo, ignorar Varnhagen como historiador” (GUIMARÃES, 2011, p.165), uma vez que ele e sua obra tornam-se patrimônio dessa cultura historiográfica produzida pelo Instituto, o que, de certa forma, pode ser evidenciado no grande número de estudos publicados sobre ele, quase sempre trabalhos de natureza biográfica.

Para entendermos essa aura mítica construída em torno de Varnhagen, é importante refletirmos sobre o tipo de memória que o Instituto construiu a respeito dele e de sua obra. Essa memória, como demonstra Guimarães (2011) em seu estudo sobre o autor, foi sendo processada gradativamente em torno da celebração de sua obra, que passou a ser quase que um culto a sua lembrança. No ano seguinte a sua morte, 1878, coube ao escritor e sócio do Instituto, Joaquim Manoel de Macedo, a tarefa de proferir um discurso em sua memória. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães (2011), podemos perceber, nesse discurso, alguns conceitos que sempre seriam lembrados em obras futuras sobre Varnhagen, principalmente em sua conclusão, em que Macedo o define como um “homem monumento”(GUIMARÃES, 2011, p. 167). Capistrano de Abreu, no mesmo ano, em seu necrológio sobre Varnhagen, irá defini-lo como “historiógrafo da nação”, “representante máximo da historiografia” brasileira, identificando, na figura de Varnhagen, o ideal do primeiro historiador brasileiro.

Em 1911, a revista do Instituto publicará o discurso de admissão de Manoel de Oliveira Lima (1865-1928) na Academia Brasileira de Letras, no qual se reitera uma imagem de Varnhagen como criador da historiografia brasileira, apresentando-o

---

<sup>60</sup> Segundo Maria da Glória Oliveira (2013), o Visconde de Porto Seguro protestava veementemente diante das considerações que apontavam a sua obra como uma aplicação direta do plano de escrita da história do Brasil estabelecido por Martius. Contudo, essa influência foi notada desde os primeiros críticos de sua obra, ainda no XIX.

<sup>61</sup> Para Arno Wehling (1999), essa obra, além de ser um marco inaugural para a escrita da história no Brasil, também dá o tom da aliança firmada entre a intelectualidade e o poder no Segundo Reinado. Aliança que permaneceria até 1870, quando o bando de ideias novas relatadas por Silvío Romero traria novas condições de possibilidade para se pensar a identidade nacional. Sobre o tema ver: WEHLING, Arno. *Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 44-45.



como um historiador pragmático que, além da descrição objetiva dos fatos documentados, também era lembrado por ser capaz de fazer comentários e reflexões políticas úteis, sendo ele, em função dessas respeitáveis qualidades, um grande merecedor de “veneração pública” (LIMA *apud* REVISTA DO IHGB, 1911, p. 61-91).

No ano de 1916, essa memória foi reforçada por Pedro Lessa (1859-1921) na comemoração ao centenário de seu nascimento, em cujo discurso se repetem diversos conceitos, como “primeiro historiador do Brasil”, “criador da historiografia brasileira”, entre outros, reforçando uma memória de Varnhagen anteriormente elaborada por outros sócios do Instituto que se esforçaram em rememorar-lo como aquele que corporificou o surgimento da consciência nacional na historiografia.

No ano de 1928, o IGHB organizou um evento em celebração à memória de Varnhagen comemorando o cinquentenário de sua morte. Nessa data, coube a Basílio de Magalhães (1874-1957), renomado professor de história do Colégio Pedro II, proferir o discurso – posteriormente publicado pelo Instituto –, em que ressaltava seus múltiplos círculos de ação como historiador, etnógrafo, diplomata, literato, economista e político. Nesse texto, o Visconde de Porto Seguro é apresentado como um historiador pragmático, que produziu uma interpretação da nação orientadora de um sentido progressista, capaz de orientar o desenvolvimento do Brasil rumo ao futuro. Dessa forma, sua obra e sua vida eram entendidas como monumentos que deveriam ser cultuados.

As comemorações do cinquentenário da morte de Varnhagen ocupam papel muito importante no desenvolvimento desta tese, visto que foi nesse mesmo período que Manoel Bomfim irá escrever sua obra *O Brasil na história*, elaborando uma crítica historiográfica que propõe outro modelo para se pensar a escrita da história do Brasil em clara oposição à cultura historiográfica produzida pelo Instituto. Em outros termos, essa obra foi pensada e produzida para ser um contradiscurso em relação a essa memória histórica entronizada acerca da obra de Varnhagen. Por ser uma temática ampla e de grande significação para o desenvolvimento deste estudo, ela será desdobrada no próximo capítulo que, entre outros aspectos, visa problematizar a relevância da obra *O Brasil na história* como fonte histórica para a compreensão das disputas intelectuais em torno dos projetos de Brasil pensados nas primeiras décadas do século XX. Para chegarmos a esse ponto, é importante, primeiramente,

compreendermos os aspectos centrais que norteiam essa cultura historiográfica construída pelo Instituto e alicerçada na obra *História geral do Brasil*.

A obra de Varnhagen incide, segundo Nilo Odália (1997), sobre três características principais: o homem branco brasileiro, a nação e o Estado. Para esse autor, a independência trazia novas necessidades, e o reconhecimento e fortalecimento do sentimento nacional era fundamental para a garantia da organização política do país. Tal entendimento irá conduzi-lo à defesa de um Estado forte e centralizado, justificando, dessa forma, a continuidade das estruturas políticas que ele entende como quase que natural em relação ao Estado português:

Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustrações; tratei de pôr um dique a tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas ideias soltas de nacionalidade (VARNHAGEN *apud* GUIMARÃES, 1998, p. 5-27).

Nessa fala, Varnhagen deixa claro alguns objetivos de seu trabalho e revela características preponderantes do pensamento dos intelectuais brasileiros desse período: o receio em romper os laços com a antiga metrópole portuguesa, a identificação da monarquia centralizadora como único modelo de ordem capaz de evitar a desagregação e a instabilidade política dos princípios democráticos.

Varnhagen inicia sua obra com uma longa descrição da natureza brasileira, cuja paisagem natural, rica e selvagem, definia o homem que aqui habitava. Os índios, desprovidos de qualquer característica de civilidade, são retratados por Varnhagen de maneira diferenciada do perfil de “bom selvagem”<sup>62</sup> dos autores românticos. Ao analisar esse aspecto da obra, Temístocles Cezar (2007), em seu ensaio<sup>63</sup> sobre o “patrono da historiografia brasileira”, aponta que ele deve ser entendido como um anti-indianistahobbesiano, que, por sua postura crítica em relação a Rousseau, afasta-se veementemente da tradição brasileira do Romantismo ligada ao indianismo<sup>64</sup>. Para Cezar, a obra de Varnhagen expõe uma profunda crítica em relação a essa corrente, pois, para ele, esse perfil bárbaro

<sup>62</sup> Bom Selvagem, ou mito do bom selvagem, instituído por Rousseau, era um perfil de exaltação às características do indígena. No Brasil, o movimento literário indianista foi um grande reprodutor de obras de exaltação ao índio, tendo autores como José de Alencar e Gonçalves Dias, seus representantes mais importantes.

<sup>63</sup> CEZAR, Temístocles. *Varnhagen em movimento: breve antologia e uma existência*. Topoi, v. 8, n. 15, p. 159-207, jul-dez. 2007.

<sup>64</sup> Sobre esta temática do antirromantismo de Varnhagen ver: O Sr Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István. *Brasil formação do estado e da nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003.

associado ao índio não poderia fazer parte de uma história, do processo de consolidação da civilização nos trópicos, conforme se pode verificar neste trecho:

Esse é o passado do Brasil que deverá ser esquecido ou que não deverá influenciar na construção do futuro da nação brasileira, se preservado. Deverá até ser preservado como antimodelo, como modelo daquilo que o Brasil não quer ser. Aliás, os capítulos dedicados ao indígena na *História geral do Brasil* teriam esta função: mostrar que o futuro do Brasil não poderá ter nesse passado sua raiz. O presente-futuro do Brasil se assentaria em um outro passado, naquele que veio do exterior para pôr fim a essa barbárie e selvageria interiores. Com a chegada do cristianismo, do rei, da razão, da paz, da cultura, da civilização, com a chegada dos europeus a este território, o Brasil surgiu e integrou-se no seio da providência (REIS, 2006, p. 37).

Índios e negros ocuparam pouco espaço na escrita de Varnhagen, embora não pudessem ser desconsiderados pelo autor da *História geral do Brasil*. Por isso, ao apresentar a formação da população brasileira, o historiador quase lamentava a presença dessas “raças”. Para ele, o tráfico negreiro trouxe um grande mal ao Brasil e sua gradual extinção representaria uma “saída” para eliminar as características africanas da população brasileira.

Varnhagen, como um típico aristocrata do século XIX, irá compartilhar de noções gerais e convicções difusas da historiografia do período, tais como: uma preocupação constante com a pesquisa em arquivos, a prerrogativa do uso de documentos originais em suas pesquisas e a incessante busca por uma objetividade narrativa que só poderia ser alcançada mediante um exercício de imparcialidade por parte do pesquisador. Essa tão sonhada imparcialidade é um objetivo inatingível, visto que na historiografia fica muito difícil separar as preocupações e o sentido histórico do sentido político que permeia os valores e as ações dos homens.

A *História geral do Brasil* é uma obra fundamental para se entender como se concretizaram, na escrita da história nacional, as influências e o pensamento acerca da construção da nacionalidade brasileira, o que deveria ser destacado e o que ficaria de fora da história do Brasil. A maneira como foi pensada a história brasileira, e por quem foi pensada, esclarece a relação entre a identidade nacional e o modelo idealizado pelos institutos históricos. Assim, a ordenação de uma narrativa sobre o Brasil foi enquadrada na elaboração de uma história nacional carregada de pretensões e intenções ideológicas.

Essas características, presentes nessa “ciclópica massa de documentos”, são enunciadoras de uma cultura historiográfica pensada e difundida de um lugar social,

uma comunidade de discurso, ou seja, o IHGB. Na perspectiva de Arno Wehling (1999), esse lugar social produziu uma escrita da história do Brasil que era tributária do projeto político regressista e das teses do liberalismo doutrinário, que fez ecoar por meio das obras de Cunha Barbosa, Cunha Mattos, Von Martius e Varnhagen a defesa de pontos fundamentais para a elite imperial, como:

A monarquia constitucional e a unidade do país; uma estrutura política centralizada compatibilizada com a descentralização administrativa; afirmação do Poder Moderador e do Conselho de Estado; o abolicionismo gradual; o sistema representativo; a subordinação da igualdade à liberdade, “aceitando desigualdades funcionais”; as liberdades concretas viabilizadas pelas instituições; e o reforço do poder, para assegurar as liberdades contra o mandonismo local (WEHLING, 1999, p. 34-35).

As crises estruturais enfrentadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas do século XIX, tendo como eixos norteadores o fim do sistema escravista de produção e a queda do regime monárquico, darão espaço para novas perspectivas de significação do passado, que irão integrar a cultura histórica do período. Dessa forma, para entendermos o contexto de surgimento das ideias bomfinianas, torna-se fundamental refletirmos sobre essas mudanças, destacando o papel do IHGB e da tradição do ensaísmo nesse processo.

### **3.2. O IHGB nos primeiros anos da República: disputas pelo passado nacional**

Como buscamos demonstrar nas seções anteriores da tese, entendemos que a “casa da história”<sup>65</sup>, como também era conhecido o IHGB, desde a sua fundação, em 1838, manteve fortes laços com o governo imperial. Sua localização no paço, o fato de grande parte de seus sócios fundadores ocupar cargos do primeiro escalão no Segundo Reinado e de o próprio imperador, a partir de 1839, ser considerado protetor da agremiação, criando uma relação de dependência e lealdade constantemente reforçada a partir de 1840 com a presença de D. Pedro II nas sessões do Instituto, faziam da “casa da história” uma das instituições mais conhecidas e respeitadas do país durante o reinado de seu protetor. Diante dessa

---

<sup>65</sup>Forma usual como alguns sócios referiam-se a esta instituição nas Atas das Seções Ordinárias, costume que evidencia as pretensões de seus membros, bem como ilustra uma autoimagem dessa agremiação.

constatação, uma pergunta que se faz pertinente para os objetivos desta pesquisa é: Como o Instituto se posicionou entre o peso da tradição imperial legada pelo passado, as instabilidades postas pelo presente – entendido aqui como transição – e as incertezas do futuro?

A resposta a essa indagação nos conduz ao entendimento do papel desempenhado pelo Instituto nos primeiros anos da República, período em que novos desafios se apresentavam àqueles que reivindicavam a condição de historiador. Nesse contexto geral, marcado por diversas transformações em curso, o IHGB também passará por um momento de readequação e ressignificação de suas ideias e práticas. No novo regime em constituição, até mesmo a sua existência foi questionada, pois pesava sobre ele a imagem da Monarquia. O impacto inicial foi duro; de uma sessão ordinária para outra, ele perdeu o seu protetor augusto, seu mecenas responsável por grande parte do orçamento da instituição, bem como todo o seu investimento simbólico em torno de uma memória da Monarquia. De fato, em um primeiro momento, suas condições de existência foram profundamente abaladas.

Segundo uma análise abrangente das atas das sessões ordinárias do Instituto no período, Hugo Hruby (2007) demonstra que, passados exatamente 14 dias da implantação do novo regime, os sócios, em sessão realizada em 29 de novembro de 1889, passaram a buscar uma solução conciliatória que atendesse ao antigo e ao novo regime, forjando um discurso que buscava manter um sentimento de gratidão em relação ao antigo regime sem excluir a submissão ao novo.

A solução encontrada foi reforçar uma imagem da instituição como apolítica, cuja preocupação com a nação transcendia disputas partidárias e pessoais. Essa postura gradualmente assumida pela instituição não atendia aos anseios individuais da maioria de seus sócios, que aspiravam à aproximação imediata com o novo regime (Barão Homem de Melo, 1837-1918) ou a sua rejeição (Cezar Augusto Marques, 1826-1900, José Egidio Palha) nas discussões da primeira reunião ordinária ocorrida após a queda da Monarquia.

Contudo, ainda que do ponto de vista das opções individuais de seus sócios essa não fosse a melhor postura, do ponto de vista administrativo ela se mostrou estratégica. Isso porque, ao se posicionar como instituição neutra<sup>66</sup>, em que a

---

<sup>66</sup> Nas palavras do secretário suplente José Alexandre Teixeira de Melo, na Sessão Aniversária de 15 de dezembro de 1890, o Instituto deveria ser “um local neutro, calmo e silencioso que não se confundia com as tumultuadas disputas que estavam ocorrendo ‘lá fora’”. Trecho citado em: HRUBY,

aceitação e submissão não se convertiam em adulação ao novo regime, a instituição conseguiu superar os primeiros anos de dificuldades e, gradativamente, sem contrariar a postura monarquista da maioria de seus sócios, encontrou uma reaproximação com o novo governo, que seria alcançado na sessão aniversária de 15 de dezembro de 1894, sob a presidência de Olegário Herculano de Aquino e Castro.

Muitos sócios do IHGB, bem como a própria instituição, sofreram com o dilema de Custódio<sup>67</sup> e foram mudando as suas ideias e comportamentos à medida que o novo regime se fortalecia. Essa mudança no comportamento da instituição pode ser percebida na alteração das regras do Estatuto para a aquisição de novos sócios. Com a perda do subsídio imperial, a instituição teve de se articular em relação às novas demandas da sociedade para subsidiar suas atividades. Se, como demonstrou Guimarães (2011), ao longo do regime monárquico a aquisição de sócios obedecia a uma regra de distinção social vinculada às práticas de uma sociedade de corte, com a perda do subsídio imperial, a instituição viu-se obrigada a flexibilizar suas práticas, vendo, na aquisição de novos sócios, uma possibilidade para atender a suas demandas financeiras.

Dessa forma, além da expansão do número de sócios, em 1890, foi criada a categoria de sócio benemérito com a intenção clara e abertamente defendida de ampliar a arrecadação da casa. A “suficiência literária” e o *status* social dos candidatos eram, pois, abandonados em função das exigências financeiras da instituição. Os beneméritos eram aqueles que não eram “homens de letras”, mas tinham condições de contribuir com o aumento do patrimônio, da biblioteca, do arquivo e do museu do Instituto. Mais do que uma simples estratégia para conseguir

---

Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. 2007 Dissertação (Mestrado em História), Programa de pós-graduação em História, PUC, Porto Alegre-RS, 2007.

<sup>67</sup> Alusão ao personagem desenvolvido por Machado de Assis, em *Esau e Jacó*, para representar a sensação de insegurança e falta de instabilidade vivida pelas pessoas comuns no momento de transição da Monarquia à República no Brasil. Esse personagem reformava a sua confeitaria no momento em que ocorreu o 15 de novembro e, receando represálias por parte dos partidários da República, decidiu mudar o nome de sua confeitaria de *Confeitaria do Império* para *Confeitaria da República*; contudo, foi aconselhado por Aires a não fazê-lo, pois, caso a República não se efetivasse no poder, ele seria perseguido pelo regime monárquico como um adesista republicano. A solução aventado por Machado de Assis, por meio do Conselheiro Aires, foi parar a nova placa em *Confeitaria da ...*, até o momento em que as coisas ficassem mais claras e o comerciante pudesse nomear o seu estabelecimento sem temer represálias de nenhum dos lados. Esse personagem, bem como a própria literatura machadiana, consegue captar a especificidade desse período de transição, cuja instabilidade inunda a experiência dos indivíduos.

fundos, essa nova postura assumida pela instituição demonstra uma necessidade de reestruturação para adequar-se à realidade dos novos tempos.

Produzindo uma análise da atuação dos sócios do IHGB no organograma político administrativo do governo republicano, Hugo Hruby (2007) chega à conclusão de que as estratégias adotadas pelo Instituto foram bem-sucedidas, o que garantiu uma reaproximação entre a instituição e o Estado. Para ele, o convite e a escolha de novos sócios para os quadros da instituição eram “pautados pela intenção de estreitar os vínculos entre a instituição e os políticos-intelectuais alocados nas mais diferentes funções nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da República” (HRUBY, 2007, p. 52). Essa análise do perfil e da atuação dos sócios no regime republicano leva o autor a rebater as teses de Angela de Castro Gomes (1996) e Maria de Lourdes Janotti (2001) de que a instituição era um reduto de monarquistas. Segundo Hruby (2007), o levantamento prosopográfico das atas não sustenta tais afirmações.

O que podemos entender tomando como base essa discussão historiográfica é que a transição da Monarquia à República significou para o IHGB não apenas uma ampliação de seus quadros funcionais, mas também – e acima de tudo – uma ampliação de seu ideário político, que veio a refletir numa heterogeneidade de projetos que passaram a dialogar no interior do Instituto. Dessa forma, se não podemos mais vê-lo como um reduto de monarquista, contestadores do novo regime e saudosistas em relação ao passado imperial, também não é possível afirmar que ele se tornou, após 1889, uma instituição totalmente submissa ao regime republicano. Por agregar um quadro heterogêneo de sócios, no interior do Instituto coexistia, de forma dinâmica, uma pluralidade de discursos que buscavam demarcar um lugar para a tradição do Segundo Reinado na escrita da história do Brasil produzida sob os signos da República.

Como o modelo predominante de história entre os membros do Instituto era a história *magistra vitae*, ela era entendida como a instância em que o passado, o presente e o futuro eram interligados, com o intuito de orientar, moralizar e civilizar, cabendo a ela a missão de instruir as elites políticas no esforço de delimitação da identidade nacional. Dessa forma, no século XIX, história e política estão profundamente interligadas, sendo impossível dissociá-las quando se busca compreender o processo de formação nacional. Segundo Hugo Hruby (2007), no processo de queda da Monarquia e de implantação da República, houve uma crise

de consciência histórica, visto que, até aquele momento, não se pensava a história fora dos parâmetros do regime instalado em 1822<sup>68</sup>. Em suas palavras:

Com a instauração de um novo regime e a implantação de outros planos para o país, diferentes daqueles que vigoravam até então, alguns intelectuais perceberam que, através de um propalado patriotismo, o historiador mostrava-se parcial e aliado de determinados projetos políticos (HRUBY, 2007, p. 97).

Nessa citação, é possível observar que a existência de múltiplos projetos políticos convivendo de forma conflituosa no interior do Instituto fez com que houvesse a percepção de que a imparcialidade do historiador e o seu patriotismo não eram tão diretos quanto se supunha. Essa crise sentida na forma de se pensar a história – sofrida por uma geração que não concebia em seu horizonte de expectativa o fim do regime monárquico, mas que se viu tendo que lidar efetivamente com essa nova realidade política após 1889 – abriu espaço para o surgimento de projetos distintos e, em certos pontos, divergentes de escrita da história.

Se antes o sentido buscado ou atribuído para a escrita da história era a valorização da tradição monárquica e o papel dos homens que trabalharam na edificação dessa tradição no país, com a emergência da República surgem as condições de possibilidades de se propor novas leituras desse passado, as quais apontavam para a necessidade de ampliação dos desafios a serem enfrentados pela escrita da história, que se via “obrigada” a ter de encontrar espaço para novos sujeitos. Ir ao passado para legitimar as ações do presente passava a ser revestido de outros significados, uma vez que as preocupações que orientavam essa ação haviam se expandido; assim, alguns passados deveriam ser recompostos; alguns fatos deveriam ser recontados.

Da leitura dos textos publicados na *Revista do IHGB* e das discussões presentes nas atas das reuniões, Hugo Hruby (2007) destaca quatro pontos que geraram profundas discordâncias entre os sócios, os quais indicam um processo de ressignificação desses temas no interior do próprio Instituto. São eles: D. João VI, D.

---

<sup>68</sup>Essa experiência configura uma nova forma de percepção do tempo histórico, similar a que Valdeci Lopes de Araujo chamou de “uma aguda percepção da finitude”, pois, sem saber o que esperar do futuro e do presente republicano, os letrados dessa geração viram na defesa do Império como passado nacional uma forma de produzir orientação para sua compreensão temporal, o que fazia da história um campo importante a ser desenvolvido e utilizado como forma de orientação política (ARAUJO, 2008, p. 187)”.



Pedro I, a Independência e os diversos movimentos contestatórios que eclodiram durante o período colonial e o Primeiro Reinado. Cabe lembrar aqui que esses também são temas centrais na escrita da história empreendida por Bomfim em suas obras de análise da formação brasileira.

Diante das novas exigências impostas pela implantação da República e dada a pluralidade de seus sócios, o IHGB empreendeu um processo de contestação do significado e do papel histórico desempenhado por certos personagens, como D. João VI e D. Pedro I na história brasileira, questionando a sua importância histórica e compondo leituras críticas em relação a esses personagens e aos respectivos períodos históricos. Nesse contexto, se havia autores<sup>69</sup> que louvavam esses personagens, também existiam aqueles que, embora não fossem em número majoritário no interior do Instituto<sup>70</sup>, produziam críticas a eles, entendendo-os como membros e personagens de uma experiência a ser desprezada e de uma interpretação histórica a ser contestada.

Com as novas condições de possibilidade para uma leitura crítica da tradição imperial produzida pelos membros da geração de 1870, o IHGB, por meio da pena de alguns de seus sócios, trouxe para a ordem das discussões a necessidade de ressignificar vários “futuros passados”,

[q]ue, por terem sido violentamente reprimidos, também foram “apagados” nas histórias diante da “naturalidade” com que muitos historiadores legitimaram a existência de um regime monárquico nos trópicos. Esses “futuros passados” vinham agora justificar o presente e orientar os planos futuros. Em nome da “verdade histórica” eram enaltecidos ou denegridos acontecimentos e personagens do passado do país. Ao final do século XIX, a restauração da monarquia ou a perpetuidade da república extrapolavam os combates nos mais distantes recantos do território brasileiro para digladiarem-se nos mais distantes recantos de seu passado (HRUBY, 2007, p. 155-156).

Nesse contexto, vários autores, com destaque para Tristão de Alencar Araripe<sup>71</sup>, buscaram resgatar no passado do país experiências e ideais republicanos.

<sup>69</sup> Citando apenas os mais influentes e com maior número de publicações na *Revista do IHGB*, podemos elencar: André Peixoto de Lacerda Werneck, Visconde de Ouro Preto, João Pandiá Calógeras, Conde de Afonso Celso, Afonso de Taunay, Manuel de Oliveira Lima, Antônio da Cunha Barbosa, Max Fleiuss, Afonso Arinos e Barão Homem de Melo.

<sup>70</sup> Euclides da Cunha, Felisberto Freire, Tristão de Alencar Araripe, Moreira de Azevedo, Estragnole Dória, José Domingues Codoceira, Rodrigo Otávio e Aristides Milton.

<sup>71</sup> Tristão de Alencar Araripe Junior (Fortaleza, 1848 – Rio de Janeiro, 1911). Romancista, ensaísta, político e jurista. Formado em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife. Foi

Foi dessa forma que acontecimentos quase que esquecidos, ou entendidos com base em outra perspectiva histórica e que davam a eles uma importância menor, foram retomados e ressignificados. Nesse movimento, a Revolução de 1817, em Pernambuco, por exemplo, foi reinterpretada para exemplificar a existência de um pensamento anticolonial de matizes republicanas e democráticas. O que estava em jogo era o esforço empreendido por esses autores em criar uma representação do passado que atendesse aos anseios de inserção de novos atores sociais na história do Brasil e, ao mesmo tempo, apresentasse o pensamento republicano como parte de uma tradição brasileira que, desde a colônia, buscava se afirmar em oposição à tradição portuguesa representada pelo regime monárquico, preocupação que, conforme buscamos demonstrar no primeiro capítulo, já estava presente no *Manifesto republicano* de 1870.

No interior do próprio IHGB, o glorioso – e, até aquele momento, incontestável – passado monárquico passou a ser contraposto a passados republicanos igualmente bairristas, que buscavam colocar, no panteão do novo regime, personagens e acontecimentos que lhes fossem familiares. Esse esforço de localização de uma tradição republicana e democrática no país fez com que a categoria “povo” surgisse como um problema para a escrita da história brasileira. O que estava em curso era o questionamento de um modelo de escrita da história. Enquanto para uma maioria hegemônica o passado monárquico era visto como motivo de orgulho e glorificação, para outros – que embora fossem minoria, também tiveram seus escritos publicados na revista do Instituto –, ele era pernicioso e deveria servir como contra-argumento a fim de que não se repetissem os erros do passado.

Dessa forma, alguns sócios do Instituto, na busca por produzirem uma leitura do passado que legitimasse a República, passaram a explorar fatos, levantar documentos e esboçar novos registros sobre o passado que externassem a necessidade de significação do próprio presente. Os homens que viveram esse período de transição se viram impelidos a produzirem sentido para as experiências

---

secretário de Santa Catarina, juiz municipal de Maranguape, no Ceará, e deputado por essa província. Escreveu em diversos jornais. Em 1881, fundou a revista *Lucros e Perdas*, no Rio de Janeiro, com Silvio Romero, além de trabalhar como oficial da Secretária de Estado dos Negócios do Império. Em 1903, exerceu o cargo de consultor-geral da República. Foi sócio-fundador da Academia Brasileira de Letras e sócio do IHGB. Esses dados biográficos foram extraídos nas notas do texto: Indicações sobre a história nacional. Disponível em: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 246.

que viviam, submetendo os governos anteriores a novas interpretações, procedidas à luz de novos documentos, visando questionar a historiografia produzida pelo próprio IHGB sob os auspícios do Império desde 1838.

Essa crítica à historiografia oitocentista produzida pelo IHGB com base nas novas condições de possibilidade instituídas pela República é importante para os objetivos desta tese porque Manoel Bomfim é um herdeiro dessa tradição. Ele apropriou-se desse debate para pensar a formação brasileira, radicalizando algumas dessas teses aventadas na revista do Instituto.

Uma consideração que podemos tirar desse processo, com base na análise das pesquisas com as atas e artigos da *Revista do IHGB*, entre 1887 a 1912, realizadas por Hugo Hruby (2007; 2012), é que, embora sejam perceptíveis diversas mudanças nos discursos e nas práticas da instituição, não se pode falar em uma ruptura completa na forma de se produzir história no IHGB, sendo identificáveis algumas continuidades. O IHGB permanecerá um lugar de manutenção da tradição; a história *magistra vitae* continuará sendo o princípio orientador; e os documentos e artigos produzidos pelos sócios do Instituto ainda serão destinados a contribuir para a escrita do grande livro sobre a história do Brasil, obra a ser edificada pelos historiadores do futuro.

Assim, infere-se que a República não foi capaz de atender à demanda do pensamento histórico no intuito de elaborar uma síntese erudita e abrangente que fornecesse um novo sentido organizador para a história do Brasil. Todavia, é possível identificar uma crise de orientação que aponta para a necessidade de superação do paradigma tradicional. Nesse contexto, o passado construído desde a fundação do IHGB teve os seus principais fatos e maiores protagonistas questionados. Nos anos iniciais da República, acontecimentos caros aos historiadores do Império tiveram sua importância minorada; ao mesmo tempo que grandes homens eram submetidos a um julgamento crítico, outros eram alçados à condição de verdadeiros heróis nacionais no intuito de compor um novo panteão ou apenas ampliar o já existente.

Será nesse contexto de transição, rico em modelos de representação do passado nacional, polarizados em torno de dois grandes modelos de orientação política – em que uns viam a República como inevitável e fruto de um longo processo de fortalecimento de uma tradição nacional, e outros buscavam defender a restauração e criticar o novo regime –, que a categoria “povo” emergirá como forma

de analisar acontecimentos antes esquecidos, mas que ganharam uma nova carga de representação simbólica sob as aspirações do novo regime.

Para Francisco Gouvea de Sousa (2012), cuja pesquisa volta-se para a recepção da República entre os sócios do IHGB, dialogando diretamente com os estudos de Hugo Hruby (2007), as percepções da República entre os sócios do Instituto foram elaboradas por meio da mobilização de conceitos e categorias que já estavam em jogo na escrita da história, o que indica o sentido conservador que orientou as leituras do passado e do presente com base em um vocabulário político advindo de uma tradição política imperial que excluía a possibilidade de compreensão positiva da ação popular, sempre compreendida como revolta ou anarquia. Nessa perspectiva, mesmo passando por uma forte turbulência no início do novo regime, o IHGB continuou sendo, para Sousa (2012), um lugar identificado com a lógica de uma sociedade de corte, mantendo a necessidade de distinção social como um valor entre seus membros. É em busca dessa distinção que homens com maior poder aquisitivo no início da República irão se associar ao IHGB como beneméritos, pois, embora ele não gozasse mais do prestígio que tinha nos tempos do Império, permanecia como condição de distinção social disponível a poucos.

A tese de Sousa (2012) indica que o IHGB deve ser entendido como exemplo de um pensamento conservador que irá ajudar a compor, ao longo da Primeira República, diferentes vozes em disputa, sem ser efetivamente um órgão principal ou até mesmo de maior relevância. Embora o IHGB tenha servido como base documental para um esforço diplomático de comprovação dos domínios territoriais pleiteados pelo Estado brasileiro, e como lócus de sociabilidade para formação e sociabilidade de letrados, de forma geral, o seu papel no quadro político do novo regime foi periférico.

Sousa (2012) estrutura sua tese sob o argumento de que foram elaboradas duas formas distintas de recepcionar a República no Instituto, ambas orientadas pelo vocabulário político disponível aos homens daquele período.

A primeira delas foi profundamente marcada pelas escritas da história produzidas sobre as regências ao longo do Segundo Reinado, as quais identificavam as revoltas e o próprio período regencial como caracterizado pela anarquia e pela desordem e contrastava-se a estabilidade e a ordem estabelecidas pelo Segundo Reinado. Nesse tipo de recepção, a República é pensada como perda, como uma ruptura com um regime de estabilidade, e o presente é interpretado pelo

viés das leituras históricas produzidas sobre as revoltas regenciais, associando os novos tempos e as agitações republicanas como agitações anárquicas, que poderiam colocar em risco a estabilidade conseguida pelo Império.

Nessa leitura apresentada por Sousa (2012), o IHGB se coloca como neutro, reforçando a sua distinção em relação aos ruídos que vêm da “rua”, entendida como espaço habitado pelas agitações e pelas paixões turbulentas das quais os homens de letras deveriam se afastar para conseguirem pensar o nacional com base em uma perspectiva racional, que, nesse caso, está associada diretamente a um desejo de manutenção da estabilidade e da ordem. Nesse sentido, a recepção da República, operada por meio do vocabulário normativo disponibilizado pelas memórias históricas produzidas sobre a regência, constitui um discurso que associa o Instituto a um lugar caracterizado pela razão, pela lei e pela ordem em oposição à “rua”, entendida como espaço das paixões, das ações partidárias e da anarquia.

Sob essa ótica, nomear um movimento como revolta significava criar uma barreira que o impedia de ser ouvido ou pensado com base em suas reivindicações, uma vez que o termo “revolta” associava-se a uma prática cuja legitimidade era negada, visto que o ruído das paixões descontroladas deveria ser silenciado, restando apenas uma forma de lidar com essas ações: a repressão direta do poder público para restaurar a ordem irrompida. Dessa forma, nomear como “revolta” ou pensar algum acontecimento com essa moldura era produzir um interdito, que, ao mesmo tempo que rotula negativamente um evento, fornece a ele um sentido que afasta a sua possibilidade de compreensão.

O IHGB, em 1888, conferiu mais representatividade ao cinquentenário de sua fundação do que à abolição da escravidão, movimento que impulsionou os movimentos de contestação da ordem por toda a cidade. Se com o fim da escravidão, nas ruas do Rio de Janeiro, D. Pedro II era alvo de inúmeras sátiras e a República já era consentida por muitos, para os sócios do Instituto o futuro que importava ainda era o terceiro reinado. O que Sousa (2012) consegue demonstrar em sua pesquisa de doutoramento é que o IHGB produz um discurso que não dá visibilidade ao que estava ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro naquele momento de transição da Monarquia à República. O que ocorre no interior da “casa da história” e também fora dela é uma disputa pelo passado que orienta a compreensão do presente. De um lado nega-se o presente como “período de revolta e instabilidade” em detrimento do passado, visto como “ordenador e estável”, e de

outro, afirma-se o presente republicano, nega-se o passado imperial no intuito de fundar as bases de um passado histórico que apresente a República como uma tradição que sempre esteve presente na história brasileira. Nessa forma de recepcionar o novo regime, ele é visto não mais como revolta, mas, sim, como proclamação. Nessa primeira perspectiva, a república aparece sem enredo, sem um passado que a justificasse. Era representada como uma fatalidade, uma perda que aconteceu sem uma razão clara e definida, “como a perda de um pai no ciclo da vida”(SOUSA, 2012, p. 71), algo quase que fortuito, inesperado e possivelmente passageiro.

Em outras memórias históricas escritas no período e analisadas por esse autor, “a proclamação teve antecedentes, foi a culminância de algo e, por vezes, teve ela mesma o seu desenrolar” (SOUSA, 2012, p. 71). Nessa segunda acepção, conforme os argumentos de Sousa (2012), a República aparece ligada ao passado por uma teleologia, como um processo cujo ápice seria a proclamação em 1889. São exemplos representativos dessa segunda recepção da República entre os sócios do Instituto as memórias *Movimento colonial na América*, de Tristão de Alencar Araripe, texto apresentado em 1890, mas publicado na revista três anos depois, e *Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional*, de José Domingues Codoceira, também apresentada em 1890. Como demonstra Sousa (2012):

Se a maioria dos sócios do IHGB se dedicará a defesa e conservação do Império e do protetor deposto, Codoceira ou Araripe pouco se dirigiam àquele momento, dedicando-se, sobretudo, aos “movimentos coloniais” e aos movimentos de contestação da monarquia após 1808 (SOUSA, 2012, p.79).

Embora esse tipo de escrita não fosse majoritário, não constitui exceção, pois, no mesmo ano, Argemiro Antônio da Silveira, em sua escrita biográfica sobre Libero Badaró, fazendo coro com Alencar Araripe, falava da proclamação da República como “vingança dos mártires que por ela haviam morrido”(SILVEIRA *apud* SOUSA, 2012), apresentando em sua narrativa um passado e personagens que antecediam e justificavam a República, inserindo mártires que deveriam ser glorificados num novo panteão nacional.

Aos três autores anteriormente citados, soma-se Aristides Augusto Milton, com suas memórias *A República e a federação no Brasil*, de 1897, que, além de uma defesa de um passado para a República, reivindica a federação como uma aspiração corrente no Brasil desde os primeiros anos do Império.

Dos autores supracitados, o que apresenta maior destaque, pelo tom das memórias e pelo volume de textos publicados, é sem dúvida Tristão de Alencar Araripe, identificado como o principal expoente desse tipo de pensamento. Para ele, a República era uma consequência “das verdadeiras disposições nacionais”, um termo bastante recorrente nos textos de Manoel Bomfim. Suas memórias históricas refletem a República como uma “aspiração nacional”, outro termo também recorrente nos textos do intelectual sergipano, que, assim como Araripe, entende que tais aspirações foram sempre reveladas pelos nacionais desde os tempos coloniais, porém, continuamente derrotadas pela tradição portuguesa.

Segundo Sousa (2012), a recepção da República descrita nas memórias de Araripe, publicadas na revista do Instituto, é comum também a outros sócios. Para Araripe, assim como para Manoel Bomfim, “a história cumpria o papel de revelar o instinto do povo republicano, tendo os movimentos contrários à Monarquia da colônia ao Império como provas desse instinto” (SOUSA, 2012, p. 90); segundo esse pesquisador (2012), embora esse tipo de memória fosse produzido em menor quantidade do que as que estavam diretamente comprometidas com a defesa e os elogios ao Império e ao imperador, elas produziram ecos dentro e fora do Instituto.

Essa escrita da história que buscava a elaboração de um passado novo para a República foi sendo gradativamente soterrada, e as preocupações majoritárias no IHGB se cristalizaram na elaboração de uma escrita da história republicana que reservasse um lugar para a tradição imperial. Esse movimento em busca de uma síntese conservadora torna-se visível nos anos 1920 e será contra ele que Bomfim irá elaborar a sua escrita da história, produzindo uma reflexão crítica em relação a essa historiografia produzida pelo IHGB. Entretanto, como a tradição historiográfica oitocentista não era monolítica, esse autor irá orientar-se pelos caminhos de uma escrita da história que teve as suas condições de existência gestadas no IHGB e divulgadas por meio de sua revista.

Nesse sentido, entendemos que o pensamento histórico assumido por Bomfim em suas obras faz parte de uma tradição que estava presente na cultura historiográfica de seu tempo e que foi esboçada como um esforço de constituição de

um passado para a República em um contexto de transição em que a cultura histórica, de forma geral, e a escrita da história, em particular, estavam passando por uma rearticulação.

### **3.3. Contra a corrente: uma trilogia historiográfica em oposição à memória comemorativa**

Estamos conscientes que a identificação do pensamento bomfiniano como um contradiscurso não traz em si nenhuma novidade. Da mesma forma, sabemos que caracterizar o tipo de tradição (cultura historiográfica do IHGB) e as práticas discursivas (os cânones que envolviam a escrita da história na Primeira República) também já se tornou terreno bastante visitado e revisitado pela historiografia brasileira nas últimas décadas. Diante disso, apresenta-se uma questão objetiva: como nos inserirmos nesse debate com algum nível de contribuição sem sermos repetitivos e sem reproduzir ideias já envelhecidas pelo clichê historiográfico?

Para lançarmos alguma contribuição sobre essa temática e escaparmos de alguns lugares-comuns, vamos abordá-la partindo de uma posição diversa daquela anunciada pelo próprio autor no prefácio de *O Brasil na América*. Nesse texto, Bomfim afirma que a obra em questão era uma continuidade em relação às temáticas e questões propostas em sua obra de 1905. Tal afirmação deve ser entendida como uma justificativa voltada para o fortalecimento de suas teses sobre o Brasil e a América; contudo, se colocarmos no plano analítico essas duas obras apartadas no tempo por vinte e dois anos, logo iremos perceber que se trata de esforços e enfoques diferentes para se pensar a formação social e histórica dessa região da América colonizada pelas nações ibéricas.

Não se trata de dizer, como sugere José Carlos Reis (2010), que houve um abandono de suas teses iniciais – o que significaria uma mudança essencial de suas ideias –, mas, sim, de identificarmos os interlocutores internos que garantem legitimidade a cada uma das obras, visto que foram produzidas em contextos diferentes e marcadas por preocupações temporais completamente distintas. Dessa forma, para uma compreensão mais exata da formação histórica no pensamento de Bomfim, precisaremos analisar cada uma delas em sua especificidade, situando os contextos sociais delas e as preocupações políticas a que cada uma se dirige,



perseguindo um sentido de unidade que as aproximadas elas no nível da crítica, mas também os vários distanciamentos e preocupações pontuais percebidos em cada obra.

Por requerer uma análise ampla – cuja realização é fundamental para os argumentos apresentados nesta tese –, esse procedimento será feito no capítulo posterior; por ora, mesmo que não nos debrucemos incisivamente sobre a especificidade de cada uma das obras, torna-se importante refletir sobre o contexto, rememorando alguns fatos, processos e acontecimentos em relação aos quais as obras da trilogia<sup>72</sup> foram pensadas, desenvolvidas e idealizadas como um contradiscurso consciente em relação à escrita da história produzida pelo IHGB.

Quando falamos de “escrita da história” na obra de Manoel Bomfim, o sentido dessa expressão tem de ser relativizado, porque, em seu pensamento, a escrita da história não se distingue do sentido político da história, como discurso colocado a serviço da nação ou contra ela. Escrever a história, para ele, é elaborar um sentido para o presente partindo do passado como suporte (experiência) e atribuindo um significado para a vida, em que a ideia de nação aparece como horizonte último de constituição da identidade. Dessa forma, a verdade histórica para Bomfim é o mesmo que a consonância entre uma ideia e a tradição, a partir da qual ela emerge como expressão e como ato.

Bomfim pertenceu a uma geração de intelectuais que, segundo José Murilo de Carvalho (1999), foi marcada pela busca de uma identidade coletiva para o país. Essa geração participou ativamente dos projetos inaugurados pela geração republicana em 1889, mas o ativismo se converteu em enorme frustração em menos de uma década, com a percepção de que o processo histórico em curso não culminaria na República dos sonhos que embalou muitos dos jovens republicanos no processo de crise do Império. O sergipano, assim como muitos intelectuais de seu tempo, frustrou-se com esse reconhecimento, desabafando, assim como fez Alberto Torres reconhecendo que: “esse estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos” (TORRES, 1933, p. 237), sentimento que foi comum ao meio intelectual brasileiro na década de 1920 e que surge como espírito de época nas obras de Bomfim.

---

<sup>72</sup>Esse termo é empregado para caracterizar os três ensaios históricos produzidos por Bomfim entre 1925 e 1931 que colocam como problema a reflexão sobre a formação brasileira; *O Brasil na América*, *O Brasil na História* e *Brasil nação*, sendo os dois primeiros utilizados como fontes fundamentais para o desenvolvimento desta tese.

Para alguns intérpretes desse período, a conturbada experiência política da Primeira República consolidou um sentimento de frustração que atingiu grande parte da sociedade e, por consequência, permitiu que se lançasse um olhar diverso sobre o passado. Assim, não mais se poderia lançar sobre a experiência monárquica a razão de todos nossos males. Diante das dificuldades e incertezas do presente, o passado torna-se depositário de esperanças múltiplas. Segundo Sandes (2012):

A república recém-proclamada carecia de uma tradição histórica capaz de dar suporte a um projeto de regeneração política, enquanto o império, durante quase meio século, sedimentou um enorme cabedal de memórias e documentos suficientes para avaliar a experiência política brasileira no século XIX, delineando uma importante tradição política capaz de, sob o ponto de vista conservador, explicar o Brasil(SANDES, 2012, p.140).

Tal como podemos perceber no texto supracitado, a década de 1920 foi profundamente marcada por essa experiência de frustração com o tempo presente, levando a um processo de idealização do passado que culminou em uma visão conservadora, buscando, no diálogo com a tradição monárquica, uma via para apaziguar os conflitos políticos do presente. Em linhas gerais, é justamente contra esse projeto conservador que visava retomar e fortalecer o sentido centralizador da tradição política brasileira associada ao Império que as obras do sergipano se insurgem.

Muito embora a primeira obra de sua trilogia tenha sido iniciada apenas em 1925, podemos afirmar com base no projeto geral de sua trilogia historiográfica que as motivações que o orientaram na composição da obra datam de 1916, momento em que o IHGB dará início a seu projeto rememorativo de celebração do centenário da independência com o lançamento dos estudos de Varnhagen sobre a emancipação política do Brasil e que servem como marco inicial de um projeto de releitura histórica do passado brasileiro que estava fundamentalmente compromissada com a glorificação das imagens do Império. Esse projeto conservador, desenvolvido de um lugar de fala institucional com grande representatividade junto aos intelectuais da época, converteu-se lentamente em um projeto político de ressignificação da tradição monárquica como fundamento capaz de oferecer sustentabilidade para a República em crise.

É importante lembrar que, antes desse período, em nenhuma de suas obras, Bomfim havia se preocupado diretamente com os sentidos históricos atribuídos ao

passado ou com a escrita da história como um projeto sistemático e central em sua escrita. Suas reflexões sobre a história, mesmo em *América Latina: males de origem* são colocadas a serviço da crítica das teorias raciais e dos vários determinismos dominantes no pensamento intelectual da época, não se preocupando em questionar o sentido atribuído ao passado pelos historiadores brasileiros. Assim, seguindo os passos de Le Goff (1980), podemos de certa forma, dizer que, anteriormente a esse processo que o levou à composição de sua trilogia crítica, Bomfim se relacionava com a cultura histórica de seu tempo da maneira como qualquer outro indivíduo que, em função de sua historicidade, é condicionado a compartilhar de uma mentalidade coletiva que elege formas específicas de relação com o passado e que se tornam significativas perante a opinião pública da época.

Contudo, a partir da segunda metade dos anos 1920, Bomfim irá assumir outra postura em relação à mentalidade coletiva de seu tempo, passando a se preocupar diretamente com a escrita da história e com as formas socialmente dominantes de representar o passado que, na sua perspectiva, passava por um retrocesso; para ele, o retorno ao passado significaria uma traição às conquistas do presente. Assim, o reconhecimento dos males do novo regime exigia correção de rumo e, para tanto, se deveria empreender um esforço ainda mais radical de rompimento com o passado monárquico; portanto, era fundamental combater o saudosismo do IHGB que fez do Império o princípio ordenador da formação social brasileira.

Com isso, podemos dizer que, após sua tomada de consciência em relação a esse processo, Bomfim passará a ser um crítico veemente da cultura historiográfica<sup>73</sup> brasileira, que, por meio de Oliveira Lima e Oliveira Viana, retomava e ampliava um sentido histórico conservador para a história do Brasil, seja por

---

<sup>73</sup> É importante ressaltar que entendemos por cultura historiográfica uma das instâncias sociais que, nas perspectivas pensadas por Le Goff (1980) e Rüsen (2001), constituem um dos campos da cultura histórica de uma época. Nesse sentido, cultura histórica e cultura historiográfica dialogam entre si e se complementam na elaboração dos sentidos coletivos atribuídos ao passado; contudo, no nível da cultura historiográfica, constitui-se uma forma especializada de relação com o passado que é exercida pelos historiadores profissionais ou por aqueles que, como no caso de Bomfim, em determinada época se ocupa da escrita da história. Dessa forma, uma análise que priorize apenas um desses campos não conseguiria abarcar de forma satisfatória a pluralidade das representações históricas de um período, que são produzidas no nível das experiências históricas independentemente da ação de historiadores. Sendo assim, para abarcarmos a consciência histórica de um período, é necessário irmos da cultura histórica à cultura historiográfica e retornarmos a ela para entendermos os múltiplos sentidos e os múltiplos lugares a partir dos quais uma sociedade lida com a construção coletiva de seu passado.

meioda sacralização da obra de Varnhagen como pai da história do Brasil, seja por meio do passado imperial como constituidor de uma legítima tradição brasileira.

Sua trilogia é, pois, uma resposta direta em forma de crítica historiográfica à memória comemorativa produzida pelo IHGB nos anos 1920 e que encontra, nas festividades de comemoração ao centenário da independência e na celebração do centenário de nascimento do imperador, o seu ponto alto. Isso considerando que, nesse contexto, a sacralização de determinadas experiências históricas se converteu em um pilar fundamental para o pensamento conservador, em um importante momento de recomposição da memória histórica nacional.

Não é por simples acaso que as reflexões sobre a colonização, a independência e a identidade nacional sejam as temáticas centrais das obras de sua trilogia; essas eram justamente as temáticas mais abordadas pelos intelectuais do IHGB no período. Em suma, poderíamos dizer que, em um momento de releitura do passado orientado pela vontade de elaboração de uma síntese conservadora da história do Brasil, o sergipano negou essa proposta de síntese por meio da elaboração de um conjunto de obras que devem ser pensadas como uma antítese desse empreendimento.

Podemos afirmar, assim, que Bomfim partiu do mesmo ideário de questões que preocupavam os homens de seu tempo, mas se insurgiu contra o pensamento de uma elite intelectual que mirou o passado no intuito de atualizar um projeto conservador para a nação. Bomfim inaugurou uma forma de pensar que foi voz vencida em seu tempo e esquecida, *aposteriori*, em função do sentido amplamente contestatório que elas ensejavam.

### **3.4. Ensaísmo e escrita da história: um breve olhar sobre a historiografia brasileira das primeiras décadas republicanas**

Falar sobre a historiografia brasileira nas primeiras décadas do século XX significa remontar a um contexto em que a escrita da história não era privilégio dos historiadores, mas envolvia grande número de pensadores imbuídos da necessidade de refletir sobre a inserção do país na modernidade. Nesse sentido, os intelectuais da Primeira República buscavam, no passado, os indicadores que orientariam o desenvolvimento futuro. Seus estudos estavam ordenados pelo itinerário de um modelo clássico de historiografia; contudo, as mudanças em curso na sociedade

exigiam novos modelos de interpretação voltados para a compreensão da experiência do presente, embora não se pudesse abandonar a referência ao passado como experiência.

O autodidatismo foi uma característica desse período, visto que os cursos superiores eram muito restritos, não oferecendo condição de formação nem mesmo para os membros da elite brasileira. Segundo Sevckenko (1983), a missão desses intelectuais era produzir uma identidade nacional com base em uma cultura historiográfica herdada da tradição deixada pelo Império e que fosse capaz de responder às questões centrais impostas pela experiência do presente e trazidas à consciência pelo processo de modernização, a qual impunha outras questões, carecendo de um ideário de respostas mais adequado aos novos anseios.

Nesse contexto marcado por uma multiplicidade de interesses e orientações, a pesquisa e a escrita da história não foram exercícios produzidos livremente, visto que essa atividade exigia, por parte desses intelectuais, o domínio de algumas habilidades e competências que não eram comuns a muitos indivíduos. Exigia, ainda, aquisição de certa erudição, bem como tempo disponível para a realização de pesquisas que, por sua vez, requeria a posse de substanciais recursos financeiros, o que também não era comum à maioria das pessoas. Nesse sentido, como afirma Angela de Castro Gomes (1996), a prática da historiografia era vista como “um trabalho árduo, que demandava considerável investimento para obtenção e leitura de documentos manuscritos e publicações, assim como para a redação e divulgação dos textos” (GOMES, 1996, p 99.).

O campo intelectual em torno da historiografia brasileira ainda não estava formado, tampouco as fronteiras das ciências sociais estavam plenamente delimitadas, o que só viria a ocorrer décadas depois, com a formação das Universidades. Ainda assim, Gomes (1996) defende a ideia de que é plenamente possível identificar algumas especificidades relativas ao campo de ação dos historiadores como agentes de determinadas práticas vinculadas a um tipo de pesquisa, de leitura e de escrita.

Corroborando as ideias de Gomes (1996), em estudo produzido recentemente, Rebeca Gontijo (2006) revela que, ainda que não se possa atribuir especificidade à história como campo intelectual, não se pode negar a existência de determinadas práticas e pré-requisitos necessários à atividade do pesquisador. Assim, é possível identificar os historiadores desse período pela elaboração de

narrativas resultantes de árdua pesquisa documental e por atuarem em trabalhos de tradução, edição de documentos, compêndios para a educação básica e publicação de ensaios históricos. Tais práticas são identificadas em autores como Capistrano de Abreu e João Ribeiro, que se tornaram referências para o campo historiográfico em formação. No caso de Capistrano de Abreu, a autora fala a respeito de suas características e especificidades, ressaltando algumas práticas que lhe garantiram um lugar diferenciado na tradição historiográfica brasileira; esta constituiu uma memória em torno de sua obra, a qual o identifica como o primeiro historiador profissional no sentido preciso do termo.

Essa tipologia desenvolvida por Gomes (1996) e Gontijo (2006) é muito importante porque permite identificar elementos mais precisos para a caracterização do que vem a ser a escrita da história do Brasil produzida na Primeira República. Na mesma direção apontada por Gomes (1996) e Gontijo (2006), ambicionamos criar um exercício conceitual que possibilite vislumbrar, analiticamente, as especificidades do pensamento histórico de Manoel Bomfim e sua tentativa de elaboração de uma nova síntese historiográfica em suas obras. Para tanto, pretendemos ir além de definições conceituais que identificam autores e práticas, classificando-os em função de um objeto de pesquisa: historiadores, pensadores da história, eruditos, letrados, médicos, juristas, ensaístas ou cientistas sociais. Nesse sentido, nossa tarefa será avançar nessas definições incorporando-as ou rejeitando-as, no intuito de demonstrar que todas essas práticas representam esforços de expansão ou delimitação que são característicos de uma cultura histórica que também é atravessada por múltiplas relações.

Pretendemos, assim, com base na análise dos estudos sobre a formação brasileira e na análise de suas práticas e sociabilidade em um momento marcado pela expansão das atividades da escrita da história no Brasil, refletir sobre o lugar de seu ensaísmo histórico para a história da historiografia brasileira. Nesse sentido, definir Bomfim como “historiador”, “pensador da história”, “ensaísta”, “sociólogo”, “educador”, não esgota a inegável constatação histórica de que ele foi um homem, assim como tantos outros, que viveu em determinada época, estando, assim como nós, sujeito às teias de significados compartilhadas por seus contemporâneos.

Se, como afirma Bloch (2002, p. 24), “a história é a ciência dos homens no tempo”, sem a necessidade de entrar em questões filosóficas mais profundas, o “homem” é sempre mais do que o conceito, para não dizer, do que os rótulos que

criamos para apreendê-lo. Nesse sentido, todas essas práticas, lugares, campos e saberes que compõem uma época são índices de sua historicidade e não podemos nos prender à valorização excessiva de uma delas para não perdermos o que realmente nos define como ciência histórica, ou seja, a busca pela compreensão do homem inserido na multiplicidade de seu tempo.

Como não havia uma definição disciplinar rígida do campo das ciências humanas nas primeiras décadas do século XX, partimos do pressuposto de que não é o mais relevante situá-lo no interior de uma prática ou de um discurso, mas tentar compreender como todas as práticas e discursos disponíveis em sua época foram instrumentalizados por ele para pensar os problemas de seu tempo. A forma como esses valores aparecem em sua obra são chaves analíticas que nos permitem entender o conceito de história em relação à qual seus textos estão vinculados.

Como afirma Norberto Bobbio (1997) em seu clássico estudo sobre os intelectuais, Bomfim foi um homem que internalizou o processo de degradingolamento de seu mundo para externalizá-lo em forma de crítica, constituindo, nesse processo de significação, um estilo de pensamento que lhe é característico. Conforme bem ilustra Gay (1990), se há algo que aprendemos desde os românticos “é que o estilo não é a roupagem do pensamento e sim parte de sua essência” (GAY, 1990,p. 170).

Assim, antes de aprofundarmos nos imprecisos caminhos de pensar os sentidos da escrita da história em Manoel Bomfim, torna-se relevante refletirmos um pouco mais sobre a relação entre a escrita da história e o projeto de elaboração de uma identidade nacional nas primeiras décadas do século XX.

Em obra publicada recentemente, a pesquisadora Angela de Castro Gomes (2012) se impõe a tarefa de pensar a relação entre história, historiografia e Primeira República. A princípio, a autora sugere romper com a naturalização desse termo, que, segundo ela, vem quase sempre associado à ideia de “República Velha” e que foi forjado pelos ideólogos do pensamento autoritário das décadas de 1920 e 1930, tendo ampla divulgação no Estado Novo como forma de estruturar uma crítica ao liberalismo. Assim, logo em seu primeiro capítulo, a autora trata de desmistificar o sentido do termo “Primeira República”, apontando para esse período como rico em possibilidades de reflexões que devem ser pensadas além da simples nomeação do período com base na pretensa ruptura entre novo e velho.

Superando essa visão da “República Velha” produzida e disseminada pelos ideólogos da revolução de 1930, torna-se possível identificar esse período como um

espaço de experiência profundamente marcado pelo esforço de um grande número de intelectuais que, imbuídos pelo desejo de uma ação política, exerceram protagonismo no projeto de elaboração e proposição de uma identidade nacional. Esses intelectuais, sejam eles taxados de letrados, historiadores, ensaístas ou sociólogos, marcharam sobre as fronteiras movediças dos campos disciplinares produzindo bens culturais que se tornaram relevantes para o entendimento do período. O referente conceitual sobre os intelectuais enquanto categoria ao longo dessa obra definiu-os como “uma categoria socioprofissional de contornos pouco rígidos, ou seja, como produtores e mediadores de interpretação da realidade social que possuem grande valor político” (GOMES, 2012, p. 26).

Segundo Sérgio Miceli (1979), esse vínculo umbilical entre intelectuais e classes dirigentes é uma característica marcante na história da intelectualidade brasileira. Os projetos intelectuais estão quase sempre vinculados a uma proposta de ação política, seja para reificar o sentido de uma prática, ou para a elaboração de um contradiscurso. Nesse contexto, o sentido atribuído à ação política deve ser ampliado, pois as ações desses intelectuais, por meio da produção de livros, artigos em jornais e revistas, alcançavam uma ação política que transcende a dimensão funcional, quase sempre com a ocupação de cargos públicos, para se converter em espaços de sociabilidade capazes de garantir uma articulação entre uma multiplicidade de atores sociais.

Nesse espaço marcado pela necessidade de uma rearticulação de sentido, o IHGB, como espaço de sociabilidade dos historiadores, precisou se renovar em função das mudanças sociais oriundas do processo de modernização impulsionadas pelo fim do regime escravista e pela proclamação da República. Para Angela de Castro Gomes, esse “é um período em que o investimento no debate intelectual/científico estava na ordem do dia, o que envolvia tanto as ciências naturais quanto as ciências sociais, entre as quais estava a história” (GOMES, 2012, p. 29). O rompimento com a interpretação desse período, embasada na perspectiva da “república que não foi” ou da “república velha”, permite ao historiador do presente identificá-lo como um espaço marcado por um amplo envolvimento político dos intelectuais em torno de diversos projetos de Brasil.

Essa interpretação, aprofundada por muitos estudos ao longo das últimas décadas, busca analisar a Primeira República como um espaço rico e marcado por debates profícuos, que visam legitimar os projetos políticos para a sociedade



brasileira envolvendo historiadores, literatos, jornalistas e educadores. A legitimação aqui é pensada como continuidade em relação à determinada tradição, que se apresenta como constituidora de sentido, estabelecendo o modelo que se encontra em experiências passadas como exemplo a ser seguido, mantido e cultuado. Essa maneira de lidar com o passado, associado à cultura historiográfica do IHGB, encontra sua forma mais elaborada de representação na obra de Varnhagen.

Nesse *topos* da história, o passado é portador de um sentido quase imutável, sacralizado e eternizado para a experiência do presente por meio do exemplo, entendido como máxima, que precisa ser revivida, mais que interpretada. Já a rejeição ou recepção negativa em relação ao passado exige um esforço de interpretação que orienta, por meio de sua compreensão crítica, um exercício de ruptura com esse passado, entendido como estigma a ser superado. Dessa forma, o passado não perde o seu sentido orientador, mas a ênfase é colocada na necessidade da mudança e na ruptura. O passado deixa, assim, de ser exemplar e passa a ser visto como campo a partir do qual as raízes do presente podem ser conhecidas, possibilitando uma ação para transformá-lo. Nessa forma de lidar com a experiência do passado, a equação é: conhecer para agir e não conhecer para cultivar. Esse *topos* de compreensão do passado é o que orienta o tipo de escrita da história presente em Manoel Bomfim, mais especificamente em suas obras *América Latina: males de origem*, *O Brasil na América* e *O Brasil na história*.

A partir do quadro referencial anteriormente exposto, definir o entendimento que esses intelectuais tinham sobre a história e sua equívoca posição entre a ciência e a arte não é uma tarefa simples. Para compreender um pouco mais essa problemática, Gomes (2012) faz uma análise minuciosa do discurso de posse de Pedro Lessa, publicado na revista do Instituto em 1908.

Esse texto, elogiado por seus contemporâneos pela sua erudição, oferece, segundo a autora, algumas indicações sobre os sentidos atribuídos à história pelos sócios do IHGB. Sua resposta a respeito do estatuto da história como ciência ou arte oferece uma possibilidade de apreensão de como a comunidade dos historiadores, partindo de seu principal lugar social, recepcionava o modelo cientificista de aproximação da história com as ciências naturais, imbuída pela necessidade de localizar leis gerais de caráter histórico.

Lessa apresenta em seu texto dois modelos de história. O primeiro é associado à historiografia antiga, sendo esta entendida como pertencente ao

domínio da arte e associada às práticas tradicionais da retórica e da narrativa. Já o segundo apresenta o que podemos entender como uma concepção moderna de história (história metódica), associada à pesquisa histórica e ao gosto pelo arquivo; esse modelo estipula, como campo de ação da história, a organização, seleção e conservação de documentos, bem como sua interpretação por meio da crítica interna como o caminho mais confiável para a elaboração de uma narrativa.

Segundo Gomes (2012), a reflexão desenvolvida por Pedro Lessa, além de propor uma recepção crítica em relação ao cientificismo de Henry Thomas Buckle (1829-1882), oferece uma resposta para a indagação sobre a possibilidade de cientificidade da história. Conforme Lessa, esta merece ser problematizada porque é compartilhada por uma comunidade que entende a história nem como arte nem como ciência, mas, sim, como uma prática de pesquisa que ocupa um lugar intermediário entre a ciência e a literatura, sendo pensada como uma propedêutica. Para ele a “função da história consiste em coligir e classificar metodicamente os fatos, para ministrar os materiais que servem de base às induções da ciência social fundamental e das ciências sociais especiais” (LESSA, 1908, p. 270). Tal visão externa um limite para a escrita da história que não fora aceito pela tradição ensaísta, da qual Bomfim emerge como um dos seus legítimos representantes.

Em sua tese de doutoramento, Fernando Nicolazzi (2008) chama a atenção para o fato de que os primeiros quarenta anos da República foram profundamente marcados pela sensação de desordem, causada, sobretudo, pela impressão de que não havia um reconhecimento entre sociedade e tempo. Segundo Nicolazzi (2008), isso ocasionou uma compreensão que contrasta com a percepção de um tempo lento e descontínuo e uma sensação de aceleração motivada pela experiência das diversas mudanças em percurso no período. Tal percepção provocou, em diversos intelectuais, uma profunda sensação de que a modernidade havia chegado aos trópicos de forma brusca e incompleta. Essa multiplicidade de tempos de crescimento experimentada pelos homens do período gerou o que Nicolazzi (2008) chamou de “sensação de simultaneidade”, em que tudo parecia se misturar, gerando uma percepção do tempo entendido como “desordem”.

Essa forma de perceber a experiência temporal como geradora de mudanças simultâneas e descontínuas pode ser percebida nas palavras de Alceu Amoroso Lima (1924), quando faz a seguinte afirmação:

Somos nacionalidades apressadas, onde todas as phases da civilização coexistem, desde o selvagem no ultimo gráo de decadência, até as inteligências mediterrâneas e subtis, que se isolam ou murcham nestes trópicos excessivos e ainda primitivos. E de tudo isso emana a sensação de ephemero e um pressentimento contínuo de morte” (LIMA, 1924, p. 239).

Essa percepção do tempo, registrada em seu texto por *Tristão de Athayde*, é representativa da cultura histórica do período, que desenvolve uma percepção temporal profundamente marcada pela presença antinômica dos ideais, como “civilização” e “selvageria”; “modernidade” e “atraso”; o “novo” e o “velho”. Ela gera, ainda, o entendimento da mudança como algo que rompe com o sentido tradicionalmente cristalizado nas práticas sociais, promovendo uma sensação de instabilidade, que faz com que o presente seja sentido como uma efemeridade, como algo superficial e, portanto, transitório.

Essa cultura histórica ajusta-se às condições da sociedade brasileira marcadamente rural, cujas mudanças impostas pelo processo de aceleração do tempo, imposto pela modernidade, confrontam-se com a manutenção de estruturas e práticas sociais profundamente arcaicas. Assim, parafraseando Rüsen (2007, p. 121), os sujeitos humanos como agentes e padecentes desse contexto, sobretudo os homens de letras, imbuídos do esforço coletivo de refletir sobre as condições de elaboração da identidade nacional, irão desenvolver um discurso pautado pelo princípio da ausência e da diferença, em que a identidade nacional e a própria ideia de nação serão pensados não a partir da realidade em si, mas tendo como referência os elementos que estavam ausentes e que seriam necessários para identificá-la com os ideais de uma nação moderna e civilizada.

Esse modelo de compreensão temporal é definido por Nicolazzi como *topos* do “atraso nacional” e teria origem nos esforços intelectuais de interpretação do Brasil produzidos pela geração de 1870, tornando-se um traço característico dos primeiros anos da República.

Nosso intuito não é desenvolver uma análise pormenorizada dessa cultura histórica, marcada pelo *topos* do atraso nacional, mas tomá-la como uma tradição que será gradativamente relativizada ao longo das primeiras décadas do século XX por um conjunto de pensadores das mais variadas formações e estilos, que ficaram comumente conhecidos como “ensaístas”. É nesse ponto que reside a grande contribuição da obra de Nicolazzi (2008) para nossa pesquisa, visto que a

especificidade de sua análise está em conceituar o ensaísmo brasileiro como derivado da emergência de um novo regime de historicidade<sup>74</sup>. Este irá recepcionar a experiência do tempo histórico e a escrita da história por meio de uma nova relação com o passado, que, ao mesmo tempo, escapa ao modelo clássico de historiografia, entendido como história *magistra vitae*, e ao modelo positivista/cientificista de história, pautado pela necessidade irrestrita de objetividade e orientado pela busca de leis universais de caráter histórico.

Nesse sentido, com base nessa conceituação ampliada da tradição ensaísta, torna-se possível pensar autores como Manoel Bomfim (1868-1932), Oliveira Viana (1883-1851), Euclides da Cunha (1866-1909), Paulo Prado (1869-1943), Caio Prado Junior (1907-1990), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Gilberto Freyre (1900-1987) como representantes de um novo *topos* da historiografia brasileira, que visa romper, ainda que parcialmente, com a perspectiva tanto da cultura historiográfica produzida pelo IHGB, em torno de um modelo historiográfico alicerçado na obra de Varnhagen, quanto com o cientificismo, marcadamente sedutor para os homens do período, como bem demonstrou Maria Stella Martins Bresciani (2002), apontando para a força que um modelo de ciência sustentado em torno da ideia de objetividade teve para os homens letrados das primeiras décadas do século XX no Brasil e, de forma geral, no continente americano.

Essa tradição ensaísta brasileira foi responsável pelo desenvolvimento de um novo modelo de análise histórica, que transita pelos vários campos das ciências humanas em formação no Brasil, o que dificulta sobremaneira a sua identificação em torno de um campo disciplinar específico. Tal fato não vem a ser um problema para esta pesquisa, pelo contrário, a fluidez de estilo transitando entre as ciências

---

<sup>74</sup> François Hartog vai definir o regime de historicidade como uma formulação erudita para a experiência temporal. Para ele, essa noção abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento que permite a formulação de um ritmo para a escrita histórica, ao qual podemos aderir ou escapar tentando construir outro para substituí-lo, ao entender que ele não atende mais às necessidades de compreensão impostas pela dinâmica da vida social. Para Hartog, um regime de historicidade não é uma entidade metafísica decida do céu, mas um quadro de pensamento de longa duração que permite e proíbe pensar algumas coisas. Sua instituição é seguida por um processo de reordenamento das experiências anteriores para significá-las de maneira diferente. Sobre o conceito ver:

HARTOG, François. Tempo e história: como escrever a história da França hoje. *História Social*, Campinas-SP, n. 3, 1996, p. 127-154;

\_\_\_\_\_. Tempo desorientado. Tempo e história: como escrever a história da França? *Anos 90*. Porto Alegre, PPG em História, da UFRGS, n. 7, julho de 1997;

\_\_\_\_\_. *O século XX e a história: o caso de Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2003.

humanas em formação e a literatura faz dos autores ensaístas intérpretes privilegiados do passado brasileiro, capazes de contrapor a cultura historiográfica dominante produzida no século XIX, lançando as bases para a formulação de novas interpretações e novos projetos de Brasil que compunham a cultura histórica do período.

Considerando isso, torna-se fundamental para os objetivos desta tese refletir sobre as especificidades dessa tradição ensaísta, para, posteriormente, situar a produção histórica de Bomfim como seu ilustre representante, bem como para situar, no interior dessa orientação coletiva de tempo, o que o intelectual sergipano entende por história e sua relação prática com a educação no interior de suas obras.

Nicolazzi (2008) conceitua o ensaísmo freyreano com base em uma definição de ensaio produzida por Roland Barthes (2002), definindo-o como um gênero bastante incerto, em que a análise e escritura se rivalizam, mas também como uma prática em que campos distintos do conhecimento, como a ciência, a história e a literatura, podem coexistir não de forma harmoniosa, mas como elementos inerentes ao exercício de crítica.

Georg Lukács (1985), por sua vez, argumenta em seu livro *a Alma e as formas* que o ensaio é a forma propícia para a escrita da crítica, visto que é um gênero artístico cujo processo de elaboração é mais importante que as próprias conclusões. Lukács contrapõe a incompletude e inacabamento do ensaio ao caráter acabado e formal do texto científico. Nesse mesmo sentido, Adorno (2003) delinea que o ensaio não pode ser classificado como científico nem como arte, mas como algo que deve ser refletido nos interstícios dessas duas categorias. Em contraponto ao tipo de saber produzido pelo discurso científico, o ensaio deve ser pensado como uma possibilidade para a produção de um saber aberto, antidogmático e transitório.

Valdir Donizete dos Santos Junior (2013), em sua tese de doutorado, dialoga com as reflexões produzidas sobre o ensaio latino-americano de José Miguel Oviedo (1991) e Beatriz Colombi (2007), caracterizando esse gênero como híbrido e ambíguo, marcado por uma tensão latente entre objetividade e subjetividade<sup>75</sup>. Embasado nos autores supracitados, o autor apresenta uma tipologia para caracterizar os ensaístas latino-americanos como polemistas, profetas ou

---

<sup>75</sup> Ao longo do desenvolvimento de sua tese, o autor aplica essas categorias para analisar os ensaios históricos produzidos pelo mexicano Francisco Bulnes (1847-1924), pelo peruano Francisco Garcia Calderón (1883-1953) e pelo brasileiro Manoel Bomfim (1868-1932).

professores (mestres). De acordo com essa tipologia, ser um polemista é escrever sempre contra algo, buscando constantemente desqualificar e refutar as teses contrárias. Nesse sentido, Bomfim encaixa-se perfeitamente no conceito de polemista, visto que escrevia para criticar a tradição colonial, a tirania das elites, o atraso e o caudilhismo.

Todavia, embora seja útil para pensar a importância do ensaísmo latino-americano, por meio do realce de suas especificidades, essa tipologia deve ser entendida como um recurso didático que simplifica a apresentação dos autores classificando-os de uma forma que facilita o entendimento de suas características, mas que não pode ser aplicada como categorias estanques, visto que os ensaístas transitam de um modelo a outro com muita facilidade. É possível classificar um mesmo intelectual, por exemplo, transitando pelas três categorias, sendo professores e profetas da polêmica, imbuídos do desejo socialmente compartilhado de pensar os fundamentos da psiquê nacional.

O limite da historiografia no século XIX era imposto pelo ideal de objetividade a ser perseguido, um ideal que, segundo Guimarães (2011), era inatingível mesmo na obra de Varnhagen. Para os homens do IHGB, a incapacidade de atingir a objetividade necessária para ser reconhecida como ciência, reservaria à história o modesto papel de coletora e selecionadora de materiais que serviriam para a formulação de leis gerais de caráter histórico, tendo como referência e modelo a sociologia comtiana.

Dessa forma, o que aproximaria a escrita ensaísta e a história não seria a prática da pesquisa, mas a escrita entendida como mecanismo de compreensão do real, em que escrever sobre o passado e conhecer o passado surgem como sinônimos. Assim, segundo Nicolazzi:

Mais do que uma mera descrição do real, a qual pressuporia um discurso marcado pela transparência, o ensaio se coloca como argumento sobre o real, denotando a opacidade que caracteriza a presença ostensiva do autor na escrita, além da própria mediação que a linguagem ela mesma acarreta (NICOLAZZI, 2008, p. 311).

Analisado e entendido dessa maneira, o ensaio alimenta dois objetivos aparentemente contraditórios: o de ser fiel à realidade e, ao mesmo tempo, querer impor sobre ela um ponto de vista defendido pelo autor. Em linhas gerais, podemos dizer que o ensaio não se ajusta ao modelo típico de escrita da história, mas

também não é apenas literatura. Nesse sentido, ele pode ser pensado como um gênero de fronteira, que atua nos interstícios da ciência e da literatura, imbuído da preocupação de produzir um texto que seja acessível e que, pelo teor dado à importância de sua mensagem, pretende alcançar uma grande circulação em seu meio. Em outros termos, o ensaio anseia pelo reconhecimento de seus pares, buscando uma recepção direta dos leitores. Entendido como um gênero de fronteira, elabora uma escrita que atua no limite de dois mundos: o do autor que produz a análise e o de sua relação com a realidade histórica e social, que ele pretende apreender por meio de suas reflexões.

Importa destacar, entretanto, que uma reflexão sobre o papel desempenhado pelo ensaio histórico nas primeiras décadas do século XX não pode deixar de considerar que esses dois campos – que na contemporaneidade julgamos distintos – estavam imbricados. Ou seja, a crítica literária e a crítica histórica se misturavam e dividiam a função de elaborar um sentido de nação capaz de orientar e fortalecer o sentimento de identificação nacional perante determinadas representações de Estado e de povo.

Nessa discussão, releva apontar, ainda, que a especialização dos diversos campos do conhecimento ocorrido no Brasil com a implantação das universidades pós 1934 veio suplantar um longo período marcado pela proximidade entre os diversos campos de saber. Esse ambiente caracterizado pela ambivalência tornou-se um terreno propício para o ensaísmo histórico, como representante de uma nova forma de pensar a relação com o passado, orientado por novas perspectivas políticas, o que permitiu a possibilidade de produção de uma releitura, produzida em forma de crítica, de determinadas interpretações elaboradas e consagradas pelo IHGB e também pela reafirmação e fortalecimento de determinadas representações do país e de seu povo produzidas no século anterior.

Dessa forma, o ensaio tanto como gênero quanto como prática pode ser pensado, conforme sinaliza Nicolazzi (2008), como um modelo de passagem para um novo regime de historicidade, cuja forma tradicional de lidar com o passado, balizada na história do Brasil escrita pelo Instituto, cedeu caminho a novas representações do país e de seu povo, orientadas, agora, por outras prerrogativas advindas das mudanças sociais em curso. Esse processo caminhou no sentido de possibilitar maior especialização entre os campos do conhecimento, que culminou no estabelecimento de fronteiras mais rígidas e facilmente definidas entre as

ciências humanas e sociais no Brasil. Tal especialidade, porém, não pode ser encontrada nas primeiras décadas do século XX sem que tenhamos que forçar a realidade para adaptá-la ao conceito. Sendo assim, o ensaísmo, como expressão característica de um modelo de pensamento, deve ser entendido como síntese heterogênea e eclética de teorias e conhecimentos apresentados como um saber de caráter universal.

Nessa perspectiva, sistematizada e defendida por Nicolazzi (2008), o ensaísmo é visto como produto de uma condição histórica datada, em que, embora se reconheça que havia em curso um processo de especialização dos campos de saber, tais fronteiras ainda não estavam definidas, e a tarefa de pensar a realidade histórica nacional era comum às múltiplas áreas do conhecimento disponíveis na época. É importante ressaltar essa premissa porque a adotamos como um procedimento de análise da obra histórica de Manoel Bomfim, que, como um legítimo representante do ensaísmo brasileiro, transita em diversos campos de saber que hoje são claramente delimitados teórica e metodologicamente (história, sociologia, pedagogia, psicologia, biologia, crítica literária, entre outros), mas que não podem ser entendidos dessa maneira quando situamos o período de produção de suas obras e as especificidades históricas que são características formadoras dessa temporalidade.

Nessa perspectiva, o fato de autores como Capistrano de Abreu (1853-1927) e João Ribeiro (1860-1934) serem considerados modelo de historiadores de ofício, vinculados a uma tradição historiográfica dentro da qual serão defendidos, por alguns intérpretes, como legítimos representantes de uma concepção moderna e especializada de história, não desautoriza outra interpretação, que entende o ensaísmo como um tipo específico de escrita da história; isso, somado às diversas representações do que se entendia por escrita da história no período em questão, amplia o entendimento das múltiplas possibilidades de escritas compartilhadas no interior desse campo multiforme que entendemos genericamente por historiografia brasileira.

### **3.5.Travar diálogos e definir perspectivas: do elogio a Capistrano à crítica de Oliveira Viana**



Nossa reflexão sobre o modo como Bomfim elaborou uma síntese histórico-crítica de seu tempo traz em seu bojo preocupações pertinentes ao saber histórico, às questões educacionais e ao pensamento político brasileiro das primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, para compreendermos o processo de constituição de suas ideias, torna-se fundamental buscarmos reconstruir analiticamente parte do contexto intelectual dentro do qual elas foram elaboradas.

Embora reconheçamos que uma atividade de crítica historiográfica, no seu sentido mais restrito, tenha aparecido no pensamento do sergipano apenas em 1931, com a publicação de sua obra *Brasil na história*, que expõe de forma sistemática uma crítica ao pensamento histórico produzido pelos historiadores brasileiros de seu tempo, podemos dizer que, desde a publicação de *A América Latina: males de origem*, em 1905, seu pensamento caracterizou-se por um exercício de crítica historiográfica que submetia ao escrutínio crítico as principais teses da cultura historiográfica brasileira.

Guiados por essa preocupação inicial, buscamos, nesta parte da tese, levantar algumas questões no sentido de situar Manoel Bomfim em relação a alguns nomes consagrados pela cultura historiográfica brasileira com os quais ele dialogou diretamente, por serem contemporâneos e compartilharem alguns espaços em comum, ou indiretamente, por meio de suas obras. De uma miríade possível de autores que ajudaram a compor a cultura histórica brasileira dos anos 1920 e que ainda apresentam relevantes contribuições ao pensamento historiográfico brasileiro, buscamos destacar diretamente Capistrano de Abreu e Oliveira Viana em função do lugar de enunciação exercido por esses dois pensadores no período, bem como pelo papel pontual que suas teses exercem no pensamento de Bomfim.

Em sua trilogia historiográfica do final dos anos 1920, o pensador sergipano expõe de forma bem clara a sua profunda admiração em relação ao pensamento histórico de Capistrano de Abreu. Esse enorme respeito em relação ao sábio de Maranguape – que, bem à maneira de Bomfim, também vem acompanhado de uma crítica pontual em relação ao que ele identifica como uma falta de ambição no que tange à questão da escrita, o que, segundo o sergipano, o impedia de compor uma história do Brasil capaz de superar a obra do Visconde de Porto Seguro – surge em função de dois aspectos: o primeiro é o reconhecimento de Capistrano como um

historiador legitimamente brasileiro<sup>76</sup>, que, segundo Bomfim, valoriza e traz luz às verdadeiras tradições nacionais por meio da pesquisa em torno da conquista do território e da ocupação do interior do país<sup>77</sup> e o segundo, pelo fato de ele perceber e relatar em suas obras o nosso próprio “destino manifesto”, ou seja, a formação de uma cultura nacional com graus sensíveis de distanciamento em relação à cultura metropolitana.

Nesse sentido, Bomfim situa Capistrano no lugar mais alto de seu panteão de historiadores nacionais, identificando-o como um exemplo de erudição e de brasilidade por sua capacidade de reconstruir a história do Brasil dando voz aos seus legítimos representantes –os quais, tanto para Bomfim como para Capistrano de Abreu, eram a síntese do homem branco português que, ao adentrar no sertão e misturar-se com o índio, formou uma nova tradição baseada em práticas e em costumes ligados à terra e às vicissitudes da natureza brasileira. Com isso, outras possibilidades de ordenação econômica e social se formaram e, gradualmente, colidiram com o domínio metropolitano, provocando tensões que fomentaram a busca da emancipação.

Podemos dizer, assim, que, pela via da leitura da obra histórica de Capistrano, Bomfim identifica duas tradições que ele considera distintas e que se formaram nos primeiros anos da colonização: a portuguesa metropolitana, inserida na lógica do mercantilismo, e a dos colonos do interior do território, que ele irá adjetivar como “brasileira”. No caso da tradição portuguesa, ele a identifica como herança transmitida como fardo do passado a ser superado, como um espaço de experiência que evidencia um exercício de dominação política; e no caso da tradição brasileira, como um horizonte de expectativa que aponta em direção ao futuro, ao novo.

Nesse sentido, a percepção do tempo histórico brasileiro na obra de Bomfim pode ser descrita como uma leitura do passado como fardo, herança a ser

---

<sup>76</sup> Essa adjetivação é uma derivação da classificação feita por Bomfim sobre os historiadores brasileiros que ele chamava, sobretudo, a partir de 1929 de historiadores nacionais e antinacionais ou ainda mais pejorativamente de varnhaguianos e sub-varnhaguianos. Essa tipologia, bem como os motivos que o levaram a produzi-la, serão abordados mais detidamente na segunda parte da tese, quando passarmos a análise da obra *O Brasil na História: deturpação das tradições e degradação política*.

<sup>77</sup> Nesse processo, a colônia teria construído suas características próprias ao se afastar do controle metropolitano restrito, nos primeiros anos de ocupação, apenas à faixa litorânea. Bomfim irá desenvolver essa tese de forma sistematizada em sua obra *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* que iremos analisar mais pormenorizadamente no próximo capítulo.

reconhecida, trabalhada e superada pela ação afirmativa dos homens do presente (daí a sua defesa das reformas e da revolução) e como o reconhecimento, no presente, da necessidade de superação das estruturas históricas e sociais legadas pela tradição metropolitana. O Brasil não é o que foi porque o passado é herança metropolitana, o presente não é ainda, pois as marcas profundas do passado impedem sua efetivação; por isso, a representação do tempo histórico na obra de Manoel Bomfim sinaliza um horizonte de expectativa capaz de consolidar o processo de vir a ser da cultura brasileira.

Identificando a história como um discurso político capaz de afirmar e de perverter tradições, Bomfim vai propor uma tipologia que situa os historiadores que ajudaram a valorizar cada uma dessas tradições que se digladiavam em busca de uma leitura da nossa história: de um lado estaria a cultura historiográfica produzida pelo IHGB, corporificada na figura de Varnhagen; de outro, a história do Brasil de Frei Vicente de Salvador e Capistrano de Abreu. Bomfim, ao longo de sua obra, sobretudo na década de 1920, submete à crítica essa primeira tradição institucionalmente dominante em seu tempo e valoriza a segunda, que, embora não fosse desconhecida, não tinha a repercussão e o prestígio da primeira.

Bomfim enxergava em Capistrano um intelectual renovador, que, ao mesmo tempo, trazia luz a uma história do Brasil feita pelos brasileiros, dando voz aos homens comuns do sertão, valorizando o processo de conquista e defesa da terra e demonstrando as agruras e dificuldades desse processo que atesta a viabilidade das populações mestiças do interior do Brasil.

Escritos de Capistrano, como *Anotações críticas à história do Brasil de Frei Vicente de Salvador*, *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, exerceram grande influência nas teses históricas e na crítica historiográfica produzidas por Bomfim. Essa intertextualidade é mais evidente nas obras de sua trilogia historiográfica (1929-1932), mas também é claramente perceptível em *América Latina* (1905) e *Através do Brasil* (1910), cujo sentido histórico atribuído pelo intelectual sergipano à história do Brasil está alicerçado numa perspectiva geográfica, visto que o esforço do autor é demonstrar uma antinomia entre metrópole/colônia, litoral/interior, Portugal/Brasil.

Na perspectiva histórica de Bomfim, essas intensas contradições, que marcariam de forma profunda a sociedade brasileira, foram surgindo e se

solidificando ao longo do processo de ocupação do território, perspectiva essa que Capistrano também evidencia em suas obras, mas que, na pena do intelectual sergipano, ganha contornos de grande radicalidade.

A aproximação do pensamento de Manoel Bomfim com as teses básicas da escrita da história do Brasil de Capistrano de Abreu é facilmente identificada se observarmos a permanência das mesmas temáticas, desenvolvidas, sobretudo, em *O Brasil na América* (1929), primeira obra de sua trilogia historiográfica; lembrando que essa obra tem como objetivo principal caracterizar a formação brasileira dando ênfase à colonização e à defesa do território como fatores preponderantes para se compreender a especificidade da sua cultura, sempre colocada em oposição à cultura portuguesa, e, principalmente nessa obra, evidenciando as profundas diferenças e algumas semelhanças entre o Brasil e as demais nações da América Latina.

Bomfim assimila algumas preposições de Capistrano e faz delas uma tese em suas obras, buscando demonstrar como, desde os primeiros movimentos de interiorização promovidos pelos colonos, operou-se um distanciamento que se agravou em contradição até ganhar forma própria, uma identidade construída por meio das lutas de defesa do território frente aos franceses e holandeses que, na perspectiva romântica<sup>78</sup> de Bomfim, foi garantida especialmente pela unidade dos colonos em luta pela posse das terras conquistadas<sup>79</sup>.

Em linhas gerais podemos dizer que Bomfim assimila e radicaliza diversas premissas de Capistrano, dando a elas uma ênfase diferente e instrumentalizando-as a serviço de uma convicção política que buscava demonstrar que a forma como a história do Brasil estava sendo escrita, sobretudo pelo IHGB, não atendia aos interesses nacionais porque buscava instituir um modelo de nação que não interessava à maioria, já que excluía índios, negros e mestiços desse processo.

---

<sup>78</sup> Bomfim, em diversos momentos de suas obras, externa uma aproximação clara com o pensamento romântico brasileiro, sobretudo em seus últimos escritos, nos quais ganha força a idealização de um passado mítico para o Brasil, que muito se aproxima do idealismo romântico. Tal característica também pode ser notada na sua defesa de um modelo essencialista de identidade, como um sentimento coletivo, que, na sua perspectiva, definia um modo de ser brasileiro e que teria se formado ainda no século XVII. É importante destacar, porém, que diversos intérpretes de sua obra têm chamado a atenção para o caráter eminentemente antiromântico de sua obra *América Latina: males de origem*, em razão de sua crítica às nações latino-americanas ser marcada pela presença de uma recusa crítica ao Romantismo.

<sup>79</sup> Embora, com a expulsão dos invasores, a região tenha passado novamente a ser controlada pela política mercantilista da metrópole.

Conforme tentamos demonstrar nos capítulos anteriores, entendemos que uma das motivações norteadoras de suas obras historiográficas era desacreditar essa memória histórica produzida pelo IHGB como discurso privativo das elites que, ao mesmo tempo, afastava as populações do interior de qualquer possibilidade de representação política efetiva. Segundo Bomfim, tal modelo de Estado excluía não só na prática (por meio da via do parlamentarismo imperial e do monopólio oligárquico que ganhou forma nos primeiros anos da República), como também no discurso – uma vez que colocava o “povo” como responsável pelo atraso nacional (determinismo racial e geográfico) –, consolidando, com isso, uma ideia monolítica de pensar a história do Brasil como continuação da história de Portugal.

Em suas obras, Bomfim reconhece e tenta analisar o peso dessa herança ibérica, embora entenda que a história e a identidade brasileira tenham se construído em oposição a essa mesma tradição. Para ele, a cultura brasileira seria a síntese produzida pela negação e em hipótese nenhuma poderia ser encarada como continuidade.

Assim como ocorre com Capistrano, o diálogo com Oliveira Viana se torna claro no pensamento historiográfico de Manoel Bomfim. Todavia, a forma como esse diálogo é estabelecido com Viana obedece a uma lógica completamente distinta. Se para Capistrano os elogios são fartos, o mesmo não acontece em relação a Viana: em sua trilogia histórica, Bomfim submete a obra desse autor ao rigor de uma crítica sistemática que revela a antinomia profunda entre o pensamento histórico dos dois autores.

Entre Bomfim e Oliveira Viana há um conflito de representações que se revela na reflexão acerca do processo de formação da sociedade brasileira. Embora fossem contemporâneos, os autores apresentaram alternativas históricas completamente díspares, mas que conservam entre si temáticas comuns; ambos buscaram em suas obras, publicadas sobretudo na década de 1920, analisar, em um contexto marcado pela crise da república liberal, a formação da nação e de sua identidade. Intérpretes de Viana, como José Honório Rodrigues (1988) Maria Stella Martins Bresciani (2002) e José Carlos Reis (2006), apresentam-no como um intelectual polígrafo, produtor de vasta obra, nas quais abordou temas variegados, que perpassavam

diversas áreas, como a antropologia, a história, a sociologia política, a psicologia social e o direito<sup>80</sup>.

Sua obra inaugural – e a mais relevante para os objetivos desta tese – ,*Populações meridionais do Brasil*, teve o seu primeiro volume publicado em 1920. Nela, Viana expõe algumas das principais ideias que desenvolveria posteriormente em outras obras, apresentando um conjunto de referenciais teórico-metodológicos que permaneceria como influência constante em seu pensamento. Na obra supracitada, o autor irá apoiar-se em teses sociológicas amplamente difundidas em seu tempo, mas já rejeitadas por Bomfim desde 1905, sobre a determinação do meio geográfico e do caráter racial na formação das características definidoras das sociedades humanas.

O pensamento social desse pesquisador se inscreve na tradição do pensamento nacionalista autoritário brasileiro, cujas raízes estão ligadas à política imperial. Oliveira Viana foi filho ilustre de Palmital do Saquarema, no estado do Rio de Janeiro, terra natal de grandes nomes do pensamento político brasileiro, como Joaquim José Rodrigues Torres – o Visconde de Itaboraí – e Alberto Torres, notadamente marcados por suas vinculações com o partido conservador do Império, bem como pelas tendências autoritárias em suas ações políticas e produções intelectuais. A obra de Viana é, portanto, profundamente marcada por uma tendência de valorização da sociedade rural latifundiária brasileira, denotando certo interesse na conservação das estruturas sociais herdadas do passado e entendendo-as, desse modo, como elementos definidores da identidade brasileira.

O pensamento de Viana insere-se em uma tradição do pensamento político conservador brasileiro, que tem como característica a produção de uma

---

<sup>80</sup> Em relação à vasta produção de Oliveira Viana, após a publicação de *Populações meridionais do Brasil*, obra que lança as bases conceituais fundamentais de sua reflexão histórica sobre o Brasil, seguiram-se *Pequenos estudos de psicologia social* (1921), *Evolução do povo brasileiro* (1923), *O ocaso do Império* (1925) – obra de cunho eminentemente historiográfico, publicada em um momento marcado pela rememoração da memória da monarquia no Brasil –, *O idealismo da Constituição* (1927), *Problemas de política objetiva* (1930), *Raça e assimilação* (1932), *Problemas de direito corporativo* (1938), *Instituições políticas brasileiras* (1949) – obra que é entendida por alguns de seus comentadores, como José Honório Rodrigues e José Carlos Reis, como exercício de síntese conclusiva de suas ideias apresentadas nas obras anteriores, pensando suas teses com base nas críticas produzidas no pensamento social brasileiro sobre sua obra, mas reafirmando, de maneira conclusiva, suas teses básicas sobre o Brasil presentes desde *Populações meridionais do Brasil* –, *Direito do trabalho e organização e problemas de direção* (1952), *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil* (1958), *História social da economia capitalista no Brasil* (1988) e *Ensaio inédito* (1991), publicados postumamente. As amplitudes, bem como a longevidade de suas obras, demonstram que suas ideias foram recepcionadas pelas elites brasileiras como uma representação fiel do papel exercido por elas na condução da política nacional.

representação das elites agrárias como referência da ordem social constituída na Primeira República, bem como uma indisposição e desconfiança na capacidade de mobilização política das massas (camponeses, operários, indígenas escravos e mestiços) como sujeitos políticos. Disso resulta seu claro posicionamento em defesa de um Estado forte e centralizado que fosse capaz de se impor nacionalmente e de tomar para si a responsabilidade de reorganizar a sociedade brasileira. Em suma, o pensamento conservador desconfia da capacidade de autogerenciamento das massas brasileiras em função de sua aceitação do determinismo racial e geográfico como elementos definidores das características sociais dos grupos humanos.

Segundo Reis (2006), o pensamento de Viana apresentaria a imagem que as elites fizeram de si mesmas e do Brasil, no intuito de consolidar uma visão histórica sobre o país que teve ressonância direta em produções intelectuais posteriores e em projetos políticos, como o Estado Novo de 1937 e o golpe militar de 1964. Nesse sentido, o nosso principal objetivo, ao buscar recompor os diálogos (im)possíveis entre esses dois pensadores, é tentar demonstrar de que maneira, partindo de um mesmo contexto social, ambos produziram esforços analíticos distintos para pensar a formação histórica da sociedade brasileira e buscaram identificar, nas características desse processo, os traços definidores da identidade nacional, embora tenhamos consciência de que os objetivos, métodos e aspirações políticas que motivaram ambas as incursões ao passado brasileiro – em *Populações meridionais do Brasil* (1920) e em *Brasil na América* (1929) – sejam amplamente distintos.

Os horizontes de expectativas divisados pelos dois autores também apontam para perspectivas de desenvolvimento social completamente diferentes, ainda que ambos compartilhem o mesmo o espaço de experiência; ou seja, suas narrativas históricas sobre o Brasil são respostas possíveis para pensar a crise do modelo republicano que havia instituído um modelo de “democracia sem cidadania”, a qual constitucionalmente assegurava à população seus direitos civis e políticos, mas que, ao mesmo tempo, mantinha grande contingente da população brasileira marginalizada e eivada da possibilidade de acesso à cidadania, bem como a excluía do processo político.

Esse diagnóstico, presente tanto no pensamento de Bomfim quanto no de Viana, é um dos elementos que os impulsionaram em suas incursões ao passado brasileiro. O sociólogo de Saquarema empreende essa jornada movido pelo esforço de demonstrar a inviabilidade do regime democrático no país; já o que move o

pensador sergipano a fazer essa mesma incursão é o interesse oposto: demonstrar que as organizações autônomas dos colonos constituídas historicamente desde a negação do domínio português, no século XVIII, apontam para a democracia como tendência que definiria historicamente o sentido do desenvolvimento nacional.

Essa intertextualidade às avessas, conforme pretendemos demonstrar de forma mais aprofundada no quarto capítulo desta tese, pode ser evidenciada por meio de uma análise mais pormenorizada das temáticas das obras em questão, bem como pelos referenciais teóricos empregados pelos autores para auferirem legitimidade a suas teses sobre a formação histórica da sociedade e da identidade brasileira.

Nessa perspectiva, buscaremos demonstrar que a obra *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929) é pensada e organizada como uma resposta às teses de Viana apresentadas em *Populações meridionais do Brasil* (1920) e em *Evolução do povo brasileiro* (1923), enquanto as duas últimas obras de sua trilogia historiográfica – *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política e O Brasil Nação: a realidade da soberania brasileira* – são organizadas como respostas às comemorações do centenário da independência produzidas pelo IHGB, que consolidaram uma memória histórica elogiosa em relação ao papel das elites imperiais e que encontram, em *O Ocaso do Império*, de Oliveira Viana, uma de suas mais elaboradas sistematizações.

Entendemos, assim, que as três obras historiográficas produzidas por Bomfim entre 1925 e 1931 foram produzidas com o objetivo manifesto de criticar uma forma dominante de pensar a história do Brasil legitimada pelas instituições já quase seculares do Império. Essa cultura historiográfica produzida ao longo do século XIX pelos Institutos Históricos e Geográficos constituiu um discurso político legitimador do papel das elites, criando um panteão quase mítico de autores<sup>81</sup>, heróis<sup>82</sup> e

---

<sup>81</sup> Refiro-me especificamente a CarlFriedrich Philipp von Martius (1794 a1868) e a Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), dois autores que, em suas obras, instituíram uma forma de pensar a história brasileira que se impôs como modelo dominante para a historiografia. Entre os diversos intérpretes do Brasil desse momento, somente Capistrano sugeriu uma crítica relativizadora dos “quadros de ferro” de História Geral do Brasil.

<sup>82</sup> Institui uma cultura histórica que centraliza a história do Brasil em torno de uma tríade de personagens – Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II –, carregando de forte conotação política a leitura histórica que vinculava diretamente a construção da identidade nacional ao papel do Estado português no Brasil e privilegiando a ação das elites imperiais como construtoras das tradições nacionais. Consolida, dessa forma, uma crença de que a história do Brasil é a continuação, na América, das tradições europeias, ou seja, busca consolidar a construção de uma ideia de nação civilizada nos trópicos identificada com as elites brancas, localizando, de forma hierárquica, o lugar



símbolos nacionais. A proposta de Bomfim é repensar essa memória historiográfica descaracterizando-a como nacional, ao mesmo tempo que a identifica como um discurso político a serviço do poder das classes dirigentes, que, ao narrar a história das elites imperiais como a história do Brasil, garantiam apenas a sua hegemonia política, obscurecendo outras tradições e discursos que não se encaixavam nesse projeto de nação civilizada, mas que Bomfim considera como tradições legitimamente brasileiras que deveriam ser reconhecidas e valorizadas.

Ao longo deste capítulo, procuramos situar dialogicamente o pensamento histórico de Manoel Bomfim em relação à tradição historiográfica oitocentista, bem como avaliar o processo de expansão dos horizontes políticos e epistemológicos da historiografia brasileira no contexto de elaboração de uma escrita da história que fosse capaz de dar conta das transformações sociais em curso no período, dando voz aos novos atores sociais trazidos à cena pela proclamação da República.

Nessa perspectiva, buscamos mostrar que, em tal contexto, emergem três formas distintas de se pensar e praticar a história, as quais podem ser sintetizadas de acordo com as seguintes características: (1) a perspectiva tradicional da história como mestra da vida, sacralizada na prática dos institutos e preocupada com a monumentalização de uma memória histórica nacional; (2) a vertente “científica” da história, preocupada com a verdade histórica fundamentada na lida correta em relação às fontes e com a obrigatoriedade da erudição como fundamento necessário para a elaboração de verdades universalmente válidas; (3) e a perspectiva ensaísta, que não estava compromissada nem com a memória histórica oficial, nem com a necessidade metodológica imposta pela moderna crítica histórica. A produção historiográfica de Bomfim dialoga com as duas primeiras perspectivas, mas vincula-se mais diretamente à terceira.

Ao longo do capítulo buscamos pensar a historiografia do IHGB em movimento, em que a história *magistravita*, história científica e a história como discurso político relacionam-se com o objetivo de pensar a formação política do Estado e da nação. Ou seja, esses três modelos estão em relação no interior das práticas desenvolvidas pelo IHGB; elas se relacionam e se casam. Nesse sentido, entendemos que os escritos de Bomfim são um rico depósito de perspectivas que nos permitem vislumbrar inúmeras questões que compunham o campo

---

social das camadas sociais que não se encaixavam nesse ideal de nação, que era, sem possibilidade de erros, a esmagadora maioria da população.

político/intelectual das primeiras décadas republicanas, o que justifica o uso de suas obras como fontes para pensar os múltiplos diálogos que permeiam as disputas pelo passado que orienta a escrita da história do Brasil em seu período de produção.

## **CAPÍTULO 4 –BOMFIM E AS ESPECIFICIDADES DA FORMAÇÃO BRASILEIRA: A CONQUISTA DO TERRITÓRIO COMO ELEMENTO DEFINIDOR DA IDENTIDADE NACIONAL**

Na sua intransigente defesa, enquanto se formava, teve o Brasil de eliminar das costas do Atlântico quantos conquistadores a procuraram. Com isso, ter-se-ia conservado intacta a América do Sul, se Castela tivesse capacidade, ao menos, para guardar as suas Guianas... Rebatendo eficazmente o ataque de todos eles, o Brasil decidiu, uma vez para sempre, não só a sua própria sorte, como o assinala Southey, mas a de toda a América do Sul... O Brasil modelou explicitamente a América do Sul e influiu decisivamente na distribuição do resto do Novo Mundo.

Manoel Bomfim<sup>83</sup>

Este capítulo busca refletir sobre o processo de formação histórica da sociedade brasileira e latino-americana com base em cinco tópicos específicos e complementares.

No primeiro tópico, pretendemos demonstrar como Bomfim dialoga com a cultura histórica de seu tempo, negando a objetividade do discurso histórico e do cientificismo do período. Sua caracterização desse discurso e dessas práticas como ideológicas abre espaço para uma reflexão sobre os sentidos e os usos da escrita da história, possibilitando uma reflexão epistemológica sobre o assunto.

No segundo tópico, sistematizamos, de forma geral, o entendimento de Bomfim apresentado em seu ensaio *América Latina* respeito do processo de formação histórica dessas nações, realçando sua crítica ao caráter violento e exploratório oriundos do sistema colonial e de seu aparato funcional, com especial ênfase para as influências negativas da escravidão.

Como um contraponto às visões negativas sobre negros e índios legadas pelas práticas colonialistas, buscamos destacar, no terceiro tópico, uma visão positiva sobre as capacidades do povo brasileiro expresso em seu ensaio didático *Através do Brasil*, de 1910, em que a possibilidade de desenvolvimento de uma identidade nacional passa pela integração das regiões nacionais e de todos os tipos humanos que as habitam.

---

<sup>83</sup>BOMFIM, Manoel. *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2013. p. 92-93.

Esse enfoque na ocupação dos espaços e na inclusão dos indivíduos evidencia a importância atribuída por Bomfim à conquista e ocupação do território como elemento definidor das especificidades nacionais, tema que procuramos explorar nos dois últimos tópicos do capítulo por meio de uma reflexão direcionada sobre os dois primeiros ensaios de sua trilogia historiográfica.

#### **4.1. Os limites da objetividade: a história como discurso privativo das grandes nações salteadoras (1905)**

Em 1905, é publicado *América Latina: males de origem*, o primeiro grande ensaio do pensador sergipano; obra que, para a grande maioria de seus intérpretes, é considerada a que mais caracteriza o estilo e as preocupações intelectuais de Bomfim. É sempre importante ressaltar, porém, o contexto de produção e o processo de desenvolvimento dessa obra, visto que, embora tenha chegado às livrarias apenas em 1905, foi elaborada ao longo do ano de 1903, período em que Bomfim se encontrava em Paris estudando psicologia experimental com Alfred Binet na Sorbonne, custeado por uma bolsa de estudos concedida pelo governo brasileiro. Em sua advertência, a título de introdução, o autor expõe o percurso de suas investigações e os objetivos norteadores de seu texto.

Bomfim deixa claro que o livro é fruto de observações, anotações e analogias acumuladas ao longo de diversos anos de reflexão e que a ideia inicial de organizá-las como uma obra sobre as nações latino-americanas surgiu por volta de 1893 após a leitura do livro *Physicand Politic*, de Bagehot (1872)<sup>84</sup>. Aparentemente, poderíamos supor a existência de alguma similitude entre o livro de Bagehot e o de Bomfim; entretanto, o próprio autor nega essa possibilidade, uma vez que, estando na Europa no momento em que dava forma definitiva para sua obra, ele nem sequer tinha consigo os livros que o inspiraram a produzi-lo. Ainda assim, faz uma advertência importante, admitindo que não houve variação de ideias, o que demonstra um processo longo de maturação de seu pensamento, reconhecendo que

---

<sup>84</sup> Walter Bagehot é considerado um dos precursores do darwinismo social. Sua sociologia teve continuidade com autores como Herbert Spencer (1820-1903) e Luduwig Gumplowicz (1838-1909), por meio de sua noção de física social ou ciência natural da política. O autor inglês procurou demonstrar, em suas teorias, as relações entre o progresso social e as ideias de seleção e competição entre os povos advindas da biologia, a qual ocupa grande destaque entre as ciências no período.

o núcleo central de sua obra já havia sido apresentado parcialmente em 1897 no parecer ao *Compêndio de história da América*, de Rocha Pombo.

Bomfim ressalta que o entendimento de um livro deve ser buscado nos motivos psicológicos que levam a sua concepção. Nesse sentido, reconhece que as motivações pessoais que o movem são um profundo senso moral, que externa um humanismo marcado pelo desejo de ver toda a humanidade “solidária, unida, aliviada de toda opressão, aproveitando em comum, segundo as necessidades de cada grupo, os recursos que a ciência tem revelado” (BOMFIM, 2005, p. 36). Bomfim parte, assim, do humanismo e do nacionalismo como panos de fundo para chegar a seu conceito de patriotismo, entendido como um sentimento digno e nobre, mas que não pode ter um significado imperialista ou exclusivista no sentido de ser um combustível para acelerar a expansão e a dominação.

Na visão do intelectual sergipano, externada nas primeiras páginas de sua obra, o patriotismo é um sentimento nobre e humano, desde que,

[p]ugnando pelos interesses e necessidades de um povo, não busque resolvê-los em oposição aos interesses gerais da espécie [e] desde que, nos choques provocados pelos egoísmos em fúria, cada patriota se limite a defender seu ideal, a repelir as agressões injustas e a rebater as explorações e privilégios; a lutar pelo progresso moral da nacionalidade, e a anular as influências contrárias a esse progresso (BOMFIM, 2005, p. 36).

Essa passagem demonstra diversas nuances do pensamento de Bomfim, entre as quais podemos destacar, em primeira mão, seu nacionalismo anti-imperialista, centrado em um ideal de humanidade que, ao longo da obra, iremos perceber que nada tem de cristão, mas expressa um desejo de integração que tem a paz entre as nações como horizonte de expectativa. Nunca é demais lembrar que essa preocupação estava diretamente ligada a uma leitura crítica da realidade política e econômica de sua época, demonstrando uma clara consciência em relação aos problemas gerados pela expansão neocolonialista europeia nos primeiros anos do século XX, cujo desdobramento resultou na deflagração da Primeira Guerra Mundial.

Segundo alguns de seus comentadores, como Aguiar (2000), Filho (2008), Uemori (2006), Botelho (2002), Bechelli (2009) e Gontijo (2001), a obra *América Latina* foi produzida tendo como estopim motivacional uma entrevista concedida a

um jornal parisiense que tinha a América Latina como tema<sup>85</sup>. O contato com os publicistas, acrescido do conhecimento de novas percepções teóricas na Europa, levaram ao amadurecimento de ideias já concebidas, mas que ganharam novo alento com o resultado da viagem: fortaleceram a sua convicção de que era preciso rever a visão distorcida e deturpada que os europeus tinham acerca da América Latina. Certamente, essa perspectiva se vinculava ao profundo patriotismo que marcou a formação desse autor.

Em suas palavras, o seu livro derivava “diretamente do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América” e nascera do desejo de ver a sua pátria “feliz, próspera, adiantada e livre” (BOMFIM, 2005, p. 36). Finalmente, Bomfim era movido pelo desejo intelectual de conhecer os motivos que geravam uma inexplicável situação de atraso que atingia todas as nações dessa região da América. A seu ver, o diagnóstico das causas reais do atraso do continente latino-americano era parte da estratégia de superação dos entraves para o progresso do continente e, em especial, do Brasil.

Para além das questões motivadoras da obra, salta aos olhos o caráter inovador da proposta de pensar o Brasil integrado ao continente americano, com especial ênfase para a América do Sul. Seu interesse é buscar demarcar o sentido comum da formação desses países colonizados pelas nações ibéricas, sinalizando os traços negativos desse colonialismo como uma identidade comum na formação histórica dessas novas nacionalidades.

Essa perspectiva contrastava sensivelmente com as posições defendidas pelo IHGB, que contrapunha o Brasil às demais nações latino-americanas, as quais eram pensadas como sinônimos de instabilidade e anarquia social, conforme demonstrou Manoel Luiz Salgado Guimarães (2011). De acordo com o que buscamos demonstrar nas seções anteriores da tese, a historiografia do Império pensava o Brasil como continuidade da tradição portuguesa na América, marcada pelo equilíbrio político e social proporcionado pelo regime monárquico e seu projeto de civilização no mundo americano. As demais nações da América Latina eram

---

<sup>85</sup> É importante lembrar que o termo “América Latina” não é aplicado em sua obra como um conceito que identifica uma realidade à parte, com ênfase no esforço de distingui-lo de outros termos correlatos; no pensamento do autor, ele é aplicado indistintamente, juntamente com outros termos (tais como “América do Sul”, “Latino-América” e “neoibérico”), para se referir à mesma realidade histórico-social analisada.

representadas como “caudilhescas” e “anárquicas”, fruto de bruscas rupturas políticas causadas pela implantação da República.

Se o IHGB pensava a unidade em meio à diferença, o intelectual sergipano propunha pensar a diferença em meio à unidade, visto que reconhecia e valorizava as múltiplas diferenças entre essas várias tradições nacionais. No entanto, Bomfim alertava para um aspecto até então muito pouco observado pelos intelectuais de sua época: essas nações haviam sido profundamente marcadas por experiências históricas similares. A experiência colonial deixara marcas comuns ao processo de formação das nações latino-americanas, que deveriam ser pensadas, segundo Bomfim, com base no crivo dessas tradições, uma vez que, do ponto de vista histórico, elas se aproximavam e davam um sentido de identidade às nações neoibéricas, que eram as heranças do colonialismo.

Outro aspecto importante para a compreensão da obra é que, na perspectiva do autor, os verdadeiros “males” ainda estavam ocultos por trás do falso “nevoeiro de aparências” das teorias raciais. Nesse sentido, seu texto de advertência contém as chaves de seu pensamento: a compreensão do processo de formação das nações latino-americanas deveria ser buscada no estudo do passado. Para Bomfim, a resposta para os “males” do presente implicaria, pois, em romper com o equivocado discurso que, transpassado por um tom cientificista, que aponta para os “males de origem” (raça), produziu sentenças pessimistas, condenatórias e equivocadas sobre o Brasil e a América Latina.

A lógica de Bomfim seria demonstrar que os “males” efetivos estavam nas causas econômicas e sociais da formação histórica das nações latino-americanas e que as teorias raciais largamente aceitas como verdades inquestionáveis para explicarem as diferenças e o atraso latino-americano não passavam de um discurso ideológico a serviço do interesse da dominação interna, de ordem classista, e externa, de ordem imperialista<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> Analisando o artigo “A sociedade do futuro”, publicado na revista *Universal*, em 1901, no qual Bomfim tenta descaracterizar a visão apologética de B. Clark, professor da Faculdade de Economia Política de Colúmbia, em relação aos benefícios do sistema capitalista para a sociedade do futuro, Ronaldo Conde Aguiar demonstra que Bomfim compreendia que o capitalismo produzia uma riqueza aparente, que não chegava a satisfazer as necessidades humanas de maneira satisfatória, perpetuando a enorme desigualdade entre uma minoria e uma maioria à custa, naturalmente, do empobrecimento crescente dos trabalhadores. Em suas análises, o intelectual sergipano buscava dar ênfase ao fosso existente entre o desenvolvimento capitalista e as propostas de igualdade social. Clark, em sua defesa ao capitalismo, entendia que a igualdade social seria produzida gradativamente ao longo do século pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, que julgava inevitável. Ao criticar o teórico de Colúmbia, Bomfim produziu uma crítica ao próprio sistema capitalista, que ele entendia

Dessa forma, ele encerra o seu texto de advertência com uma crítica substancial à noção de neutralidade do discurso científico, reforçando o sentido engajado, e, portanto, político, de sua análise:

Pobres almas!... Como seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas, destemperando a linguagem e moldando a forma à hipócrita imparcialidade, exigida pelos críticos de curta vista!... Não; prefiro dizer o que penso com a paixão que o assunto me inspira; paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da lógica (BOMFIM, 2005, p. 38).

Consciente de que seu pensamento rompia com o modelo cientificista de sua época, Bomfim assumiu o risco de sua empreitada. Ao assumir a paixão e a parcialidade de sua interpretação, ele tentava sinalizar o lugar de fala das teses pretensamente objetivas. Assim, atacava o discurso científico pelo lado de fora de seu domínio de validade, adentrando no terreno da relação entre ciência e ideologia. Manoel Bomfim expõe, assim, uma reflexão sobre a escrita da história que questiona de forma sistemática a possibilidade de imparcialidade. Tal impossibilidade se devia, segundo ele, em primeira instância ao fato de que os homens são seres movidos por sentimentos e que todo ponto de vista humano está sujeito às experiências vividas e sentidas de um lugar específico. Nesse sentido, Bomfim entendia que a pretensão de imparcialidade era inatingível e seu uso se justificava como um artifício retórico cujo objetivo era conquistar os leitores por meio do vínculo entre o pensamento e a pretensão – inverossímil – de imparcialidade.

Para Bomfim, seria mais produtivo ao historiador assumir, perante seus leitores, os critérios adotados na elaboração do texto, sendo franco e sincero em relação a seus pressupostos. Dessa forma, o intelectual sergipano entende que o reconhecimento dos pressupostos do historiador não significa abdicar da busca pela verdade em detrimento de preocupações pessoais, mas, sim, produzir um conhecimento que se distingue como uma interpretação, cujos eixos norteadores são os sentimentos e os valores que orientam toda e qualquer ação humana no mundo. Em relação ao ideal de imparcialidade exigido na escrita da história de seu tempo, ele declara:

---

como caracterizado pela ampliação da desigualdade cultural e social entre as classes. Segundo Aguiar, em 1901, Bomfim já tinha tido contato com as teorias de Marx pela leitura de teóricos anarquistas, como Proudhon, Bakunin e Kropotkin (AGUIAR, 1999, p. 241-246).



Isso equivale a exigir o impossível. Nenhum historiador é verdadeiramente imparcial. Seria preciso supor o homem destituído de sentimento. Essa imparcialidade ele pode simulá-la quanto à exposição, evitando cuidadosamente os comentários e os juízos, tanto sobre os acontecimentos quanto sobre os homens. Por vezes, esse esforço significa de fato o desejo de ser justo, mas, comumente, isso não passa de um artifício para conquistar o ânimo do leitor. Nesse caso, é preferível um escritor que seja franco e sincero, e deixe ver logo qual o seu critério, desde que ele proceda com *parti-pris*, desde que não seja capaz de sacrificar a verdade a preocupações pessoais (BOMFIM *apud* POMBO, 1900, p. 16).

Sobre a questão da imparcialidade postulada pelos intelectuais de seu tempo como uma exigência necessária para a produção de uma escrita da história que fosse considerada válida, segundo os critérios instituídos de verdade, Bomfim contrapõe a paixão. Como se pode apreender no trecho citado, na perspectiva de saber defendida pelo intelectual sergipano, evidenciar os critérios adotados e reconhecer a paixão pelo tema não eram atitudes que excluía o rigor científico e a busca pela verdade. Em seu ideal de escrita da história, sentimento e método eram caminhos que, seguidos paralelamente, conduziriam a um tipo de conhecimento que, se não fosse mais verdadeiro, seria, pelo menos, mais sincero, visto que apresentaria os seus objetivos como um critério de transparência que vincularia as ideias a seus contextos sociais de elaboração.

As críticas à pretensão de imparcialidade nos ensaios de Bomfim atendem a duas premissas básicas. A primeira é de ordem epistemológica, na qual ele postula a imparcialidade como uma causa inatingível e, portanto, tal questão deveria ser entendida como um sofisma desnecessário. A outra premissa diz respeito a seu intuito de denunciar o discurso pretensamente científico como um discurso articulado politicamente com vistas à justificação da dominação europeia em relação às demais regiões do mundo e das elites brasileiras em relação ao povo por meio da propagação do racismo científico. Bomfim denunciava esse tipo de saber como uma “ciência adaptada a exploração” e os seus propagadores mais renomados, como “filósofos do massacre” (BOMFIM, 2005, p. 359).

Bomfim acreditava na capacidade da ciência em promover o progresso<sup>87</sup>; daí vem a sua crença comum a muitos de seus contemporâneos de que a missão mais

---

<sup>87</sup> Cabe ressaltar que o conceito de progresso em Bomfim está quase sempre associado ao conceito de progresso social, que deve ser entendido como o desenvolvimento da inteligência pelo esforço contínuo de se aproveitar, do melhor modo possível, os recursos da natureza, da qual se tira a subsistência, e à apuração dos sentimentos altruísticos, que tornam a vida cada vez mais suave, permitindo o aumento da cordialidade entre os homens, visando a uma solidariedade mais perfeita, no intuito de produzir uma felicidade comum, onde não haja espaço para injustiças e iniquidades (JUNIOR, 2013, p. 66).

importante para os intelectuais/políticos, em países como os da América Latina, habitados de forma majoritária por analfabetos, seria a disseminação da instrução. Por meio dela, outros passos seriam possíveis no sentido de se promover as mudanças sociais necessárias para corrigir as heranças do colonialismo. Todavia, se a sua crença na ciência como fundamento para o progresso e na instrução como caminho para o desenvolvimento social eram comuns às de seus contemporâneos, o seu conceito de ciência e de progresso era bastante singular.

O aprendizado escolar do saber científico tinha, para Bomfim, duas finalidades específicas mais complementares: a primeira e mais elementar compreendia o aprendizado dos saberes e valores que a ciência já produziu, difundindo os conhecimentos que a tradição científica europeia já disponibilizara em obras e métodos, aprendizados úteis para o desenvolvimento da capacidade humana de conhecer o mundo social e biológico; a segunda seria desenvolver nos indivíduos a capacidade de observar e interpretar aquilo que é peculiar a seu próprio meio social, produzindo conhecimento de si e para si, transformando-o em saber científico universalmente válido.

Em *América Latina* (1905), Bomfim apresenta um conceito de ciência que transcende o sentido corrente, tentando pensá-la como um valor humano que deveria ser universalizado a todos os indivíduos e instrumentalizado como um mecanismo para promover o desenvolvimento e a igualdade de oportunidades entre os homens, sem nenhum mecanismo social de hierarquização. Dito de outra forma, para Bomfim, a ciência não poderia ficar restrita às elites; ela deveria ser popularizada, dando a ela um sentido prático como meio de solução a problemas cotidianos. Nas palavras do sergipano, “que a ciência não seja um adorno de doutores, mas recurso para todos, na luta comum contra as dificuldades da vida” (BOMFIM, 2005, p. 336).

Seu projeto educacional visava, assim, à incorporação reflexiva de métodos e modelos produzidos por nações mais desenvolvidas, de forma independente e autônoma, objetivando o desenvolvimento de um saber nacional que fosse capaz de produzir respostas de interesse geral, oferecendo soluções práticas para todos. Essa maneira de pensar, que Bomfim apresenta de forma sistematizada em *América Latina* (1905), tem relações de proximidade visíveis com o movimento modernista da década de 1920. Seu projeto propunha a incorporação criativa e a produção do novo, daquilo que é inerente ao espaço e ao modo de ser do caráter brasileiro. A

nosso ver, o que Bomfim tentava conceituar era a busca da originalidade em oposição à mera assimilação e cópia das teorias e modelos estrangeiros.

A reflexão sobre a formação histórica das nações neoibéricas sistematizada pelo sergipano em 1905 apresenta dois fatores que marcaram profundamente, e de forma negativa, a constituição dessas novas sociedades, impedindo um rompimento integral com a experiência colonial.

O primeiro deles, segundo Bomfim, seria a grande presença do latifúndio, caracterizado como “caricatura de senhores medievais” responsáveis pela permanência de uma tendência conservadora na política que pouco atendia às necessidades de mudanças do período pós-independência. Para ele, além da disseminação de uma ótica política conservadora, a concentração fundiária seria também responsável pelo “embrutecimento” e “amesquinamento” das populações mais pobres do subcontinente, sobretudo as que foram submetidas à escravidão e que, após a abolição, ficaram à mercê dos interesses das elites locais ligadas à propriedade da terra<sup>88</sup>.

O segundo fator deriva do primeiro: é o caráter “conservador (centralizador, monopolizador e absolutista)” do Estado que, nas palavras de Bomfim, só existe para “cobrar, coagir e punir” (BOMFIM, 2005, p. 160), ações necessárias para a manutenção do poder. O Estado, em *América Latina*, bem como em toda a obra bomfiniana, é apresentado como uma instituição alheia aos interesses coletivos, “uma entidade à parte, com interesses seus, obrigados apenas a tratar de sua própria conservação” (BOMFIM, 2005 p. 161)<sup>89</sup>.

Ao caracterizar o Estado colonial e imperial como tirânico e espoliador, Bomfim indica ao leitor a continuidade dessas práticas políticas no presente, visto que defende a ideia de que a lógica do Estado permaneceu inalterada em relação às mudanças de regime político. Em suas palavras, “homens e fórmulas vão passando sem que a tradição se altere; contra ela, nada podem as revoluções” (BOMFIM, 2005). Com isso, Bomfim não está afirmando a impossibilidade

---

<sup>88</sup> Ao longo da obra, a escravidão é descrita como um fator que contribuiu para o atraso moral da sociedade, pois a violência sádica praticada e os vícios gerados pela exploração estrutural do trabalho escravo na colônia levaram à naturalização de inúmeras iniquidades que se tornaram justificativas para a manutenção da ordem social. Para Bomfim, a escravidão degradou a moralidade dos senhores, fomentando o desenvolvimento de uma cultura intensiva de sentimentos egoístas e perversos em relação aos escravos.

<sup>89</sup> É sempre importante lembrar que Bomfim publicou *América Latina* em 1905, período fortemente marcado pela presença das oligarquias regionais na política brasileira.

de alteração (determinismo geográfico ou biológico) das condições histórico-sociais legadas às nações neoibéricas pelo colonialismo; ao contrário, seu intuito é indicar um caminho para que essas mudanças sejam alcançadas. Entretanto, ressalta que as condições necessárias para empreender uma transformação substancial das nações neoibéricas ainda não estavam disponíveis.

Em *América Latina: males de origem* (1905), o autor interpreta o passado com os olhos fincados nos problemas do presente e assevera que uma República carregada pelo espírito de uma democracia moderna seria apenas uma grande falácia em uma nação composta majoritariamente por analfabetos. Com base nisso, afirma que esse ideal seria pervertido, convertendo-se na imposição social da vontade de uma minoria insignificante de letrados sobre uma massa geral de analfabetos. Em suas palavras, tal situação acarretaria a constituição de uma democracia sem povo, sem cidadãos e “tal regime, ainda que o levassem a uma partida de pureza ideal, não passaria da opressão e do despotismo de uma aristocracia sem nobreza sobre a plebe servil”(BOMFIM, 2005, p. 368). Na perspectiva do intelectual sergipano, ainda que se falasse em democracia, essa expressão tinha sentido meramente retórico, visto que, embora a República de seu tempo falasse em liberdade, igualdade e sufrágio universal, ela não buscava os meios efetivos para torná-los realidade. Como demonstra Junior (2013):

A “democracia” no Brasil e, de forma mais ampla, na América Latina, só poderia ser alcançada, de acordo com Manoel Bomfim, no momento em que a sociedade, reformada moralmente, se livrasse dos vícios legados pela colonização, resistentes principalmente na atuação (ou falta de atuação) do Estado e no analfabetismo persistente na maior parte da população (JUNIOR, 2013, p. 107).

Nesse sentido, Bomfim inova em seu diagnóstico, embora reproduza a visão corrente da maioria dos intelectuais de seu tempo defendendo uma solução ilustrada para os problemas sociais, segundo o qual caberia aos intelectuais romper esse quadro de iniquidades.

Nosso propósito de pesquisa é avaliar o modo como Bomfim se relacionou com a cultura histórica de seu tempo, a qualinha, no plano externo, o discurso excludente das potências europeias e dos Estados Unidos (imperialismo) em relação às nações latino-americanas e, no plano interno, um projeto elitista de dominação e de segregação dos setores populares, tanto no Brasil quanto na América Latina de um modo geral. Para ele, essas sociedades, ao não se modernizarem, ou sob a

forma de uma modernização dependente, não estavam preparadas para enfrentar os desafios dos novos tempos.

Silva (2005) lembra que o contexto geopolítico que antecedeu a publicação da obra foi marcado pelo acirramento da política do *Big Stick* e pelas constantes tentativas dos Estados Unidos de consolidar o seu protetorado sobre a América Latina. Dessa forma, as discussões sobre a doutrina *Monroe* ocupavam grande espaço nos debates políticos da época, chegando a seduzir diversos intelectuais de renome na América Latina. Bomfim alinhava-se com os antiamericanistas e, de uma forma muito própria, vinculava o pan-americanismo aos interesses das corporações econômicas e financeiras da América do Norte, identificando, em seu texto, seus interesses hegemônicos.

Bomfim percebia que as sentenças condenatórias produzidas pelos teóricos europeus mergulhados no darwinismo social tinham como função justificar uma possível intervenção direta dos povos europeus sobre as nações da América Latina sob a justificativa de que os povos do novo continente eram incapazes de se autogovernarem, dadas as profundas crises políticas que permeavam as recentes nações dessa parte da América. Segundo Bomfim, quem fosse capaz de ler nas entrelinhas desse discurso, encontraria o sentido geral que orientava, o qual sintetizava o olhar comum dos europeus em relação à América Latina da seguinte forma:

É lastimável, é irritante que enquanto a Europa, sábia, equilibrada, laboriosa e rica, se contorce comprimida nestas terras estreitas, alguns milhões de preguiçosos, mestiços degenerados bulhentos e bárbaros, se digam senhores de imensos territórios, dando-se ao rastaquerismo de considerar-se nações (BOMFIM, 2005, p. 43).

Bomfim entende que a visão geral dos europeus traduz não apenas uma visão profundamente desfavorável em relação aos latino-americanos como demonstra considerável má-vontade, visto que muitos estadistas da Europa consideravam o fortalecimento dessas nações como um entrave para o desenvolvimento do capitalismo europeu. Na perspectiva do intelectual sergipano, esses constantes ataques somente podiam ser compreendidos com base em duas premissas básicas: a primeira era claramente o interesse de dominação presente nesse discurso, sinalizando que pretendiam, em longo prazo, desqualificar para

dominar; já a segunda era de ordem intelectual, ou seja, externava a ignorância em relação ao desenvolvimento histórico e social dessa parte da América.

Posicionando-se como latino-americano, ele professa que, caso se mantenha “este estado de espírito a nosso respeito, cedo ou tarde, seremos atacados, brutalmente ou insidiosamente em nossas soberanias... e num caso ou no outro, o desenvolvimento destas sociedades sul-americanas será profundamente perturbado” (BOMFIM, 2005, p. 48). Bomfim temia a possibilidade de que viesse ocorrer com a América Latina o mesmo que aconteceu à África: o domínio direto por parte das potências europeias. Por isso mesmo, a aproximação benfazeja da grande república americana, o grande irmão do norte, era vista com profundo temor. Em suas palavras:

Mesmo que os Estados Unidos se mostrem dispostos a amparar-nos e proteger-nos *abternun*, inda assim, acabaremos perdendo a nossa soberania e a qualidade de povos livres. A soberania de um povo está anulada no momento em que ele se tem que acolher a proteção de outro. Defendendo-nos, a América do Norte irá fatalmente absorver-nos (BOMFIM, 2005, p. 49).

Seu “diagnóstico” é claro: mesmo que por questões momentâneas a aproximação com os EUA pareça favorável, as consequências em longo prazo seriam a assimilação completa. Assim, o sentido para o fortalecimento das nações sul-americanas deveria ser buscado em outra direção. Elas deveriam olhar para si procurando reconhecer as mazelas inerentes a sua formação histórica e social e buscando acertar as contas com o passado para conseguirem se livrar do peso que a colonização representava.

O ponto alto da argumentação de Bomfim está no fato de ele considerar que as críticas externas em relação a essas nações não são em si equivocadas ou destituídas de verdades históricas; em outros termos, ele pondera que a crítica não deveria ser encarada como um problema, pois, segundo suas palavras, “temos que reconhecer também que a nossa situação social, política e econômica é efetivamente bem triste” (BOMFIM, 2005, p. 53). Nesse sentido, Bomfim reconhecia a correção do diagnóstico dos publicistas europeus em relação ao atraso da América Latina.

Na visão histórica de Bomfim, não era, porém, a afirmação desse atraso que incomodava, mas o que merecia contestação eram a interpretação corrente e,

sobretudo, as conclusões apressadas e incorretas que se seguiam à constatação do atraso do continente:

Sofremos todos os males, desvantagens e ônus fatais às sociedades cultas, sem fluirmos quase nenhum dos benefícios com que o progresso tem suavizado a vida humana. Da civilização, só possuímos os encargos: nem paz, nem ordem, nem garantias políticas; nem justiça, nem ciência, nem conforto, nem higiene, nem cultura, nem instrução, nem gozos estéticos nem riqueza; nem trabalho organizado, nem hábito de trabalho livre, muita vez, nem mesmo possibilidade de trabalhar; nem atividade social, nem instituições de verdadeira solidariedade e cooperação [...]. Exploradas pelo mercantilismo cosmopolita voraz, imoral e dissolvente, retardatário por cálculo, egoísta e inumano por natureza, estas pobres sociedades não sabem e não podem se defender (BOMFIM, 2005, p. 54).

Seguindo sua formação médica, Bomfim aceitava e endossava o diagnóstico, mas rejeitava o tratamento indicado pelas teorias evolucionistas. Sua leitura sobre o processo de formação dessas nacionalidades é profundamente crítica, reconhecendo, de forma bastante enfática, a triste condição em que se encontravam.

Contudo, ao reconhecer essa condição, Bomfim indaga-se sobre o porquê ou os porquês dessa situação alarmante e, nesse ponto, sua análise se distancia das demais: em primeira mão, ele rejeita as explicações dominantes sobre o atraso latino-americano ao demonstrar que a forma como essas questões foram pensadas ao longo da história agravavam ainda mais a situação, uma vez que fortaleciam o caráter desigual e elitista dessas sociedades, condenando uma imensa maioria de pobres e miseráveis, formados, sobretudo, por negros e índios como responsáveis, transformando, em sua perspectiva, as vítimas em algozes. Segundo Bomfim, para se compreender os motivos complexos desses “males” seria necessário transpor o discurso dominante, penetrando no “nevoeiro das aparências” (BOMFIM, 2005, p. 352), o qual era legitimado pelas teses raciais que, para esconder seus interesses ideológicos, eram apresentadas como ciência objetiva.

#### **4.2. Manoel Bomfim: o processo de formação brasileira e das nações latino-americanas**

O processo de formação da nacionalidade brasileira é narrado por Bomfim partindo de um quadro geral, no qual se vislumbram características comuns entre o

Brasil e as demais nações latino-americanas. Ao longo de seu texto, as nações que se formaram nessa parte do globo são apresentadas como personagens que protagonizaram de formas diferentes uma mesma tragédia, que seria a experiência da colonização empreendida pelos países ibéricos.

Bomfim não enxergava heranças positivas nesse processo; pelo contrário, sua narrativa enfatiza a dinâmica violenta, depredadora e espoliativa dessa empresa sob a qual nasceram as nações neoibéricas e em relação à qual elas devem ser pensadas para que se compreendam os verdadeiros males da formação social dessas nacionalidades. Segundo sua interpretação, essas nações apresentaram-se à modernidade desprovidas de condições mínimas para se adequarem às necessidades dos novos tempos; contudo, segundo ele, tal situação não derivava de condições de meio ou raça, mas, sim, de seus antecedentes históricos. Bomfim busca demonstrar que a escolha por implantar e manter as estruturas básicas do colonialismo foi uma opção civilizacional equivocada, que trouxe problemas para o desenvolvimento futuro dessas nações.

Bomfim faz, em seu ensaio histórico, um escrutínio crítico da experiência colonial ibérica. Em seu estudo, ele reconhece as distinções entre a colonização empreendida pelas duas nações peninsulares na América, bem como da colonização ibérica em relação à empreendida pelos ingleses na América do Norte. Contudo, mesmo reconhecendo certas distinções entre o modelo espanhol e português de colonização, seu intuito é demonstrar que existe um complexo de características gerais que são norteadoras da empresa colonial ibérica e que estão presente em toda a América do Sul.

Essas características gerais da colonização ibérica estavam ajustadas às práticas culturais empreendidas secularmente pelas nações colonizadoras e que foram transplantadas para a América por meio de um processo histórico que Bomfim narra como uma evolução do “parasitismo heroico”. Bomfim usa essa expressão para narrar a formação cultural do pensamento ibérico, que, unindo necessidades de expansão da fé cristã com as necessidades de ampliação de riquezas econômicas, por meio da expansão mercantilista depois da expulsão dos árabes da península, gerou entre os ibéricos um sentimento e a necessidade de “conquistar o mundo”.

Esse complexo cultural marcado pelo espírito aventureiro levou espanhóis e portugueses à descoberta e conquista da América. Bomfim narra esse processo



como eminentemente trágico e orientado primordialmente pela cobiça e pela violência:

Os portugueses cortavam os pés e as mãos das mulheres para arrancar-lhes os brincos e braceletes – os espanhóis arrasaram um mundo para colher alguns sacos de ouro. Trinta anos depois de pisarem os espanhóis no continente americano, ninguém que visitasse as paragens do México ou do Peru seria capaz de desconfiar, sequer, que ali existiram dois impérios adiantados, fortes, populosos, encerrando um mundo de tradições. Tudo desaparecera (BOMFIM, 2005, p. 107).

Como seu objetivo inicial é descaracterizar estruturalmente a experiência colonial, seu texto não contém elogios para os colonizadores brancos, nem para o ideal de civilização que eles supostamente defendiam; seu olhar busca a alteridade, não apenas para reconhecer-lhe a diferença e o direito de existir no mundo, mas, sobretudo, para denunciar seu processo de vitimização. Seu esforço discursivo é o de tentar dar voz e visibilidade aos excluídos da história da colonização, realçando o que ele entendia como as crueldades desse processo.

Em *América Latina*, Bomfim não seleciona adjetivos suaves para descrever esse processo; pelo contrário, seu estilo textual busca chocar, causar impacto pelo realce da violência empreendida no processo de formação histórica dessas nações. Segundo suas palavras, os colonizadores:

[m]ataram, trucidaram, exterminaram, destruíram, incendiaram, arrasaram tudo o que havia. Aquele mundo, onde vinte anos atrás existiam duas civilizações originais, exuberantes, ricas de povos, tradições e monumentos – aquele mundo era agora um acampamento desordenado, restos de ruínas, cinzas e cadáveres (BOMFIM, 2005, p. 111).

Como podemos observar nessa passagem, o processo de conquista da América para o intelectual sergipano nada teve de paradisíaco; pelo contrário, foi um processo extremamente traumático que geraria profundas sequelas nas sociedades herdeiras dessa história. De forma bastante sintética, podemos dizer que a intenção de Bomfim é caracterizar o processo de formação dessas novas nacionalidades como seriamente marcadas pela violência e pelo horror<sup>90</sup>, daí a necessidade de rompimento em relação a esse passado que, ao longo de seu ensaio, Bomfim

---

<sup>90</sup>Guardadas as devidas proporções que toda comparação sugere, existe certa proximidade nas descrições das violências do colonialismo feitas por Bomfim, em algumas passagens de *América Latina*, com a narrativa de Joseph Conrad em *O coração das trevas* (1902); embora as obras abordem cenários diferentes e sob pontos de vistas teóricos distintos, o pano de fundo das duas narrativas apresenta o fracasso do colonialismo e as atrocidades praticadas em nome de um projeto de civilização e de progresso.

demonstra como o caminho sempre sonhado, mas nunca alcançado pela tradição brasileira.

Segundo Bomfim, os primeiros anos da colonização foram marcados pela conquista e depredação violenta das riquezas naturais do novo mundo. Com a diminuição dessas riquezas, houve um processo de adaptação dos colonizadores, dando início à sedentarização por meio da implantação de uma economia baseada no latifúndio agroexportador movido pela escravidão do índio e, posteriormente, do negro, fatores que manchariam o desenvolvimento das novas nacionalidades na América Latina, visto que essas práticas deixariam marcas profundas e indelévels na cultura dessas sociedades. Nas palavras de Bomfim, no desenvolvimento histórico das nações ibéricas na América:

Elas viveram sempre, desde o primeiro momento, de uma vida parasitária; como se educaram nessas depredações; como se viciaram e se perverteram; como de guerreiras por necessidade, passaram a aventureiras por educação, e como de aventureiras e depredadoras se fizeram parasitas sedentárias(BOMFIM, 2005, p. 116-117).

Como podemos perceber nessa citação, Bomfim estabelece um padrão evolutivo para o desenvolvimento do “parasitismo colonial”. Por meio dessa metáfora, ele apresenta uma leitura histórica da formação da sociedade colonial, cuja lógica que se impôs como modelo para a estruturação dessa sociedade era a exploração do trabalho do escravo, situado na hierarquia dessa sociedade como um pária, mas que sustentava todo o regime, pois era o único que produzia, garantindo a manutenção de todo o sistema. Bomfim conceitua, assim, a colonização ibérica como um regime de parasitismo total, em que todas as instituições na estrutura do sistema alimentavam-se das riquezas extraídas da colônia. Segundo ele, todas as classes encontravam-se incorporadas na prática do parasitismo:

O Estado era parasita das colônias; a Igreja parasita direta das colônias, e parasita do Estado. Com a nobreza sucedia a mesma coisa: ou parasitava sobre o trabalho do escravo, nas colônias, ou parasitava nas sinecuras e pensões. A burguesia parasitava os monopólios, no tráfico do negro, no comércio privilegiado. A plebe parasitava nos adros das igrejas ou nos pátios dos fidalgos(BOMFIM, 2005, p. 116-117).

Olhando para o passado brasileiro e latino-americano de uma forma geral, Bomfim narra uma história que se inicia com a educação agressiva dos povos ibéricos e que irá se converter num processo de expansão depredadora no período

mercantilista, culminando na constituição de uma sociedade estagnada por um processo de fixação sedentária. Essa seria, para Bomfim, a essência da sociedade colonial: uma formação social profundamente antagônica na qual predominavam duas classes muito distintas “os escravos índios e pretos, e as várias sortes de instrumentos que a metrópole atirava para lá, a fim de apropriar-se do trabalho desses escravos” (BOMFIM, 2005, p. 131). Seria da oposição dessas duas classes que emergiria, no processo de luta dos colonos contra a dominação metropolitana, uma terceira, que Bomfim irá identificar como constituidora de uma legítima tradição nacional, formada por “negros e índios tapuios principalmente – que defenderam Pernambuco, e o reconquistaram para Portugal” (BOMFIM, 2005, p. 139).

Bomfim trava, em seu ensaio, uma verdadeira cruzada para demonstrar o teor negativo e moralmente indesejável das práticas sociais na vida colonial. Seu objetivo é expor o peso histórico do colonialismo na formação da América Latina, demonstrando que o processo de coisificação do negro e do índio trouxe prejuízos morais inegáveis para as sociedades futuras, visto que suas tradições nacionais irão se formar numa relação direta de afirmação e negação em relação às práticas do colonialismo. Segundo Bomfim, os colonos impunham aos índios e negros situações que não seria lícito impor a nenhuma espécie de gado. Seu objetivo era demonstrar o caráter moralmente pernicioso da escravidão, vista por ele como:

[a]bjeção moral definitiva, a perversidade e a desumanidade permanentes: gerações e gerações de homens que viveram a martirizar, a devorar gerações de índios e de negros escravos – pela fome, açoite, a fadiga... Não havia nada de humano nas relações de senhor e escravo. Arrancado à selva nativa, abandonado aqui à ganância implacável do colono, o pobre africano só tinha um meio de libertar-se: a morte(BOMFIM, 2005, p. 149).

Como podemos perceber nesse trecho, Bomfim atribui ao sistema colonial e ao escravismo a responsabilidade pelo atraso geral das sociedades latino-americanas. Segundo suas próprias palavras, essas sociedades “são em geral arquivos de instituições e costumes arcaicos com etiquetas modernas; um glossário moderno designando um mundo obsoleto” (BOMFIM, 2005, p. 185). Sua intenção é colocar em xeque as teorias deterministas, apontando para o sentido histórico desses problemas, e, portanto, passíveis de serem corrigidos. Sua leitura da escravidão é crítica e taxativa; para ele, tal prática foi responsável pela “abjeção moral, a degradação do trabalho, o embrutecimento e o aniquilamento do

trabalhador”(BOMFIM, 2005, p. 150), gerando males duradouros e extensos na formação cultural dessas novas nacionalidades.

Além de contribuir negativamente para a psicologia social dessas novas sociedades, o sistema colonial ibérico também trouxe prejuízos econômicos sensíveis. Isso porque, se somando os maus efeitos da escravidão com as consequências negativas dos monopólios comerciais instituídos sobre o comércio entre metrópole e colônia – que levaram as proibições formais ao desenvolvimento de indústrias manufatureiras, restringindo a atividade econômica a *plantation* e a mineração –, constitui-se um modelo de exploração econômica profundamente extrativista, responsável pela retirada ostensiva da riqueza da região, deixando essas nações profundamente pobres no momento de sua ruptura com a lógica colonial. No pensamento de Bomfim, a riqueza da América Latina fomentou o desenvolvimento europeu à custa do seu empobrecimento e amesquinamento econômico e cultural.

Partindo desse pressuposto, Bomfim entende que a contribuição econômica e cultural do sistema colonial para as novas nacionalidades foi negativa. Seria como se “dezenas de gerações de milhões de índios e negros não houvessem morrido a trabalhar, sobre um solo fertilíssimo, semeado de minas preciosíssimas”(BOMFIM, 2005, p.156), pois para o intelectual sergipano, desse processo que durou mais de trezentos anos só restaram, além das heranças negativas, sobras envelhecidas de “engenhocas, casebres, igrejas, santos, monjolos, e almanjarras, bois minúsculos, de mais chifres do que carnes, e cavalos anões e ossudos”(BOMFIM, 2005, p. 156), em razão de as riquezas extraídas do continente durante todo esse período não terem se fixado na América, sendo trasladada para o Velho Mundo. Bastaria que uma ínfima parte das riquezas exploradas ao índio e aos escravos tivesse sido investida na melhoria das condições da região para que o presente e o futuro dessas nações fossem outro.

Ao longo de seu ensaio, Bomfim objetiva demonstrar que o futuro dessas novas nacionalidades passaria necessariamente por um rompimento radical com as heranças desse passado. As únicas coisas que ele entendia que deveriam ser resguardadas desse período eram “a sociabilidade afetiva, natural entre as populações, e os sentimentos de hombridade e independência nacional característicos destes povos”(BOMFIM, 2005, p. 179).

Com isso, seu texto apresenta uma perspectiva de interpretação histórica que é inovadora e singular, visto que rompe com a lógica da historiografia do período, a qual estava preocupada em pensar o nacional com base em uma relação de continuidade com a herança colonial.

Bomfim entende que, desse passado colonial, o único aspecto a ser valorizado era o esforço de alguns colonos em alguns momentos da vida colonial (revoltas nativistas) em se rebelarem contra a dominação metropolitana, buscando afirmar seus interesses em oposição à lógica do sistema. Ou seja, em *América Latina*, o intelectual sergipano pondera que a única experiência histórica do passado colonial que serviria para as nacionalidades latino-americanas seriam alguns esforços duramente sufocados de negação do colonialismo ibérico. Para ele, tais esforços eram representativos dessas novas tradições que se formaram em meio a movimentos de reação e conservação do colonialismo.

Bomfim identifica, assim, em seu texto, duas tradições: uma dominante, que visava à conservação da lógica colonial; e outra marginal, que era reativa em relação ao colonialismo. Para ele, a história desses povos deve ser narrada com basennessas duas tendências, compondo um movimento dialético entre conservação e mudança que permeia sua formação.

O espírito conservador, que ele identifica como uma tendência da elite, justifica-se pelo desejo de manutenção dos privilégios classistas constituídos ao longo do colonialismo, que mantém uma relação com o passado a fim de legitimar o *status quo* adquirido. Bomfim esforça-se para demonstrar a irracionalidade desse pensamento, uma vez que, para ele, não havia nada de positivo a se conservar desse passado, a não ser a manutenção de privilégios e egoísmos individuais. Para Bomfim, o conservadorismo era nada mais que o colonizado pensando pela lógica do colonizador; era a assimilação de um padrão dominante de cultura justificada por interesses individuais, classistas e nada patrióticos.

Em seu discurso, Bomfim tem o intuito de dar visibilidade à outra tradição, a marginalizada na lógica do sistema, e que, segundo ele, atendia às necessidades reais desses povos que se formaram pela experiência colonial na América, que desenvolveram um modo de vida próprio e gradativamente foram se opondo à lógica colonial. Para Bomfim, essa tradição nacional associada às necessidades da terra e às condições de vida das populações sertanejas representavam a essência das nações latino-americanas.

### **4.3. *Através do Brasil*: uma viagem pela formação brasileira**

No ano de 1910, Bomfim publica em parceria com Olavo Bilac<sup>91</sup> o livro *Através do Brasil*, uma obra produzida para o curso médio das escolas primárias<sup>92</sup>, que corresponde, nos termos da educação da época, às classes para alunos de 9 a 11anos. A obra foi aprovada e adotada pelo Conselho Superior de Educação Pública da capital federal, do qual ambos eram membros regulares, e pelos governos dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Sergipe, Amazonas, Ceará e Rio de Janeiro. A grande aceitação do livro corrobora a percepção de que os autores foram consagrados no meio político e intelectual como produtores de livros de leitura (didáticos) e de manuais relacionados à educação.

Diferentemente de outras obras de Bomfim, *Através do Brasil* foi um grande sucesso editorial, atingindo, segundo Mariza Lajolo (2000), a marca significativa de 43 edições em menos de quatro décadas. Esse sucesso – até certo ponto incomum para uma obra didática e especialmente para um autor que, por mais de 50 anos, não teve suas obras principais reeditadas – é difícil de ser explicado, mas os objetivos gerais e o tipo de empreendimento que caracteriza sua publicação podem nos fornecer pistas importantes para a sua compreensão.

*Através do Brasil* insere-se no contexto da nacionalização das práticas educacionais e no processo de construção e consolidação de uma literatura escolar no Brasil em finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. Tal processo foi um polo catalisador que reuniu grande número de intelectuais preocupados com a identidade nacional e com a consolidação do Estado brasileiro. Segundo Santos (2010), além da afirmação intelectual de Bilac e Bomfim como produtores de livros didáticos, no período que se estende de 1894 a 1910, os autores também ocuparam

---

<sup>91</sup> A parceria entre os dois intelectuais evidenciava, além da sólida e duradoura amizade que havia se iniciado no primeiro momento da chegada de Bomfim ao Rio de Janeiro, uma afinidade temática em relação aos problemas da República e das discussões do campo intelectual brasileiro em torno da importância da educação como elemento capaz de promover as mudanças sociais necessárias para o Brasil modernizar-se. Além de *Através do Brasil*, a parceria rendeu os livros *Composição e Leitura* (1899) para o curso complementar das escolas primárias, ambos publicados pela livraria Francisco Alves.

<sup>92</sup> A forma de organização da educação elementar durante o período era ordenado segundo o decreto n. 981 de 1890, que dividia as séries iniciais em Básico, Complementar e Médio.

cargos públicos diretamente ligados à reforma do ensino primário e secundário, conhecida na historiografia educacional como Reforma Benjamin Constant<sup>93</sup>.

André Botelho (2002) e Mariza Lajolo (2000), ao analisarem *Através do Brasil*, consideram a obra como um texto ficcional, classificando-o como um romance de formação(LAJOLO, 2000, p. 25)<sup>94</sup>tipicamente brasileiro. Lajolo (2000) insere a obra no interior de uma vasta tradição que remonta à literatura de viagens e sua grande popularidade e circulação na história do ocidente:

Em tempos mais antigos, enquanto Ulisses, na *Odisseia*; Aquiles, na *Ilíada*; Enéias, na *Eneida*, e Vasco da Gama, em *Os Lusíadas*[...] o gênero, depois, ingressa no mundo moderno: no roteiro de Daniel Defoe (Robinson Crusoe, 1719) e de Jonathan Swift (Gulliver's travel, 1726) viaja pela expansão inglesa em alguns de seus movimentos em *Heart of darkness* (Joseph Conrad, 1902) e articula-se a uma modalidade mais avançada do colonialismo europeu e à sua crítica. A versão infantil do período pode ser representada, por exemplo, pela história de Kim (1901), de Rudyard Kipling(LAJOLO, 2000, p. 26).

Como podemos perceber no trecho supracitado, Lajolo (2000) defende a vinculação da obra a uma fecunda tradição literária que estabelece entre a narrativa e a viagem uma de suas manifestações mais harmoniosas e constantemente presente na história literária do ocidente, levando, segundo sua interpretação, um estudioso da questão, Walter Benjamin, a transformar o viajante numa metáfora do narrador. A intenção manifesta do texto é demonstrar que existe uma vinculação direta entre o texto bomfiniano e a literatura de viagem, que seria uma temática predominante na tradição literária brasileira no mais tardar desde o século XVI, visto que o texto fundador de nossa descoberta como região pertencente ao mundo ocidental se insere no interior dessa tradição.

De acordo com a interpretação de Lajolo (2000), a vastidão do território e as múltiplas diferenças regionais seriam responsáveis por essa tendência que marcaria diversas correntes literárias no Brasil. Nesse sentido, a viagem, real ou imaginária, seria a forma mais adequada de apresentar o Brasil a si mesmo, descobrindo, nas múltiplas paisagens regionais, sua propensão nacional. Segundo Lajolo (2000), essa seria a grande pretensão dos autores ao escolherem o tema: uma forma privilegiada de fomentar o ensino e apresentar o Brasil aos brasileiros. Todavia, nesse ponto,

<sup>93</sup> Foi por meio dessa reforma que Bilac e Bomfim tornaram-se, por indicação pessoal, gestores educacionais, respectivamente, como diretor e subdiretor do *Pedagogium*.

<sup>94</sup> Nesse tipo de literatura, o modelo de formação ressaltado é caracterizado como um processo coletivo de formação social e reflete a conquista da nação e do território realçando a conquista da identidade nacional.

Lajolo, assim como outros intérpretes da obra, caracteriza a narrativa como conservadora, uma vez que não é capaz de superar a perspectiva dualista que se apresenta nos pares antinômicos: litoral e sertão, rural e urbano, moderno e atrasado. Assim, há o reforço da tese dos dois *brasis*: o moderno e o arcaico, sendo o Brasil moderno convocado à missão de civilizar o Brasil arcaico.

Nesse aspecto, a perspectiva interpretativa desta tese irá destoar em relação a Lajolo (2000) e Botelho (2002), pois entendemos que a interpretação que produzem de *Através do Brasil* deixa escapar seu estilo singular, bem como o sentido formador atribuído à conquista do território, que mantém relação direta com a função da educação no pensamento histórico de Bomfim. No que diz respeito ao estilo, os autores conseguem mapear com clareza as influências recebidas por Bilac e Bomfim na composição da obra; para tanto fazem uma vasta comparação com obras consagradas internacionalmente<sup>95</sup> que teriam exercido influência direta no estilo dos autores brasileiros, embora reconheçam que “a obra brasileira não pode ser reduzida a mais um capítulo de importação de modelos culturais, já que correspondia também a uma demanda específica” (LAJOLO, 2000, p. 25). Ao fazer a comparação entre essas obras e *Através do Brasil* (1910), Lajolo (2000) e Botelho (2002) procuram fazer uma reflexão para demonstrar a intertextualidade entre elas.

A perspectiva dos autores é aproximar a temática da viagem, a caracterização dos personagens e o enredo como muito semelhante, o que caracterizaria a influência direta dos autores estrangeiros no pensamento de Bilac e Bomfim; no que se refere à compreensão de questões singulares empregadas em seu texto, porém, eles reproduzem uma interpretação que pretendemos relativizar, pois, não consegue perceber na exposição dos itinerários, na caracterização das personagens e na

---

<sup>95</sup> Lajolo (2000) e Botelho (2002) vinculam a obra dos intelectuais brasileiros no conjunto maior dos romances de formação, que teriam sua primeira e grande influência em *Os anos de aprendizagem*, de Wilhelm Meister (1795), cujo enredo tem como desdobramento o amadurecimento individual da personagem por meio da vivência de situações que agregam valor ao amadurecimento do protagonista. Tendo como referência o caminho sinalizado por Goethe, as obras *Le tour de la France par deux enfants* (1877), de Augustine Tuillerie, publicada sob o pseudônimo de Giordano Bruno, e *Cuore* (1886), de Edmondo de Amicis, se tornariam as maiores referências de romances de formação nacional voltados para o público infantil, tendo como referência não mais o amadurecimento de um único indivíduo, mas a formação da identidade nacional e a criação da nação como meta coletiva. Sobre essa temática, são importantes os estudos de:

BOTELHO, André. *Aprendizado no Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura nas escolas. Bilac e a literatura escolar na Primeira República*. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



importância atribuída a cada uma delas no enredo da obra uma visão inovadora cujo objetivo era apresentar as diferenças sem legitimar os papéis sociais; ou seja, em *Através do Brasil*, a intenção dos autores era caracterizar, de uma forma simples, a historicidade das diferenças regionais<sup>96</sup>.

A caracterização do Brasil na obra tem por finalidade difundir a imagem de um Brasil que possa ser reconhecido pelos alunos com base em noções elementares presentes na formação cultural dessas crianças. Para tanto, sua narrativa é organizada e pensada intencionalmente pelos autores para ser atrativa aos jovens leitores, apresentando-lhes o que, em suas palavras, seriam “os cenários e os costumes mais distintivos da vida brasileira”(BOMFIM, 2000, p. 43).

Para Lucia Lippi Oliveira (1990), *Através do Brasil* apresenta uma aproximação temática com o ufanismo, visto que retrata, de forma ficcional e narrativa, temas muitos parecidos aos sistematizados por Affonso Celso em *Porque me ufano de meu país*. Segundo Lippi Oliveira (1990), na narrativa de Bilac e Bomfim, “o país tem uma natureza maravilhosa e diversificada, e o homem igualmente maravilhoso e diversificado (o sertanejo, o negro, o caboclo, o gaúcho) não enfrenta graves problemas” (OLIVEIRA, 1990, p. 132). Por ser apresentada num estilo ficcional diferente daquele dos livros de leitura da época, é considerada pela autora “mais discreta e menos piegas”, tornando-se um dos canais mais eficazes para se difundir uma representação ufanista por meio da cultura escolar em formação, no início da República. Lippi Oliveira (1990) conclui que, de certa forma, essa aproximação atendia às necessidades impostas pela concepção de patriotismo corrente na época, de que um livro de leitura não poderia escapar, caso quisesse atingir o seu público. O que em nosso entendimento não significa dizer que houve uma aceitação das teses ufanistas por parte de Bomfim.

Na introdução, os autores advertem que a obra havia sido pensada para ser o único livro destinado ao curso médio das escolas primárias. Reconhecem, porém, que a escola, como instituição, deveria se preocupar em ensinar, ao longo do curso médio, muito mais conteúdo do que o que estava contido no livro. A justificativa

---

<sup>96</sup> O livro, como um produto de seu tempo, é marcado por uma série de valores característicos das elites urbanas, o que é perfeitamente compreensivo, pois esperar que os autores não expressem em sua obra valores e características inerentes a seu lugar social é pretender que eles saiam de si mesmos para pensar a realidade histórica, o que seria humanamente impossível. Nenhuma obra é plenamente extemporânea, ainda mais quando se volta para a formação da consciência histórica de crianças.

desse comentário é feita em função de uma defesa do formato da obra, apresentado pelos autores em seu texto de advertência como inovador, visto que fugia dos modelos tradicionais que organizavam os conteúdos que deveriam ser trabalhados seguindo o formato das enciclopédias, o que, segundo os autores, constituía um grande erro:

É um erro compor o livro de leitura – o livro único – segundo os moldes das enciclopédias. Infelizmente, esse erro se tem cometido em diversas produções destinadas ao ensino e constituídas de verdadeiros amontoados didáticos, sem unidade e sem nexos, através de cujas páginas insípidas se desorienta e perde a inteligência da criança (BOMFIM, 2000, p. 44).

Essa crítica se fundamenta na crença compartilhada pelos autores de que o programa didático previsto pela pedagogia para os cursos médios não poderia ser organizado em uma única obra em que constassem as noções de gramática, botânica, zoologia, noções de bem viver, regras de aritmética, noções de geografia e de história. Segundo eles, esse conjunto de noções formaria um todo destituído de sentido unificador e confundiria, assim, a cabeça das crianças. Na perspectiva nacionalista dos autores, o sentido geral deveria ser a compreensão do próprio Brasil como culminância última de todos os saberes. Bomfim e Bilac também consideravam que o professor, em razão de seu papel e importância, seria “a verdadeira enciclopédia do aluno nas classes elementares” (BOMFIM, 2000, p. 45).

Na perspectiva do intelectual sergipano, defendida nesse e em outros textos que versam sobre questões relativas à educação de seu tempo, é o professor a figura central do processo de ensino-aprendizagem e caberia a ele levar as crianças a aprenderem por elas mesmas. Para Bomfim, o professor representava a figura mediadora por excelência nesse processo, devendo utilizar-se de sua maior desenvoltura intelectual para direcionar as energias individuais e as propensões e habilidades naturais de cada criança a fim de que fossem canalizadas para servir diretamente à aquisição de conhecimentos de acordo com seus esforços individuais. Partindo dessas duas premissas, os autores consideram que seu livro oferece, no desenvolvimento de sua narrativa, uma série de oportunidades ao professor para que possa dar todas as lições previstas de acordo com os programas pedagógicos de seu tempo.

Ainda no texto de introdução, os autores esclarecem que, além de atenderem a todos os pré-requisitos, a obra tinha mais um atrativo que a distinguia de todas as

demais: o próprio enredo da narrativa, que em si já era uma lição que atenderia aos mais altos objetivos da educação humana: “suscitar a coragem, harmonizar os esforços, e cultivar a bondade” (BOMFIM, 2000, p. 46). Para cumprir esse objetivo geral, a obra fora dividida em 82 capítulos: os primeiros, destinados à construção narrativa do drama que orienta o texto, e os demais, preenchidos por descrições que visavam à exposição dos conteúdos previstos.

Uma advertência prevista no texto de introdução chama a atenção: “se há nestas páginas alguma fantasia, ela serve unicamente para harmonizar numa visão geral os aspectos gerais da vida brasileira” (BOMFIM, 2000, p. 47). Com isso, os autores indicam a preocupação com a verossimilhança da narrativa, mas não descartam o ficcional. Ao contrário, fazem uso da ficção para pensar a compreensão histórica das séries iniciais com base no suporte oferecido por um romance de formação produzido com base nas especificidades nacionais que eram valorizadas pelos autores. Assim, eles apresentam aos jovens leitores situações e personagens que, embora fictícios, representavam situações e sujeitos que compunham a sociedade brasileira com ênfase em seu aspecto múltiplo e variado, mas portador de características gerais que distinguem um modo de ser nacional.

A ideia de nação desenvolvida no texto contém elementos do ideário romântico da literatura brasileira, mas é profundamente marcada pela perspectiva do realismo moderno que atingira a sua forma mais desenvolvida no Brasil doze anos após a publicação de *Através do Brasil*, no Manifesto Modernista de 1922.

O enredo da narrativa é protagonizado por dois personagens centrais que, a exemplo dos romances de formação europeus, também são crianças em idade escolar, o que, na perspectiva dos autores, facilitaria a identificação dos jovens leitores com as situações descritas na trama. Os irmãos Menezes – Carlos, com 15 anos, e Alfredo, com 10 – são apresentados como órfãos de mãe; ao receberem um telegrama do pai, distante há dois anos, informando que fora acometido por uma leve enfermidade, resolvem empreender uma viagem a seu encontro, situando-se aí o eixo condutor da trama. Os irmãos partem de Recife e, no trajeto até o encontro com o pai, a narrativa apresenta as aventuras vividas pelos protagonistas. Nessa jornada, os meninos entrarão em contato com uma grande diversidade de territórios e de gentes do Brasil. O livro deixa clara a sua preocupação em apresentar, como pano de fundo da narrativa, as múltiplas realidades físicas e humanas do Brasil.

Além de servir de oportunidade para que o professor possa realizar as suas lições, o livro de leitura deve conter em si mesmo uma grande lição. E acreditamos que isso se dá com o nosso trabalho. Estamos certos de que a criança, com a sua simples leitura, já lucrará alguma coisa: aprenderá a conhecer um pouco o Brasil; terá uma visão, a um tempo geral e concreta, da vida brasileira – as suas gentes, os seus costumes, as suas paisagens, aos seus aspectos distintivos. E por isso, escolhemos como cenário principal as terras do São Francisco – o grande rio essencialmente, unicamente brasileiro(BOMFIM, 2000, p. 46).

Ronaldo Conde Aguiar (1999) expõe em sua biografia sociológica sobre Manoel Bomfim que *Através do Brasil* é o mais biográfico de todos os seus livros, pois nele há claras influências da experiência vivida em sua infância no engenho da família Bomfim. A composição de alguns dos principais personagens da obra, como a Velha Africana, Benvindo, as lavadeiras e Juvêncio, ainda segundo Aguiar (1999), recebeu influência dos tipos sociais que fizeram parte da infância de Bomfim e que ele os recriou nessa obra como expressões verossímeis da condição do negro e do sertanejo na sociedade brasileira.

Nessa mesma trilha de identificação das fontes de inspiração dos personagens de *Através do Brasil*, Lajolo (2000) e Botelho (2002) irão ressaltar que os personagens centrais Carlos e Alfredo, caracterizados como membros de uma elite branca e burguesa com vínculos familiares no Rio Grande do Sul e negócios no Nordeste do Brasil, são representantes de um Brasil moderno e civilizado em oposição ao Brasil de outras personagens, como Benvindo e Juvêncio, representados genericamente como atrasados. Na descrição do sertão, faltavam indústrias, cidades e outros ícones da modernidade e do progresso.

Outra caracterização da hierarquia entre os personagens que, na perspectiva dos autores supracitados, indicaria a aceitação de uma hierarquia entre os *brasís* representados em cada personagem é o dualismo presente na forma de tratamento: no diálogo com Carlos e Alfredo, a Velha Africana, Benvindo e Juvêncio referiam-se a eles quase sempre como “senhor”, “yoyô” ou “senhorzinho”, o que poderia sugerir o reconhecimento de uma hierarquia social que justificava a condição das elites na história do Brasil, sinalizando a manutenção de uma lógica de pensamento profundamente patriarcalista.

Segundo Santos (2010), em *Através do Brasil* não há “nenhum tipo de menção a uma característica biológica, especialmente associada aos mestiços, que pudesse caracterizá-los como inferiores” (SANTOS, 2010, p. 109). Certamente, a

influência da biologia está presente no pensamento e na linguagem corrente da época, mas se observa a permanência de uma visão crítica dos autores em relação ao racismo<sup>97</sup>.

A crítica de Bomfim restringe-se, pois, à escravidão e não ao negro. A caracterização de alguns personagens negros na obra faz lembrar suas críticas ao pensamento racial; é o caso de Juvêncio, apresentado como um representante da condição histórica do negro, que, explorado e perseguido no passado, permanece explorado e excluído no presente. Apesar das adversidades, Juvêncio é representado como um homem confiável, digno, nobre, cuidadoso, hábil, prático, honrado e humano. Bomfim e Bilac fazem desse personagem (negro sertanejo) um perfil típico que descreveria, na perspectiva apresentada por Bomfim em *América Latina*, as populações excluídas do Brasil, pois ele é apresentado como explorado pelo individualismo e pela ganância de seu tutor<sup>98</sup>. Diante da situação que lhe foi imposta legalmente – a de ter de subjugar-se à vontade do esposo de sua madrinha que entrou na justiça para requerer a sua guarda legal movido por cobiça e desejo de vingança em relação a Juvêncio – o jovem não admitiu outro caminho que não fosse sair pelo mundo, vagando livremente pelos sertões em busca de melhores condições para salvar-se a si mesmo e, posteriormente, ter as condições necessárias para livrar a sua bondosa madrinha das velhacarias de seu mal-intencionado marido.

Por meio da caracterização de Juvêncio, os autores personificam um tipo físico e social comum ao caboclo sertanejo “simpático, moreno, entre caboclo e mulato – de rosto largo, boca rasgada, olhos vivos e inteligentes” (BOMFIM, 2000, p. 113), do ponto de vista social, o sertanejo é genericamente representado como uma gente feliz, apesar das misérias sociais e das dificuldades naturais encontradas

---

<sup>97</sup>Como em sua obra de 1905, *Através do Brasil* faz uma opção clara pela importância da compreensão histórica da sociedade brasileira, pensada com base em outros valores e nutrida por outras preocupações que, em muito, eram divergentes da visão das classes médias urbanas em relação à qual muitos de seus intérpretes buscam vinculá-lo. O livro faz a defesa da necessidade de integrar as populações excluídas como meio de fortalecer a identidade nacional, corrigindo os erros históricos da formação brasileira, que teria na escravidão o seu maior descaminho.

<sup>98</sup> Juvêncio é apresentado como órfão de pai e mãe e que, ainda criança, foi morar com os seus padrinhos, que o trataram como um verdadeiro filho, dando-lhe as primeiras lições e muito carinho. Todavia, com a morte do padrinho, sua madrinha casa-se novamente com um sujeito que estava mais interessado em suas posses e que, além disso, era mau e batia na esposa. Um dia Juvêncio já rapaz revida à agressão fugindo com a madrinha; entretanto, para garantir o seu direito e poder legal sobre a esposa, o agressor busca na justiça a guarda do garoto, passando a ter direito legal de “educá-lo”, ou seja, puni-lo pelo seu gesto. A perseguição de seu tutor é o fato propulsor de sua fuga pelos sertões, que o levará a ter contato com os irmãos Menezes.

pelo sertão. Assim, os autores qualificam o sertanejo como gente muito boa e honrada “[...] sempre sério e fiel. Pode ser desconfiado, mas gosta de praticar o bem. Toda gente do sertão é hospitaleira e caridosa” (BOMFIM, 2000, p. 124-125). Por fim, ressaltam a boa vontade e o acolhimento como marcas distintivas do sertanejo, pois são pessoas sempre dispostas a ajudar e a compartilhar quando necessário o pouco que possuem, dando provas de um profundo altruísmo.

Em diversas passagens da obra, os autores fazem a descrição das paisagens sociais do sertão brasileiro, deixando claro um esforço em caracterizar o cuidado e o esmero com o qual os sertanejos organizam o seu espaço, fato que pode ser percebido logo no início da trama quando, no capítulo quatro, “Garanhuns”, descreve-se a casa da Velha Africana, que oferece a sua hospitalidade, dando pouso e alimentação aos pequenos viajantes:

A boa velha levou-os para o interior do casebre. Era uma choupana rústica, mas asseada, com paredes de barro preto, e chão duro, batido de torrões. A um canto o fogão, no centro uma mesa de madeira tosca; alguns bancos de pau, e o catre, em que dormia a dona da casa, completavam a mobília [...] Tudo aquilo revelava um cuidado constante; tudo estava limpo e varrido(BOMFIM, 2000, p. 70).

Essa e outras passagens ao longo da obra deixam transparecer o esforço dos autores em caracterizar os sertanejos quase como subempreendedores, pessoas que, adaptadas a uma situação de carência, deveriam fazer muito com o pouco que possuíssem. Essa caracterização reflete o sentido positivo que Bomfim atribui aos negros, índios e mestiços em seus textos anteriores, negando o pensamento determinista que condenava essas populações pelo atraso social das sociedades latino-americanas.

Em outro momento do enredo, os irmãos enfrentam situações representativas do mundo sertanejo, como a pobreza e a hospitalidade. No capítulo nove, “Piranhas”, os transeuntes chegam ao entardecer no rancho de um simples vaqueiro, que irá receber-lhes como podia:

O seu casebre era tão pequeno que os dois irmãos dormiram fora, sob o alpendre, metidos ambos numa só rede. Carlos lembrou-se da casinha da preta velha, em Garanhus: era mesma, a pobreza, e era mesma, a boa vontade; e, abençoando a hospitalidade e a bondade da rude gente do norte, o menino adormeceu serenamente, ao lado de Alfredo, que, de cansado, dormia tão bem como se estivesse deitado numa cama de penas(BOMFIM, 2000, p. 94).

Juvêncio é o terceiro protagonista da narrativa e ocupa papel fundamental no enredo. Ele surge na trama em um momento de grandes dificuldades e profundas incertezas dos irmãos Menezes, que, após a notícia da suposta morte do pai, em Juazeiro, decidem ir até a Bahia, onde negociantes conhecidos de seu pai poderiam lhes indicar a forma de encontrar seus únicos parentes no Rio Grande do Sul. Essa epopeia, porém, exigia o sacrifício de atravessar um sertão bravio e desconhecido a pé, sem pouso certo, com recursos escassos e sem auxílio de qualquer natureza. É nessa situação de desamparados, inexperientes e perdidos que os irmãos Menezes se encontram com o feliz sertanejo<sup>99</sup>.

A partir desse momento da trama, o conhecimento do jovem Juvêncio sobre o sertão será preponderante para a sobrevivência dos garotos. Ele arranjará abrigo, comida, água, transporte e, com sua experiência como trabalhador em algumas funções (tropeiro, ferreiro, apanhador de algodão, carteiro), Juvêncio consegue também o dinheiro necessário para custear as pequenas despesas da viagem.

Os três personagens constituem, assim, uma aliança pela sobrevivência, que resultará em uma profunda amizade entre os protagonistas, balizada pela admiração e pelo respeito mútuo. Essa aliança é anunciada no capítulo quarenta e oito, intitulado “O juramento”, em que Juvêncio é apresentado como uma verdadeira fonte de inspiração moral e de ânimo para os irmãos Menezes: “a gente, nesta vida, deve ter confiança em si mesmo. É preciso não desanimar nunca! O dia da desgraça é a véspera da felicidade” (BOMFIM, 2000, p. 254). Além da força e da inteligência, os irmãos reconhecem no jovem sertanejo uma coragem extraordinária, pois enfrentava os problemas sem perder o entusiasmo e a alegria, encarando sempre as demandas da existência de forma afirmativa e vivaz.

Santos (2010) vai interpretar tal aliança como um pacto entre os dois *brasis*, caracterizados por Euclides da Cunha como antinômicos. Na perspectiva apontada, a nação seria um “texto comum, entre um sertão com seus filhos nobres, valorosos, ainda que atrasado, de mãos dadas e com juramentos de felicidades mútuas,

---

<sup>99</sup>Para Santos (2010), Juvêncio é a personificação do saber prático e da capacidade de ação, e conquista, com isso, o respeito e a admiração dos irmãos Menezes. Sua liderança, demonstrada em diversas passagens da obra, levou Alfredo a “desejar ser um sertanejo” (SANTOS, 2010, p. 255). Já Carlos, o irmão mais velho, personifica o saber científico veiculado pela escola; ele reconhece as profundas diferenças historicamente construída entre ambos (diferenças sociais) e, mesmo não desejando se tornar um sertanejo, como seu irmão, firma o desejo de estabelecer uma parceria duradoura com Juvêncio, admitindo a vital importância que ele teve para a sobrevivência de ambos naquele momento de dificuldade: “não sei como nos arranjáramos sem ele – ignorantes do caminho e de tudo, perdidos nesta solidão” (SANTOS, 2010, p. 120).

caminhando com o litoral e seus filhos também valorosos, nobres e mais adiantados” (SANTOS, 2010, p. 113).

Diante da iminente possibilidade de terem de se separar após sua chegada à Bahia, Carlos, o irmão mais velho, professa as seguintes palavras: “poderemos nos separar pelas necessidades da vida, mas nunca pela indiferença ou pela inimizade. Vamos prometer que seremos sempre amigos. Eu, por mim, juro-o pela memória do meu pai” (BOMFIM Apud SANTOS, 2010, p. 256). Nas palavras do narrador, havia qualquer coisa de sublime nessa jovial aliança surgida do sofrimento e fortificada pelas provações impostas pelas necessidades da vida no sertão.

Entendemos, entretanto, que a separação das personagens Carlos e Alfredo – que seguem da Bahia, de barco, para o Rio de Janeiro, passando por Espírito Santo e, posteriormente, viajam de trem a São Paulo e de lá até Santos, onde finalmente conseguem embarcar com segurança e conforto para o Rio Grande do Sul em busca da segurança familiar – e Juvêncio – que da Bahia parte em direção ao Amazonas, contratado para trabalhar em Manaus – não deve ser entendida, como sugere Lajolo (2000) e Botelho (2002), como uma aceitação da impossibilidade de aproximação entre litoral e sertão ou entre elite e povo. Em nosso entender, a perspectiva histórica de Bomfim pressupõe uma premissa básica advinda do historicismo: a de que formações históricas diferentes conduzem a caminhos diferentes; contudo, tais caminhos, embora sejam sólidos e duradouros, pois se convertem em heranças historicamente legadas de uma geração para outra, podem ser alterados em função de novas escolhas e alternativas capazes de corrigir o curso da história (sentido histórico) orientado pelas heranças do passado.

Mais uma vez, como havia feito em *América Latina*, o que Bomfim coloca em discussão é a compreensão histórica da formação social brasileira como meio para superar, no presente, os problemas do passado. O desfecho final da narrativa histórica de *Através do Brasil* aponta para essa possibilidade, pois o pai de Carlos e Alfredo, ao compreender que o retorno seguro dos filhos ao seu lar não teria sido possível sem a ajuda do honrado sertanejo Juvêncio, que estava acamado por uma enfermidade no norte do país, reconhece a necessidade de ir até o norte e trazê-lo para o sul.

O reencontro dos três protagonistas da narrativa, mais que garantir um *happyend* brasileira, típico de um romance de formação, carrega um sentido simbólico de apresentar e caracterizar o protagonista principal (o Brasil), uma



entidade quase mítica que viaja ao longo do enredo, de carona, com a narrativa, mas que só ganha a sua forma final no término da obra, pois a compreensão histórica do território e a integração dos diversos tipos humanos regionais em um todo simbolizam o pacto na diferença (litoral/sertão, elite/povo, brancos/negros e mestiços sertanejos); a identidade brasileira emerge caracterizada por uma visão positiva em relação às possibilidades de desenvolvimento para o país, rompendo com a velha lógica do desenvolvimento desigual e combinado.

Por ser um livro de leitura, *Através do Brasil* apresenta algumas especificidades em relação aos demais ensaios históricos de Bomfim. Além da diferença de estilo e de escrita, nele não encontramos uma crítica historiográfica aberta e declarada em relação à historiografia brasileira dominante no período; pelo contrário, é possível observar uma clara negociação com algumas das teses da escrita da história oitocentista, como a visão sobre o índio, a história do naufrago português Diogo Álvares e Paraguaçu, a história da independência, a história da fundação da cidade do Rio de Janeiro e a questão da imigração de italianos e alemães. Essa negociação tem por objetivo adotar critérios e práticas comuns ao livro de leitura, uma vez que este era voltado para a escola. Assim, seria necessário evitar questões polêmicas, pois interessava aos autores atingir o público escolar. O debate intelectual, e outras polêmicas, certamente envolveria outro público.

Mesmo com a adoção desses critérios conservadores, é possível encontrar, ao longo do livro, temas caros à escrita da história bomfiniana, como a valorização do sertão, o papel dos estados de Ceará e Pernambuco no movimento abolicionista, a guerra dos Farrapos e o movimento bandeirante, que ganharam relevo em meio às aventuras de viagem. Dessa forma, entendemos que esse livro não traz nenhuma grande inovação como interpretação histórica, mas não chega a romper com a perspectiva histórica defendida por Bomfim ao longo de suas obras. Como ressaltou Marisa Lajolo (2000), o sucesso de *Através do Brasil* pode ser atribuído a sua simplicidade, e é por meio dessa aparente simplicidade que podemos encontrar a essência das características da formação brasileira na perspectiva bomfiniana.

A viagem através do território brasileiro expressa, simbolicamente, a multiplicidade de cenários geográficos e humanos que compõem as diferentes regiões brasileiras e também valorizam, física, intelectual e moralmente, as populações excluídas do interior do Brasil. Se é verdade que ao longo da narrativa transparece uma antinomia entre os sertões do norte atrasado e o sul moderno e

civilizado, também é verdadeiro que nela não se apresenta nenhuma conotação determinista, pois a grandeza moral das pessoas é realçada, apesar da difícil situação econômica e social em que viviam.

Seja de forma física ou descritiva, a narrativa percorre todas as regiões brasileiras, com destaque para os estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. É importante lembrar que, dos 82 capítulos da obra, em 60 deles a trama se desenrola nos estados da região Norte do país, o que, em nossa perspectiva, sinaliza o entendimento de que a identidade nacional não poderia ser pensada sem a inclusão de setores tradicionalmente excluídos da sociedade brasileira, ou seja, o povo. Não se trata, portanto, de uma identidade nacional pensada a partir de uma região hegemônica, ou mesmo da antinomia entre litoral e sertão<sup>100</sup>. A identidade nacional proposta emerge do interior do país: a viagem dos dois irmãos, além de uma aventura para se conhecer o Brasil, não deixa de ser um convite para a integração nacional, ou mesmo um projeto político em defesa de um desenvolvimento nacional mais equilibrado.

O final da trama é indício da utopia bomfiniana. Os irmãos Menezes, típicos representantes das elites nacionais e herdeiros das condições históricas legadas pela colonização, não se sentem autossuficientes; pelo contrário, reconhecem a importância do elemento negro/mestiço para o sucesso da aventura, ou seja, a viagem se encerra com uma promessa: a de inserir Juvêncio, “o povo”, em um projeto de futuro.

#### **4.4. Manoel Bomfim e a caracterização da formação brasileira em *O Brasil na América***

Quase vinte anos após a publicação de *América Latina*, Bomfim dá início à elaboração de uma trilogia historiográfica para pensar a formação histórica da nação brasileira, cuja primeira obra é *O Brasil na América: caracterização da formação*

<sup>100</sup> Essa reflexão antinômica que estabelece os antagonismos do desenvolvimento interno do país como o marco característico de um processo de modernização desigual e combinada foi consagrada no início do século pela obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha, mas que se manteve presente na historiografia brasileira, projetando-se na longa duração para períodos posteriores ao tempo de vida de Manoel Bomfim, cuja obra mais significativa é: *Dois Brasis* de Jaques Lambert, dessa forma, o pensamento histórico de Bomfim insere-se num movimento de longa duração do pensamento social brasileiro, cujas características são a busca da compreensão dos fatores estruturais da formação nacional

*brasileira*<sup>101</sup>. Os motivos que conduzem Bomfim a esse projeto são múltiplos e, como envolvem questões subjetivas, são difíceis de serem identificados com clareza. Contudo, assim como tentamos sinalizar na terceira seção do capítulo 3 desta tese, entendemos que uma de suas grandes motivações era estabelecer uma crítica ao processo de consolidação de uma memória histórica nacional com base nas práticas comemorativas desenvolvidas pelo IHGB, instituição que buscava produzir uma síntese conservadora da história nacional, garantindo um lugar para a tradição imperial na história produzida pela República na década de 1920.

Diante desse esforço do IHGB para consolidar um entendimento histórico do Brasil como resultado da ação do colonizador branco, português e católico, que institui a independência como o processo fundador da nacionalidade conquistada pela presença e ação centralizadora do estado bragantino, o intelectual sergipano irá propor outra história, construída quase que de forma oposta à versão dominante na historiografia. Nela, são o Estado e a elite que são representados como bárbaros e traidores de um povo forte, heroico, bom e plenamente apto ao progresso e à civilização. Nosso intuito não é refletir sobre o grau de verossimilhança histórica dessas interpretações, senão apenas pensar as possibilidades de sentido que cada uma delas encerra para a escrita da história do Brasil, buscando identificar os interesses sociais que as orientam.

No projeto historiográfico de Bomfim, o Brasil é apresentado como uma nação constituída desde o período colonial por um processo dialético de prolongamento e, ao mesmo tempo, de negação da metrópole, atingindo a sua idade de ouro no século XVII. A primeira obra de sua trilogia distingue-se, em muitos aspectos, em relação a sua obra inaugural. Nela sua crítica ao colonialismo é bem menos veemente que em *América Latina*, bem como sua leitura do papel do português na formação histórica da nação brasileira, o que torna *O Brasil na América* a sua obra menos antilusitana.

Na obra em questão, seu objetivo é pensar a especificidade da formação brasileira em relação aos demais países latino-americanos; contudo, ao contrário do que havia proposto em *América Latina*, sua ênfase não está mais na análise dos processos análogos do colonialismo ibérico que legariam heranças históricas

---

<sup>101</sup> Segundo informações fornecidas pelo próprio Manoel Bomfim em prefácios de suas obras, o primeiro volume de sua trilogia histórica foi escrito em julho de 1925, encaminhado para impressão em 1927, mas publicado apenas em 1929.

comuns às novas nacionalidades americanas, mas, sim, na singularidade da formação brasileira, estabelecendo particularidades e diferenças.

Nas primeiras páginas da obra, o termo “América Latina” é colocado em xeque, sendo apresentado como um estratagema ideológico que mais complica do que esclarece, pois refere-se, de forma generalizada, em um mesmo conceito, a nacionalidades que, embora tivessem passado por experiências históricas até certo ponto análogas ao colonialismo ibérico, eram plenamente distintas. Em sua perspectiva, o termo serviria apenas como indicativo de localização geográfica para essas novas nacionalidades, não podendo ser elevado ao postulado de uma identidade geral que fosse comum aos países dessa região, pois, para ele, existiam mais diferenças entre os países neoibéricos do que entre as metrópoles colonizadoras<sup>102</sup>.

A tese de Bomfim sustentada ao longo da obra é a de que o processo de constituição da identidade nacional brasileira é único em toda a América. Tal processo é apresentado como uma verdadeira epopeia recheada de heroísmos, pois, para ele, uma identidade nacional havia surgido nos primeiros séculos de colonização em meio a lutas pela defesa do território frente a franceses, ingleses e, sobretudo, holandeses. Segundo suas palavras, o Brasil foi a única colônia a

[r]esistir com seus próprios recursos a invasores estrangeiros; foi a única a crescer por seus próprios meios; foi a primeira a apresentar uma nova sociedade, saída da colonização, mas distinta dos colonos propriamente ditos (BOMFIM, 1997, p. 35).

Seu interesse é pensar o processo de caldeamento, não só de raças, mas também das tradições que formaram o Brasil colonial, apresentando os agentes sociais que teriam contribuído para a formação de uma identidade nacional, precoce e única em toda a América. As teses e argumentações apresentadas na obra dialogam com o contexto intelectual dos anos 1920 e são movidas pelo interesse de pensar a questão nacional, fato que leva Maria Thétis Nunes (1997) a considerar

---

<sup>102</sup>Prefaciando a segunda edição da terceira obra da trilogia historiográfica de Bomfim, Ronaldo Conde Aguiar (1996) vai chamar atenção para o fato de que ele tinha consciência de que o uso generalizado do termo América Latina não passava de um “ardil ideológico das elites, que, associadas aos interesses neocoloniais das ex-metrópoles europeias, procuravam igualar nações heterogêneas, de modo a amesquinhá-las como unidades nacionais soberanas”. In. AGUIAR, Ronaldo Conde. *Um livro admirável: prefácio à 2ª edição de O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 25.

Bomfim e a obra *O Brasil na América* pioneiros de uma ideologia nacional que mergulha profundamente no passado colonial brasileiro e hispano-americano, pinçando similaridades e distinções do colonialismo e apontando marcas sociais, econômicas e políticas que permaneceram de forma estrutural nessas novas sociedades como heranças desse processo.

Para caracterizar a formação brasileira e apresentar os seus agentes históricos, Bomfim abranda a sua leitura crítica em relação ao colonialismo português, esforçando-se, ao longo da primeira parte da obra, para realçar os aspectos positivos da colonização portuguesa na América. Seu texto representa Portugal como a primeira nacionalidade moderna, com identidade nacional plenamente constituída antes mesmo da expansão marítima. Seu intuito é apresentar a conquista do Atlântico como um feito unicamente português, uma nação eminentemente marítima em oposição à Espanha, que teria se beneficiado das descobertas e feitos lusitanos. Para Bomfim; “Portugal dominou os mares, e arrancou-lhes os últimos segredos, para dar à civilização a plena posse do planeta” (BOMFIM, 1997, p. 46).

Embora seja uma leitura distinta, essa não é uma novidade, pois Bomfim retoma uma analogia presente em *América Latina* quando analisa a passagem do “parasitismo heroico” para o “parasitismo sedentário”. Seu objetivo é postular a importância do protagonismo ibérico nos séculos XV e XVI como forma de justificar sua tese de que a primeira experiência de colonização do Brasil, caracterizada pelo esforço de implantação de um sistema de exploração agrícola, guarda as marcas desse período heroico da história portuguesa, cujos aspectos positivos teriam sido transferidos para cá pelo sistema das capitanias hereditárias.

Bomfim busca contrastar a experiência colonial lusitana da castelhana, entendendo a primeira como caracterizada pela formação de uma vida agrícola que obriga a fixação do homem à terra, criando vínculos identitários com o meio e obrigando um processo de ocupação e povoação regular para a extração de riquezas que não eram imediatas, em contraposição à segunda, que, pelo acesso direto a grandes riquezas por meio da dominação de astecas e incas, constituíram-se como “pioneiros da fortuna rápida” (BOMFIM, 1997, p. 85). A não existência de “riquezas fáceis” e a necessidade de efetivação do domínio português sobre suas terras na América culminaram no desenvolvimento do modelo das capitanias que, em determinados casos, foi uma experiência desastrosa, mas que, na perspectiva

de Bomfim, não chegou a ser uma catástrofe total, pois desse modelo surgiram os dois núcleos de povoamento que foram essenciais para a formação da nacionalidade brasileira, que são Pernambuco e São Paulo.

Segundo essa interpretação, foi a partir do vínculo desses primeiros colonos com a terra que nasceu o “espírito de intransigente defesa do território, que se tornou tradição brasileira”(BOMFIM, 1997, p. 88), e que garantiu a posse das terras para Portugal influenciando diretamente sobre a história das outras nações europeias e também sobre as futuras nacionalidades latino-americanas, pois a defesa, ocupação e expansão das terras portuguesas previstas pelo tratado de Tordesilhas modelaram geopoliticamente a América.

Bomfim narra esse processo como um feito que atinge proporções históricas inigualáveis, apresentando um mito fundador para a nação brasileira, em que, ao mesmo tempo que se constitui uma identidade nacional distinta em relação à antiga metrópole e também pioneira em relação às demais nacionalidades americanas, cria-se a imagem dessa nova tradição nacional como vigorosa e “nascida em berço esplêndido”. Isso porque sua apresentação ao mundo faz-se por meio de um exemplo de força e resistência que foi capaz de superar as nações mais poderosas da época (França, Inglaterra e Holanda).

Ao analisar essa obra, Terezinha Alves de Oliva (1998) busca demonstrar a existência de um forte viés geográfico no pensamento bomfiniano, visto que “ocupação, desbravamento, defesa, constituíram atos fundantes de uma pátria que se reconhece como tal à medida em que aprofunda e revela o conhecimento do seu espaço” (OLIVA, 1998, p. 83). Como pode ser percebido, Bomfim pensa o nacionalismo como a identificação do indivíduo com a terra, fator preponderante capaz de conduzir os indivíduos à solidariedade coletiva e à confiança da necessidade da liberdade e, posteriormente, da independência.

Esse esforço de releitura histórica é empreendido pela análise da obra de cronistas do período colonial, como Robert Southey (1774-1843) e Frei Vicente de Salvador (1564-1636), a quem o primeiro volume da trilogia é dedicado. Além do suporte dos autores supracitados, Bomfim faz uso de textos de cronistas franceses, como Jean de Lery (1536-1613) e André Trevet (1502-1590), e de vários documentos e textos publicados pela *Revista do IHGB*, inclusive de Von Martius. Todavia, conforme sinalizamos no capítulo anterior, a grande influência

historiográfica que exerce uma função orientadora para o desenvolvimento das hipóteses de Bomfim é a obra de Capistrano de Abreu (1853-1927).

Em linhas gerais, *O Brasil na América* estrutura-se sobre um procedimento analítico de rever algumas das teses de Varnhagen sobre o período colonial, tendo como referência teórica a obra historiográfica de Capistrano de Abreu e, como suporte documental, a obra de Frei Vicente de Salvador, redescoberta e publicada por Capistrano. A obra tem interlocutores externos claros; por um lado, dialoga criticamente com a perspectiva historiográfica do IHGB e, por outro, com os defensores das teorias raciais, cujo expoente mais significativo no período era Oliveira Viana, no contexto brasileiro, e Garcia Calderón (1834-1905), José Ingenieros (1877-1925) e Carlos Octávio Bunge (1875-1918), no contexto latino-americano.

Partindo da leitura de Varnhagen, Oliva (1998) aponta que Bomfim constrói um argumento de que a historiografia corrente minimiza a importância e a força da presença francesa no Brasil. Segundo a autora, seu intuito é demonstrar, por meio de um diálogo com a historiografia, que o Brasil teve de ser reconquistado do domínio francês que se fazia ostensivamente presente nos primeiros anos da colonização e o “quanto [era] mal contada a história do Brasil a respeito dos ataques franceses”(BOMFIM, 1997, p.94) pois, no entendimento comum, os franceses fizeram apenas duas grandes investidas sobre as terras portuguesas: no Rio de Janeiro e no Maranhão. Entretanto, para Bomfim, a realidade era bem outra, sendo a presença francesa uma realidade constante que antecedeu a própria empresa colonial portuguesa. Dessa forma, as “nossas histórias correntes, falhas em tanta coisa, o são, principalmente, na pouca importância que dão às populações naturais quanto à formação do Brasil (BOMFIM, 1997, p.94).

Para Bomfim, o indígena foi um fator fundamental para a construção do Brasil, perdendo em grau de importância apenas para o português, porque a este coube a direção de todo o processo. Em *América Latina*, o contato entre colonizadores e indígenas é descrito por Bomfim de forma profundamente antirromântica, como uma experiência caracterizada pela direção violenta e desumana por parte dos colonizadores. Já em *O Brasil na América* esse contato é apresentado de forma bastante idealizada, quase bucólica, visando realçar os aspectos positivos desse processo. O índio, presente especificamente nessa obra de Bomfim, conserva fortes traços do nativo idealizado pelo Romantismo brasileiro, como elemento portador da

identidade nacional, tanto que, na caracterização dos indígenas, além dos já citados Robert Southey e Frei Vicente de Salvador, é patente a influência da interpretação produzida por Gonçalves Dias em relação aos autóctones<sup>103</sup>.

Em síntese, dessa primeira sociedade colonial descrita por Bomfim, saltam algumas características que configuram a essência desse primeiro Brasil idealizado pelo intelectual sergipano, em que o português “plástico, adaptável e assimilador, traquejado no contato com populações exóticas” (BOMFIM, 1997, p. 100), juntou-se francamente em sangue e costumes aos indígenas, fazendo da mistura de raças e tradições a essência da cultura brasileira em formação. Nas palavras de Bomfim, o português, associando-se aos índios, “explorou-os quanto pôde, maltratou-os algumas vezes, mas foi infinitamente mais humano do que qualquer dos outros colonizadores, inclusive os franceses” (BOMFIM, 1997, p. 108) Assim, na representação de Bomfim, o português seria o mais humano dos colonizadores por causa do seu caráter “plástico e assimilador”.

Nota-se que existe grande similaridade entre a idealização feita em relação ao cruzamento entre colonizadores e indígenas por Bomfim em 1925 e a idealização posteriormente tornada clássica por Gilberto Freyre (1933), que reproduz a mesma lógica de pensamento em outro espaço social e temporal, definido pelo encontro entre colonos e negros, o eixo norteador de seu pensamento. Nos dois autores, a grande questão colocada é a compreensão positiva da miscigenação como característica inerente à formação brasileira, que deveria ser reconhecida e realçada como um elemento constituinte da identidade nacional. Ambos os autores, com destaque para o pioneirismo de Bomfim, pensam o sentido positivo dos cruzamentos raciais e culturais para a constituição de um modo de ser nacional.

Bomfim defende a ideia de que o colono português, por causa de seu caráter plástico e adaptável, reconheceu, logo de início, que seria indispensável amparar-se nos indígenas para tirar deles todo o auxílio possível para a conquista do território e concorria positivamente para isso a atitude despretensiosa dos colonos portugueses, que não eram soberbos como os espanhóis, nem tinham as preocupações raciais

---

<sup>103</sup>Essa aproximação do pensamento de Bomfim com as teses do Romantismo brasileiro fica mais evidente na segunda obra da trilogia, mais especificamente no capítulo intitulado “O patriotismo brasileiro”, em que o autor irá destacar a importância dos poetas e escritores românticos como: Castro Alves (1847-1871), Fagundes Varela (1841-1875), Álvares de Azevedo (1831-1852), José de Alencar (1829-1877) e Gonçalves Dias (1823-1864), apresentados por Bomfim como os melhores representantes do país no mundo das letras. No último livro da série, Bomfim vai apresentar esses pensadores como os únicos representantes de um pensamento considerado por ele como genuinamente brasileiro.



como os saxônicos. Por isso “desde o primeiro momento, o colono traz para as suas carícias a índia, como, depois, traz a negra” (BOMFIM, 1997, p. 117), constituindo-se uma prole que se educa num entrelugar, entre dois mundos de tradições distintas, dando origem a uma tradição nova e vigorosa que, para Bomfim, já seria brasileira, autóctone, mestiça e vinculada à posse e à ocupação do território.

No terceiro capítulo da tese, destacamos o debate entre Bomfim e Oliveira Viana no qual o autor sergipano criticou a adoção de um racismo sociológico e a defesa do branqueamento por parte de Viana como alternativa histórica para nação. Segundo Bomfim:

Um alemão, em critério de verdadeira ciência, Martius, contemplando a história do Brasil no valor das raças formadoras, não achou nenhuma razão para duvidar da nossa capacidade de progresso. No entanto, compreende-se que tais europeus, a poucos erguidos para a alta cultura, por orgulho, ou outros motivos mais baixos, falseiam os fatos, e violentam a lógica, remoendo conceito donde resulte a decantada superioridade do *dolicocefalismo louro*; mas dá para desnortear o ver-se o governo de uma nação absolutamente misturada em raças, levantar essa mesma teoria, e esperar de uma impossível depuração de sangue, a graduação dos destinos nacionais. Para a etnologia do Sr. Viana, são os negros os mais irremissivelmente inferiores (BOMFIM, 1997, p.94).

Como podemos perceber na citação anterior, Bomfim entende a sociologia cientificista de Oliveira Viana como uma falsa ciência e tudo o que essa falsa ciência disse e continuava a dizer contra a massa brasileira – por ser produto de cruzamentos – já vinha sendo desautorizado pela verdadeira ciência da qual Bomfim busca fazer parte. Por isso ele entende a nação brasileira como produto de cruzamentos raciais e culturais num grau tão elevado e por tanto tempo que seria para ele uma insensatez qualquer defesa do branqueamento ou pureza racial; para o intelectual sergipano, propor isso seria negar a essência da formação brasileira, ignorando o Brasil real em detrimento de uma quimera racial de valor duvidoso, pois “no Brasil tradicional, efetivo e real, desde os seus primeiros anos até hoje, o povo, a realidade mesma da nação, é mistura”(BOMFIM, 1997, p. 183) não sendo possível identificar um perfil que fugisse dessa realidade; por isso, segundo ele, propor ideias de pureza ou arianismo era nada mais que um simples “arremedo de ciência”.

Seu texto analisa a questão da mestiçagem de uma forma que transcende a perspectiva de raça, sinalizando que o encontro entre tradições distintas era essencial para o desenvolvimento de novas sociedades, contribuindo diretamente

para o desenvolvimento de novos tipos sociais. Para Bomfim (1997), o brasileiro não era um português emigrado, pois o contato com a terra, as energias emocionais dispendidas nas lutas pela defesa do território, os constantes cruzamentos e o caldeamento de tradições formaram um novo sujeito histórico, que carregava consigo os aspectos positivos das tradições formadoras e, ao mesmo tempo, enunciava a gênese de uma nova tradição, que deveria ser entendida e defendida como a maior riqueza nacional.

Bomfim (1997) aponta que as teorias raciais que davam ênfase aos aspectos negativos da mestiçagem eram teorias colocadas a serviço da inferiorização do povo brasileiro, simples “preconceitos alçados à sociologia” e a pretensas políticas oficiais de governo. *O Brasil na América* é, pois, uma obra para contrapor-se a *Populações meridionais do Brasil* (1920), visando rebater as teses arianistas de Viana. Criticando a influência de Gustave Le Bon e Lapouge sobre os pensadores latino-americanos, Bomfim afirma:

Foi, sem dúvida, essa erudição que levou o etnólogo oficial a desbancar índios e negros. Ele está na fase de crença em *dolicocefalia* e *arianismo*, a ponto de supor que eram assim, louros e cumpridos de cabeça, os colonos que fizeram o Brasil: “um homem superior deve ser sempre grande, dolicocefalo e louro... Na obra do descobrimento são os dolicocefalos que tomam a dianteira...”. E, daí, sem maiores hesitações, esta o Sr. Viana a afirmar que todos esses fundadores de grandes famílias, no Sul e no Norte, eram, se não puros, ao menos muito alourados e alongados de crânio (BOMFIM, 1997p.193-194).

Rebatendo as ideias de Oliveira Viana, Bomfim pretendia afirmar positivamente as origens da sociedade brasileira como uma nação mestiça, visto que, segundo ele, a mestiçagem fora a tônica de nosso passado e permanecia sendo em seu presente. Por isso, para o autor, pretender que dessas origens possa sair outra coisa que não uma população amplamente mestiça é pretender o impossível. Bomfim coloca a mestiçagem entre portugueses e índios como um fator primordial para a conquista do território, visto que, em sua perspectiva, foi graças a ela que as novas populações puderam adaptar-se ao clima e ao território. Citando Robert Southey, Bomfim afirma que “índios, negros e brancos se irão fundindo gradualmente, num só povo, que terá por herança uma das mais formosas porções do globo” (BOMFIM, 1997 p. 195), sinalizando a possibilidade de um futuro glorioso para a nação que se formava da mescla das três raças formadoras.

Ao refletir sobre a importância dos cruzamentos entre as três raças na formação brasileira, Bomfim (1997) chama a atenção para a necessidade de reconhecer e aceitar a miscigenação como um aspecto fundamental para o entendimento da sociedade brasileira:

Conheçamo-nos, e chegaremos à convicção de que somos um povo *cruzado*, e que povos cruzados serão sempre aquilo em que se fizeram: expressão de misturas combinadas. Poderão unificar-se; não de unificar-se, em tipos definidos e estáveis. E esta certeza nos basta. Aceitemos o destino em que nos formamos; tenhamos a hombridade de ser o que somos, e façamos o dever em esforços, para que esse povo misturado venha a ser uma nação de civilização realmente humana, aproveitando todas as possibilidades de espírito e de coração, como as encontramos, na herança das raças donde viemos (BOMFIM, 1997p. 195).

Da mesma forma, assim como havia feito em *América Latina*, Bomfim valoriza os cruzamentos e desqualifica o valor científico das teorias raciais postulando que o valor das raças era apenas valor de cultura: “há diferenças de tradições, há variedade de civilização, há maior ou menos aproveitamento das qualidades naturais, há direções e perspectivas históricas, mas diferença essencial de valor psíquico, não” (BOMFIM, 1997p. 196). Dessa forma, Bomfim posiciona-se criticamente em relação ao arianismo de Viana como um sofisma colocado a serviço da desvalorização e inferiorização do povo brasileiro.

De todos os ensaios históricos de Bomfim, *O Brasil na América* é possivelmente o menos comentado por seus intérpretes. Suas teses a respeito da formação da identidade brasileira como corolário das lutas de conquista e dos processos de ocupação do território ficam eclipsadas pelas suas críticas às teorias raciais, que são o eixo norteador de seus estudos históricos desde 1897. Contudo, uma questão sempre lembrada por seus intérpretes quando se debruçam sobre a respectiva obra é a pouca representatividade dada aos negros no processo de formação da sociedade brasileira, pois, em mais de cem páginas dedicadas ao estudo da importância dos cruzamentos na formação brasileira, apenas sete são dedicadas ao estudo sistemático da importância e das contribuições dos negros para a cultura nacional.

Alguns autores, de forma apressada, atribuíram esse fato como resquícios de uma tendência racista que teria se manifestado no texto do autor. Efetivamente, não

compartilhamos dessa interpretação, pois a ênfase do texto é pensar o momento mítico de fundação nacional. Como Bomfim representa de forma bastante idealizada esse momento de fundação mítica da nação, no contato entre os primeiros colonizadores e os indígenas nos séculos XVI e XVII, o negro não estava presente nesse primeiro impulso de formação nacional, mas a sua contribuição é incorporada por meio da miscigenação, oferecendo uma importância renovadora para a tradição que estava se formando.

Na obra *As identidades do Brasil: de Calmon a Bomfim*, José Carlos Reis (2006) refere-se ao projeto intelectual de Bomfim como “um otimismo revolucionário ingênuo” (REIS, 2006, p. 183). Essa obra apresenta uma narrativa autêntica e concisa em relação a alguns aspectos da obra do sergipano, mas deixa muito a desejar pela superficialidade com que algumas temáticas da obra de Bomfim são abordadas. Esse é um problema comum em trabalhos cuja proposta analítica é refletir sobre autores diferentes, situados em tempos e espaços distintos. Tal visão sintética e interessada em levantar polêmicas levou Reis (2006) a produzir alguns adjetivos que descrevem o sergipano como “racista”, “fascista”, “integralista” e numa das mais brandas adjectivações “ingênuo”.

Essas adjectivações não condizem com a realidade, nem com a amplitude da obra e o perfil do intelectual sergipano. Basta fazer uma leitura da biografia sociológica produzida por Ronaldo Conde Aguiar (1999), que seremos convencidos de que não dá para compartilhar com a “teoria da ingenuidade” produzida pelo autor de *Identidades do Brasil*. Bomfim foi um intelectual crítico de sua época, que elaborou a sua obra em desacordo com os padrões de verdade dominantes em seu tempo e que, talvez por isso, tenha sido capaz de captar em seu ensaísmo histórico anseios que outros intelectuais presos aos padrões de verdade e aos critérios de validade de sua época não conseguiram perceber. Ele produziu uma consciência possível<sup>104</sup> de seu tempo, tendo como referência uma preocupação dissonante em relação a seus pares intelectuais.

---

<sup>104</sup> Esse conceito é pensado tendo como referência os enunciados de Lucien Goldmann (1979), que parte do pressuposto de que: “O conhecimento se encontra no duplo plano do sujeito que conhece e o objeto estudado, pois todos os comportamentos são comportamentos de seres conscientes que julgam situações e escolhem, com maior ou menor liberdade, sua maneira de agir. O pesquisador deve levar em conta, além da adequação do pensamento às coisas e os conhecimentos reais de seu tempo, um fator intermediário entre eles, o máximo de consciência possível das classes que constituem a sociedade a ser analisada”. Tal reflexão encontra-se expressada pelo autor em sua obra: GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia; o que é a sociologia?* 7. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

Segundo Aguiar (1999), Bomfim acreditava na importância das utopias, mas definia-se como um utopista e não como um utópico: “o utópico não tem os pés nem as mãos no mundo real. O utopista quer mudar o mundo através da luta consciente e do trabalho” (AGUIAR, 1999, p. 28). Do ponto de vista histórico, não é produtivo entender a obra de Bomfim, ou de qualquer outro pensador, como ingênua, pois corremos o risco de criar um clichê historiográfico que pouco contribui para o entendimento do autor ou da obra. Nesse sentido, Bomfim foi um homem de seu tempo, que se diferenciou por sua sensibilidade de pensar uma história do Brasil, protagonizada por negros, índios, pobres, sertanejos, trabalhadores e operários, com claros matizes democráticos e de inspiração popular, opondo-se aos interesses dominantes em sua época, que pensava o Brasil olhando da parte de cima da pirâmide social.

#### **4.5. Manoel Bomfim: uma crítica historiográfica em defesa de uma nação livre, democrática e republicana**

Para o intelectual sergipano, a história tem como função elementar fazer o indivíduo conhecer o mundo moral e político em que vive. Dessa forma, sua compreensão não se produz sem uma contemplação do passado, porque o mundo moral e tudo o que o condiciona, tal como instituições, ideias e sentimentos, são resultantes de fatos e condições anteriores. Diante disso, Bomfim chega a uma reflexão que o aproxima da perspectiva de Johann Gustav Droysen (1808-1884) em relação à história, pois, para ele, assim como para o teórico alemão, os acontecimentos humanos só podem ser conhecidos quando os apreciamos em seu desenvolvimento através do tempo, ou seja, é a reflexão produzida historicamente sobre os desdobramentos temporais que nos faz compreender o meio social de que fazemos parte.

*O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*<sup>105</sup> foi finalizado em setembro de 1929, mas apenas chega às livrarias, publicado pela

---

<sup>105</sup> A maior parte das citações feitas ao longo deste texto foi retirada da primeira edição da obra e conserva a grafia original; mas, por questões práticas, também iremos fazer uso de referências retiradas da segunda edição, publicada pela Topbooks em 2013. Assim, as citações apresentarão as referências necessárias para a identificação das respectivas edições consultadas.

Francisco Alves, em fevereiro de 1931. A obra compreende um total de 559 páginas e foi estruturada com algumas características bastante similares a outras obras de Bomfim. Constituído por um prefácio nominado de “Orientação” e por duas partes compostas de seis capítulos, seguidas de um apêndice voltado para o aprofundamento da temática da história da independência, essa obra dialoga claramente com a *História da Independência*, de Varnhagen, que foi terminada em 1875, mas publicada pelo IHGB em 1916 em meio às comemorações do Centenário da Independência<sup>106</sup>.

Bomfim tem como objetivo principal produzir uma criteriosa e detalhada crítica historiográfica, visando demonstrar que, entre os males que afligiam a nação brasileira, também deveria ser inserida a forma como a história estava sendo escrita, contada e ensinada. Bomfim dará continuidade a sua reflexão desenvolvida em obras anteriores, que apresentavam a existência de duas tradições em conflito ao longo do processo histórico de formação da sociedade brasileira. Essas duas tradições em conflito representavam, na leitura histórica do sergipano, o visceral antagonismo entre os anseios e interesses do povo brasileiro e as elites dirigentes, que, segundo Bomfim, eram os legítimos representantes de uma tradição bragantina externa e alheia ao Brasil.

Nessa obra, Bomfim se propõe analisar a história entendendo-a como um discurso que se coloca como meio para se legitimar ou deturpar tradições. A análise que ele faz sobre a maneira como se escrevia a história do Brasil, tanto entre os historiadores brasileiros quanto entre os autores europeus, objetivava denunciar os usos políticos da história. Citando Karl Kautsky (1854-1938)<sup>107</sup>, Bomfim (1930) demonstra que a história, como registro de uma tradição, apresenta um sentido orientador, visto que reforça um sentimento de reconhecimento em relação ao passado de um povo, que serve como meio para o reconhecimento de um

---

<sup>106</sup>Sobre esta temática ver: SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a Monarquia e a República*. Goiânia. Editora da UFG, 2012; MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora da FGD, 1992.

<sup>107</sup> A referida frase de K. Kautsky citada por Bomfim, sem referências específicas em relação à obra, foi extraída do livro *Terrorismo e comunismo*: “A importância prática da história está, sobretudo, em multiplicar as forças dos que sabem utilizar as experiências do passado”. Fazer citação de autores sem referências detalhadas das obras é uma característica presente na escrita de outros textos de Bomfim, mas, no caso específico dos dois últimos livros de sua trilogia historiográfica, ela pode ser atribuída às condições penosas de saúde em que o sergipano se encontrava quando as obras foram concluídas e corrigidas, pois entre 1928 e 1931, Bomfim foi submetido a quatorze cirurgias para tratamento de um câncer que o levou a óbito em abril de 1932.

patrimônio histórico comum, o qual é fundamental para o fortalecimento de uma tradição nacional.

Partindo desse pressuposto, o intelectual sergipano vislumbra um problema, pois, em sua perspectiva, a história do Brasil escrita até aquele momento – com exceção de alguns poucos autores que o discurso histórico oficial conseguiu encobrir<sup>108</sup> – não fazia jus ao papel do povo brasileiro, tanto no passado quanto no presente. A história do Brasil encontrava-se deturpada, era uma história que servia aos interesses das grandes nações capitalistas e que encobria, com um nevoeiro de aparências, as legítimas tradições nacionais, garantindo dessa forma o poder de uma classe dirigente interna que, desde o período colonial, havia conseguido perpetuar sua dominação.

Para Bomfim, a história de um povo deveria ser “sincera, purificada, vivaz, exata... capaz de orientar, estimular e defender o desenvolvimento nacional de que participamos, e que se torna cada vez mais consciente nas aspirações comuns” (BOMFIM, 1930, p. 38). Nesse sentido, a história tem uma função importantíssima no desenvolvimento de um povo soberano, pois, mais que qualquer instituição concreta, ela é criadora de um mundo, onde os desejos e realizações de um povo se encontram e são dados ao reconhecimento comum pela via de construções narrativas que orientam e fortalecem os sentimentos socializadores indispensáveis para a manutenção de uma nacionalidade.

Bomfim entende a tradição como uma identidade em desenvolvimento progressivo, que representa e reflete tanto o passado quanto revela o futuro. Por isso, exige-se da história conformidade em relação à tradição que descreve, para que ela não perca a sua função orientadora e torne-se apenas um “amontoado de peripécias, enfartadas em erudição caliginosa” (BOMFIM, 1930, p. 38) tornando-se uma sombra projetada nas demais alteridades pelos enunciadores desse discurso histórico, tanto no plano nacional como internacional.

Analisando as causas que levam à deturpação das tradições nacionais, Bomfim define a história de um povo como a expressão exagerada de suas ações. Nessa perspectiva, a expansão econômica e a prosperidade política das nações

---

<sup>108</sup> Segundo Bomfim, os primeiros e legítimos historiadores do Brasil foram: Frei Vicente de Salvador (1567-1636) – autor de *História da América Portuguesa*, considerada por ele como a primeira e genuína história do Brasil, mas que o grande crime cometido contra a nação brasileira pelas elites portuguesas foi mantê-la desconhecida do público nacional; e o inglês Robert Southey (1774-1843), autor de *The History of Brazil*, obra traduzida para o português e publicada em seis volumes em 1862.

européias levaram-nas a expandir seu poder, ampliando o sentido valorativo dos seus feitos e dando-lhes uma significação e um valor muito além da realidade. Dessa forma, a glória e o prestígio histórico dos países europeus tornaram-se uma sombra para outros povos, sobretudo, para as nações neoibéricas como o Brasil.

Em sua crítica historiográfica, Bomfim percebe o sentido etnocêntrico do ideal de história universal iluminista e contesta qualquer sentido de objetividade dessa forma de pensamento, entendido por ele apenas como um sofisma, que encobre o fato de que “a história fica a serviço de quatro ou cinco civilizações especiais, que apresentam, no momento, um maior ativo de contribuições na obra da civilização geral”(BOMFIM, 1930, p. 40). Nesse sentido, a hierarquização da história universal que divide o mundo em nações grandes e pequenas em relação ao progresso humano não tem nenhum sentido objetivo do ponto de vista histórico; trata-se de uma questão de ordem econômica e política, tal como podemos notar na seguinte passagem do sergipano:

Na realidade das cousas, fora impossível achar o limite justo entre os povos grandes e os pequenos, fortes e fracos. Contudo, os mais poderosos, abusando da superioridade relativa, desnaturam a situação, atribuem a si mesmo toda a força, e dividem as nações em grandes e pequenas (BOMFIM, 1930, p. 40).

Bomfim rejeita o objetivismo, pois, para ele, o ideal de neutralidade é inatingível, tendo em vista que o historiador, ao definir e analisar valores, não consegue escapar da sua condição humana, uma vez que pensa e produz com base na tradição à qual ele pertence. Dessa forma, pretender o objetivismo é, para Bomfim, pretender que o indivíduo saia de si mesmo, dispensando todo critério de julgamento, estando fora de qualquer horizonte de análise. Ao negar o objetivismo, o intelectual sergipano demonstrou ter consciência de que toda escrita é, antes de tudo, uma opção política, e quem escreve não o faz com neutralidade e isenção, mas de um lugar de fala que ele tem de reconhecer e explicitar.

Bomfim não entendia que a objetividade de suas afirmações fosse decorrente de uma posição de imparcialidade perante os fatos sociais; para ele, tal prerrogativa era impossível. Dessa forma, ele rompe com o paradigma do discurso cientificista, assumindo que suas vontades e interesses pessoais eram o motor de suas análises. Pensando o saber histórico com base nessa perspectiva, ele entendia que a objetividade do cientista estaria ligada aos interesses sociais que direcionavam sua



pesquisa. Partindo desse pressuposto, Bomfim coloca os interesses individuais e coletivos como valores que deveriam ser levados em consideração no exercício da pesquisa histórica e, sobretudo, na prática historiográfica. Nesse sentido, a identificação de tais interesses era fundamental para que fosse possível situar o pesquisador em relação a seu objeto de pesquisa e, a partir dessa identificação, tornar-se-ia possível compreendermos as verdades ditas ou omitidas.

Bomfim acreditava que toda nação tem a sua identidade definida pela tradição da qual se originou e, por isso, caberia ao historiador cultivar e defender a história nacional, entendida como um arquivo de experiências com base no qual a confiança no desenvolvimento nacional se afirma por meio da consciência legada por essa mesma tradição. Dessa forma, o passado é apropriado como fonte de orientação, subsistindo “como influxo em cada um de nós, multiplica[ndo]-se em efeitos que premem o presente em vez de retê-lo, e o conduzem tanto mais eficazmente quanto melhor compreendemos o seu lineamento e o traduzimos em orientação” (BOMFIM, 1930, p. 43).

Pesquisas que se dedicaram à obra *O Brasil na história* como objeto central de suas análises, como as produzidas por Gontijo (2001) e Tonon (2014), já chamavam a atenção para o fato de que as reflexões de Bomfim sobre a história produzida no final da década de 1920 evidenciam sua forte preocupação com a escrita da história e sua consequência para a construção da identidade brasileira. Dessa forma, sua reflexão historiográfica transita entre os limites temporais de domínio de dois modelos de escrita da história comumente identificadas como *clássica* e *moderna*, igualmente presentes na historiografia do período. Esse olhar para o texto de Bomfim, como um registro histórico da tensão entre dois modelos de escrita da história, permite-nos problematizar a complexidade do processo de constituição do campo das ciências humanas no Brasil em um momento em que a busca pela construção de um discurso científico objetivo convivía diretamente com as demandas por uma atuação política e social por parte dos intelectuais que não podiam se esquivar em discutir a questão nacional.

Em suas reflexões historiográficas, Bomfim toca em questões pontuais para a escrita da história no período (objetividade/subjetividade), sem ter de se sujeitar a cumprir as regras impostas pelos lugares tradicionais de legitimação das práticas associadas à produção histórica; antes, buscava valorizar e desenvolver uma reflexão que assumisse o seu nacionalismo e que fosse capaz de dar visibilidade

aos verdadeiros protagonistas da formação nacional. Por isso, em sua perspectiva analítica, deixar para trás a quimera do objetivismo e assumir os interesses morais era fundamental para que a historiografia brasileira pudesse cumprir o seu papel como instância fundamental para constituição de uma legítima consciência histórica nacional.

Como é perceptível na reflexão anterior, o sergipano não entendia a paixão como um entrave para a verdade, muito pelo contrário; ele enxergava nela uma força propulsora da vontade que controlava e guiava os interesses. Em *O Brasil na história*, Bomfim cita Theodor Mommsen (1817-1903) para enfatizar que “não é a razão; é a paixão que faz a história, porque é a paixão que trabalha pelo futuro” (BOMFIM, 2013, p. 56). Com isso, fica explicitado seu interesse em estudar as implicações positivas ou negativas para a escrita da história com base na dupla exigência de neutralidade científica e comprometimento intelectual, tendo como foco de seu estudo a produção de uma reflexão geral sobre o lugar dos interesses e das paixões no discurso científico de sua época, pois, segundo sua interpretação histórica, a busca de uma pretensa objetividade que levava à negação ou, ainda pior, à ocultação dos interesses seriam os responsáveis pela deturpação da história brasileira.

O conhecimento do homem é visto em sua obra como um elemento fundamental para o êxito dos indivíduos e também da sociedade. Tal necessidade impeliaria, segundo o intelectual sergipano, os indivíduos a buscarem na história o indicativo dos valores humanos de cada sociedade. Nesse mesmo sentido, ele chamava a atenção, porém, para o egocentrismo registrado na história, atitude que, segundo ele, faz com que cada grupo humano que tenha alcançado grande êxito econômico e político, compreenda a civilização como atributo de suas próprias ações. Bomfim, numa clara crítica à visão de história universal de Hegel, pondera que os discursos históricos, ao hierarquizar as contribuições dos indivíduos e dos grupos nacionais, encobrem ou ignoram a alteridade de outros povos. Na interpretação historiográfica do intelectual sergipano, a “deturpação se faz para proveito dos que já têm grandeza histórica, em detrimento dos menores, para maior afronta dos vencidos e dominados” (BOMFIM, 1930, p. 41).

Ao constatar que a história é um discurso que atende aos interesses daqueles que a escrevem, Bomfim afirma que cada povo deve produzir e defender sua própria história, num esforço que seja equivalente ao do discurso histórico europeu. Citando

representantes dessa historiografia, como Thomas Carlyle (1795-1881) e Karl Kaustky (1854-1938), Bomfim afirma que, no fundo, não há história verdadeira e que a falsidade da história é tão velha quanto a própria história.

No quinto tópico do primeiro capítulo da obra analisada, intitulado “Valores esquecidos para serem sonegados”, Bomfim busca demonstrar que os historiadores da França e da Inglaterra não deram o devido valor histórico para a atividade comercial das cidades italianas e hanseáticas ao longo do período do Renascimento, embora tenha sido em torno da expansão dessas atividades comerciais, a partir do contato com o mundo árabe, que se constituía o núcleo social que impulsionou a atividade econômica das nações modernas. Bomfim conclui, assim, que a história universal nega o protagonismo histórico a seus verdadeiros atores em detrimento da tradição inglesa e francesa, que assumem o protagonismo político e econômico no presente transportando essa hegemonia anacronicamente para o passado.

Rejeitando a visão europeia da história, o intelectual sergipano se propõe a negar esse discurso visto de fora a fim de construir uma leitura da história nacional capaz de dar visibilidade ao povo brasileiro, por meio da apresentação de seus feitos ao longo do processo de ocupação do território, argumentando que, “na verificação das falsidades e distorções históricas, adquire-se a liberdade de espírito, como é preciso, para elevar o julgamento por sobre preconceitos, e estimar das histórias contadas, o que merece estima e apreço” (BOMFIM, 1930, p. 50). Nessa perspectiva, caberia ao historiador brasileiro, em caráter de urgência, desprezar os critérios claramente ideológicos das grandes tradições, aceitos no Brasil como critérios universais e objetivos, e afirmar o valor de sua própria tradição nacional.

Analisando o que ele intitulou de “deturpações e insuficiências da história do Brasil”, identificou duas influências que considera preponderante para o processo de deturpação da historiografia brasileira: a influência do positivismo comtiano, e a ação pretensamente imparcial de historiadores brasileiros, classificados como “antinacionalistas” ou simplesmente “historiadores para o trono”. Em 1905, no primeiro capítulo de *América Latina: males de origem*, ao analisar a imagem corrente na Europa em relação aos países latino-americanos, Bomfim critica diretamente a *História da civilização*, de Charles Signobos (1854-1942), que, segundo ele, apresenta tudo o que se tem a dizer sobre a história do Brasil em pouco mais de trinta linhas. Ao se referir a essa obra, Bomfim não contém sua ironia, ao apontar

que, se já não bastasse a quase ausência de referências ao Brasil, em poucas linhas, era possível notar erros históricos gritantes. Vejamos o que diz, com suas próprias palavras, o sergipano a esse respeito:

Um exemplo típico é o dessas trinta e poucas linhas, que se leem na *História da civilização* de Signobos, e que representam tudo que ele julgou necessário dizer sobre o Brasil. Elas são feitas de afirmações como esta: “os paulistas formavam no século XVIII um povo independente... O Brasil tornou-se um estado independente, mas sem perturbações. O regente irmão do rei de Portugal tomou o título de imperador do Brasil em 1826”. É completo, não é?... Note-se que este Signobos é figura proeminente no ensino superior em Paris, professor entre professores, consultor universal sobre história contemporânea e civilizações modernas, distribuindo diariamente lições à direita e à esquerda (BOMFIM, 2005, p. 45).

Bomfim tornou-se um crítico voraz da historiografia francesa de sua época. Em *O Brasil na história*, o autor irá ampliar e radicalizar essa crítica em torno do que ele entendia como a “deficiência de critério histórico” e a “falta de plasticidade” da historiografia francesa, considerando-a pela ausência de rigor científico, uma vez que apresentavam um reduzido critério de observação e desenvolviam, em decorrência disso, pouca noção da realidade histórica, sobretudo, em relação aos países da América Latina. Como salientou Gontijo (2001), ao se posicionar criticamente em relação a um discurso oficial da história caracterizada por ficar “presa à enunciação de fatos e datas”, o que reduzia a história a uma crônica de natureza política ou militar, Manoel Bomfim irá produzir um procedimento próprio de crítica historiográfica que lhe possibilitará constituir uma tipologia para caracterizar os bons e os maus historiadores. Como demonstra a autora, “essa construção implicava em ressaltar certos aspectos do historiador-alvo, omitindo outros tantos, de modo a elaborar uma imagem suficientemente ilustrativa, ou exemplar para sua argumentação” (GONTIJO, 2001, p.116).

Partindo desse procedimento, ele criticou desde autores desconhecidos até nomes consagrados da historiografia francesa, buscando, com base em erros de interpretação ou equívocos pontuais de avaliação, desqualificar toda a obra para evidenciar as fragilidades de toda a matriz do pensamento histórico francês que influenciara diretamente a produção histórica brasileira. Dessa forma, seu objetivo declarado era rejeitar o modelo historiográfico predominante na historiografia oitocentista, tendo Varnhagen como seu principal alvo.

Com base nesse viés, ele fez críticas pontuais a trabalhos de autores menos renomados, como a *L'Exotisme Americain*, de Gilbert Chinard (1881-1972), da Brown University, a *Historie de l'Expansion Coloniales des Peuples Europeens*, de C. de Lannoy e H. Van-derLinder, e também a alguns aspectos da obra *A terra e a evolução humana*, de um autor renomado e amplamente conhecido nas ciências humanas ocidentais, conhecido como Lucien Febvre (1878-1956). Conforme salientado anteriormente, o procedimento crítico de Bomfim consiste em encontrar erros, grosseiros ou pontuais, ou até mesmo critérios divergentes de interpretação e, partindo deles, fazer uma crítica generalizada a toda a obra.

Sua antipatia em relação à historiografia francesa justifica-se pela negação que ele faz do positivismo como doutrina histórica. Para Bomfim, ao contrário do que enseja o nome, “nada menos positivo do que essa construção, onde se prende a evolução do espírito humano à celebre lei dos três estados, onde se faz da ordem condição essencial à mesma evolução” (BOMFIM, 1930, p. 64). Segundo o autor, a noção escatológica de progresso para Comte (1798-1857) era ambígua, uma vez que o progresso deixaria de ser progresso e se tornaria estagnação, visto que não se poderia ir mais longe do que aquilo que ele definiu como “estado último da humanidade”. A influência positivista é considerada por ele como “critérios tomados de empréstimo”, uma “sociologia para brancos”, que nada contribuía para o entendimento dos problemas brasileiros.

Para Bomfim, a consagração historiográfica e política do positivismo comtiano consagrou uma corrente de historiadores que analisaram o passado brasileiro orientados por uma teoria cujo criador era totalmente alheio às condições de nossa formação social. Ideias incompatíveis com as especificidades da formação histórica brasileira que, segundo ele, não se adequavam aos conceitos estanques e à doutrina pré-formatada do positivismo:

O positivismo não conhecia o índio: nada sabia do quanto elle serviu para a nação que aqui se fez, e, por isso não temos consagração oficial da raça, que se parece desaparecida quasi toda, é que foi absorvida nas gentes brasileiras, que se bem caracterizam nessa caboclada persistente dos nossos campos (BOMFIM, 1930, p. 64).

Considerando os enunciados expostos, podemos notar que a superação da influência positivista era vista, por Bomfim, como fundamental para que os historiadores brasileiros conseguissem superar essa influência externa que, segundo

ele, produzia maus resultados e distorções sobre a tradição nacional. Para o intelectual sergipano, a história consagrada de batalhas, reis e altos membros da nobreza teria sido feita desprezando aqueles que verdadeiramente teriam constituído as legítimas tradições nacionais, identificadas por ele como democráticas e republicanas.

Além dessa visão negativa em relação à influência francesa para a construção da história brasileira, Bomfim identifica causas internas da deturpação histórica, que seriam “a perversão das fontes históricas” e a produção de uma história “vista de cima”, resumida a uma “listagem de fatos” e nomes que reduziam a história a uma crônica de natureza política ou militar. Ao atacar os fundamentos da moderna crítica histórica, Bomfim pretendia descaracterizar a legitimidade da obra de Varnhagen, sustentada pela abundância de fontes primárias e pelo estatuto de verdade auferido pela localização e crítica de fontes originais.

Diante dessas críticas tão contundentes em relação à influência de uma matriz de pensamento francesa na historiografia brasileira, torna-se importante compreender quais ideias ele considerava viáveis para a produção histórica no Brasil, o que poderia indicar uma possível orientação teórica que garantisse legitimidade e respaldo para sua crítica historiográfica. Embora não seja tarefa fácil localizar alguma linha de orientação teórica no pensamento de Bomfim, especificamente nessa obra voltada para uma crítica sistemática da forma como a história do Brasil vinha sendo escrita, fica evidente, desde os seus primeiros capítulos, certa relação com o pensamento historicista<sup>109</sup> alemão.

---

<sup>109</sup>Embora a definição de historicismo seja uma questão amplamente controversa e tenha fomentado inúmeros debates nas últimas décadas, trabalhamos com uma definição que entende o historicismo como um movimento filosófico de ideias derivado diretamente do iluminismo e que busca atestar o caráter eminentemente histórico da experiência humana. Dessa forma, o historicismo pode ser visto como uma tendência para interpretar a natureza, a sociedade e o homem em constante movimento, buscando identificar neles suas mutações profundas. Segundo essa perspectiva, podemos inferir que é a história que faz o homem e não o homem que faz a história, evidenciando a importância da compreensão das experiências temporais para a produção de orientação para a vida humana. Sobre a temática do historicismo, ver:

CALDAS, Pedro Espínola Pereira. O limite do historicismo: Johann Gustav Droysen e a importância do conceito de *bildung* na consciência histórica alemã do século XIX. *Revista Filosófica de Coimbra*, Coimbra, n. 29, p. 139-160, 2006.

MARTINS, Estevão Resende. Historicismo, tese, legado e fragilidade. *História Revista*, UFG, p. 1-22 2002.

RÜSEN, Jörn. *História viva: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília-Distrito Federal: UNB, 2007.

\_\_\_\_\_. *Razão histórica: teoria da história os fundamentos da ciência histórica*. Distrito Federal: UNB, 2001.

Nesse sentido, a construção de seus argumentos de crítica, tanto em relação ao modelo de história universal quanto em relação à questão da objetividade, passa por um diálogo direto e amplamente afirmativo com pensadores alemães como Friedrich Schiller (1759-1803), Wilhelm von Leibniz (1646-1716), Johan Wolfgang von Goethe (1749-1832) e Theodor Mommsen (1817-1903), considerados por ele como “legítimos criadores, na formação do espírito humano” (BOMFIM, 2013, p. 56). Bomfim aproxima-se, assim, de um conjunto de autores que, na esteira de uma inspiração leibniziana e de ideais românticos, formaram um movimento de oposição ao racionalismo iluminista conhecido como *Sturm UndDrang* (tempestade e impulso), que deu origem ao “historicismo romântico”. Suas características mais acentuadas seriam a mescla de uma linguagem biológica com uma linguagem histórica e a valorização da vida individual vista por múltiplos aspectos, na qual se ressaltavam a dimensão natural do vigor, do impulso e dos instintos e a dimensão social caracterizada pela busca da criatividade, liberdade e historicidade.

Nossa leitura de *O Brasil na história* sugere que a visão que Bomfim tem da história contém traços do historicismo alemão que podem ser percebidos na importância dada pelo intelectual sergipano à particularidade e à singularidade da nação brasileira, bem como na busca de reconhecimento dos indivíduos em seu mundo histórico, conferindo uma importância fundamental para a tradição como força propulsora da identidade coletiva e individual. Com base nessa noção, Bomfim produz uma reflexão sobre o sentido formador da história, reivindicando para ela uma função essencial como orientadora do agir humano rumo ao progresso<sup>110</sup>.

Movido por essa preocupação didática, Bomfim apresenta e justifica o ponto central de suas reflexões sobre a história, uma vez que, se cabia à história exercer uma função crucial de orientação, partindo da organização das experiências do passado e fornecendo unidade para a tradição nacional, o passado produzido pelos intelectuais que se dedicavam à escrita da história deveria corresponder diretamente

---

VARELLA, Flávia Florentino et al. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

<sup>110</sup> Também nesta questão reside uma influência pontual da historiografia alemã sobre o pensamento de Bomfim, pois segundo Estevão de Resende Martins “a ciência da antiguidade, que foi institucionalizada nas universidades a partir da crítica das fontes e da hermenêutica de Mommsen é profundamente marcada pela crença no progresso e pelo otimismo científico”, temas que são recorrentes no pensamento de Bomfim. Sobre essa característica da obra de Mommsen, ver: MARTINS, Estevão de Resende. *História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 106.

aos anseios dessa tradição. Entretanto, segundo Bomfim, esse era justamente o problema, pois o passado elegido e narrado pelos historiadores que ele chamava de oficiais não correspondia ao que ele entendia como a “verdadeira tradição brasileira”.

Como intelectual preocupado em pensar a questão nacional, Bomfim apropriou-se de algumas noções do historicismo alemão, vinculando-se a uma concepção linear de história na qual a tradição e o progresso constituem-se pontos-chave. Essas noções lhe permitiram dialogar criticamente com a cultura histórica de seu tempo, fornecendo-lhe argumentos para fazer a negação sistemática de perspectivas teóricas dominantes em seu meio, tais como o positivismo e as teorias raciais preocupadas com a formulação de leis naturais. Sua rejeição das vertentes duras do cientificismo lhe permitiu desenvolver um modelo de reflexão histórica que privilegiava a interpretação hermenêutica.

Ao aplicar o seu ecletismo hermenêutico para pensar a história, sua preocupação central era tentar resgatar as “qualidades características do povo brasileiro” e dar voz a elas, as quais, segundo sua reflexão, foram sistematicamente e conscientemente esquecidas pela historiografia. A hipótese de Bomfim apresentada no terceiro capítulo de *O Brasil na história*, intitulado “Os que fizeram a história do Brasil”, é clara, direta e pontual. Para ele, o “coro de historiadores bragantinos”, tendo Varnhagen como a principal referência, no afã de defender os interesses portugueses cristalizados nos Braganças, não fez mais do que difamar os heroísmos nacionais, soterrando, com as “suas histórias nada imparciais”, o que ele entendia como as “verdadeiras glórias da história do Brasil”.

Nessa perspectiva, seu texto trava uma disputa pelo passado nacional, elegendo outros temas que deveriam ser valorizados, tais como: os movimentos de ocupação e defesa do território nacional, como a insurreição pernambucana; a unidade política do Brasil constituída ainda no período colonial; a importância dos bandeirantes no processo de integração nacional; as lutas nativistas interpretadas como surtos de heroísmos dos brasileiros contra a dominação colonial; e, sobretudo, a revolução pernambucana de 1817 com todos os seus ecos subsequentes.

O foco central de sua crítica historiográfica em defesa de uma nação livre, democrática e republicana é descaracterizar a relevância histórica da obra de Varnhagen, identificado por ele como “reacionário bragantista”, “historiador de encomenda”, “velador de documentos”, “escarafunchador de arquivos”, “o menos



humano dos homens”, “brasileiro de convenção”, produtor de uma *História da Independência* deturpadora da história do Brasil, uma vez que realçava como um fator positivo que esse evento tenha sido feito como uma “simples transmissão de domínio” do rei para o imperador, representando os Braganças como heróis nacionais e ressaltando, assim, a importância da continuidade da Monarquia e da tradição portuguesa como fatores cruciais para a manutenção da unidade e identidade brasileira.

Segundo Bomfim, Varnhagen teria sido o primeiro e o principal a “dar o Brasil à casa reinante. Teria valido como escarafunchador de arquivos... Esse mesmo valor, ele o perdeu, no apossar-se da história – para torná-la coisa sua e fazê-la nos interesses de sua fofa ambição” (BOMFIM, 2013, p. 125). Tal juízo de Bomfim em relação ao “pai da historiografia” brasileira deve-se ao fato de que Bomfim atribui a ele a responsabilidade pela não divulgação, pelo desaparecimento e uso indevido dos originais da *História do Brasil*, de Frei Vicente de Salvador, que Varnhagen consultou em Portugal, mas cujo exemplar fora “perdido”, de acordo com o relato desenvolvido por Capistrano de Abreu em sua pesquisa documental como funcionário da Biblioteca Nacional, que culminou na identificação e posterior publicação da referida obra.

Para Bomfim, esses seriam fatores a se lastimar, uma vez que a vinda do aparato administrativo trazido com “os fujões de 1808” (BOMFIM, 2013, p.409) além de contribuir negativamente para os verdadeiros anseios de independência, foi responsável pela implantação de uma tradição político-administrativa que garantiu a permanência e a perpetuação no poder de uma elite identificada com as práticas do parasitismo social.

Bomfim, até pela propaganda que o IHGB vinha fazendo em torno da obra *História da Independência*, vai elegê-la como obra exemplar para rebater criticamente todas as suas teses e argumentos. Mesmo fazendo uma crítica abrangente da obra, o intelectual sergipano irá reconhecê-la como a melhor obra do Visconde de Porto Seguro, por tratar de um período relativamente pequeno e por ser bem documentada; contudo, segundo ele, a interpretação desenvolvida num tom claramente monarquista retirava da obra o seu valor histórico. Além dessa crítica, lamentou o estilo “pesadão, deselegante, sem arte”, característica que ele atribui a toda a obra de Varnhagen.

Para Bomfim, em *História geral do Brasil* e, posteriormente, em *História da Independência*, Varnhagen teria elaborado um modelo de pensar a história do Brasil que serviu de matriz e de inspiração para outros historiadores que ele identifica como “os sub-Varnhagen” (BOMFIM, 2013, p. 128), “historiadores menores”, os quais engrossavam o coro dos que escreviam contra os anseios da tradição brasileira, entendida por ele como de inspiração republicana desde os primórdios de sua formação. Entre os sub-Varnhagen criticados por ele está Pereira da Silva (1817-1897), sobretudo por sua obra *História da fundação do Império do Brasil*; segundo Bomfim, a obra seguia os preceitos estabelecidos por Varnhagen e descrevia uma história repleta de “malevolências” em relação à Revolução Pernambucana de 1817, o que, na opinião do sergipano, contribuía para o fortalecimento de uma tradição antibrasileira.

De acordo com Gontijo (2001), Bomfim buscou demonstrar que, contra os desígnios da natureza americana e contra as legítimas tradições nacionais, foi construída uma história que sepultava feitos e nomes dos que realmente fizeram a história do Brasil. Dessa forma, “os historiadores teriam deturpado ou esquecido qualidades essenciais do caráter brasileiro” (GONTIJO, 2001, p. 123), constituindo o que, para Bomfim, seria uma “história triste”, bajuladora e antinacional, cujos principais representantes, além dos dois autores anteriormente citados, são Fernandes Pinheiro (1825-1876), Moreira de Azevedo (1832-1903), Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), Oliveira Lima (1867-1928) e Euclides da Cunha (1866-1909).

O seu olhar crítico em relação à historiografia brasileira, em busca de autores que representassem fatos, feitos, nomes e experiências que dessem visibilidade a aspectos da vida cotidiana do povo brasileiro, superando uma história feita de cima para baixo, privilegiando os grandes nomes “portugueses” em sua maioria, levou Bomfim a produzir uma crítica direcionada ao modelo dominante da historiografia do século XIX, bem como das primeiras décadas do século XX. A exceção foi feita apenas a seus contemporâneos Capistrano de Abreu e João Ribeiro, identificados como modelo de bons historiadores e legítimos representantes das tradições nacionais, embora, segundo ele, não tivessem conseguido o reconhecimento necessário e tampouco impor suas perspectivas históricas de forma a suplantarem a matriz-Varnhagen da historiografia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada geração reinventa o legado que deseja assumir como seu legado presente, e essa tarefa cria a necessidade de repensar a história, especialmente para aqueles que a tomaram como o exercício de um ofício, de uma profissão e de um magistério. Nesse mesmo movimento, repensam as regras de seu ofício, redefinem as práticas que viabilizam o conhecimento do passado, reinventando a própria operação histórica num cenário de tensões e conflitos, a partir do qual a disputa pelo passado remete às disputas pela significação do próprio presente.<sup>111</sup>

As palavras escolhidas como epígrafe das considerações finais desta tese apontam para a dinâmica das lutas pela representação do passado como disputas pela significação do próprio presente, o que nos remete diretamente ao esforço de Bomfim, que, ao tomar como missão a tarefa de repensar a história nacional, refletindo sobre o conhecimento histórico do passado como um saber fundamental para a constituição da personalidade humana, contribuiu diretamente para o processo de ampliação dos objetivos e das práticas que permeavam a escrita da história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Ainda que não a tenha tomado como ofício, nem assumido a integralidade das práticas e procedimentos de erudição, crítica documental e imparcialidade que aferiam legitimidade para o saber histórico em seu tempo, seu esforço de elaboração de uma crítica historiográfica, seguida pela proposição de uma nova síntese histórica da história do Brasil em

---

<sup>111</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Um historiador à margem: Fustel de Coulanges e a escrita da história francesa no século XIX. In: HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso de Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p. 9.

oposição ao modelo fornecido pela historiografia oitocentista, permitem-nos identificá-lo como um dos singulares seguidores de *Clio*.

Dessa forma, buscou-se, com base no conceito de formação, pensar tanto os escritos educacionais quanto a produção ensaística de Bomfim, entendendo que, no desenvolvimento dessas duas temáticas, a preocupação central do autor era a compreensão da formação nacional, uma preocupação comum a essa geração, que teve de responder a uma demanda social de produzir uma generalização sobre o Brasil que fosse capaz de dar visibilidade a um novo projeto de identidade nacional; isso porque os modelos de orientação legados pela tradição imperial não atendiam mais às demandas por representação histórica daquele presente, visto que o paradigma fornecido pelo IHGB não era suficiente para incorporar as demandas dos novos sujeitos históricos que emergiam da crise do sistema escravista e do regime monárquico.

Nesse contexto, em que o sentido fornecido pela história do Brasil produzida pela tradição imperial passava a ser questionado, surgiram dois movimentos distintos de resposta a essa crise de sentido histórico que passavam por sua afirmação ou negação: havia aqueles que postergavam a escrita de uma nova síntese histórica da história do Brasil ao futuro, e os ensaístas, que acreditavam que o momento de recontá-la era o presente. Diante dessas circunstâncias, historiadores como Capistrano de Abreu, preocupados com as exigências da erudição histórica – que exigia uma preocupação norteadora com o método e com os exercícios de levantamento, seleção e crítica documental, o que levava para o detalhe, para a minúcia monográfica e para a empiria, inviabilizando a elaboração de uma síntese histórica – delegavam essa tarefa para os historiadores do futuro, pois, acreditavam que ainda não era possível a elaboração dessa síntese interpretativa da história nacional.

Já os autores ensaístas, dos quais Bomfim é o que interessou diretamente aos objetivos desta pesquisa, acreditavam que o momento era aquele e, por isso, transgrediam práticas e procedimentos que eram definidores da escrita da história no período no intuito de elaborar novas matrizes de interpretação da história nacional. Estas eram fundadas em outras preocupações e davam vozes a outros sujeitos que não eram ouvidos pela historiografia produzida sob a influência da tradição imperial; nesse movimento de ampliação de horizontes para a escrita da

história sinalizado pelos autores ensaístas, os próprios pressupostos definidores do saber histórico passaram por um processo de atualização.

Esta tese fez uma opção metodológica para pensar o conceito de formação nos escritos educacionais e no ensaísmo histórico de Bomfim, partindo da hipótese de que a educação e a história são temáticas complementares que devem ser pensadas conjuntamente para entendermos as expectativas do autor. No primeiro e no segundo capítulo, além de tentar contextualizar o objeto e o debate, optamos por realçar alguns aspectos da biografia do autor, refletindo sobre o seu processo de conformação ao ambiente cultural da cidade do Rio de Janeiro em um momento fundamentalmente marcado pela crise das instituições imperiais. Sua conformação a esse contexto nos direcionou a refletir sobre sua recepção crítica do legado da geração de 1870, possibilitando pensá-lo em relação a esse legado.

Dessa forma, buscamos fazer emergir, dos dois primeiros capítulos deste trabalho, uma imagem de Bomfim como um intelectual ativo, bem relacionado, combativo, detentor de trânsito e de boa influência nos canais de poder relativos ao projeto educacional da Primeira República.

Nosso objetivo foi situá-lo como pensador da educação e da história, mas também como um ator que exerceu papel importante nessa agenda que ocupava grande parte da elite intelectual no período, seja como escritor de artigos de crítica em relação à educação brasileira, escritor de livros de leitura voltados para o público escolar e ensaísta preocupado diretamente com a prática educacional, ou como professor da Escola Normal, como gestor de instituições vinculadas diretamente com a condução das questões educacionais, com as quais ele dialogou de lugares institucionais e de postos privilegiados de poder, atuando como deputado federal, subdiretor e diretor do *Pedagogium* e do Conselho de Instrução Pública do Distrito Federal.

A caracterização das práticas institucionais desenvolvidas por Bomfim torna-se importante para o desenvolvimento desta pesquisa porque nos permite identificá-lo como um intelectual de grande prestígio entre seus pares, que escreveu e pensou com fundamento em suas práticas, o que nos ajuda a identificar o lugar de fala a partir do qual sua narrativa sobre o Brasil e os brasileiros será enunciada.

A principal hipótese apresentada e defendida nos dois primeiros capítulos é que questão nacional e questão educacional são temas recorrentes e complementares no pensamento de Bomfim, os quais concedem certa identidade a

seus textos, que, de forma recorrente, procuram refletir sobre o Brasil sob a ótica da educação e da história.

Para afirmar-se como um pensador preocupado com a elaboração de uma síntese sobre a especificidade da formação nacional, ele teve de dialogar diretamente com o cientificismo corrente na época, e, ao rejeitá-lo como critério universalmente válido de explicação histórica, criticando as categorias de raça e meio, ele foi obrigado a travar um longo e intenso debate que irá perpassar grande parte da sua obra, objetivando, por um lado, descaracterizar o conceito de ciência instituído como paradigma e, por outro, mas em complementaridade a esse esforço, denunciar que a cultura historiográfica produzida até aquele momento não estava de acordo com as aspirações nacionais, retomando um projeto de reescrita da história brasileira que já havia sido sinalizado pelo *Manifesto Republicano* de 1870.

Como desenvolvimento lógico desta argumentação, apresentamos no terceiro capítulo o grande pressuposto analítico desta pesquisa, buscando compreender o pensamento histórico de Bomfim como um esforço sistemático de negação de um projeto de síntese conservadora da historiografia brasileira empreendido pelo IHGB nas primeiras décadas do século XX. Tal instituição buscava consagrar um sentido conservador que visava legitimar um lugar para a tradição imperial na história produzida pela República, retomando e consagrando alguns símbolos dessa tradição com base em uma memória histórica oficial que monumentalizava lugares e nomes a partir dos quais o passado seria significado.

As exigências de produção de uma nova síntese do passado nacional que tencionava a cultura histórica brasileira desde o século XIX culminou nas primeiras décadas do século XX numa ampliação das preocupações com a escrita da história que, gradativamente, foi produzindo uma reaproximação conciliadora com um modelo de representação histórica que, tal como demonstrou Francisco Gouvea de Sousa (2012), não dialogava com o mundo da rua, das pessoas comuns, mas instituíra molduras conceituais que condicionavam o entendimento dos anseios populares como ruídos, cerceando a possibilidade de fala daqueles que estavam excluídos dos círculos íntimos do poder, reforçando o personalismo como uma marca quase que indelével da sociedade brasileira.

Muito embora uma reflexão sobre os ensaios históricos de Bomfim esteja disseminada ao longo de toda a tese, será no último capítulo que uma reflexão mais pormenorizada desses ensaios, tendo como eixo norteador a busca da

compreensão do processo de conquista do território como elemento definidor da singularidade da formação nacional, irá aparecer. Essa opção metodológica justificase em função de uma busca por uma apresentação mais didática do desenvolvimento das teses do autor que procuramos evidenciar e que, em nosso entendimento, passarão por um longo processo de maturação até assumirem o formato com o qual elas aparecem no final da década de 1920, o que, a nosso ver, levou a certo estranhamento de suas teses históricas.

Nosso objetivo com essa estruturação dos capítulos da tese foi, portanto, possibilitar um entendimento gradativo do desenvolvimento das ideias históricas do autor, procurando demonstrar que sua busca pela compreensão da formação nacional, passando por uma recepção crítica em relação aos principais modelos das ciências sociais em seu tempo, irá levá-lo a um projeto intelectual de negação das teorias raciais pelo seu valor científico, afirmando o seu valor como discurso ideologicamente produzido e estrategicamente adotado como estratégia para naturalizar as desigualdades sociais no Brasil e na América Latina. Com base no pressuposto de que as teorias raciais encobriam as verdadeiras mazelas da sociedade brasileira, Bomfim irá apontar a educação como alternativa histórica capaz de corrigir as falhas desse processo, apostando na qualificação dos indivíduos como caminho provável para superação desse quadro. Segundo essa premissa, defendida por Bomfim na primeira década do século XX, qualquer forma socialmente viável de progresso só seria possível pela via da instrução, uma das condições prévias para a inserção do povo numa história verdadeiramente republicana.

Ao avaliar a relevância da educação na formação da consciência dos indivíduos, Bomfim irá sinalizar para a importância da compreensão da tradição histórica nacional como elemento fundamental à consolidação da identidade de uma nação livre, reflexão que irá direcioná-lo para a busca do entendimento do tipo de representação do passado que seria importante para tornar os brasileiros identificados com a história nacional. Nesse ponto, Bomfim desenvolverá a sua tese de que a história ensinada aos brasileiros ajudando a formar uma consciência histórica nacional encontrava-se deturpada, argumento que buscamos aprofundar no último capítulo, no qual demos ênfase a essa reflexão por meio de uma análise textual de seus argumentos, tentando dialogar diretamente com essas obras num esforço de demarcar os seus interlocutores externos e internos.

Em sua trilogia historiográfica, Bomfim põe em prática um projeto de escrita da história postulado pelos liberais republicanos em seu *Manifesto* em 1870 o qual buscava entender a instituição do Império como um interregno, um corte no processo de desenvolvimento de uma tradição nacional autóctone e de matizes republicana e democrática. Conforme tentamos demonstrar no terceiro capítulo desta tese, esse projeto de reelaboração da história nacional teve alguma ressonância entre alguns sócios do IHGB nos primeiros anos da República, mas foi gradativamente soterrado por um movimento de reaproximação com a tradição imperial, que chamamos no texto de “síntese conservadora da historiografia nacional”, em relação à qual o pensamento histórico de Bomfim surge como uma antítese.

Pensamos que, de certa forma, foi por isso que muitos intérpretes de Bomfim, ao pensarem suas obras em relação ao contexto intelectual dos anos 1920, construíram uma imagem desse autor como isolado em relação a seus pares, defendendo teses próprias e inusitadas. Todavia, quando olhamos para sua obra numa perspectiva genealógica mais ampla, percebemos que elas ecoam projetos de elaboração de um novo sentido histórico que estava presente na cultura histórica do período, mas que a cultura historiográfica edificada sob a tradição imperial não permitia emergir, visto que essa forma de atribuir sentido ao passado colocava em risco o *status* das elites conquistado no processo de constituição do Estado Imperial.

Bomfim escreve sua crítica historiográfica buscando evidenciar que uma história do Brasil capaz de fomentar o desenvolvimento de uma consciência histórica nacional por meio da elaboração de uma obra histórica de vulto, que fosse capaz de registrar, divulgar e consolidar determinados aspectos da formação nacional, construindo um entendimento das mazelas do presente e um sentido para o futuro, ainda estava por ser feita. E como historiadores que ele reconhecia como mais capacitados que ele, como Capistrano de Abreu e João Ribeiro, não se lançavam a essa tarefa por estarem presos a exigências estipuladas pelos desafios da erudição, Bomfim, conforme afirma Aguiar (1999), ousando dizer o indizível, lançou-se ao desafio de elaborar uma síntese histórica crítica, cuja pretensão era propor uma nova matriz para a escrita da história em sua época.

Dessa forma, entendemos que as reflexões sobre a história elaborada por Bomfim nas primeiras décadas do século XX são fundamentais para compreendermos a diversidade das formas de pensamento que estavam em curso



no Brasil nesse período. O pensamento histórico de Bomfim é eclético e dinâmico, comportando múltiplas influências retiradas de diversos campos do saber de sua época. Muito embora pelo ecletismo de suas ideias possa parecer difícil situá-lo como um historiador, seu esforço em pensar a história não pode ser negligenciado como simples devaneio de um intelectual apaixonado pelo Brasil e pelo seu povo, conforme sugerem alguns intérpretes de sua obra. Seu pensamento histórico reflete questões que são fundamentais para a história da historiografia, visto que apresenta teses e perspectivas analíticas singulares incorporadas pela geração subsequente, o que, em nosso entendimento, ajuda a demarcar um lugar para Manoel Bomfim na história da historiografia brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. C. de. *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2.ed. 1976.
- ADORNO, T. W. *O ensaio como forma*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- AGUIAR, R. C. *O rebelde esquecido: tempo vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Um livro admirável*. Prefácio à segunda edição de *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- AGUIAR, I. C. D. *Disputa intelectual ou a impertinência de um polemista?: uma análise comparatista entre “As Américas” de Silvio Romero e Manoel Bomfim*. 2009 Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de pós-graduação em Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2009.
- ALONSO, A. *Ideias em movimento: a geração de 1870 e a crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANDRADE, Y. R. *(Im)possível nação: o Brasil de Manoel Bomfim e de Paulo Prado no início do século XX*. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2002.
- ARAÚJO, V. L. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008.
- ARRUDA, J. J. TENGARRINHA, J. M. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: Edusc, 1999.
- BACZKO, B. A imaginação social. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.
- BARROS, J. D’A. *O campo da história*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais*. Vol. I. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Teoria da história: Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Ática, 2011.

BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 1997.

BOTELHO André. *O Batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. Dissertação de Mestrado (Sociologia). Campinas: UNICAMP, 1997. \_\_\_\_\_ . *Aprendizado no Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais*. Unicamp, 2002.

BORGES, R. F. *A pedagogia de Manoel Bomfim: uma proposta higienista na educação*. 2006.133f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2006.

BOMFIM, M.A *América Latina: males de origem*. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

\_\_\_\_\_. *Brasil nação: realidade da soberania nacional*. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

\_\_\_\_\_. *Lições de pedagogia*. Theoria e prática da educação. 3.ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1926.

\_\_\_\_\_. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

\_\_\_\_\_. *O progresso pela instrução*. Rio de Janeiro: Tipographia do Instituto Profissional, 1904.

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana interpreta o Brasil*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

BUENO, T. M. B. *Alberto Torres, Manoel Bomfim e a questão nacional*. 2014. 111f. Dissertação(Mestrado em Ciências Sociais) –Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo, 2014.

CALDAS, P. E. P. O limite do historicismo: Johann Gustav Droysen e a importância do conceito de *bildung* na consciência histórica alemã do século XIX. *Revista Filosófica de Coimbra*, n. 29, p. 139-160, 2006.

CANCLINI, N. G. Culturas híbridas em tempo de globalização. In: CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CARVALHO, B. de. *Nove noites*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, J. M. *A construção da ordem*. A elite política imperial/Teatro de Sombras: a política imperial. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 82-99, 1991.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Forense Universitária, 2002.

CEZAR, T. Varnhagen em Movimento: breve antologia e uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, p. 159-207, jul-dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 1, p. 11-29, 2004.

COSTA, E. V. da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

COSTA, J. C. de C. *Nação, raça e miscigenação no Brasil moderno: uma análise hermenêutica dos ensaístas da formação da nacionalidade brasileira, 1888-1928*. Recife, 2003. 311f. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

\_\_\_\_\_. Nação, Estado e raça em Manoel Bomfim: a “impertinência” bomfiniana em torno da identidade nacional. *Cronos*, Natal-RN, V.9, n.2, p. 417-438, jul/dez, 2008.

COSTA, E. R. S. *Saber acadêmico e saber escolar: história do Brasil – da historiografia à sala de aula na primeira metade do século XX*. 2008.

206f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2008.

CORETH, E. *Questões fundamentais de hermenêutica*. Tradução de Carlos Lopes de Matos. São Paulo: Epu, 1973.

DETONI, P. *A síntese como desafio historiográfico na Primeira República: pequenos estudos de caso*. 2013. 157f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana-MG, 2013.

DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica brasileira do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DOLZANI, M. C. S. *O ensaísta esquecido e o clássico da antropologia: a questão racial para Manoel Bomfim e Franz Boas*. 2010. 95f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010.

FILHO, A. A. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. *Pensamento político no Brasil. Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

FILGUEIRA, A. L. S. *A escrita decolonial de Manoel Bomfim: uma conversa com o seu pensamento social e político*. 2012. 170f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GAY, P. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia: o que é a sociologia?* 7. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

GOMES, Â. de C. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

\_\_\_\_\_. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. FERREIRA, M. de M. *Primeira República: um balanço historiográfico*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.

GONTIJO, R. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Niterói, 2006. 323f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2006.

\_\_\_\_\_. *Manoel Bomfim (1868-1932) e o "Brasil na História"*. 2001. 207p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, em 2001.

\_\_\_\_\_. *Manoel Bomfim*. Coleção Educadores. Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, v. 1 n 1 Rio de Janeiro, 1988.

\_\_\_\_\_. *Historiografia e nação no Brasil 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

\_\_\_\_\_. Livro de fontes de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010,

HANSEN, P. S. *Brasil um país novo: literatura cívico-patriótica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. 2007. 253f. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

HARTOG, F. Tempo e história: "Como escrever a história da França hoje?". *História Social*, Campinas-SP, n. 3, 1996, p. 127-154.

\_\_\_\_\_. Tempo desorientado. Tempo e história: "Como escrever a História da França?" Anos 90. Porto Alegre, PPG em História, da UFRGS, n. 7, julho de 1997.

\_\_\_\_\_. *O século XX e a história: o caso de Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

HOBBSBAWM, E. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990

HRUBY, H. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. 2012. 333f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

\_\_\_\_\_. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: A história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Porto Alegre, 2007. 218p. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

IGLESIAS, F. *Os historiadores do Brasil*. Capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

JANCSÓ, I. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003.

JUNIOR, V. D. S. *A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914)*. 2013. 274f Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAJOLO, M. *Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar da Primeira República*. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

LAMBERT, Jaques. *Dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

LAPA, J. R. A. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976.

LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.

LESSA, P. Reflexões sobre o conceito da história. *Revista do IHGB*, 1908.

LIMA, M. O. Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, p. 61-91, 1911.

MACHADO, D. W. *Os males de origem da educação brasileira segundo Manoel Bomfim*. 2014. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Unissinos, São Leopoldo, 2014.

MATTOS, I. R. Do Império a República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 163-171, 1989.

MARTINS, E. R. *Historicismo, tese, legado e fragilidade*. *História Revista*, v. 7. UFG, p. 1-22, 2002.

\_\_\_\_\_. *História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTIUS, K. F. P. von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: GUIMARÃES, M. L. S. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

NEVES, C. R. das. O projeto de identidade latino-americana de Manoel Bomfim na obra *América Latina Males de Origem* (1905). Goiânia:UFG, 2010.

NICOLAZZI, F. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Sobre Casa Grande e senzala e a representação do passado. 2008. 377f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. *Um estilo de história a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande e Senzala e a representação do passado*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ODALIA, N. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento de Varnhagen e Oliveira Viana*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

OLIVA, T. A. de. *O pensamento geográfico em Manoel Bomfim*. 1998. 169f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro-SP, 1998.

OLIVEIRA, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

OLIVEIRA, M. G. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

OLIVEIRA, F. *Manoel Bomfim: o nascimento de uma nação* (Prefácio). In: BOMFIM, M. *América Latina: males de origem*, 4. ed. Topbook, 2005.

REIS, J. C. *As identidades do Brasil II: de Calmon a Bomfim*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.



\_\_\_\_\_. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. *História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006. [1ª ed. 2003]

\_\_\_\_\_. *Teoria e história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. FGV, 2012.

RIBEIRO, D. *Manoel Bomfim antropólogo*: BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

ROCHA POMBO, J. F. *História da América*. 1. ed. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900.

RÜSEN, J. *História viva: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da UNB, 2007.

\_\_\_\_\_. *Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. Ponta Grossa: Práxis Educativa, v. 1, n. 2, p. 7-16, jul.-dez. 2006.

\_\_\_\_\_. *Razão histórica: teoria da história, os fundamentos da ciência histórica*. Brasília-DF: Editora da UNB, 2001.

\_\_\_\_\_. *Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia*. Traducción de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. 1994.

PRADO, M. L. C. *Repensando a história comparada da América Latina*. *Revista de História*, n. 153, 2005.

SALOMON, M. (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011.

SÁNCHEZ, M. F. *Cultura histórica*. Departament d'Història Moderna Facultat de Filosofia i de Geografia i Història. Barcelona: C/ Montalegre. Disponível em: [http://www.culturahistorica.es/sanchez\\_marcos/cultura\\_histpdf](http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_histpdf) Acesso em: 24 abr. 2015.

SANDES, N. F. *A invenção da nação: entre a Monarquia e a República*. Goiânia: Editora da UFG, 2012.

SANTOS, A. N. *Pátria, nação, povo brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac: Livro de leitura (1899) e Através do Brasil (1910)*. 2010.

122f.Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 2010.

SCHWARZ, M. L. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, A. A. *Autoritarismo ou revolução: identidade nacional brasileira e democracia nas interpretações históricas de Oliveira Viana e Manoel Bomfim*. 2009. 209f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2009.

SILVEIRA, C. da. *(Re)leituras de Manoel Bomfim: a escrita da história do Brasil e o ser negro na passagem do século XIX para o XX*. 2011. 176f.Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2011.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUSA, F. G. *Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900)*.2012. 220f.Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro, 2012.

SOUSA, R. A. S de. *Agassis e Gobineau– as ciências contra o Brasil mestiço*. Rio de Janeiro:Fiocruz, 2008.

SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento Brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SUSSEKIND, F.; VENTURA, R. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

TONON, M. R. *Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica historiográfica brasileira*.2014. 169f.Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História e Sociedade, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2014.

TURIN, R. *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. 2005. 195f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Rio Grande do Sul (UFRS), Porto Alegre, 2005.

VARELLA, F. F. et al. *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

UEMORI, C. N. *Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional*. 2006. 194f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2006.

VIANA, O. *Populações meridionais do Brasil*. v. 1, Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1973.

\_\_\_\_\_. *Populações meridionais do Brasil: o campeão rio-grandense*. v. 2 Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1974.

VIANNA, L. W. *A revolução passiva: ibericismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro:Revam, 1997.

WEHLING, A. *Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.